



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

CHARLES DOS SANTOS

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEIA SOLA: TRABALHO, POBREZA E O PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NA ZONA DA MATA CANAVIEIRA DE ALAGOAS**

**São Carlos – São Paulo
Março de 2017**

CHARLES DOS SANTOS

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MEIA SOLA: TRABALHO, POBREZA E O PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA NA ZONA DA MATA CANAVIEIRA DE ALAGOAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como requisito necessário à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Professora Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho

São Carlos – São Paulo
Março de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Charles dos Santos, realizada em 10/03/2017:

Prof. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
UFSCar

Prof. Dra. Maria Adriana da Silva Torres
UFAL

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves
UFSCar

Prof. Dra. Maria Orlanda Pinassi
UNESP

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
UFSCar

À minha família. Em especial as cinco mulheres que tanto me ajudaram a trilhar o caminho que me trouxe até aqui: minha mãe, Maria Nazaréth dos Santos (*in memoriam*); minha avó, Maria Lourenço da Silva; e as tias Josefa dos Santos, Teresa de Jesus Santos Silva e Margarida Maria da Conceição (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família. Nos momentos difíceis pude contar com a solidariedade e as palavras de incentivo de mulheres e homens que são para mim um exemplo de generosidade e firmeza diante das adversidades. Meu muito obrigado por tudo.

Agradeço também aos professores, técnicos e colegas das turmas de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Os anos passados junto aos mesmos foram de muito aprendizado para mim. Terminei essa fase da minha vida com mais alguns grandes amigos e saberes que vão além da sala de aula.

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, a querida Rose. Seu apoio foi fundamental no desenvolvimento desse trabalho. Sempre será para mim uma referência em termos de compromisso com a pesquisa e com os mais desfavorecidos da sociedade.

Agradeço ainda a todos os colegas do NUESTRA – Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade –, da UFSCar. Nossos encontros foram sempre muito proveitosos, com discussões que me ajudaram a pensar e a repensar vários aspectos do meu estudo.

Meu muito obrigado também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A bolsa a mim concedida foi de suma importância para a realização do estudo que apresentarei nas próximas páginas.

Por fim, mas não menos importante, meu mais profundo agradecimento a todos os trabalhadores e trabalhadoras de Branquinha e União dos Palmares que se dispuseram a conversar comigo durante as minhas visitas a estas duas cidades. O que vi e ouvi ficará para sempre em minha memória.

A todos, mais uma vez, muito obrigado por tudo.

RESUMO

A pesquisa em questão foi desenvolvida na Zona da Mata Canavieira do estado de Alagoas, uma região que é caracterizada pela marcante presença do agronegócio canavieiro e ainda pela pobreza, manifesta em recorrentes índices críticos de desenvolvimento humano e social. A obra consiste na análise das condições de vida de trabalhadores agrícolas do setor canavieiro em duas cidades situadas nesse território – Branquinha e União dos Palmares –, bem como dos meios acessados por esses sujeitos e seus parentes para garantir a sobrevivência familiar. O estudo, de caráter eminentemente qualitativo, foi feito com base na pesquisa em fontes bibliográficas e na realização de entrevistas abertas e semiestruturadas com homens e mulheres das cidades acima referidas que se encontravam na intersecção da experiência com o trabalho no setor canavieiro e a experiência como beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). A abordagem teórica que orientou a pesquisa é aquela que trata do precariado, essa fração de classe que segundo o sociólogo brasileiro Ruy Braga vive espremida entre a ameaça da exclusão socioeconômica e a incrementação da exploração de sua força de trabalho por setores econômicos, e que, na concepção do economista britânico Guy Standing, é o segmento social que mais sofre com a insegurança frente aos direitos. O estudo mostrou que os trabalhadores canavieiros dos municípios de Branquinha e União dos Palmares oscilavam entre o trabalho formal e o trabalho informal, porém, ambos realizados em condições precárias. O primeiro está relacionado àquelas atividades que, apesar de “fichar a carteira”, são extremamente penosas e nocivas à saúde física e mental do trabalhador. Alguns exemplos são o corte de cana, a aplicação de herbicida nos canaviais e o embolamento de cana em encostas. Já o segundo refere-se às atividades feitas sem nenhuma proteção social e que são igualmente pesadas e estropiantes. A retirada de areia em rios e o trabalho em pedreiras são alguns casos. Foi visto também que mesmo as trabalhadoras e os trabalhadores beneficiários de um programa de transferência monetária como o PBF seguiam realizando trabalhos precários e sendo remunerados bem abaixo das suas necessidades básicas de consumo. Isso leva a crer que o programa afasta os sujeitos dos riscos da completa exclusão socioeconômica, mas não lhes dá condições de se livrarem da necessidade de realizar trabalhos sujos, pesados, sazonais e que pagam mal, como aqueles do canavial. O meia sola do título, portanto, refere-se a esses sujeitos, já que na região onde foi realizada a imersão empírica a expressão tem a ver com precariedade, indefinição e incompletude. O

meia sola é o trabalhador precário do espaço sociogeográfico conhecido como a Zona da Mata Canavieira de Alagoas.

Palavras-chave: Meia sola; Trabalhadores canavieiros; Precariedade; Direitos sociais; Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The research in question was conducted in the *Zona da Mata Canavieira* of Alagoas, Brazil, a region that is characterized by the expressive presence of sugarcane agribusiness and poverty, which is manifested in critical indicators of human and social development. The study is an analysis of the living conditions of sugarcane workers in two cities located in this territory – Branquinha and União dos Palmares – as well as of the means accessed by these men and women and their relatives to ensure family survival. The study, which is eminently qualitative, was carried out based on the bibliographical research and the accomplishment of open and semi-structured interviews with men and women of the cities mentioned above that were at the intersection of the experience as workers in sugarcane sector and the experience as beneficiaries of *Bolsa Família* Program. The theoretical approach that guided the research is that which deals with the precariat, this fraction of class that according to the Brazilian sociologist Ruy Braga lives squeezed between the threat of socioeconomic exclusion and the increase of the exploitation of its workforce by economic sectors; and is also, according to the British economist Guy Standing, the social segment that most suffers from the insecurity about the rights. The study showed that sugarcane workers in Branquinha and União dos Palmares oscillated between formal work and informal work, but both of which were carried out in precarious conditions. The first is related to those activities that despite be registered are extremely painful and hurtful to the physical and mental health of the worker. Some examples are sugarcane cutting, herbicide application in cane fields, and cane scrolling on slopes. The second refers to the activities done without any social protection and which are equally heavy and painful. The exploration of sand in rivers and the work in quarries are some cases. It was also seen that even the workers who were beneficiaries of a monetary transfer program such as *Bolsa Família* continued to accomplish precarious works and were paid well below their basic consumption needs. This leads one to believe that the program puts away the workers from the risks of complete socioeconomic exclusion, but does not give them the conditions to get rid of the need to accomplish dirty, heavy, seasonal and poorly paid jobs, such as those in the cane field. The *meia sola* of the title, therefore, refers to these workers, since in the region where the empirical immersion has taken place the expression has to do with precariousness, indefiniteness and incompleteness. The *meia sola* is the precarious worker of the socio-geographic space known as the *Zona da Mata Canavieira* of Alagoas, that is a region with huge sugar cane fields and big sugar cane mills.

Keywords: *Meia sola*; Sugar cane workers; Precariousness; Social rights; *Bolsa Família* Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do estado de Alagoas. Em destaque, U. dos Palmares (vermelho), Branquinha (preto) e Maceió (verde)	28
Figura 2: Trabalhadoras e trabalhadores do Projeto Barriga Cheia em Teotônio Vilela/AL	98
Figura 3: PBF: Número de benefícios (%) por região (dez. 2011)	104
Figura 4: Os medicamentos de Aurélio	113
Figura 5: Centro cultural da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Muquém, em U. dos Palmares/AL	125
Figura 6: Rio Mundaú, com a Serra da Barriga ao fundo	127
Figura 7: Embolamento da cana no município de Iateguara/AL	139
Figura 8: Imagem parcial do Acampamento Canabrava, em U. dos Palmares/AL	143
Figura 9: Plantação de macaxeira no Acampamento Canabrava, em U. dos Palmares/AL	143
Figura 10: Como os sujeitos entrevistados ganham a vida	148
Figura 11: O precariado como a superpopulação relativa (população flutuante, população latente e população estagnada)	158
Figura 12: Trabalhadores da Usina Guaxuma bloqueiam estrada em Teotônio Vilela/AL em protesto contra atrasos no pagamento de salários	162
Figura 13: Mapa da Cana no estado de Alagoas	166

Figura 14: Alimentos na despensa improvisada da barraca de Tereza e seus parentes	171
Figura 15: Rua alagada no Conjunto Newton Pereira, em U. dos Palmares/AL	174
Figura 16: Imagem do Hospital S. Vicente de Paulo/Maternidade S. Catarina em U. dos Palmares/AL	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação das mulheres entrevistadas segundo idade, ocupação e escolaridade	38
Quadro 2: Identificação dos homens entrevistados segundo idade, ocupação e escolaridade	39
Quadro 3: Classes por ordem decrescente de rendimento médio, de acordo com Standing (2014)	153
Quadro 4: Número mínimo de CRAS por município segundo número de habitantes	197
Quadro 5: Número mínimo de CREAS por município segundo número de habitantes	198
Quadro 6: As ideias mais marcantes de cada grupo de representações	213

TABELA

Tabela 1: Acompanhamento de Condicionalidade – Educação (out./nov. 2013)	103
--	-----

SUMÁRIO

Introdução	15
1. Notas sobre o itinerário metodológico	20
1.1 Considerações gerais	20
1.2 O referencial teórico	23
1.3 O campo	27
1.4 Método de coleta de informações	35
1.5 Os sujeitos da pesquisa	37
2. A construção social dos trabalhadores canavieiros no Brasil: alguns apontamentos históricos	41
2.1 O princípio: escravos e trabalhadores livres na lavoura canavieira	41
2.2 O novo com ares de velho: mudanças e permanências no universo canavieiro	51
2.3 A legislação e a questão social canavieira: direitos à vista	65
2.4 Os anos 1990 e o avanço das políticas neoliberais no Brasil	82
2.5 Direitos sociais em xeque: reforma do Estado e fortalecimento do discurso da responsabilidade social	88
2.6 O fim dos PASs e o equacionamento da questão social canavieira via Bolsa Família: o Partido dos Trabalhadores no poder	101
3. O meia sola como imagem do trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira Alagoana	109
3.1 A formalidade precária: - Me quebrei!	109
3.2 Os homens do areado: informalidade em tempos de crise do setor canavieiro	121
3.3 Do canavial, de casa e da luta: trabalho e gênero no universo canavieiro	134
3.4 Como, então, reconhecer o meia sola?	145
4. O que significa ser beneficiário? O PBF e a permanência na vida precária	169
4.1 O trabalhador-beneficiário frente aos direitos: contexto e representações	169

4.2 As redes de amparo ao trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira de Alagoas: uma gestão da precariedade? 193

Considerações finais 214

Referências 218

Introdução

No final da década passada, quando eu fazia entrevistas para a confecção do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, algo chamou muito a minha atenção. Vários entre os sujeitos daquela pesquisa, que eram trabalhadores e trabalhadoras do setor canavieiro em Alagoas, diziam ser beneficiários do Programa Bolsa Família, criado no início¹ do primeiro governo de Lula da Silva.

Esta era uma informação bastante recorrente, o que me fez desenvolver questionamentos tais como: Quais os impactos do PBF na vida dessas pessoas? O benefício as ajuda a se livrarem de trabalhos pesados, mal remunerados e estigmatizantes? Como elas representam o fato de receberem uma renda que não está associada diretamente a suas atividades produtivas?

O tempo passou e essas interrogações sempre vinham à minha cabeça. Tive a chance de me debruçar sobre elas no doutorado, quando pude contar com a atenciosa e arguta orientação da professora Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho e com as dicas e aconselhamentos de professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

O que procuro fazer nesse estudo, portanto, é de certa forma dar algumas respostas àquelas perguntas e a outras que surgiram nos últimos quatro anos. No meu trabalho estão em evidência homens e mulheres que têm as suas vidas relacionadas ao trabalho agrícola no setor canavieiro e à experiência como beneficiários do PBF. É justamente essa intersecção que me interessa. Nem trato do trabalhador isolado do beneficiário, nem do beneficiário separado do trabalhador. O sujeito da minha pesquisa é o trabalhador-beneficiário.

Ficou claro para mim que no atual momento os trabalhadores agrícolas do setor canavieiro em Alagoas estão sendo empurrados cada vez mais para a informalidade e para as fileiras da assistência social. Isso tem a ver com dois fenômenos em particular, quais sejam, a crise do setor, que se arrasta desde o final da última década, e a paulatina mecanização do trabalho rural.

Como explico no texto, a informalidade não é um fato novo para os trabalhadores canavieiros. Muitos já recorriam ao trabalho informal nos períodos de

¹ Na realidade, o PBF foi criado a partir da unificação de programas de transferência de renda já existentes, como é o caso do Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. A lei referente ao programa foi publicada em 2004.

entressafra da cana, como uma forma de se segurarem no “inverno” até aparecer algo melhor ou poderem voltar para as usinas. Nos últimos anos, porém, houve uma intensificação desse processo, pois importantes usinas fecharam as portas ou passaram a ter safras menores, garantindo emprego “fichado” apenas durante alguns poucos meses.

A mecanização também deve ser levada em consideração. Foi visto em campo que algumas usinas contratavam cortadores de cana para atuar apenas naquelas áreas acidentadas, onde a máquina ainda não poderia ser utilizada. De modo que cabia aos trabalhadores realizar os serviços mais pesados e estropiantes, ali onde a tecnologia não chegava.

Nesse contexto de incertezas e indefinições, o dinheiro do PBF foi descrito por muitos como o “mais certo”, pois as usinas já não davam certeza nenhuma e não era sempre que aparecia algum bico.

A imagem a que recorri para explicar a situação dos trabalhadores canavieiros e suas famílias no atual momento foi a do meia sola. No terceiro capítulo explico com mais detalhes o que isso quer dizer, mas, de antemão, a expressão designa aquele trabalhador precário, que não é um esmoleiro, porém está longe de fazer parte da classe média ou da “nova classe média”. É o sujeito que realiza serviços sujos, pesados, sazonais e remunerados abaixo das suas necessidades de consumo. Ademais, é o que precisa “se virar” para garantir o sustento familiar, o que o leva a “fazer de um tudo” (trabalhar no canavial, retirar areia no rio, cultivar um roçado, vender cosméticos etc.) e buscar os benefícios do Estado, como é o caso do PBF e outros subsídios.

Não há problema em ver no meia sola da Zona da Mata Canavieira de Alagoas traços daquilo que autores como Guy Standing e Ruy Braga chamam de precariado. *De fato, o meia sola é o trabalhador precário de uma região caracterizada pelo domínio econômico e político do setor canavieiro.*

Com base nas análises do primeiro autor, afirmo que parte do precariado da “civilização do açúcar” provém de comunidades tradicionais desbaratadas pela expansão das usinas, daí a importância de se falar do sistema de morada e da sua *débâcle*. Ainda tendo como substrato o trabalho de Standing, vejo que os trabalhadores precários da área estudada acorrem, em grande medida, aos

benefícios concedidos pelo Estado, o que seria uma forma de complementar os poucos rendimentos provenientes da realização de atividades formais e/ou informais.

Os estudos do segundo autor referido acima me ajudaram a visualizar os sujeitos da minha pesquisa como integrantes de uma fração de classe que vive espremida entre a ameaça da exclusão socioeconômica e a incrementação da exploração de sua força de trabalho por setores tradicionais da economia, como é o caso do agronegócio e da construção civil.

Foi, inclusive, com base nesse modelo analítico que tomei a liberdade de dizer que, ao passo em que um programa como o Bolsa Família constitui uma proteção precária contra o risco da exclusão socioeconômica, o mesmo não tem conferido aos sujeitos as condições para se emanciparem da necessidade de realizar trabalhos penosos e mal remunerados, como é o caso do corte de cana ou da aplicação de herbicida. Daí que se pode falar, com André Gorz, de uma subvenção estatal indireta a setores econômicos que exploram uma força de trabalho empobrecida e desqualificada.

Ditas estas palavras, é mister dizer que esta obra está dividida em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O que se verá em cada um deles – sobretudo do segundo ao quarto – é um esforço de apreender diferentes aspectos relacionados à vida dos trabalhadores da cana e seus familiares.

O leitor ou leitora verá que recorri à história, à legislação e até a alguns índices estatísticos para tratar da situação existencial desses sujeitos e também do contexto em que estão inseridos. De modo que há no texto uma tentativa de fazer a disciplina sociológica dialogar com outras áreas do conhecimento.

O primeiro capítulo traz o itinerário metodológico da pesquisa. Nele informo os leitores a respeito desde o referencial teórico do estudo até as técnicas utilizadas na coleta de informações em Branquinha e União dos Palmares, no interior de Alagoas. Aí é possível encontrar, também, alguns dados relevantes sobre as pessoas entrevistadas e sobre as comunidades e bairros visitados nas duas cidades *locus* da pesquisa de campo.

No segundo capítulo eu procuro mostrar como se formou essa fração da classe trabalhadora que tem sido empregada no trabalho canavieiro – notadamente

no setor agrícola – no Brasil e como o Estado tem buscado lidar com os elementos sociais, políticos e econômicos que conformam a questão social canavieira.

Este capítulo também tem o objetivo de mostrar como – a partir de um olhar específico para o setor canavieiro – o Estado no Brasil tem se afastado da área social e procurado intervir de modo focalizado e restrito no combate à pobreza.

Já no terceiro capítulo eu parto para uma descrição e análise dos trabalhos acessados hoje em dia pelos trabalhadores precários da Zona da Mata Canavieira tendo em vista garantir o seu sustento e o de suas famílias.

É no terceiro capítulo da tese que eu localizo os sujeitos desta pesquisa entre os integrantes do precariado, esse segmento da classe trabalhadora identificado como o mais mal remunerado e o que menos tem direitos – segundo a definição de Guy Standing – e que se forma a partir do amálgama das populações flutuante, latente e estagnada – de acordo com o sociólogo brasileiro Ruy Braga. Cabe dizer, ainda, que recorri à imagem do meia sola para melhor expressar a situação de precariedade, indefinição e incompletude em que vivem os trabalhadores e seus familiares.

Finalmente, no quarto e último capítulo eu procuro observar como o meia sola se relaciona com um programa como o Bolsa Família – o qual, como já foi sugerido nos primeiros parágrafos desta introdução, está bastante presente na vida dos trabalhadores pobres da Zona da Mata Canavieira, mormente na daqueles que trabalham ou já trabalharam para as usinas – e com os direitos de forma geral.

Se, como Guy Standing sustenta, os sujeitos do precariado são os que mais sofrem com a insegurança frente aos direitos, é forçoso observar como essa insegurança se manifesta na região estudada.

No último capítulo da tese também coloco em evidência as representações de “agentes da ponta do Estado” sobre o Programa Bolsa Família e sobre o papel da assistência social pública em uma região com forte influência do setor canavieiro e que historicamente tem apresentado índices de desenvolvimento humano e social críticos.

Como o leitor ou leitora poderá conferir mais adiante, o estudo dessas representações constitui uma maneira de ver os dramas e sofrimentos do trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira a partir de outro ângulo.

Em um momento conturbado da política brasileira, em que um fatídico processo de *impeachment*² alçou ao poder um governo determinado a reduzir os gastos sociais e a impor reformas que aos olhos de especialistas irá punir os mais pobres do país, o presente estudo pretende trazer a lume a realidade de milhares de pessoas que estão apartadas da exclusão socioeconômica por uma fina camada de proteção social, já que os trabalhos que realizam remuneram bem abaixo das suas necessidades e ainda por cima sofrem cotidianamente com o atendimento precário de seus direitos mais fundamentais.

Que as páginas desse texto possam contribuir para o debate sobre a realidade de homens e mulheres que fazem parte de um Brasil que a mídia conservadora e políticos desconectados dos reais problemas do povo teimam em esconder. Assim como outros pesquisadores identificados com a sociologia crítica, também acredito que conhecer bem o mundo em que vivemos é indispensável para transformá-lo.

² O impedimento de um/a presidente da república está previsto na Constituição Federal de 1988, no entanto, no caso em tela, há elementos que apontam para um golpe, o qual foi denunciado em diversas esferas nacionais e internacionais.

CAPÍTULO 1

Notas sobre o itinerário metodológico

1.1 Considerações gerais

O estudo que apresentarei nas próximas páginas tem o propósito de trazer a lume as condições de vida e trabalho, bem como as estratégias de sobrevivência de um segmento da classe trabalhadora identificado como precariado. São homens e mulheres que ganham a vida realizando serviços sujos, pesados, sazonais e remunerados abaixo das necessidades de consumo de suas famílias.

Espero que não cause desconforto o fato de eu tratar as expressões precariado e meia sola como sinônimas, pois, ao meu ver, isto é o que elas realmente são. Mesmo que o último desses termos não seja tão conhecido nos círculos mais formais, ficou claro durante a realização da pesquisa que há uma afinidade entre a situação existencial do trabalhador precário dos estudos de Guy Standing, Ruy Braga e outros autores, e a do sujeito meia sola da Zona da Mata Canavieira de Alagoas, que será conhecido com mais detalhes no decorrer da tese.

Por ora, temos que o meia sola nem é um esmoleiro – apesar de viver à beira do precipício da exclusão socioeconômica e de depender, em grande medida, de auxílios estatais – nem faz parte da classe média ou da recente “nova classe média” propalada em estudos econômicos dos últimos anos.

Ele é justamente o sujeito sem qualificação ou pouco qualificado que realiza trabalhos que poucos se dispõem a realizar (SOUZA, 2009), que tem rendimentos irrisórios – verdadeiros salários de miséria – e que ora está na formalidade precária (VISSER, 2012) ora na informalidade também precária, isto é, durante algum tempo possui trabalhos com carteira assinada, a despeito de serem atividades penosas e remuneradas abaixo das necessidades de consumo familiares – o corte de cana, por exemplo –, e quando não está nessa condição realiza os mais diferentes tipos de bicos para sobreviver – como a retirada de areia no leito de rios.

Uma das características mais emblemáticas desse trabalhador meia sola é ser ele trabalhador-beneficiário. Isso porque devido ao fato de este trabalhador e seus familiares viverem em condições precárias, a família acaba por tornar-se

“habilitada” a participar de programas sociais, como é o caso do Programa Bolsa Família.

Chama a atenção, portanto, a vasta ocorrência de casos de trabalhadores precários da região estudada – cortadores de cana, irrigantes, aplicadores de herbicida, areeiros, donas de casa etc. – que afirmaram ser ou já terem sido beneficiários do PBF.

Chama a atenção, ainda, o conjunto de evidências as quais apontam que, longe de tornar os beneficiários “indispostos para o trabalho”, como apregoa a *doxa* de inspiração liberal, o dinheiro do supradito programa é visto como uma ajuda, um alívio, e que não permite a quem o recebe deixar de vender a sua força de trabalho a setores tradicionais da economia.

De modo que, na visão de André Gorz, “uma ‘renda de subsistência’ muito baixa é de fato uma subvenção aos empregadores” (1997, p. 95). A transferência de valores mínimos **complementa** os rendimentos miseráveis advindos do trabalho na cana ou no areado, porém **não libera** os sujeitos da necessidade de trabalhar para um “patronato de negreiros”, para usar a cáustica expressão empregada por Gorz.

Mas qual foi o percurso metodológico que levou a essa análise? Como previsto no projeto de pesquisa que norteou o estudo, a busca por informações se daria tanto via pesquisa bibliográfica quanto pela realização de entrevistas com sujeitos do universo canavieiro alagoano que tivessem a ver com a proposta da investigação. A proposta: analisar o papel do Estado frente à questão social dos trabalhadores canavieiros, dando ênfase à contribuição dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs) para a minimização dos efeitos da precariedade do trabalho no setor sucroenergético. Os sujeitos: trabalhadores e trabalhadoras agrícolas das usinas e fazendas de cana-de-açúcar do norte de Alagoas, donas de casa e demais pessoas que se encontrassem na intersecção formada pela experiência com o trabalho canavieiro e a participação em programas de transferência monetária.

Como o processo de construção da pesquisa é dinâmico, com as leituras, os debates na academia e a realização das primeiras entrevistas nas cidades de Branquinha e União dos Palmares veio a necessidade de redirecionar o foco do estudo e de incluir novos sujeitos entre os que deveriam ser entrevistados. Não

houve, convém admitir, grandes mudanças, mas acredito que o trabalho passou a ter uma identidade mais bem definida.

Em primeiro lugar, em vez de enfatizar apenas o papel do Estado frente a questão social canavieira, procurei colocar em evidência o tipo humano que historicamente tem sido impelido a trabalhar no setor agrícola das usinas. E ao pôr em evidência estes homens e estas mulheres, ficou claro que meu estudo deveria propor uma análise das suas estratégias de sobrevivência, o que contempla desde os tipos de trabalho que realizam para sobreviver até os subsídios que recebem do Estado.

Em segundo, às entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras com experiências de vida relacionadas ao trabalho com a cana e ao recebimento de benefícios estatais somei as entrevistas com os técnicos da assistência social, lideranças comunitárias e sindicais e ainda um professor da rede pública de educação básica. Mas por que essa decisão? Porque quanto mais ficava claro para mim que estava lidando com uma parcela do precariado brasileiro, e que o precariado também caracteriza-se pela sua dependência das ajudas vindas do Estado e de outras instituições que agem em seu nome, como sugere Guy Standing, mais importante me pareceu ouvir os operadores da assistência social, com as suas representações sobre a “clientela” dos programas sociais, os próprios programas e os desafios da região em que atuavam. Trata-se de ver os dramas do trabalhador-beneficiário a partir de outro ponto de observação. Como saberíamos, por exemplo, que havia trabalhadores egressos das usinas que recorriam à secretaria de assistência social para pedir ajuda com a compra de passagens para o Centro-Sul do país, onde pretendiam arrumar emprego?

O meia sola é também, de certo modo, o sujeito que anuncia novos fenômenos na região da cana. Com a paulatina mecanização do trabalho canavieiro e a eclosão de crises que resultaram no fechamento de importantes usinas, o trabalhador tem se encaminhado cada vez mais para a informalidade e para as filas da assistência social do Estado. Ao falarmos em meia sola, falamos do sujeito que trabalha com a cana, que faz cercas ou vende perfumes para complementar a renda e que integra, ainda, uma unidade familiar beneficiada pelo Programa Bolsa Família, por exemplo.

Esse estudo deve ser lido, portanto, como um esforço de análise das atuais condições de vida e das estratégias de sobrevivência de trabalhadores e trabalhadoras precários da Zona da Mata Canavieira Alagoana.

1.2 O referencial teórico

Os autores acessados na construção desse estudo podem ser divididos em três grupos. No primeiro estão pesquisadores e pesquisadoras que deram uma contribuição ímpar para o conhecimento a respeito do trabalho no setor canavieiro. São citados no texto desde estudos que tratam da força de trabalho escrava utilizada nos primeiros séculos da cana-de-açúcar no Brasil, até pesquisas que se debruçaram sobre o tema da questão social canavieira, com um foco sobre a atuação do Estado no apaziguamento dos conflitos que envolviam usineiros, fornecedores de cana e trabalhadores.

Fazem parte desse primeiro grupo, entre outros autores, Manuel Correia de Andrade, Beatriz Maria A. de Heredia, Afrânio Garcia Jr., Cícero Péricles de Carvalho, Rita de Cássia M. R. Soares e Maria Célia Porto.

Os intelectuais acima mencionados e outros que, devido ao espaço, não cito aqui, ajudam também a perceber – partindo da análise da questão social canavieira – o tortuoso processo de demissão do Estado das áreas sociais no Brasil.

Tortuoso porque ao passo que foram criadas leis de proteção ao trabalhador da lavoura canavieira e ensaiadas medidas que lembram um Estado de bem estar social, há a comprovação de que tais leis “não pegaram” e de que empresários e proprietários de terra atuaram junto às forças políticas conservadoras para garantir que as mudanças mantivessem tudo do mesmo jeito, conforme conselho de um famoso personagem de Tomasi di Lampedusa.

Há de se mencionar ainda que várias medidas foram tomadas sem a participação da classe trabalhadora, ao velho estilo “de cima para baixo”, agravando-se ainda mais nos períodos de ditadura, quando as liberdades civis e os direitos políticos foram acossados por lideranças truculentas e autoritárias.

Apesar da promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que sacramentou o acesso universal aos direitos sociais, o que se viu foi uma série de ataques às

garantias ali contidas e o fortalecimento da ideia de que o Estado precisa ser mínimo, isto é, atuar apenas em áreas estratégicas e deixar tudo mais a cargo do mercado.

As consequências disso são perversas, pois o que se entendia por direito passa a ser encarado como serviço, com os que podem pagar recorrendo à iniciativa privada, e os pobres sendo obrigados a depender de equipamentos públicos sucateados, já que, equivocadamente, o setor público passou a ser sinônimo de refúgio dos que não podem pagar.

Particularmente no que diz respeito ao universo canavieiro, essa demissão do Estado pode ser vista no fim das cobranças para a criação de Programas de Assistência Social (PASs) voltados para os trabalhadores e seus familiares, no arrefecimento das medidas de reforma agrária nas regiões canavieiras e no incentivo ao enfrentamento da pobreza nestas áreas via instituições do terceiro setor e empresas privadas (o discurso da desresponsabilização estatal encontra o discurso da responsabilidade social).

É curioso notar que “tais mudanças de rumo” caminham lado a lado com o desenvolvimento dos PTCRs, o que denota claramente uma visão de “Estado remediador”, que busca intervir de maneira focalizada e não mais como agente promotor e garantidor de direitos sociais universais.

Ao segundo grupo pertencem autores que põem em evidência em suas análises o precariado, destacadamente o britânico Guy Standing e o brasileiro Ruy Braga. Digamos que estes são os autores do núcleo duro da pesquisa, pois suas reflexões acerca deste segmento da classe trabalhadora ajudam a entender como se deu a construção social do trabalhador meia sola da Zona da Mata Canavieira e como ocorre a sua reprodução nos dias que seguem.

Apesar de ambos estudarem o precariado, Standing e Braga têm visões distintas a respeito do mesmo, como se verá com maior profundidade no terceiro capítulo da tese. Só para destacar um dos pontos de discordância, enquanto que para o economista da Universidade de Londres o precariado constitui um fenômeno relativamente novo, o qual surgiria como consequência da perda de direitos adquiridos sobretudo durante os “anos de ouro” do capitalismo, o sociólogo da

Universidade de São Paulo defende que a condição precária é inerente à relação salarial imposta pelo sistema capitalista de produção.

Braga sustenta que o precariado é formado por três daquelas quatro frações apontadas por Karl Marx como as componentes da “população trabalhadora excedente”. São elas: a “população flutuante”, formada por trabalhadores ora atraídos ora repelidos pelas empresas; a “população latente”, composta por jovens e por trabalhadores não industriais à espera da chance de abandonar os setores tradicionais; e a “população estagnada”, formada por pessoas que mesmo sendo parte da força de trabalho, ocupam funções tão deterioradas e mal remuneradas que suas condições de vida podem chegar a níveis subnormais de existência.

A outra fração que, segundo Marx, integraria a população trabalhadora excedente é a “população pauperizada”, composta pelos doentes, indigentes e aqueles que já não estão em condições de trabalhar por conta da idade. Esta fração mais o lupemproletariado estão excluídos da noção de precariado defendida por Braga.

A tese braguiana, que como se nota está em perfeita sintonia com Marx, provê a noção de meia sola de estofamento sociológico, dado que os homens e mulheres desta pesquisa oscilam entre a formalidade precária – em que ter carteira assinada não significa está a salvo de rendimentos abaixo das necessidades de consumo e do desempenho de atividades penosas – e a informalidade também precária.

Mas se Ruy Braga nos apresenta as raízes estruturais do precariado da Zona da Mata Canavieira, Guy Standing nos incita a vê-lo também a partir de uma ótica histórica e relacional.

Histórica porque, na concepção do britânico, parte do precariado se apresenta como trabalhadores que se veem afastados de velhas comunidades e formas de vida tradicionais e passam a integrar uma força de trabalho precária. Isso ajuda a entender, por exemplo, o fato de muitos trabalhadores urbanos e agrícolas das cidades visitadas terem vivenciado o sistema de moradia ou, quando não, serem filhos de trabalhadores que o vivenciaram.

Relacional por conta do método analítico de Standing, que ao observar o precariado em sua relação com o ente estatal, conclui que aquele caracteriza-se

pela insegurança frente aos direitos e pela sua dependência das dídivas vindas do Estado e das instituições de caridade que operam em nome deste. É daí que vem a noção do meia sola como trabalhador-beneficiário, pois como se viu na pesquisa empírica, há diversos casos de trabalhadores que argumentam serem os benefícios do Estado – com destaque para o PBF – uma forma de complementar os poucos ganhos monetários advindos do trabalho ou de “segurar as pontas” quando da falta de serviço.

No terceiro e último grupo estão alguns estudiosos que complementam a discussão sobre trabalho e Estado. Destaco aqui o sociólogo brasileiro Jessé Souza e o francês Pierre Bourdieu.

Souza, por exemplo, ajuda a pensar o caráter físico do trabalho do meia sola, que como aqueles trabalhadores da “ralé”, é visto pelo patronato de negreiros como força física pura, carnes e músculos a serem trucidados no processo de geração de riquezas. Estamos olhando para sujeitos que, na visão do autor potiguar, não dispõem do tempo nem das reservas financeiras para acumular capital cultural ao estilo da classe média tradicional, logo, estão longe de terem os mesmos empregos.

Bourdieu, por seu turno, traz uma crítica robusta ao Estado neoliberal, que entre outras coisas, caracteriza-se por querer destruir os coletivos. Por mais evidente que esteja que a base de um problema é social, esse “tipo político” lançará sobre o indivíduo a total responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Daí que pode ser frustrante para alguns perceber que “mesmo” recebendo a transferência monetária do PBF muitos beneficiários seguem se alimentando mal, desempenhando trabalhos horríveis e morando em áreas com uma estrutura de serviços precária. Ademais, Bourdieu nos apresenta uma imagem do Estado como concentrador do “capital de informações”, o que será bastante útil para analisar os aspectos técnico-burocráticos de um programa como o PBF.

Contra o argumento de que estamos diante de uma salada mista, com tantos autores e perspectivas diferentes, digo que há aí mais similaridades do que discordâncias, e todos dão o tom analítico dessa tese, que se propõe contribuir para uma sociologia crítica do trabalho e da pobreza.

As escolhas teóricas se refletem na própria organização da tese, que está assentada em três pés: o histórico, o descritivo e o analítico. É possível enxergar

esse tripé em todo o texto, mas para fins metodológicos, buscou-se dar ao segundo capítulo do texto um caráter histórico-descritivo, ao passo que o terceiro e o quarto apresentam um cariz descritivo-analítico. Isso não quer dizer que falte análise no segundo e história no terceiro e no quarto, mas há elementos que se destacam mais em cada um dos capítulos.

E se esse modesto estudo pretende contribuir com algo, é com as seguintes proposições. Primeiro, que o precariado da Zona da Mata Canavieira Alagoana, que tem o trabalhador da cana como o seu tipo mais conhecido, caracteriza-se pela insegurança frente ao futuro, tendo que “se desdobrar” para garantir o pão de cada dia, o que implica realizar serviços que poucos querem realizar e buscar os benefícios sociais concedidos pelo Estado. A figura do canavieiro persiste, mas esse sujeito vive do trabalho no canavial (onde disputa espaço com a máquina), dos bicos no campo e na cidade e dos benefícios do Estado – com destaque para o PBF – e de outras instituições. E segundo, que esse sujeito é um trabalhador-beneficiário, sendo que o benefício apenas ameniza a situação de privação em que vive; não lhe dá condições de romper os grilhões que o prendem a um patronato de negreiros que o explora com trabalhos pesados e o remunera abaixo das suas necessidades.

1.3 O campo

Além da pesquisa em fontes bibliográficas, esse estudo contou com a realização de entrevistas em duas cidades da Zona da Mata Norte do estado de Alagoas, Branquinha e União dos Palmares.

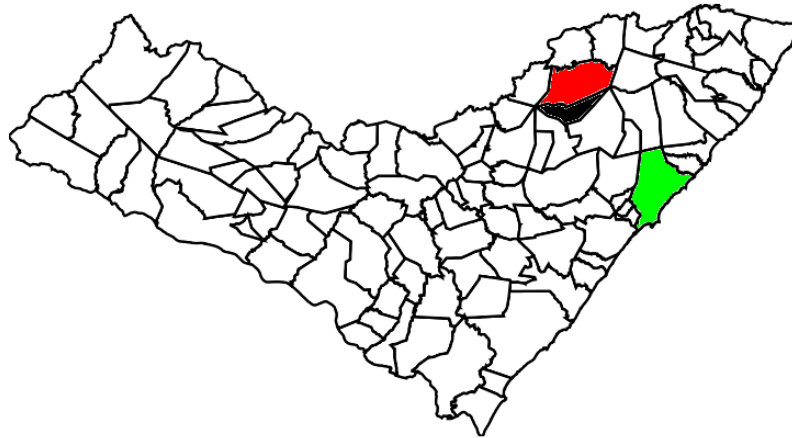


Figura 1: Mapa do estado de Alagoas. Em destaque, as cidades de U. dos Palmares (vermelho), Branquinha (preto) e Maceió (verde).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre as justificativas para a escolha dos supraditos municípios está o fato de ambos se situarem no centro nervoso da produção canavieira do norte alagoano. Em União está localizada aquela que era uma das principais usinas de açúcar e álcool da região, a Laginha, que devido a uma série de problemas parou de funcionar no início desta década. E tanto em União quanto em Branquinha há milhares de pessoas que compõem a força de trabalho de usinas localizadas em cidades como Murici e São José da Laje.

Além do exposto acima, o par Branquinha-União foi construído de modo a evidenciar as disparidades existentes em uma mesma região. Branquinha, de acordo com a estimativa do IBGE, tinha em 2016 uma população de 10.709 habitantes. União dos Palmares, segundo cálculo deste mesmo órgão, tinha 66.255 habitantes.

O visitante que chega às duas cidades logo percebe as diferenças. Branquinha tem um tom rural e um comércio pouco agitado. Do centro da cidade é possível avistar roçados, plantações de cana, barracões de movimentos de luta pela terra³.

Já União é diferente. A parte urbana se destaca, com lojas, postos de gasolina, casas de vários estilos, hotéis, bares e restaurantes. O comércio é pulsante, apesar de vários entrevistados terem afirmado que o fechamento da Usina Laginha fez com que a atividade comercial ali arrefecesse.

³ Isto no período em que foram feitas as visitas ao município.

Do centro de União dos Palmares não é possível ver a mesma paisagem que se ver em Branquinha. O rural – como território de características específicas – não se nota a partir das agitadas ruas da área central da cidade. É preciso seguir para as franjas do município para notar os roçados, as plantações de cana, as criações de gado, as porteiras.

Ao passo que Branquinha constituiu-se cidade apenas em 1962 – até então fazia parte de Murici –, União é um dos mais antigos municípios de Alagoas. As primeiras habitações onde hoje se encontra a cidade datam do século 18. Em 1831, o lugarejo que tinha o nome de Santa Madalena foi desmembrado de Atalaia por um decreto governamental. Tempos depois a cidade ganhou o nome de União, o que é creditado ao fato de as estradas de ferro⁴ que há ali unirem os estados de Alagoas e Pernambuco.

Em 1944, União passou a ser União dos Palmares, o que seria uma forma de homenagem ao famoso quilombo que existiu em suas terras no século 17 e que foi guiado por valentes líderes negros, como Ganazumba e Zumbi. A emblemática Serra da Barriga, símbolo de resistência do povo negro e de todos aqueles que anseiam por liberdade é um dos pontos mais visitados da cidade.

Desde as primeiras povoações a cana foi o elemento basilar da economia dos municípios de Branquinha e União dos Palmares. E não apenas isso. A “cultura da cana” também se faz sentir em outros terrenos, como o da política, com os proprietários de terras e usineiros a possuírem uma forte influência na esfera do poder. Esta íntima relação entre cana e poder seria, de acordo com alguns entrevistados, a responsável pela dependência econômica da cana na região visitada, já que não haveria interesse por uma mudança no cenário produtivo por parte dos que detêm a posse de terras e de vastos canaviais.

Um outro aspecto que influenciou a escolha das duas cidades como *locus* da pesquisa empírica foi a comprovação de que as mesmas apresentam índices críticos de desenvolvimento humano e social. Pode-se atestar isso a partir dos dados disponibilizados no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2013, que é uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

⁴ Há muito tais estradas estão desativadas, o que revela certo descaso com o transporte ferroviário não apenas ali, mas em todo o estado, que é um dependente da malha rodoviária.

(PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro.

Para determinar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, região metropolitana, estado ou Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH), o IDHM leva em consideração fatores como as condições para uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e o padrão de vida dos seus habitantes. O IDHM confere a cada uma dessas unidades um número que vai de 0 a 1; em que quanto mais próximo de 1, mais elevado o seu desenvolvimento humano.

Este índice também indica faixas de desenvolvimento, o que ajuda a compreender melhor a situação de cada área. Assim, de 0 a 0,499 o índice é considerado muito baixo; de 0,500 a 0,599, baixo; de 0,600 a 0,699, médio; de 0,700 a 0,799, alto; e de 0,800 a 1, muito alto.

Branquinha apresenta um índice de 0,513, o que a insere entre as cidades com baixo desenvolvimento humano. Apesar de receber uma nota média no quesito longevidade (0,699), a cidade é mal avaliada nas áreas de renda (0,534) e educação (0,362).

União também tem um índice que a inclui entre as cidades com baixo desenvolvimento humano, 0,593. Assim como Branquinha, o município se destaca no tópico longevidade (0,764), mas não vai longe em termos de renda (0,590) e educação (0,462).

A título de comparação, a capital do estado de Alagoas, Maceió, apresenta o índice 0,721, o que a deixa bem distante das duas cidades escolhidas para a pesquisa de campo. Mas se mesmo Maceió já está bem afastada daquela que é considerada a cidade com melhores índices no Brasil (São Caetano/SP, com 0,862), pensemos na situação dos dois municípios da Zona da Mata Canavieira Alagoana.

Na realidade, não são muitas as cidades de Alagoas que apresentam, segundo os critérios do IDHM, um desenvolvimento ainda que médio. Saltam à vista, porém, os baixos índices em cidades com tradição canavieira, onde a dependência do setor sucroenergético é grande. As cidades do entorno de União e Branquinha, por exemplo, como Murici, São José da Laje, Santana do Mundaú, Joaquim Gomes e Ibateguara, apresentam todas um baixo índice de desenvolvimento humano.

Para recapitular, os três fatores determinantes para a escolha de Branquinha e União dos Palmares como *locus* empírico são: a forte influência do agronegócio canavieiro no cotidiano das cidades, a qual se faz sentir na economia, mas também na política; o fato de muitas pessoas dali fazerem parte da força de trabalho explorada pelo setor sucroenergético; e a existência de índices críticos de desenvolvimento humano e social, o que de certa forma é representativo das condições de vida da maioria das famílias da Zona da Mata Canavieira Alagoana.

Dito isto, é importante apontar os locais em que as entrevistas aconteceram, tanto em uma quanto em outra cidade. Em Branquinha, as entrevistas ocorreram no centro da cidade – nas casas dos entrevistados, no sindicato dos trabalhadores rurais, na rua – e ainda em suas franjas, em áreas predominantemente rurais. Aqui foi possível conversar, sobretudo, com trabalhadores e trabalhadoras que estavam participando de ocupações de terras à época. Devo destacar que quando da realização das entrevistas, principalmente entre 2014 e 2015, as cidades da região estavam em efervescência, com várias ocupações motivadas pelo fechamento de usinas e o não recebimento de direitos trabalhistas.

Em União as entrevistas ocorreram principalmente em seis pontos, com destaque para os cinco últimos:

1. Centro;
2. Bairro Roberto Correia de Araújo, também conhecido por Robertão ou Terrenos;
3. Bairro Vaquejada;
4. Conjunto Newton Pereira;
5. Comunidade Quilombola de Muquém;
6. Acampamentos às margens da Rodovia BR-104

Uma informação importante sobre essas localidades: boa parte dos trabalhadores da cana e outros trabalhadores pobres moram nos Terrenos, na Vaquejada, no Conjunto Newton Pereira e no Muquém.

O bairro Roberto Correia de Araújo também é conhecido por Terrenos pelo fato de as casas dali terem sido construídas em terras doadas por políticos a famílias de baixa renda nos idos dos anos 60 e 70. Muitos dos que ganharam “terrenos” vinham da zona rural do município ou de outras cidades. Depreende-se

que havia famílias expulsas das fazendas, pois o sistema de morada, como apontarei mais tarde, já estava em declínio nesse período.

O bairro Vaquejada, próximo aos Terrenos e com um perfil populacional bastante semelhante, é conhecido na cidade como uma área perigosa, já que há relatos de violência relacionada ao tráfico de drogas. Lembro que quando fui até lá fazer entrevistas, um líder comunitário disse que me acompanharia, pois junto dele não me “aconteceria nada”. É preciso tomar isso como um dado, pois aliada à expulsão dos pobres para áreas periféricas dos municípios há a emissão de discursos estigmatizantes e mistificadores sobre os sujeitos que ali residem.

Já o Conjunto Newton Pereira foi construído pelo poder público para abrigar as famílias que perderam as suas casas na enchente de 2010, que atingiu cidades de Alagoas e Pernambuco. As pessoas que residem ali vieram de áreas vulneráveis, com uma infraestrutura precária e ocupada, sobretudo, pelos mais pobres da cidade. De fato, como vim a saber durante a realização da pesquisa, os atingidos pela cheia do Rio Mundaú que migraram para o novo conjunto eram operários agrícolas das usinas da região, trabalhadores informais, desempregados e donas de casa.

Muitos entrevistados não escondiam a felicidade por terem conseguido um novo lar após a dolorosa experiência de “passar pelas águas” – a perda da casa e de outros bens na enchente –, mas mesmo assim sentiam-se incomodados com o descaso no novo local de moradia, representado, por exemplo, pela falta de um sistema eficiente de escoamento das águas da chuva.

A Comunidade Quilombola do Muquém é uma das mais tradicionais de Alagoas. Cheguei até ela por indicação de um professor de União dos Palmares, que viu no perfil dos seus moradores justamente aquilo que a minha pesquisa evidenciava: trabalhadores e trabalhadoras da cana que tinham uma experiência com o Programa Bolsa Família, isto é, que já haviam participado do programa ou estavam participando na época do estudo.

E foi justamente essa a realidade encontrada. Homens e mulheres que começaram a trabalhar cedo no serviço pesado, que retiravam o seu sustento do trabalho duro nos canaviais ou na realização de pequenos serviços na cidade ou na zona rural e tinham os seus rendimentos complementados pelo PBF.

Mesmo aqueles que eram donos de um pedaço de terra tinham trabalhado nas usinas. A explicação dada pelos entrevistados é que o trabalho na agricultura era para a subsistência, ao passo que o trabalho como operários agrícolas garantia além do salário, o acesso a benefícios como o seguro-desemprego e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esta realidade, porém, estava em flagrante mudança, dada a crise do setor sucroenergético.

A presença de negros e negras no Muquém é marcante. Em uma cidade com um histórico de luta por liberdade, chama a atenção o fato de muitos terem de vender a sua força de trabalho a um setor com um histórico de desrespeito aos direitos humanos e sociais, já que “a lavoura não dá produção” – no dizer de uma entrevistada.

Outro sinal dos tempos no Muquém é o desinteresse das pessoas – segundo alguns entrevistados da área – pelos itens de barro produzidos na comunidade. No passado havia uma procura considerável por panelas, potes, mingotas feitas ali, o que além de divulgar o nome do Muquém ajudava a gerar renda para as artesãs e os artesãos. Hoje em dia a procura diminuiu consideravelmente; “as pessoas preferem os itens de alumínio”, ouvi em uma das conversas.

Tanto os Terrenos como o Conjunto Newton Pereira e a Comunidade do Muquém contam com associações de moradores, o que, em termos práticos, ajudou bastante na interação com os trabalhadores-beneficiários, e, como matéria de análise, mostrou a importância que esse tipo de instituição tem para o precariado da Zona da Mata Canavieira, com as doações de alimentos, a prestação de serviços em convênio com órgãos públicos e privados etc.

As entrevistas realizadas nas ocupações de terra foram de suma importância, pois mostraram o precariado da Zona da Mata Canavieira “em ação”. Donas de casa, aposentados, operários agrícolas desempregados e que não recebiam os salários atrasados e as indenizações da usina falida: eis o perfil de maior destaque nos acampamentos à beira da BR-104.

Também ali o Bolsa Família estava presente: era o que “salvava” os que tinham ficado sem emprego, sem indenizações e sem uma imagem mais ou menos clara do que seria o futuro. Diante de tantas incertezas, só restava juntar as forças e ocupar as terras do usineiro e dos seus ricos parceiros.

Havia gente de União, mas também de outras cidades, como aquelas pessoas que vieram junto com o movimento de luta pela terra e que tinham uma maior formação política. Novos e antigos militantes, portanto, juntos na luta por um pedaço de chão no estado que segundo dados divulgados em 2010 tem um dos piores índices de distribuição de terras do Brasil. Naquele ano o Índice de Gini do uso do solo de Alagoas era 0,871 (quanto mais próximo de 1 maior a concentração fundiária), o que o fazia ser o campeão na concentração de terra, acompanhado de perto pelos estados do Maranhão, com 0,866, e Mato Grosso, com 0,865 (HOFFMANN; NEY, 2010).

Ao conversar com os homens e mulheres dos acampamentos tive acesso a informações sobre o objeto específico da minha pesquisa, mas também sobre o seu cotidiano de luta, suas motivações e esperanças. Trato disso na tese, pois, como sustento, a identificação “beneficiário”, que é a preferida dos burocratas da política social atualmente, não dá conta da complexa realidade em que vivem os sujeitos assim chamados. Estamos falando de trabalhadores e trabalhadoras precários, desempregados, pessoas que vivem de aluguel, que sonham em ter um pedaço de terra para cultivar e que precisam “se virar” para ter com que se manter.

Estas são algumas das características das áreas visitadas durante a realização da pesquisa de campo. Como já fora dito aqui, o processo de feitura da pesquisa é dinâmico, mas isso porque a própria realidade é dinâmica.

Ao visitar Branquinha e União dos Palmares me deparei com elementos empíricos já esperados, mas também com informações, acontecimentos e práticas imprevistas, justamente porque é dessa forma que a história caminha, com os homens e as mulheres a tecerem o amanhã a partir das condições objetivas de um determinado tempo, para lembrar a famosa expressão cunhada por Marx (2006).

Certamente após a minha saída do campo outros fatores poderão influenciar as representações e as práticas dos sujeitos desse estudo, como por exemplo, o fatídico impedimento da presidente Dilma Rousseff, o qual alçou ao poder um governo de semblante antipopular que tem uma agenda pesada de austeridade e um plano de reformas bastante criticado pelas suas consequências para os mais pobres do país. Espero, porém, que as análises aqui contidas tenham certo êxito em “captar o movimento” do real e ajudar no debate.

1.4 Método de coleta de informações

Com relação ao método de coleta de informações, optei por utilizar as técnicas da entrevista semiestruturada e da entrevista aberta. Isso porque ficou claro durante a realização do trabalho de campo que o melhor a ser feito era combinar uma prática e outra, já que os sujeitos não reagem da mesma maneira a esse acontecimento “fora do comum” que é a chegada em sua casa ou bairro de um pesquisador com vários questionamentos sobre assuntos privados ou coletivos.

A entrevista semiestruturada, como o próprio nome sugere, é conduzida levando-se em conta alguns tópicos e questões pertinentes ao objeto de estudo da pesquisa. Os rumos que a conversa deve seguir são previamente apontados, o que não quer dizer que o entrevistado e o entrevistador não possam explorar novos terrenos, com o primeiro a fornecer informações que julgue importantes e de interesse para o trabalho do segundo.

A entrevista aberta, por sua vez, caracteriza-se pelo amplo campo de possibilidades que abre ao entrevistado e ao entrevistador. Desse modo, se na entrevista semiestruturada há delimitações que orientam os rumos da conversa – sem, no entanto, engessá-la –, na entrevista aberta tais setas são substituídas pelo que podemos chamar de “foco”, um tema geral, por assim dizer, que leva o entrevistado a falar do que quiser sobre o assunto em tela e da forma que quiser.

Algumas das questões⁵ previamente formuladas que levei a campo foram: “Quando começou a trabalhar para a usina?”, “Como você define o seu trabalho?”, “Já adoeceu por conta do trabalho?”, “Quando começou a receber o benefício do PBF?”, “O que você faz com o dinheiro do PBF?”, “É possível viver somente com o dinheiro do PBF?”, “Como era sua vida antes do PBF?”.

Ora, essas perguntas me foram muito úteis, já que várias pessoas se sentiram “à vontade” para revelar aspectos da sua vida a um estranho que portava um gravador e dizia que não era “do governo”, mas sim de uma universidade do estado de São Paulo.

Mas o que também pude perceber é que estava lidando com temas delicados, em particular um, que é o Programa Bolsa Família. Os cortes de benefícios, as

⁵ Afora perguntas biográficas básicas, como idade, local de nascimento, estado civil etc.

suspensões, as fraudes noticiadas na TV etc., tudo isso mexia e continua a mexer com o imaginário popular, e muitas pessoas acabam apostando no laconismo como a melhor forma de lidar com quem se interessa pelos seus rendimentos. Não por deverem algo, mas por medo de injustiças.

De modo que ao notar que alguns interlocutores percebiam como incômodas certas perguntas do roteiro e davam respostas fáticas ou diziam aquilo que pensavam que era o que eu gostaria de escutar, seja sobre o trabalho seja sobre o recebimento do benefício estatal, passei a utilizar alguns recursos próprios da entrevista aberta.

Pedi para que me falassem de suas trajetórias de vida e trabalho, por exemplo. “Poderia me falar um pouco sobre a sua experiência como cortador de cana?”, “O que você pensa do PBF?”, “Poderia me dizer como seria a sua vida se o PBF fosse cortado?”. Estas foram algumas das questões generalizantes que fiz em determinadas situações, quando me pareceu ser melhor deixar de lado as questões do roteiro.

Uma técnica não exclui a outra. Tenho sustentado aqui nesse capítulo que o processo de construção da pesquisa é dinâmico, pois a própria realidade tem essa característica. Portanto, é dever do pesquisador ver quais são as formas mais adequadas de abordar os sujeitos no campo, a partir da sua própria experiência no cotidiano da pesquisa.

E como as informações coligidas com o uso dessas técnicas foram organizadas? Este é um ponto importante, pois buscou-se observar nas entrevistas as regularidades, as intersecções nas falas dos sujeitos, os pontos de vista comuns. É possível afirmar que o meia sola transita entre a formalidade precária e a informalidade também precária porque aqui um disse que foi operário agrícola (formalizado) e areeiro (bico); ali outro falou que foi operário agrícola (formalizado) e vendedor de cosméticos (bico); e acolá mais um revelou que foi operário agrícola (formalizado) e construtor de cercas (bico).

As análises contidas na tese são resultado desse exercício mais o acareamento dos achados do campo com os discursos teóricos pertinentes. O próprio título da tese procura evidenciar a aproximação entre o universo empírico e a teoria. Meia sola, expressão bastante comum no cotidiano dos trabalhadores-

beneficiários da região visitada, ressurge com potencial analítico pela sua afinidade com o conceito de precariado, já consagrado na literatura sociológica nacional e internacional.

Buscou-se ao máximo deixar que a “voz dos sem voz” fosse “ouvida” nas páginas mais adiante; isto, porém, sem privar os que as vão ler de uma análise teoricamente orientada e com critérios.

1.5 Os sujeitos da pesquisa

Apresento agora algumas informações resumidas a respeito das mulheres e dos homens entrevistados. São citadas nesse trabalho 31 entrevistas. A maioria delas – 26, para ser mais exato – foi feita com os principais sujeitos da pesquisa: trabalhadoras e trabalhadores que se encontram nesse ponto de intersecção que é o trabalho agrícola nas usinas de açúcar e álcool e a participação no Programa Bolsa Família. Evidente que aí não cabem apenas os operários e as operárias agrícolas, mas ainda ex-trabalhadores do setor sucroenergético, aposentados e donas de casa.

Dentre as 26 entrevistas, dezesseis foram feitas com mulheres. Algumas destas eram ou já haviam sido operárias agrícolas das usinas; várias eram ou já haviam sido agricultoras; e a maioria se apresentava como dona de casa.

As dez entrevistas restantes foram feitas com homens. Aqui se destacam aqueles que se apresentaram como operários agrícolas das usinas, nas quais já haviam desempenhado várias funções: corte de cana, irrigação, aplicação de herbicida, limpa de mato etc. A maioria também realizava ou já havia realizado outros tipos de trabalho para sobreviver, em sua maior parte informais. Atividades como a construção de cercas, a venda de cosméticos e a retirada de areia no rio foram citadas. Entre os entrevistados homens há também quem já estivesse aposentado ou perto de solicitar esse direito, devido a idade.

Sabe-se que 25 desses entrevistados eram ou já haviam sido beneficiários do PBF. Deve-se ressaltar ainda o fato de alguns morarem em casas com mais de uma família, em que uma filha casada ou outro parente com filhos recebia o benefício. De

modo que o conjunto das entrevistas vai ao encontro daquilo que fora traçado como o perfil dos sujeitos a serem ouvidos.

Afora os 26 que compõem o principal público-alvo, foram entrevistados mais cinco sujeitos. Dois eram funcionários da coordenação local do PBF nas cidades visitadas. Uma era da secretaria de assistência social de uma dessas cidades. Outro era membro do sindicato dos trabalhadores rurais de Branquinha. E o último um professor de Geografia e História da cidade de União dos Palmares⁶.

Nos quadros 1 e 2 eu apresento outras informações relevantes sobre os 26 principais interlocutores desta pesquisa. Vejamos.

Nome	Idade	Ocupações	Escolaridade
Ana	20 anos	Feirante; dona de casa	Ensino médio completo
Clemilda	31 anos	Operária agrícola (bituca); dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Valéria	45 anos	Operária agrícola (plantio, adubação e corte de cana); agricultora; dona de casa	Afirmou nunca ter ido a escola
Dandara	24 anos	Empregada doméstica; dona de casa	Ensino médio completo
Flora	44 anos	Agricultora; dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Tereza	25 anos	Agricultora; dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Luzia	51 anos	Agricultora; dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Nise	29 anos	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Dulce	49 anos	Auxiliar de serviços gerais; dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Natividade	38 anos	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Geane	25 anos	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Diva	41 anos	Operária agrícola (corte de cana); dona de casa	Afirmou nunca ter ido a escola
Luana	31 anos	Agricultora; dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Edilene	44 anos	Dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Sônia	31 anos	Ex-empregada doméstica; dona de casa	Ensino fundamental incompleto
Jane	44 anos	Ex-operária agrícola (plantio, adubação e corte de cana); agricultora; dona de casa	Ensino fundamental incompleto

Quadro 1: Identificação das mulheres entrevistadas segundo idade, ocupação e escolaridade⁷.

Crédito: Charles dos Santos (2017). Construído a partir da pesquisa de campo, 2014-2015.

O quadro acima traz informações sobre as mulheres. A média de idade das entrevistadas é de 35 anos; sendo que a mais jovem tinha 20 na época da entrevista e a menos jovem, 51.

Das 16 mulheres, 2 (12,5%) informaram que nunca chegaram a frequentar a escola. Entre as que chegaram a ir para a instituição escolar (14), apenas 2

⁶ A título de esclarecimento, apenas o último terá o seu verdadeiro nome divulgado, já que o mesmo foi entrevistado como pesquisador.

⁷ Todos os nomes são fictícios.

(14,28%) concluíram o ensino médio, que por sinal são duas das entrevistadas mais jovens do grupo. As demais não chegaram a terminar nem o ensino fundamental.

Como fora aventado anteriormente, 4 (25%) entrevistadas já trabalharam como operárias agrícolas nas usinas da região; e ao se mirar o quadro percebe-se que estas estão entre as que não lograram concluir o ensino fundamental.

Nome	Idade	Ocupações	Escolaridade
Seu Lêdo	65 anos	Ex-operário agrícola (corte de cana, irrigação etc.); agricultor; líder comunitário	Ensino fundamental incompleto
José Neno	48 anos	Operário agrícola; agricultor; vigilante	Ensino fundamental incompleto
Aurélio	59 anos	Ex-operário agrícola aposentado; ex-vigilante; agricultor	Ensino fundamental incompleto
Sebastião	46 anos	Operário agrícola (corte de cana, irrigação etc.); agricultor	Ensino fundamental incompleto
Marlon	36 anos	Operário agrícola (corte de cana, irrigação etc.); agricultor; ajudante de carpintaria; construtor de cercas	Ensino fundamental incompleto
Dirceu	35 anos	Operário agrícola (corte de cana, irrigação etc.); agricultor; areeiro; vendedor de cosméticos	Ensino fundamental incompleto
Hermeto	29 anos	Operário agrícola (corte de cana, irrigação etc.); agricultor; areeiro	Ensino fundamental incompleto
Jacinto	39 anos	Operário agrícola (corte de cana, irrigação etc.); agricultor	Ensino fundamental incompleto
Seu Caetano	61 anos	Ex-motorista aposentado	Ensino fundamental incompleto
Marcelo	24 anos	Operário agrícola (corte de cana, irrigação etc.); agricultor	Ensino fundamental incompleto

Quadro 2: Identificação dos homens entrevistados segundo idade, ocupação e escolaridade⁸.

Crédito: Charles dos Santos (2017). Construído a partir da pesquisa de campo, 2014-2015.

Já esse outro quadro traz informações sobre os homens. Aqui, a idade média dos entrevistados é de 44 anos; em que o mais jovem tinha 24 anos no período em que foram feitas as entrevistas, e a pessoa com a maior idade, 65.

Todos os entrevistados (100%) informaram que não chegaram a concluir sequer o ensino fundamental. E assim como no caso das mulheres, boa parte deles abandonaram os bancos escolares logo nos primeiros anos.

Nota-se que 9 (90%) dos entrevistados já trabalharam como operários agrícolas nas usinas de açúcar e álcool da região. E esses mesmos 9 afirmaram já terem trabalhado na agricultura – no caso das mulheres são 6.

Outra informação importante a respeito das entrevistadas e dos entrevistados é que a imensa maioria era formada por negras e negros. Esta e as outras informações confirmam que os sujeitos abordados nesta pesquisa integram aquela fração de classe que tem os piores ganhos monetários, que realiza os serviços mais

⁸ Todos os nomes são fictícios.

pesados e discriminados, que tem nas suas malhas homens e mulheres vítimas cotidianas do preconceito e da violência e que é separada da exclusão socioeconômica por uma fina camada de direitos, a qual é constantemente ameaçada pela elite econômica do país e seus ideólogos.

CAPÍTULO 2

A construção social dos trabalhadores canavieiros no Brasil: alguns apontamentos históricos

2.1 O princípio: escravos e trabalhadores livres na lavoura canavieira

O escravo: uma peça, uma coisa

A cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil no início do século 16 pelas mãos de Martim Afonso de Souza, o qual em sua aventura ultramarina trouxe na bagagem algumas mudas provenientes da Ilha da Madeira (SOARES, 2003). A cana, desse modo, foi a primeira cultura comercial brasileira, num contexto em que o engenho era o “maior e mais complexo” empreendimento econômico no mundo, e o açúcar, o produto de maior valor no comércio mundial (CARVALHO, 2000).

Ao que parece há uma polêmica entre os historiadores acerca do local de instalação do primeiro engenho no país: enquanto um grupo sustenta que o local foi a Capitania de São Vicente, em São Paulo, tendo o engenho o nome de São Jorge, outro defende que foi em Olinda, na Capitania de Pernambuco, onde fora erguido o Engenho Nossa Senhora da Ajuda (LEITE LOPES, 1978). O fato é que, já por volta de 1590, havia seis engenhos na Capitania de São Vicente, 36 na da Bahia e 66 na de Pernambuco (LEITE LOPES, 1978), o que revela a rápida expansão da produção canavieira na colônia.

Um fator demonstrou ser muito importante para essa expansão, qual seja, a experiência adquirida pelos portugueses na produção de açúcar nas ilhas do Atlântico, que havia se iniciado há algumas dezenas de anos do início da colonização das terras americanas (FURTADO, 1986). Segundo Furtado,

Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, ademais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se têm em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para exportação de equipamentos, compreende-se facilmente que, sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor, o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto. (FURTADO, 1986, p. 9).

Essa experiência também foi decisiva por permitir o intercâmbio entre portugueses e flamengos, sendo que estes últimos constituíam à época uma grande potência comercial. Este intercâmbio fez com que a produção portuguesa de açúcar passasse a ser cada vez mais uma empreitada em comum com os flamengos, representados a princípio pelos interesses de Antuérpia e depois pelos de Amsterdã. Os flamengos recolhiam o açúcar em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição pela Europa, particularmente no Báltico, na França e na Inglaterra (FURTADO, 1986).

Os flamengos – sobretudo os holandeses – não contribuíram com os portugueses tão somente abrindo rotas comerciais para o principal produto destes, o açúcar. Conforme Celso Furtado,

Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países-Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava. (FURTADO, 1986, p. 11).

A importância da presença de capital estrangeiro na produção açucareira desse período é, inclusive, ratificada por Carvalho (1982), para quem está claro que só as Capitanias Hereditárias mais próximas aos grupos mercantis conseguiram estabelecer-se com algum sucesso, o que foi o caso das Capitanias de Pernambuco e de São Vicente, cujos donatários foram, respectivamente, Duarte Coelho e Martim Afonso de Souza.

Tem-se, então, que a experiência técnica dos portugueses na produção do açúcar aliada à capacidade comercial e ao poder financeiro dos holandeses constituem uma das chaves para a viabilização da empresa colonizadora agrícola no Brasil. A outra chave seria a força de trabalho, que segundo Furtado (1986) era tida como um problema.

O historiador Manuel Correia de Andrade também se refere ao problema da força de trabalho nos primeiros anos da colonização. Segundo ele,

(...) o problema principal, o mais sério, era o da mão-de-obra, de vez que os trabalhadores eram necessários não só à cultura da cana – plantio, limpeza

e colheita –, como também à fabricação e ao transporte do açúcar e ainda à cultura de mantimentos e aos serviços domésticos. (2005, p. 76).

Furtado argumenta que somente pagando salários bem mais elevados do que aqueles pagos na Europa seria possível trazer trabalhadores do Velho Continente para a lida nas lavouras e nos engenhos instalados na colônia. Se a opção fosse retribuir com terras o trabalho realizado pelo colono durante um período de tempo, o fato de as mesmas não terem grandes concentrações de capital e, portanto, serem consideradas de pouca valia econômica não tornava a medida atrativa ou viável. Ademais, a escassez de trabalhadores em Portugal, mormente durante o “magnífico florescimento” da empresa nas Índias Orientais, também constituía um problema para os colonizadores (FURTADO, 1986).

Como os portugueses já conheciam por essa época os meandros do mercado africano de escravos – há indícios, inclusive, de que em 1526 já havia escravos na costa nordestina, os quais foram trazidos pelos portugueses para se dedicarem aos trabalhos agrícolas nas chamadas “feitorias” (ANDRADE, 2005) –, viu-se na utilização da força de trabalho escrava a solução para o problema da falta de braços na colônia.

A escravização dos índios, segundo Andrade (2005), coexistiu com a dos negros africanos desde os primeiros tempos da colonização. A propósito, ficaram bastante conhecidas as caçadas empreendidas pelos bandeirantes⁹, os quais viam no aprisionamento e na venda de indígenas a fazendeiros e senhores de engenho uma grande oportunidade de lucro (DAVIDOFF, 1982).

O historiador Caio Prado Jr., em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia”, afirma que as ordens religiosas da época eram solícitas em defender os indígenas das violências cometidas pelos colonos, mas, por outro lado, eram as primeiras a aceitar e a promover a escravidão africana como forma de suprir a colônia de trabalhadores. Para que as suas obras de catequização dos nativos não sofressem nenhuma interferência dos exploradores, os missionários garantiam a sua “bênção” àqueles que empregavam em suas propriedades o trabalho dos negros africanos (PRADO JR., 2000).

⁹ Assim eram chamados os caçadores e exploradores que, no período colonial, perseguiram, aprisionavam e comercializavam indígenas, e ainda atuavam no combate aos quilombos. Os bandeirantes também se destacaram por empreenderem a busca por metais preciosos em áreas remotas da região colonizada.

Com isso, o tráfico negreiro acabou tornando-se uma atividade altamente lucrativa para portugueses, holandeses e ingleses, que viam nas colônias americanas (tanto as do Sul quanto as do Norte) uma ávida busca por essa força de trabalho. Sobre o caso do Brasil, Andrade afirma que

(...) desde o primeiro século de colonização (...) o comércio negreiro tomou grande impulso nas relações África/Brasil, contribuindo para permitir a ampliação da área ocupada e desenvolver a cultura da cana-de-açúcar. Tão elevado foi o contingente negro que desembarcou nos portos brasileiros – Salvador e Recife desde o século XVI, São Luís do Maranhão a partir do século XVIII e Rio de Janeiro e Santos nos séculos XVIII e XIX –, que a população brasileira passou, em certas áreas a ser predominantemente negra. Essa predominância do negro nas áreas mais dinâmicas do território brasileiro só começaria a cair no século XIX, sobretudo após a abolição do tráfico de escravos. (...) No Nordeste, especificamente, a economia canavieira dependia tanto da escravidão negra, que no primeiro século de colonização a população negra de Olinda era superior à branca, daí certos cronistas alertarem para o perigo desta região se tornar uma nova Guiné. (ANDRADE, 1985, p. 15-16).

A economia colonial era tão dependente da força de trabalho desses escravos, que um cronista da época chegou a afirmar não ser possível um “colono se sustentar na terra” sem contar com o trabalho dos mesmos (GANDAVO, 1570 *apud* FURTADO, 1986). No dizer popular, os escravos eram “as mãos e os pés” dos senhores de engenho, realizando atividades – nas mais precárias condições – tanto nas plantações de cana quanto nos engenhos e nas casas de seus proprietários.

As análises de Andrade (1985; 2005), Furtado (1986) e Prado Jr. (2000) acerca das condições de vida e trabalho dos escravos africanos complementam-se e revelam a desumanidade no trato com indivíduos que eram postos à venda nos portos da colônia como se fossem animais. Isso após cruzarem o oceano em verdadeiras “tumbas” – os navios negreiros. O excerto a seguir, retirado do famoso poema “Navio Negreiro”, do poeta baiano Antônio F. de Castro Alves, trata de forma pungente dessa travessia forçada e fatal:

V

(...)

Ontem a Serra Leoa,
A guerra, a caça ao leão,
O sono dormido à toa
Sob as tendas d'amplidão!
Hoje... o porão negro, fundo,

Infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar...
E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo ao mar... (ALVES, 2013, p. 24).

Andrade é perspicaz ao tratar da situação dos escravos africanos nesse período. Segundo ele, não há dúvida de que os negros estavam na base da pirâmide social, e que os mesmos tinham uma imensa carga de deveres a cumprir e quase nenhum direito.

Ele argumenta ainda que havia uma distinção entre o escravo destinado ao trabalho doméstico e aquele posto para trabalhar no campo. O primeiro, por estar na casa-grande, podia conquistar a afeição dos seus senhores e, assim, ter acesso a uma melhor alimentação e moradia; isso além, é claro, de ser destacado para a realização de trabalhos mais leves. Já o segundo, o que labutava duramente nos canaviais e nos engenhos, era

(...) encarado como se fosse uma máquina para produzir cana-de-açúcar, cabendo ao feitor, por todos os meios e com todos os recursos, extrair do mesmo o máximo de produção, sendo considerado uma coisa, um animal a ser sugado ao máximo, desde que se lhe conservasse a vida, por um período que compensasse o preço pago por ele. (ANDRADE, 1985, p. 29-30).

O autor sustenta que alguns dos nossos historiadores generalizaram a situação do escravo doméstico para a situação do escravo em geral, dando a entender que a escravidão no Brasil não foi tão cruenta como nas colônias saxônicas. Mas, segundo ele, a maioria absoluta dos escravos estava naquela segunda categoria, a dos que eram explorados no campo, onde, afirma categoricamente Andrade (1985), o excesso de trabalho, a alimentação deficiente, os castigos e as torturas eram regra.

Em “A terra e o homem no Nordeste”, Andrade traz outros dados sobre o modo como os escravos eram tratados pelos seus senhores, mais especificamente sobre os castigos aplicados a quem, porventura, tivesse feito algo que desagradasse a estes últimos. A descrição abaixo, muito rica em detalhes, choca ao revelar a brutalidade dos proprietários:

Os escravos eram frequentemente submetidos a maus-tratos, a castigos corporais, podendo ser batidos com chicote, varas ou correias de couro, ser postos a ferro ou no tronco ou até ser acorrentados pelos pés ou pelo pescoço; não convinha, entretanto, aos senhores matar ou mutilar os cativos que lhes haviam custado muito dinheiro; é possível que alguns mais perversos às vezes mutilassem ou ferissem a fogo os seus escravos, mas não devia ser frequente, a fim de não desvalorizar as “peças” tão caras. Entretanto, mesmo aqueles cautelosos e cientes do valor dos seus escravos, como o famoso João Fernandes Vieira, recomendavam que não se castigassem os escravos com paus nem com pedras quando merecessem, a fim de não desvalorizá-los, mas que os colocassem sobre um carro e os açoitassem e, após o açoitamento, fossem os mesmos picados com navalha e faca que cortasse bem, pondo-se depois, sobre as feridas, sal, sumo de limão ou urina. Após isto, ainda era o pobre escravo metido em corrente por alguns dias. Vê-se, assim, como eram pouco humanas as condições de vida impostas aos escravos em nossos engenhos. (ANDRADE, 2005, p. 86).

Furtado denuncia em sua principal obra, “Formação econômica do Brasil”, a visão de “coisa” ou mesmo máquina que os proprietários tinham dos escravos. Ele chega a dizer, inclusive, que “(...) a mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos” (FURTADO, 1986, p. 49). Posto de outro modo, o trabalho realizado pelo escravo é uma contrapartida ao fato de ele ser adquirido para tal fim. Assim como a máquina, que simplesmente produz após o comando de seu proprietário ou operador, o escravo também é visto como um elemento desprovido de autonomia que apenas existe para trabalhar. Se nas sociedades contemporâneas falamos de uma captura da subjetividade do trabalhador por parte do capitalista (GOMES E SILVA, 2006) – a tentativa de convencê-lo, por diversos meios, a colaborar com a empresa –, aqui o que se nota é a vontade se não de esmagá-la, de torná-la a mais subserviente possível através do uso da violência.

Prado Jr. (2000) também destaca este aspecto da escravidão na sociedade colonial, lançando luz ainda sobre a situação da mulher escrava naquele contexto; em suas palavras:

Nada mais se queria dele [do escravo], e nada se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A “animalidade” do Homem, não a sua “humanidade”. (p. 280).

O autor está de acordo com Manoel Correia de Andrade ao sugerir que não há nada nos senhores brasileiros de escravos que possa servir como prova de sua humanidade e complacência. No entanto, ele afirma que após o fim do tráfico negreiro, quando a escassez e os preços elevados dos escravos tornavam antieconômico reservar-lhes um tratamento excessivamente brutal e descuidado, há uma “atenuação” dos rigores da escravidão (PRADO JR., 2000).

Outro pesquisador que apresenta essa tese é Manuel Diégues Júnior (2006, p. 177), ao escrever que

(...) o negro era uma peça que valia dinheiro, mercadoria de valor econômico e financeiro, e daí sobravam ao senhor razões para tratá-lo favoravelmente. Principalmente, depois da extinção do tráfico e das medidas que antecederam o 13 de maio, esse tratamento melhorou consideravelmente, como defesa mesmo aos interesses financeiros do senhor.

Deve-se destacar, contudo, que a diminuição na oferta de escravos está ligada também à resistência dos negros aos senhores e à escravidão. Muitos foram os que conseguiram escapar das propriedades e se organizaram em quilombos espalhados pelo país, sendo o mais famoso o Quilombo dos Palmares¹⁰, localizado na Serra da Barriga (situada onde hoje é o município de União dos Palmares/AL) e liderado por Zumbi¹¹. Também há casos de suicídios e até de assassinatos de senhores de engenho, o que revela a tensão existente na sociedade escravocrata e desmistifica a imagem do escravo africano como sujeito passivo.

¹⁰ O Quilombo dos Palmares ocupa um lugar de elevada importância na história do Brasil. Sua existência significou a resistência praticada pelos que não suportavam mais o jugo da escravidão nas fazendas, engenhos e demais propriedades à época. Dados históricos indicam que Palmares é anterior à ocupação holandesa, que teve início em 1624. Por conta do seu tamanho e dos problemas que causou aos grandes proprietários, o Quilombo dos Palmares foi diversas vezes alvo de expedições armadas que tinham por objetivo a sua destruição. Conforme Manuel Diégues Júnior, houve tanto investidas das forças holandesas quanto das luso-brasileiras. Para se ter uma ideia da força de Palmares e de sua capacidade de luta, foram quatorze entradas só dos luso-brasileiros, sendo a décima quarta, a que foi chefiada por Domingos Jorge Velho em 1694, a que conseguiu o desbaratamento do quilombo. Em seu auge, o domínio territorial do quilombo estendia-se de Penedo para além dos limites atuais com Pernambuco, tendo os vales do Mundaú e do Paraíba como seus pontos centrais (DIÉGUES JR., 2006).

¹¹ Muito já se escreveu sobre o valente líder do Quilombo dos Palmares em nossa historiografia. Penso, no entanto, que é digno de nota a opinião de que “Zumbi” parece ser nome próprio (como Ganazumba, Canhongo, Ganazona, entre outros) e não um posto hierárquico ou título de nobreza (STUDART, s.d. *apud* DIÉGUES JR., 2006).

Os trabalhadores livres e suas posições no engenho

Mas a literatura mostra-nos que a força de trabalho empregada na produção açucareira durante o período colonial não era formada, exclusivamente, por escravos africanos. Além destes havia os trabalhadores livres que realizavam tarefas mais especializadas e os que moravam nas terras dos grandes proprietários cultivando um pedaço de terra para sustento próprio e prestando a estes alguns dias de serviço.

Furtado indica que entre os trabalhadores livres e assalariados dos engenhos estavam “homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos” (1986, p. 44). Como o economista paraibano não nos fornece mais informações sobre os mesmos, é preciso voltar a Andrade para saber quem eram e qual o papel que esses indivíduos desempenhavam no contexto em tela.

O feitor-mor, segundo Andrade (2005), era a segunda autoridade no engenho. Quando o senhor se ausentava era ele quem administrava tudo o que dizia respeito à produção do açúcar e à vida dentro daquele “mundo em miniatura” que era a propriedade. Geralmente, era o feitor-mor quem castigava os escravos – com cuidado, como vimos anteriormente, para não desgastar as “peças” –, e, apesar de tamanho prestígio, poderia ser demitido a qualquer momento pelo proprietário.

Abaixo do feitor-mor estavam o feitor da moenda e o feitor dos partidos. O primeiro estava encarregado de fiscalizar o trabalho das escravas que levavam as canas para a moenda; era preciso cuidar para que não acontecesse acidentes e garantir que a moenda estivesse limpa a fim de evitar que o caldo azedasse e viesse a prejudicar a fabricação do açúcar; o segundo era responsável por colocar os escravos para trabalharem no plantio, limpa e corte da cana; o feitor dos partidos era responsável ainda por fiscalizar o trabalho dos escravos nas roças, de onde estes tiravam o próprio sustento.

Em seguida vinham o mestre de açúcar, o banqueiro (ou soto-mestre), o mestre purgador e o caixeiro¹². Os dois primeiros lidavam com o cozimento do caldo

¹² Alguns desses ofícios não eram exercidos apenas por trabalhadores livres. Alguns escravos acabaram tornando-se especialistas em diversas atividades, seja naquelas relacionadas à produção do açúcar, seja em outras igualmente necessárias à vida no engenho. Escravos houve que foram sapateiros, cozinheiros, barbeiros e até músicos. Diégues Jr. menciona em “O bangüê nas Alagoas” o caso de um escravo fugitivo que “(...) como profissão tinha a de mestre de açúcar”. (2006, p. 179).

da cana e a fabricação do açúcar; além disso, eram os responsáveis por colocar o mel açucarado em formas e fazê-las chegar até a casa de purgar. Aí era onde atuava o mestre purgador, o trabalhador responsável pelo embranquecimento do açúcar, o que era feito colocando-se barro na parte superior das formas que continham o produto. Já o caixeiro era quem, após a purga, separava o açúcar de acordo com a qualidade (branco, macho, batido e mascavado¹³) e fazia o encaixamento; ademais, era quem terminava o barreamento dos cantos das caixas, entre outras tarefas (ANDRADE, 2005).

Os outros trabalhadores livres que viviam na grande propriedade ou em seus arredores eram os lavradores e os moradores. Os primeiros, dependendo da sua condição econômica, podiam tanto cultivar terras próprias e abastecer o engenho com a sua cana-de-açúcar, quanto cultivar as terras de um senhor e lhes fornecer a matéria-prima.

Os lavradores mais abastados chegavam a contar com o trabalho de escravos em suas plantações; já os mais pobres, eles mesmos e seus familiares eram quem realizavam o trabalho. Vale ressaltar que em muitos casos os próprios filhos do senhor de engenho tornavam-se lavradores do pai ou do irmão.

O sucesso ou a danação do lavrador dependia de sua relação com o proprietário do engenho. Se havia senhores que respeitavam os direitos daquele, também havia os que por qualquer razão descumpriam os acordos estabelecidos e arruinavam os negócios do “sócio”.

¹³ A respeito dos vários tipos de açúcar, é bastante elucidativo a passagem a seguir retirada de um texto de Antonil: “Antes de marcar as caixas, é necessário falar de várias castas de açúcar, que separadamente se encaixam, porque também nesta droga há sua nobreza, há casta vil, há mistura. Há, primeiramente, açúcar branco e mascavado; o branco toma este nome da cor que tem, e muito se louva e estima no açúcar mais admirável, porquanto se lhe comunica do barro. O mascavado de cor parda é o que se tira do fundo das formas, a que chamam pés ou cabuchos. Do branco há fino, há redondo e há baixo; e todos estes são açúcares machos. O fino é mais alvo, mais fechado e de maior peso, e tal é ordinariamente a primeira parte, que chamam cara da forma. O redondo é algum tanto menos alvo, e menos fechado; e tal é comumente o da segunda parte da forma; e digo comumente porque não é esta regra infalível, podendo acontecer que a cara de algumas formas seja menos alva e menos fechada que a segunda parte de outra forma. O baixo é ainda menos alvo e quase trigueiro na cor; e ainda que seja fechado e forte, contudo, por ter menos alvura, chama-se baixo ou inferior. Além destas três castas de branco, há outro, que chamam branco batido, feito do mel que escorreu das formas do macho na casa de purgar, cozido e batido outra vez; e sai às vezes tão alvo e forte como o macho. E, assim como há mascavado macho, que é o pé das formas do branco macho, assim há o mascavado batido, que é o pé das formas do branco batido. O que pinga das formas do macho, quando se purga, chama-se mel; e o que escorre do batido branco chama-se remel. Do mel, uns fazem água ardente, estilando-o, outros, o tornam a cozer, para fazerem batidos, e outros o vendem a panelas aos que o estilam ou cozem; e o mesmo digo do remel”. (ANTONIL, 1982, p. 136).

Dentre as práticas mais usadas pelos senhores para lesar o lavrador estavam: proibir a sua entrada na casa de purgar para acompanhar a produção do açúcar, ficando assim livres para repassarem uma cota inferior à que fora acertada ou trocar o produto de boa por uma de má qualidade; não permitir o corte da cana do lavrador na época certa, deixando, portanto, a planta secar e diminuir o seu conteúdo de açúcar; e expulsá-lo de suas terras – muitas vezes sem indenização ou com uma indenização mínima – mesmo o lavrador tendo investido uma alta soma na plantação e nos cuidados que esta requeria periodicamente (ANDRADE, 2005).

Os moradores, por seu turno, moravam no interior das propriedades e, segundo Andrade (1985, p. 24), “(...) viviam em posição marginal na sociedade rural”. Andrade afirma ainda que

Os proprietários pouco os utilizavam nas fainas agrícolas, de vez que dispunham para essa atividade do trabalho mais disciplinado dos escravos, mas permitiam que essas pessoas se fixassem, como moradores, nas áreas periféricas de suas propriedades e que aí construíssem casebres em que residiam e cultivassem produtos alimentícios. Na época do corte da cana e da moagem, esses moradores prestavam ao engenho serviços gratuitos ou de baixa remuneração. Esse tipo de relacionamento iria dar origem ao sistema chamado posteriormente de “cambão”. (ANDRADE, 1985, p. 24).

Os homens se dedicavam ao cultivo de produtos como o milho e a mandioca; já as mulheres, além dos afazeres domésticos, também se dedicavam a fazer renda. Naqueles anos em que a produção era abundante, os moradores costumavam comercializar os excedentes, o que garantia a aquisição de itens como roupas e calçados.

A situação desses homens e mulheres não era nada confortável, pois a qualquer momento o senhor de engenho podia despejá-los de sua propriedade. Apesar de não terem nem o dinheiro nem o prestígio dos lavradores, os moradores também dependiam de uma boa relação com o proprietário para garantirem um pedaço de terra para cultivar e erguer um casebre. O fato é que, e autores como Garcia Jr. (1988) e Heredia (1988) o mostram muito bem, a relação do senhor com os moradores estava assentada em bases bem complexas.

O morador, mesmo não trabalhando todos os dias da semana para o proprietário, colocava-se à disposição do mesmo para a realização de qualquer tipo de serviço; isso ocorria por ter contraído uma “dívida impagável” com o homem que

lhe acolheu num momento de dificuldade. Sim, pois não se tratava apenas de pedir uma porção de terra, mas ainda de pedir amparo. Viver em determinada propriedade significava estar sob a guarda de seu dono.

Apesar disso, a relação entre senhor e morador não estava livre de tensões. Estas podiam surgir tanto por choques de interesse quanto por problemas familiares – Andrade (2005) afirma que os senhores de engenho tinham uma especial predileção pelas mulheres dos moradores, o que causava sérios conflitos. E não era raro os moradores expulsos de uma determinada fazenda “armarem tocaia” para acertar as contas com o senhor que os enxotou. Daí alguns proprietários só andarem pela região rodeados de homens armados que os protegessem dos ataques.

Mesmo não sendo a primeira opção dos senhores de engenho para a realização do trabalho pesado relacionado à produção de açúcar, os moradores acabaram constituindo uma reserva de força de trabalho barata, a qual seria empregada após a proibição do tráfico negreiro, o que ocorreu em 1850 com a Lei Eusébio de Queirós¹⁴.

Mais adiante retornarei à discussão sobre os moradores.

2.2 O novo com ares de velho: mudanças e permanências no universo canavieiro

O domínio holandês

Durante a ocupação holandesa (1630-1654) essa estrutura não sofreu grandes alterações. Os holandeses não estavam interessados em dar fim a tudo o que os portugueses haviam construído no Brasil durante os primeiros anos de colonização. Bem pelo contrário: foram, justamente, as possibilidades de lucro advindas da produção açucareira capitaneada pelos filhos de Portugal o que lhes chamou a atenção.

¹⁴ Essa lei, que surgiu em consequência da pressão da Inglaterra – na época a nação mais poderosa do mundo – sobre o Brasil, não teve efeito imediato. O tráfico internacional, mesmo em menor escala, continuou durante alguns anos. Também o tráfico interno foi constante nesse período que vai da promulgação da lei até a abolição da escravatura em 1888. Como São Paulo e Rio de Janeiro eram os principais produtores de café – o produto que estava em alta naquele momento –, o comércio ilegal concentrou-se principalmente nesse meio.

Tanto é que, depois da fracassada investida à Bahia no ano de 1624, os holandeses voltaram os olhos para Pernambuco e seus polos de produção de açúcar. A primeira medida após a conquista do território foi juntar os cacos das cidades atingidas durante o conflito. Sabe-se que Olinda, na época o principal centro comercial da região, foi queimada, e que os maquinários de diversos engenhos foram atirados ao rio ou ao mar.

O trabalho foi bem intenso, pois nesse esforço de reconstrução algumas tarefas mostraram-se urgentes, como por exemplo, convencer os produtores portugueses a trabalharem juntos com os conquistadores no fabrico do açúcar, garantir o apoio de tribos indígenas hostis aos antigos dominadores e cuidar do abastecimento da força de trabalho escrava na colônia.

É interessante notar que muitos holandeses acabaram tornando-se senhores de engenho, lavradores de cana e até donos de currais (ANDRADE, 2005), mas com o passar do tempo perderam o interesse por tais atividades e passaram a atuar no comércio, área com a qual estavam mais familiarizados devido ao estilo de vida citadino que cultivavam.

O comércio de escravos foi um dos negócios que mais atraíram os novos colonizadores. Tão logo os holandeses perceberam que não poderiam ir adiante em seu projeto de colonização sem os negros vindos da África, trataram de conquistar os pontos fornecedores neste continente, como os portos da Costa da Mina e de Luanda e a Ilha de São Tomé.

África e Europa foram, então, os dois sustentáculos da política holandesa de exploração – que como se vê, não era muito distinta da dos portugueses –, de modo que, enquanto a primeira lhe garantia os braços que iriam ser gastos na produção do principal item de exportação da colônia, a segunda, além de comprar o açúcar produzido aqui, também lhe fornecia farinha de trigo, vinho, manteiga, queijo, calçados e roupas (ANDRADE, 2005).

Os holandeses, a princípio, negociavam os escravos diretamente com os proprietários de engenhos e lavradores, mas como estes estavam sempre com dívidas para saldar e tinham dificuldades de pagar aos traficantes, passaram a vender as “mercadorias” para os judeus, que as revendiam a prazo e com juros bem elevados.

Há que se destacar que o tratamento dispensado pelos holandeses aos escravos não se diferenciava daquele dado pelos portugueses. Os maus-tratos, os castigos, o tratamento do outro como coisa repetiam-se, praticados por um povo que, apesar dos rigores da religião calvinista, foram tão implacáveis com os negros quanto os demais colonizadores do vasto território americano.

Segundo Andrade (2005), os escravos preferiam ter senhores judeus aos católicos, e estes aos holandeses, pois os primeiros costumavam garantir dois dias de descanso à escravaria: por motivos religiosos guardavam os sábados, e como temiam as autoridades, que poderiam colocá-los na rota da Inquisição, também guardavam os domingos. Os senhores católicos, por sua vez, permitiam que os escravos descansassem aos domingos e dias santificados, já os holandeses, apenas aos domingos.

Apesar disso, se em uma propriedade existisse o que ficou conhecido como “sistema Brasil”, fosse ela pertencente a um senhor judeu, católico ou protestante, era comum o segundo homem da propriedade, o feitor-mor na maioria dos casos, pôr os escravos para trabalharem em roças aos fins de semana e dias santificados.

É que esse sistema, mais tarde utilizado nas Antilhas, consistia em fazer com que os negros cultivassem seus próprios alimentos num pedaço de terra concedido pelo senhor de engenho. A princípio tido como sinal de generosidade do senhor, esse esquema nada tinha de beneficente: além de garantir a diminuição dos gastos com a manutenção dos escravos, ele ainda os forçava a trabalhar naqueles poucos dias em que podiam descansar da lida.

A presença holandesa no Brasil, a despeito de ser curta, causou significativos impactos na paisagem de algumas cidades nordestinas. Recife, por exemplo, conheceu um notório desenvolvimento. Sua arquitetura foi incrementada com construções inspiradas naquelas dos Países Baixos; ergueram-se pontes e ruas foram planejadas.

No entanto, de forma geral o domínio holandês não avançou muito em termos de aprimoramento da produção açucareira, o que só viria a acontecer alguns anos mais tarde. Como diz Andrade:

(...) tentando apenas substituir os portugueses, inicialmente, nos negócios do açúcar, e depois se dedicando mais ao comércio deste produto que à

sua produção, os holandeses (...) não introduziram modificações sensíveis nem nas técnicas de produção do açúcar, nem nas relações de trabalho no campo. Dominaram militar e politicamente grande área do território brasileiro, mas a produção de açúcar continuou em mãos portuguesas, uma vez que os batavos não aprenderam bem as técnicas de sua fabricação, nem maneiras mais hábeis de tratar os escravos e fazê-los produzir. (2005, p. 87).

Após serem expulsos do Brasil, os holandeses estabeleceram-se nas Antilhas, onde continuaram a se dedicar à produção açucareira. Apesar do excerto acima revelar certa imperícia batávica na fabricação do açúcar, sabe-se que a experiência adquirida no Brasil foi extremamente importante para o desenvolvimento desse negócio nas novas colônias, sendo que dentro de algum tempo o açúcar lá produzido tornou-se um grande concorrente do açúcar brasileiro. Isso porque os holandeses encontraram ali melhores solos e souberam aproveitar uma técnica agrícola e industrial mais desenvolvida para terem uma produção mais econômica. Já no Brasil, as técnicas utilizadas continuaram sendo as mesmas dos primórdios da colonização ou pequenas adaptações destas.

Sob a égide do Estado, nascem as usinas

A passagem a seguir mostra o estado da produção açucareira no Brasil na segunda metade do século 17:

O progresso sobre o período anterior, quanto à indústria açucareira, era mínimo, uma vez que continuavam a dominar os engenhos a tração animal sobre os engenhos d'água, apesar destes oferecerem maior capacidade de produção. A pouca declividade do solo nas áreas próximas ao litoral e a pouca água no verão, nos lugares mais distantes, certamente levavam os proprietários a preferir a força mecânica dos animais à força hidráulica na movimentação dos seus engenhos. Observe-se, porém, que os bois, largamente usados para movimentar as almanjarras até o domínio holandês, haviam sido, então, quase inteiramente substituídos por cavalos e éguas, bem mais velozes. Continuavam, porém, a usar lenha para alimentar as fornalhas, enquanto o bagaço era queimado na bagaceira; ignoravam o uso de adubo na cultura dos canaviais, perdendo esterco dos animais e o próprio bagaço apodrecido, e continuavam a fazer a "coivara", ou seja, a queima da vegetação nativa após o corte, a fim de desocupar as terras onde pretendiam cultivar a cana. Nunca procuravam obter novas variedades de cana; cultivavam sempre a variedade introduzida no século XVI e que, posteriormente, chamaram "crioula"; e só a partir do século XIX passaram a cultivar outras variedades. (ANDRADE, 2005, p. 89).

Vale salientar que algumas das inovações apontadas pelo autor e preteridas até então pelos senhores brasileiros já eram utilizadas nas Antilhas. É o caso do uso do bagaço da cana para alimentar as fornalhas e o desenvolvimento de outras variedades da planta. A variedade “caiena”, originária da Guiana – então sob o domínio holandês –, foi inclusive adotada posteriormente por produtores do Brasil, mais especificamente três séculos após o início do ciclo do açúcar (CARVALHO, 2000).

Na verdade, até meados do século 19 a produção de açúcar no Brasil esteve a cargo dos chamados “engenhos banguês”, unidades caracterizadas pelo uso de força de trabalho escrava em quase todas as etapas do processo produtivo e pelo emprego inflexível de tecnologias antiquadas.

Só então é que algumas medidas foram tomadas com o intuito de melhorar a qualidade do açúcar brasileiro e viabilizar a sua exportação, já que além do açúcar antilhano, começou a ganhar destaque também no mercado internacional o açúcar europeu, feito a partir da beterraba.

Uma dessas medidas foi a criação de “engenhos centrais” pelo governo imperial em 1875. O objetivo era separar a produção agrícola da produção industrial, o que, segundo os ministros do Império, iria proporcionar a inovação tecnológica tanto no campo quanto na fábrica (CARVALHO, 2000). Segundo Andrade,

Os engenhos centrais seriam maquinismos possantes, capazes de esmagar cana de vários engenhos banguês e de fabricar açúcar de melhor qualidade (...). Estes engenhos, que seriam montados com garantia da obtenção de juros dos capitais empregados – garantia esta dada pelo Governo –, pertenciam a companhias estrangeiras que não poderiam cultivar cana, não usariam o braço escravo e, como iriam receber a matéria-prima de áreas muito amplas, muito mais extensas que a de um engenho banguê, deveriam construir estradas de ferro a fim de que estas substituíssem os rotineiros carros de boi no transporte da cana, dos partidos até a fábrica. Os carros de boi se limitaram a levar as canas dos partidos distantes da estrada de ferro até os desvios construídos à margem da mesma. Era a modernização total da indústria açucareira, o início da transformação de uma paisagem relativamente estática já havia três séculos. (2005, p. 102-103).

Mas apesar dos investimentos e da propaganda oficial, os engenhos centrais não vingaram. Muitos donos de engenhos banguês tiveram medo de perder o controle de sua produção e continuaram a moer as canas em suas propriedades. Ocorre que o fracasso dos engenhos centrais deu origem às usinas, potentes

unidades produtoras que, diferentemente daqueles, não separavam a produção agrícola da produção industrial.

Segundo Carvalho (2000), alguns engenhos centrais foram eles mesmos transformados em usinas; diz ainda o autor que devido à ascensão destas últimas – as quais passaram a buscar cada vez mais terras para o cultivo da cana-de-açúcar e a comprar a matéria-prima de quem tinha para vender – houve uma cisão entre os banguzeiros: um grupo acabou transformando as suas propriedades em usinas, pois detinham capital e as condições objetivas para fazê-lo; e outro, devido a uma condição econômica mais modesta, passou a simplesmente fornecer cana para os “usineiros” ou produzir, timidamente, açúcar nos seus velhos banguês (GARCIA JR., 1988; CARVALHO, 2000).

Já de acordo com Lima (2001, p. 16), as usinas “(...) passaram a disputar os empréstimos governamentais, com juros subsidiados e também os empréstimos destinados à construção de estradas de ferro próprias”. Ainda segundo ele, a pressão das usinas maiores, melhor instaladas e administradas sobre as usinas pequenas e de médio porte resultou em grande concentração industrial. Por fim, as usinas,

(...) posicionando-se em situação mais favorável, tanto por dominar a parte agrícola e industrial quanto por contar com o apoio dos governadores da região que, na sua maioria eram usineiros ou ligados ao sistema das usinas, terminou por derrotar os engenhos centrais. (LIMA, 2001, p. 16).

Vê-se, portanto, que o Estado teve um papel primordial nesse processo chamado aqui de modernização da agroindústria canavieira. Os incentivos que foram pensados inicialmente para a construção e funcionamento dos engenhos centrais passaram a ser acessados pelas usinas, que até os anos 1990 do século 20 beneficiaram-se de uma postura estatal bastante solícita com relação ao negócio da cana.

A natureza dessa associação entre o Estado e o setor canavieiro sofreu algumas variações no decorrer dos anos, mas é importante ressaltar aqui que a esfera estatal foi um agente importante nas transformações que começaram a ganhar corpo no século 19.

Heredia (1988) afirma que os conflitos entre os proprietários de usinas e os senhores de engenho passaram a ser constantes. E os motivos eram os mais variados: iam desde a disputa por força de trabalho até as pelepas envolvendo a construção de ferrovias para o escoamento do açúcar produzido pelos usineiros. Esse é outro ponto que discutirei mais adiante.

O “ouro branco”

Mas o século 19 também viu o algodão tornar-se um grande concorrente do açúcar. Mesmo Alagoas, que sempre teve a sua história relacionada à produção açucareira, durante certo período viu a cultura algodoeira supplantar a da cana-de-açúcar (ANDRADE, 2005). Alguns senhores de engenho passaram a investir nas duas culturas, tendo em suas propriedades o maquinário próprio da produção do açúcar e outro voltado para o beneficiamento do algodão.

Diz-se, porém, que o algodão é uma “cultura democrática”. Nela não apenas os ricos senhores investem, mas os pequenos proprietários também. De modo que, enquanto as terras próximas ao litoral foram tomadas pela cana e algumas culturas de subsistência, aquelas localizadas na faixa entre o Sertão e a Zona da Mata foram bastante utilizadas para o cultivo do ouro branco¹⁵.

O momento de maior expansão da cultura algodoeira no Brasil foi durante a Guerra da Secessão¹⁶ nos Estados Unidos. Este país dominava as exportações de algodão para o mercado europeu, sobretudo para a Inglaterra e suas inovadoras máquinas de fiar. Durante o conflito o comércio do algodão estadunidense foi bastante abalado, criando, então, uma “brecha” para os produtores de outros países.

Foram também os escravos os trabalhadores utilizados na lida com o algodão. Isso se a plantação pertencesse a um senhor de posses; no caso dos pequenos proprietários, os próprios e seus familiares realizavam os trabalhos requisitados.

¹⁵ A título de curiosidade, há no Sertão Alagoano uma pequena cidade com esse nome. O município de Ouro Branco foi, durante a fase áurea do algodão, um dos maiores produtores regionais do mesmo.

¹⁶ Conflito militar ocorrido nos Estados Unidos entre 1861 e 1865. De um lado, estavam os estados do Sul e de outro os estados do Norte do país. Pode-se citar, como uma das causas da guerra, o interesse do Norte em acabar com a escravidão nos estados sulistas e impor um modelo econômico baseado na indústria. O Sul mantinha uma economia baseada no latifúndio escravista e na produção voltada para a exportação, com destaque para o algodão.

O algodão era a matéria-prima por trás de um daqueles “três Ps” de que trata Antonil (1982), referindo-se ao modo como os escravos deveriam ser tratados pelos seus senhores, a “pão, pau e pano”. Como é sabido, o algodão foi largamente utilizado na confecção dos trapos que vestiam os cativos, mormente o algodão de qualidade inferior.

Com o fim da guerra, os Estados Unidos voltaram a ser o principal fornecedor de algodão para os europeus. O algodão, que durante o seu auge no Brasil fez com que não apenas os ricos senhores aumentassem a sua fortuna, mas ainda com que pequenos produtores, entre os quais negros – “os brancos do algodão” –, melhorassem um pouco as suas condições de vida, voltou a ficar à margem de outros produtos, como a cana-de-açúcar e o café.

A abolição da escravatura e o fortalecimento do sistema de morada

Foi nesse contexto de concorrência entre a cana e o algodão, desmantelamento dos engenhos centrais, enfraquecimento dos engenhos banguês e criação das primeiras usinas de açúcar do Brasil que se deu a abolição da escravatura.

Com um atraso considerável, se feita a comparação com outros países americanos, o fim da escravidão não veio acompanhado por medidas que visassem a integração dos ex-escravos na sociedade.

Nos debates que antecederam a assinatura da Lei Áurea era possível distinguir duas ideias básicas com relação ao destino dos que viriam a ganhar a liberdade: uma era a dos políticos abolicionistas, que além do fim do cativeiro exigiam ainda uma redistribuição de terras para os escravos libertos; e a outra era a dos conservadores, que defendiam a abolição pura e simples.

Ao perceberem que o fim da escravidão era algo que não dava mais para contornar, os políticos conservadores trataram de assumir a dianteira do processo que culminou com a assinatura da Lei Áurea em 1888. Ao assegurarem que a abolição não viria acompanhada por nenhuma política compensatória, como a de redistribuição de terras, defendida pelos seus adversários, os conservadores estavam garantindo a formação de uma massa de força de trabalho barata, pois por

não terem outras opções, os ex-escravos trabalhariam para os antigos senhores (ANDRADE, 1985).

Segundo Andrade, ao ficarem cientes do fim da escravidão, os escravos da região açucareira do Nordeste fizeram animadas festas e comemoraram a novidade. Em seguida, abandonaram as propriedades de seus senhores e foram oferecer os seus serviços nas terras de outros senhores (ANDRADE, 1985). Ainda conforme o autor, houve

(...) uma redistribuição dos antigos cativos pelos vários engenhos e usinas, fazendo com que eles trocassem de senhores e passassem a viver com o magro salário que passaram a receber. O sistema utilizado, desde o começo do século, para os trabalhadores livres, foi aplicado aos escravos libertos, sendo os mesmos gradativamente absorvidos na massa da população pobre. (ANDRADE, 1985, p. 38).

Sem terras e sem a possibilidade de encontrarem um trabalho melhor, o destino de muitos ex-escravos foi a moradia, esse sistema de dominação que perdurou no Nordeste do Brasil até meados dos anos 1960. Como aventei em páginas anteriores, ser morador significava bem mais do que simplesmente trabalhar para um senhor. O fato de o trabalhador dispor de uma casa e de um pedaço de terra para cultivar na propriedade colocava-o numa posição de “dívida” para com o proprietário.

A experiência da dívida era, aliás, uma constante na vida dos moradores. Como muitos destes já chegavam às fazendas de seus “protetores” sem recursos, era comum os proprietários lhes concederem empréstimos que deveriam ser pagos ao longo de sua permanência na propriedade.

Os senhores usavam esse e outros mecanismos para fixar o morador e seus familiares nas suas terras. Outra tática bastante conhecida era a do endividamento nos armazéns (mercearias) da fazenda: sem poder saldar toda a dívida, o morador era constrangido a permanecer sob as ordens do senhor, mesmo que vislumbrasse melhores condições de vida nas terras de outro proprietário.

Às vezes ocorria de um senhor saldar a dívida que o morador havia contraído na propriedade de seu antigo senhor, tornando-se, então, o seu novo credor. Acontecia ainda de moradores tentarem deixar uma propriedade sem acertar as contas com o senhor e este empreender uma verdadeira caçada aos devedores.

Mas se para o trabalhador viver nas terras de um senhor era estar a salvo da desproteção¹⁷ – e aqui lembremos que em boa parte dos séculos 19 e 20 o senhor de engenho tinha tanta autoridade quanto os representantes da lei, podendo, portanto, salvaguardar os seus dos perigos da “bandidagem” –, para o senhor, ter certa quantidade de moradores em sua propriedade era garantia não apenas de força de trabalho, mas ainda de prestígio, de poder, já que as suas ordens encontrariam pessoas dispostas a cumpri-las em nome de uma gratidão sem limites. Nas palavras de Afrânio Garcia Jr. (1988, p. 9):

Quem dava a *morada* dispunha de um patrimônio fundiário suficientemente grande para lhe permitir recrutar famílias de trabalhadores para viverem em seus domínios. Os *senhores* utilizavam assim seus patrimônios fundiários para constituírem uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência, rede que assegurava um poder social tanto maior quanto mais elevado fosse o número de indivíduos que a compunha. Em outros termos, procuravam acumular, graças ao patrimônio fundiário, uma força social específica, tanto material, pelo número de “braços” à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que os reconheciam como *senhores*. Por sinal o recrutamento de *moradores* era feito sobretudo em bases familiares: o solicitante era em geral um chefe de família, que tinha tanto mais chance de ser aceito quanto mais numerosa fosse sua família (maior o “número de braços”). (Grifos originais).

O “cambão”, como vimos muito rapidamente no tópico anterior, era uma espécie de pagamento ao dono da propriedade. Consistia em trabalhar dois ou três dias da semana para o senhor, seja em atividades rurais, seja em serviços de reparos nas instalações da propriedade ou da casa-grande.

A prestação desses dias de serviço ao senhor era condição *sine qua non* para o trabalhador e sua família terem acesso a um roçado e a um terreno onde podiam levantar uma casa.

Durante o período escravocrata, a força de trabalho constituída pelos moradores era uma reserva para o senhor de engenho, dado que este podia contar

¹⁷ O termo desproteção é bastante caro ao meu estudo, pois o que venho tentando fazer nesta seção específica da minha tese, além de apresentar uma história social dos trabalhadores canavieiros, é lançar luz sobre os primórdios das políticas de proteção social dos mesmos. É preciso distinguir os significados: aqui a expressão em tela trata da proteção garantida pelo senhor de engenho, o “coronel”. Proteção contra os “perigos da bandidagem”, mas também contra o abandono, pois na perspectiva dos subalternos estar sob a guarda de um senhor significava ter acesso à casa, trabalho e um pedaço de terra para o cultivo de alimentos. Tal proteção custava caro, já que os moradores perdiam liberdades básicas e eram submetidos muitas vezes a castigos cruéis. Nas páginas seguintes veremos o desenvolvimento de outra forma de proteção, a proteção do Estado, a qual intenta romper com esse caráter pessoal nas relações entre patrões e trabalhadores.

com o trabalho mais disciplinado e regular dos escravos. O fim da escravidão, porém, fez com que os moradores se tornassem a primeira opção dos proprietários para assumirem a lida nos engenhos. Desse modo, é possível inferir que o cambão em finais do século 19 e meados do 20 era bem mais intenso do que aquele dos tempos da escravidão, justamente porque não havia mais cativos para realizar os trabalhos mais pesados e também porque ex-escravos e/ou descendentes destes assumiram a condição de moradores.

O fim da escravidão e o fortalecimento do sistema de morada não eliminou completamente algumas práticas tidas como comuns durante o regime escravista. Refiro-me aqui aos castigos e às atrocidades cometidas pelos senhores aos que viviam na morada. Os moradores que por alguma razão contrariavam o senhor da propriedade estavam sujeitos a uma série de punições.

Garcia Jr. (1988) revela casos de moradores que, por ordem do patrão, eram besuntados com mel e em seguida colocados em cima de formigueiros; ou de moradores que eram chicoteados à vista de todos para “servir de exemplo”, para deixar claro quem é que detinha o uso legítimo da violência física no engenho.

A respeito da violência infligida aos trabalhadores, o autor argumenta que os castigos evidenciavam uma marcação social, pois separavam os que eram senhores do próprio corpo dos que não eram capazes de controlar os usos do seu próprio corpo, sendo estes últimos os moradores, sujeitos que, na perspectiva do autor, tinham os usos dos seus corpos dependentes da vontade de outrem.

Esta marcação social também evidenciava-se nos termos que eram usados para identificar o senhor e os moradores. A expressão “homem” era empregada para identificar o senhor de engenho, o dono da propriedade. (“O ‘homem’ quer o serviço para hoje”, “procure não irritar o ‘homem’”, somos capazes de imaginar os trabalhadores falando a respeito do senhor.)

Já a expressão “cabra” era utilizada para fazer menção aos trabalhadores, aos moradores que, como vimos há pouco, tinham os usos de seus corpos determinados pela vontade do dono da terra. Garcia Jr. afirma que o valor simbólico da palavra cabra está relacionado aos usos sociais do referido animal; segundo ele:

(...) criadas por mulheres, as cabras não são difíceis de alimentar e vivem em lugares onde outros animais não se adaptam como nas regiões semi-

áridas (sertão, curimataú). São elas que fornecem a maior parte do leite às crianças dos *engenhos*, sobretudo aos filhos de *moradores*. Portanto, a oposição *homens-cabras* distingue aqueles que estão capacitados a participar plenamente da vida social e os que, relegados à vida doméstica e ao mundo feminino, dela estão excluídos. (1988, p. 16). (Grifos originais).

Ainda dentro dessa discussão semântica, o autor cita o caso dos “cabras de confiança”, trabalhadores próximos ao senhor e que cuidavam da fiscalização dos demais trabalhadores da fazenda. O cabra de confiança estaria em oposição ao “cabra safado”, ao “cabra da peia”, indivíduos que não gozavam de prestígio junto ao proprietário.

No campo político apenas o senhor merecia o nome de eleitor. Era ele quem decidia como cada morador devia votar. Ademais, era o senhor quem participava das reuniões com os políticos e determinava as questões que seriam tratadas pelos candidatos. Destarte, o “voto de cabresto” estava assentado nas barganhas entre o senhor e o político – que bem podia ser também senhor de algum engenho ou muito próximo a um – e ainda nas ameaças feitas pelo senhor aos moradores de suas terras.

Expansão usineira, proletarização e acentuação da pobreza: eis a modernização

As usinas também passaram a utilizar a força de trabalho dos moradores. Os proprietários dessas potentes unidades industriais, as quais, como vimos anteriormente, surgiram das cinzas do projeto governamental que incentivava a criação de engenhos centrais, lançaram mão das mesmas táticas empregadas pelos senhores de engenho para fixar os trabalhadores em seus domínios.

Algumas usinas chegaram até a erguer casas para aqueles que faziam parte do seu quadro de funcionários. Um exemplo muito conhecido em Alagoas é o da Usina Sinimbu, localizada onde hoje é o município de Jequiá da Praia. Chama a atenção uma passagem do relatório emitido por esta usina no ano de 1924, em que é apontada uma preocupação “humanitarista” da empresa para com os seus trabalhadores. Diz o texto:

Temos todavia de resolver o problema da falta de braços com os nossos próprios recursos. É fácil de compreender que as fábricas desprovidas do conforto ou mesmo de qualquer meio de habitação para o seu pessoal ficam

sujeitas aos trabalhadores adventícios que, além de não nos darem certeza de regularidade dos serviços, são sempre completamente desconhecedores dos trabalhos que se lhes confiam. É, além do mais, um dever de humanitarismo fornecer ao operário habitação higiênica [sic] e confortável. E isto não é puro acto [sic] de altruísmo ou de assistência social, é também medida de clarividência industrial, pois é claro que se temos um operariado feliz e sadio o seu trabalho será mais rendoso e mais perfeito. (Relatório da Usina Sinimbu de 17/09/1924 *apud* HEREDIA, 1988, p. 170).

O “problema da falta de braços”, como o texto aponta, era decorrente da fixação dos trabalhadores nos engenhos. Os proprietários destes últimos não só não queriam perder os seus trabalhadores para os donos das usinas, que inexoravelmente acabariam se tornando a principal força social e política onde antes reinavam os senhores de engenho, como também não queriam ver esvaír-se o seu prestígio e poder de influência sobre os moradores.

A disputa por força de trabalho fez com que tanto os senhores de engenho quanto os usineiros adotassem algumas medidas de assistência social para os trabalhadores do campo. Tais medidas nem de longe se comparavam àquelas voltadas para os trabalhadores da planta fabril, a começar pelo fato de os trabalhadores rurais não terem direito às férias nem perceberem o salário mínimo.

Essa incipiente preocupação com o social estava fundada, primeiramente, na busca pelo aumento da produtividade (“um operariado feliz e sadio será mais rendoso e mais perfeito”, como sugere o Relatório da Usina Sinimbu de 1924) e, segundo Andrade (2005), na necessidade de conter o descontentamento e a insatisfação dos trabalhadores, que estavam cada vez mais empobrecidos.

As ações paliativas de assistência médica, farmacêutica e odontológica não excluía as medidas violentas, drásticas que às vezes eram tomadas com o intuito de conter a revolta dos trabalhadores.

Para se ter uma ideia dos impactos causados pelas usinas na conformação social e política nordestina, basta notar que algumas dessas unidades produtoras foram construídas em propriedades que equivalem às terras de cinquenta engenhos banguês. Como a expansão das usinas estava a exigir mais e mais terras, houve um intenso processo de apoderação das propriedades de pequenos produtores. Muitos destes foram ludibriados pelos “senhores do progresso” e, praticamente, obrigados a vender as suas terras a “preço de banana”, como se costuma dizer hoje em dia.

Com as usinas as plantações de cana também passaram a invadir as terras do Agreste nordestino, região onde historicamente a policultura conseguiu certo desenvolvimento. (Invasão essa que continua a ocorrer nos dias de hoje, basta ver o caso de Arapiraca [conhecida como a “capital do Agreste Alagoano”], onde a policultura é encarada como a “verdadeira vocação” do município; vocação que está sendo ameaçada pelo “mar de cana” [SILVA, 2008] que vem inundando as terras ao seu redor.)

A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a proletarização de um contingente já marcado pela falta de condições de vida dignas são algumas das causas daquela insatisfação popular que tanto os senhores de engenho quanto os usineiros pretendiam combater.

Outro dado importante trazido no excerto do relatório da usina é o que se refere aos “trabalhadores adventícios” da agroindústria canavieira nordestina. Como o próprio nome dá a entender, eram trabalhadores vindos de outras regiões que não aquelas onde estavam localizados as usinas e os engenhos.

Com o passar dos anos, a força de trabalho empregada na produção canavieira deixou de ser exclusivamente local, leia-se, deixou de ser formada tão somente por trabalhadores identificados como moradores e outros que viviam nos arredores das cidades em que as unidades produtoras de açúcar estavam situadas. Como escreveu Andrade:

Os trabalhadores assalariados também denominados em certas áreas, “trabalhadores de eito”, “cassacos” e “eiteiros” constituem a imensa maioria dos trabalhadores rurais na área açucareira. Conforme a sua maior fixação à terra e dependência ao proprietário, podem ser agrupados em três categorias: os moradores que residem na propriedade onde trabalham; os trabalhadores de “fora”, que vivem nas cidades, vilas e povoações da zona, constituindo a maioria da população das mesmas; e os “corumbas” ou “caatingueiros” que residem no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, a fim de participar da colheita. Fazem, assim, uma migração sazonal, uma vez que com as primeiras chuvas voltam para a sua terra. (2005, p. 127).

As expressões “corumbas” e “caatingueiros” ao que parece são mais usadas em Pernambuco e na Paraíba. Em Alagoas, onde realizei a pesquisa de campo, é mais comum escutar os trabalhadores locais tratarem os trabalhadores provenientes de outras áreas do estado (e até de fora) pelo nome genérico de “sertanejos”.

Esses trabalhadores “de fora” – os que moravam nos arredores da propriedade e os que vinham de outras regiões – não tinham acesso às obras de assistência social do senhor de engenho e/ou dos usineiros. Talvez por serem “adventícios”, os proprietários achassem contraproducente oferecer-lhes aquele mínimo de auxílio que os moradores recebiam.

Como o texto de Andrade explicita, a maior parte dos “corumbas”, “caatingueiros” ou “sertanejos” que migra para as regiões canavieiras é formada por pequenos agricultores: no período da estiagem a vida restringe-se ao trabalho intenso nos canaviais da Zona da Mata e à dura rotina nos barracões que servem de alojamento nas usinas; no período chuvoso é quando o trabalhador retorna para os seus familiares e para a sua plantação.

Escrevi no parágrafo anterior que a maioria dos trabalhadores de fora que seguem para a Zona da Mata na época da safra da cana é formada por pequenos agricultores. Mas assim como esses, também migram aqueles trabalhadores que não dispõem de nenhum pedaço de terra para cultivar em suas cidades de origem. São indivíduos que aliam o trabalho com a cana nos meses da safra à realização de “bicos” no período da entressafra, sendo que os bicos mais comuns são a capinação em fazendas e o trabalho na construção civil (atualmente).

2.3 A legislação e a questão social canavieira: direitos à vista

Pactos e normas anteriores à Constituição de 1988

As constantes tensões envolvendo usineiros, senhores de engenho e fornecedores de cana, e ainda os conflitos de interesse entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul fizeram surgir em 1933, pelo Decreto de nº 22.789, de 1º de junho daquele ano, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

A existência dessa instituição, que na verdade ganhou forma a partir da Comissão de Defesa da Produção Açucareira, que já existia desde 1931, dá provas do quanto o setor açucareiro – que depois passou a ser chamado sucroalcooleiro e finalmente sucroenergético – sempre caminhou à sombra do Estado no Brasil.

Conforme Rezende,

É a afirmação do modelo intervencionista, no qual o Estado auxilia na solução dos problemas econômicos, ficando o processo produtivo ainda mais determinado pelo protecionismo da instituição governamental. O Estado, através do IAA, exercia influência sobre o mercado interno, fixando preços e monopolizando as compras. Regulamentava, também, o transporte, o manuseio e a armazenagem do açúcar. (1993 *apud* Carvalho, 2000, p. 13).

Carvalho (2000), por sua vez, sugere que a partir da criação do IAA a intervenção estatal no setor canavieiro deu “um salto de qualidade”. Ele ratifica os pontos destacados por Rezende (1993) e mostra a importância da referida autarquia no embate entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul. Em suas palavras:

A presença do Estado é absoluta. A reserva de mercado e a compra da safra garantiam a própria produção. A fixação de preço para a cana, álcool e açúcar garante a margem de lucro. A concessão de subsídios, especialmente na sua forma creditícia, viabiliza a produção por meio do mecanismo da equalização de custos em que, a diferença de custo entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul seria coberta pelos subsídios originários da contribuição sobre a produção nacional de açúcar, transferidos pelo governo com o objetivo de proteger as regiões potencialmente menos competitivas, como a nordestina. O controle político do IAA pelos usineiros nordestinos e a defesa da produção regional são evidentes na distribuição das quotas que limitam a produção do Sudeste. O açúcar paulista fica destinado ao mercado interno e as exportações brasileiras, monopolizadas pelo IAA, ficam reservadas, preferencialmente, ao açúcar do Nordeste. (CARVALHO, 2000, p. 13-14).

Ainda conforme o supracitado economista,

A intervenção governamental, no período de existência do IAA, pode ser dividida em duas etapas distintas correspondentes ao desempenho do setor sucro-alcooleiro: 1) entre 1933 e 1960 é o período de *crescimento regular*, representado pelo processo de institucionalização setorial, quando se criam os mecanismos de regulação e de defesa permanente como os planos anuais de defesa de safra sem, no entanto, dinamizar a expansão da produção através de mecanismos de financiamento direto e, 2) entre 1960 e 1990 é a fase de *crescimento acelerado*, quando ocorre o processo de modernização agrícola-industrial induzida pelo Estado. (CARVALHO, 2000, p. 15). (Grifos originais).

Faz-se necessário esclarecer, contudo, que com o IAA não apenas as atividades de ordem econômica em que o setor canavieiro estava envolvido passaram a ser regulamentadas e dirigidas pelo Estado. Também a questão social

relacionada ao setor passou a ter visibilidade e ser objeto de legislação, como fica evidente na seguinte passagem do texto de Oriowaldo Queda (1972, p. 8-9):

A intervenção se fez presente desde a produção da matéria-prima (regulando o corte, transporte, pesagem e beneficiamento) até a fabricação, distribuição, consumo e exportação do produto acabado, tanto no mercado nacional quanto internacional. Disciplina a relação entre fornecedores e usineiros e destes com seus lavradores, referente ao modo, ao tempo e à forma de pagamento das canas, bem como à solução dos litígios decorrentes. Estabelece a política de equilíbrio entre produção e consumo, com vistas a garantir preços estáveis, encaminhando os excessos para o mercado exterior. Cuida do financiamento das safras a usineiros e fornecedores. Determina quotas mensais de comercialização e estabelece normas para a assistência social aos trabalhadores da agroindústria açucareira (através de Cooperativas, Associações e Sindicatos) estipulando as contribuições para o custeio dessas operações. Institui órgãos para julgar as infrações ocorridas. Dentro dessa linha intervencionista, o preço da cana e do açúcar, as quotas dos fornecedores, como das usinas do país ficam inteiramente sob o controle do Estado, através da política de contingenciamento.

Em 1941, em pleno governo ditatorial, foi publicado o Estatuto da Lavoura Canavieira¹⁸ (ELC), o qual tratou pela primeira vez das medidas que deveriam ser tomadas com relação aos trabalhadores da agroindústria canavieira no país. O referido estatuto estabelece uma distinção entre lavradores e fornecedores de cana e garante aos primeiros e seus familiares o acesso à terra e aos serviços básicos como saúde, educação e moradia. Isso fica patente no trecho que vai do 5º ao 9º artigo¹⁹ do ELC:

Art. 5º Os lavradores de usinas que trabalham em regime de colonato ou de salariado e não possam ser incluídos nas definições do art. 1º e seus parágrafos terão a sua situação regulada em contrato tipo, aprovado pelo Instituto.

Art. 6º Os proprietários ou possuidores de usinas que mantenham lavradores nas condições previstas no artigo anterior ficam obrigados a submeter à aprovação do Instituto, dentro do prazo de 90 dias, a contar da data deste Estatuto, as minutas dos contratos tipos que pretendam adotar.

§ 1º No caso de inobservância deste dispositivo, será imposta ao responsável multa de 5:000\$0 a 10:000\$0 e o Instituto fixará, em instruções, as normas pelas quais se deverão regular as relações da usina com os seus lavradores.

Caso o responsável pela usina se recuse a introduzir, no contrato tipo, as modificações exigidas pelo Instituto, proceder-se-á de acordo com o disposto na parte final do parágrafo anterior.

¹⁸ Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941.

¹⁹ Esses artigos foram revogados pelo Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944, do qual tratarei mais adiante.

Art. 7º Nos contratos tipos deverão ser observados, a juízo do Instituto, os seguintes princípios:

- a) Concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família;
- b) Proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior;
- c) Direito a moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador;
- d) Assistência médica e hospitalar;
- e) Ensino primário gratuito às crianças em idade escolar;
- f) Garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador.

Parágrafo único. A usina deverá entregar ao trabalhador um exemplar, devidamente autenticado, do contrato tipo.

Art. 8º Os litígios entre os trabalhadores referidos neste capítulo e os usineiros serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, tendo em vista as cláusulas dos contratos tipos e ouvido, antes da audiência, o I. A. A.

Parágrafo único. Aos processos derivados dos litígios a que se refere este artigo, não se aplica o disposto nos arts. 42 do decreto-lei n. 4.237, de 2 de maio de 1939 e 141 do decreto n. 6.596, de 12 dezembro de 1940.

Art. 9º O Instituto fiscalizará a perfeita execução dos contratos tipos, na parte relativa aos devedores de assistência social das usinas (letras a, c, d, e e do art. 7º).

Parágrafo único. No caso de inobservância dos deveres a que alude este artigo, o Instituto aplicará ao responsável multa de 1:000\$0 a 10:000\$0 que será elevada ao dobro, em caso de reincidência. (BRASIL. Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941).

Fica claro no texto acima que cabia ao IAA a responsabilidade de fiscalizar as iniciativas que contemplassem a assistência social aos lavradores que trabalhavam nos regimes de colonato e de salariado nas propriedades. Além disso, o instituto ganhou destaque como importante peça na resolução de contendas que envolviam os trabalhadores e os usineiros.

Apesar de ter vindo à luz tardiamente, o ELC é considerado um marco para os fornecedores e trabalhadores do setor canavieiro do Brasil, pois reconhece os problemas enfrentados por uns e por outros e propõe algumas ações para melhorar a vida de quem, com muito custo, retira o sustento do trabalho com a cana. No entendimento de Soares:

Pela primeira vez na história da agroindústria açucareira aparece a preocupação em regulamentar as relações de trabalho, já bastante conflituosas. O Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) é considerado parte de uma política de redistribuição de renda em benefício dos fornecedores e trabalhadores da cana. Instituiu as relações dos fornecedores e lavradores de cana com os usineiros, para um melhor desenvolvimento do setor. Foi considerado uma resposta às constantes greves dos fornecedores de Pernambuco e Rio de Janeiro, que se acumulavam desde os anos 30, e um

marco na legislação trabalhista para os trabalhadores do setor canavieiro. (2003, p. 36).

Passados quase três anos da publicação do Estatuto da Lavoura Canavieira, o governo de Getúlio Vargas lançou o Decreto-lei nº 6.969/1944²⁰, o qual “(...) dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram a terra alheia e dá outras providências”. Assim como o ELC, esse decreto de 1944 traz importantes considerações sobre a assistência social aos trabalhadores da cana-de-açúcar. O artigo 6º, que trata da assistência “médico-social”, traz as seguintes garantias:

- a) Assistência médica, dentária e manutenção de ambulatórios;
- b) Assistência hospitalar;
- c) Manutenção de creche e maternidade;
- d) Manutenção de escolas primárias e de cursos práticos de agricultura para filhos de colonos-fornecedores e de seus agregados ou empregados;
- e) Manutenção de instituições peri-escolares e bolsas de estudos;
- f) Manutenção de parques recreativos para crianças e de instituições de recreação para adultos;
- g) Realização dos serviços de saneamento que se tornarem necessários, a fim de garantir a salubridade das zonas de moradia dos colonos-fornecedores e seus empregados ou agregados. (BRASIL. Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944).

É possível perceber que houve uma ampliação das garantias já previstas no texto de 1941. A assistência médica e hospitalar, contemplada numa só alínea do artigo 7º do ELC – a alínea “d” –, passou a ser acolhida em duas alíneas do novo documento: uma para a assistência médica, que deveria vir acompanhada agora da assistência dentária e da manutenção de ambulatórios; e outra que tratava, especificamente, da assistência em hospitais.

A educação também passou a ser vista de forma mais detalhada. Além da necessidade de se criar creches, o texto tratava do desenvolvimento de cursos voltados para a agricultura, os quais deveriam ser frequentados pelos filhos dos trabalhadores rurais.

Este último ponto, apesar de seu revestimento progressista, revela o interesse dos proprietários em gerar uma força de trabalho que fosse ao mesmo tempo barata e minimamente qualificada. Tal medida veio acompanhada por outra que tinha lá os seus ares de inovação, pois sugeria a manutenção de instituições voltadas para

²⁰ A sua publicação deu-se em 19 de outubro de 1944.

atividades extracurriculares – sem especificar quais seriam, é bem verdade – e a concessão de bolsas de estudos.

Os dois últimos pontos destacados pelo artigo diziam respeito ao lazer e à implantação do serviço de saneamento básico nas áreas habitadas pelos trabalhadores.

Com relação ao primeiro, a despeito de terem sido efetuados investimentos em outras formas de lazer, uma que é notória nas propriedades das usinas e engenhos, sobretudo em Alagoas, onde a pesquisa de campo do meu estudo foi realizada, é o campo de futebol. Vem, inclusive, de longa data, o costume de as usinas terem seus próprios times de futebol e ainda organizarem eventos esportivos tanto para os seus trabalhadores – os da indústria e os do campo – quanto para a comunidade em que estão instaladas.

Sobre o assunto destacado na alínea “g” do artigo, é importante lembrar que as casas construídas pelos trabalhadores rurais no interior das propriedades não ofereciam nenhum conforto. Muitas não passavam de um amontoado de barro e palha, onde a possibilidade de os moradores contraírem uma enfermidade como a Doença de Chagas²¹, por exemplo, era grande. Some-se a isso o consumo de água indevidamente tratada e armazenada em locais impróprios e o uso de instalações sanitárias inadequadas.

Investir em saneamento, portanto, era uma das necessidades mais urgentes, dado que a situação do ambiente é um fator importantíssimo para a existência ou não das condições de saúde nos indivíduos.

Outro artigo da referida lei que merece ser mencionado aqui é o 23, o qual determinava que o trabalhador rural com mais de um ano de serviço em uma dada propriedade tivesse direito à concessão, “a título gratuito”, de uma área de terra próxima à sua morada e que fosse suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência dos seus familiares (BRASIL. Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944).

²¹ Doença causada pelo protozoário parasita *Trypanosoma cruzi*, transmitida pelas fezes de um inseto conhecido no Brasil como barbeiro. Esse inseto tem hábitos noturnos, e costuma viver nas frestas das casas de taipa (ou pau-a-pique), nas tocas de animais e nos ninhos de pássaros. Os principais sintomas são febre, mal-estar, inflamação e dor nos gânglios, vermelhidão, inchaço nos olhos, aumento do fígado e do baço. A enfermidade também pode destruir a musculatura, e sua flacidez provoca o aumento dos gânglios, do fígado e do baço, o que leva a problemas como a “cardite chagásica” (aumento do coração) e a regurgitação dos alimentos. A doença é assim chamada por conta de seu descobridor, o cientista brasileiro Carlos Chagas.

Como fora dito anteriormente, conceder morada e um pedaço de terra que pudesse ser cultivado pelo trabalhador e sua família era uma maneira de fixar a força de trabalho no engenho ou na usina. De prática usada pelos proprietários como forma de garantir o seu poder social (expressa na disponibilidade de braços para a lavoura, mas ainda na de ouvidos atentos às suas ordens e desejos), isto passou a ser lei.

Mas, se analisarmos os trechos do ELC e da Lei nº 6.969/1944 que tratam da concessão de terras aos trabalhadores rurais, veremos uma sutil, mas significativa mudança. É que no segundo texto fica clara a intenção dos proprietários de garantir que a terra não fosse concedida ao “trabalhador adventício”, o que não dava certeza da regularidade de seus serviços, como diz o Relatório da Usina Sinimbu, de 1924. Somente aquele trabalhador que tivesse passado um período considerável na propriedade é que tinha este direito.

Ao décimo primeiro dia de outubro de 1965, o governo Castello Branco lançou o Decreto nº 57.020, o qual se debruçou, principalmente, sobre a concessão de terras aos trabalhadores da lavoura canavieira.

O texto trata da aplicabilidade do artigo 23 da Lei nº 6.969/1944, e entre as determinações do documento estão: as terras a serem concedidas aos trabalhadores deveriam ser próximas à sua residência; os trabalhadores poderiam explorar a terra individualmente ou agrupados em cooperativas, as quais deveriam contar com o aporte financeiro do governo; o acesso às matrizes e sementes necessárias à exploração da terra pelos trabalhadores deveria ser facilitado pelos órgãos governamentais.

O artigo 4º diz que “(...) na distribuição das áreas referidas neste decreto, dar-se-á preferência às terras economicamente menos indicadas à cultura de cana e mais adequadas à criação de animais e cultivo de lavoura de subsistência” (BRASIL. Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965).

A ideia, portanto, era fixar o trabalhador e sua família na propriedade sem que isso constituísse algum prejuízo ao senhor de engenho ou ao usineiro. Com a modernização da agroindústria canavieira, a qual trouxe, entre outras inovações, o desenvolvimento de produtos químicos capazes de tornar aproveitáveis os solos antes impróprios para a cultura da cana, as terras antes rejeitadas pelo capital

canavieiro passaram a ser alvo da cobiça dos investidores. Este é, inclusive, um dos fatores que levou o sistema de morada a nocaute.

Antes, porém, da instauração da ditadura militar no país, o presidente João Goulart sancionou, em 2 de março de 1963, a Lei nº 4.214²², o “Estatuto do Trabalhador Rural” (ETR), a partir do qual, os trabalhadores rurais passariam a gozar, em tese, de direitos que antes eram exclusivos dos trabalhadores urbanos, como o recebimento do salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado e gratificação natalina.

Segundo Andrade (2005, p. 132), “(...) os proprietários reagiram à aplicação da lei, mas os trabalhadores, organizados em sindicatos, resistiram. Criou-se uma atmosfera de tensão na região e a lei passou a ser aplicada com maior ou menor intensidade”. O autor se refere especificamente à região canavieira nordestina, mas o ETR, diferentemente das outras leis citadas até agora, contempla não apenas os trabalhadores do setor da cana-de-açúcar, mas também os de outras áreas da agroindústria.

É importante ressaltar aqui que esse contexto foi marcado pelo surgimento dos sindicatos rurais e das Ligas Camponesas. Segundo Garcia Jr. (1988), as primeiras ligas constituíram-se no Nordeste por volta de 1955, e tinham por objetivo levar às instâncias jurídicas as alterações envolvendo os proprietários de terra e os trabalhadores rurais, sobretudo os moradores.

Os grandes proprietários de terra logo passaram a perseguir aqueles que participavam desses movimentos, pois temiam ver enfraquecido o seu poder na região. Como escreve Garcia Jr. (1988, p. 25):

As surras, ameaças de morte, os atentados contra as casas e os animais dos trabalhadores ou mesmo assassinatos, foram meios habitualmente utilizados pelos *senhores* contra aqueles que apelavam para a justiça, e também contra testemunhas, para tentar pôr fim aos processos. Os *senhores* que participavam de tais ações de represália podiam contar com a ajuda de outros *senhores* que não estavam diretamente envolvidos nos conflitos, nem mesmo eram seus parentes, contudo tinham interesse em impedir a condenação de um de seus iguais: a condenação ameaçava o reconhecimento social da vontade do proprietário como único e inquestionável princípio de ordenação do mundo interior dos *engenhos*. (Grifos originais).

²² Essa lei foi revogada pela Lei nº 5.889/1973.

O impactante filme “Cabra marcado para morrer” (1985), dirigido por Eduardo Coutinho, conta a história de um desses assassinatos de líderes rurais orquestrados pelos ricos donos de terra nordestinos.

O filme, além de recontar a trajetória de João Pedro Teixeira, fundador e primeiro presidente da Liga Camponesa da cidade de Sapé/PB, e os fatos que desencadearam a sua morte, trata das condições sociais e históricas em que as ligas foram criadas e se desenvolveram. Constitui, portanto, um documento de inestimável valor para se conhecer a história de luta de sujeitos que ousaram se rebelar contra o jugo secular imposto pelos latifundiários.

Dando sequência à revisão da legislação referente aos trabalhadores da agroindústria canavieira, outro texto extremamente importante para os mesmos foi publicado no ano de 1965. A Lei nº 4.870, de 1º de dezembro daquele ano, “(...) dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências”.

Nesta publicação foi apontada a percentagem dos lucros das usinas, destilarias e fornecedores de cana que deveria ser aplicada nos Programas de Assistência Social (PASs) voltados para os trabalhadores do setor canavieiro e seus familiares; de acordo com o texto, 1% do preço do saco de açúcar sobre o total produzido e comercializado, 2% do total do preço do litro de álcool produzido e comercializado e 1% do valor da tonelada da cana produzida e comercializada deveriam ser empregados nos referidos programas.

Uma das novidades trazidas pelo documento é o entendimento de que os trabalhadores da indústria, os “operários do açúcar” (LEITE LOPES, 1978), também deveriam se beneficiar das ações assistenciais promovidas pelas usinas ou associações de classe.

Essas e outras determinações são apresentadas no quinto capítulo²³ do documento, cujo título é “Da assistência aos Trabalhadores”:

Art. 35º A parcela resultante do percentual estabelecido na alínea “b” do art. 23º será aplicada em programas de assistência social aos trabalhadores da agro-indústria [sic] canavieira, tendo por objeto:

²³ O artigo 36 da Lei nº 4.870/1965, as alíneas “a”, “b” e “c” e os incisos 1 e 2 do mesmo foram revogados pela lei nº 12.865/2013, da qual tratarei mais adiante.

- a) Higiene e saúde, por meio de assistência médica, hospitalar e farmacêutica, bem como à maternidade e à infância, complementando a assistência prestada pelas usinas e fornecedores de cana;
- b) Complementação dos programas de educação profissional e de tipo médio gratuitas;
- c) Estímulo e financiamento a cooperativas de consumo;
- d) Financiamento de culturas de subsistência, nas áreas de terras utilizadas pelos trabalhadores rurais, de acôrd [sic] com o disposto no art. 23º, do Decreto-lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944;
- e) Promoção e estímulo de programas educativos, culturais e de recreação.
- Art. 36º Ficam os produtores de cana, açúcar e álcool obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores industriais e agrícolas das usinas, destilarias e fornecedores, em serviços de assistências médica, hospitalar, farmacêutica e social, importância correspondente no mínimo, às seguintes percentagens:
- a) De 1% (um por cento) sôbre [sic] o preço oficial de saco de açúcar de 60 (sessenta) quilos, de qualquer tipo, revogado o disposto no art. 8º do Decreto-lei nº 9.827, de 10 de setembro de 1946;
- b) De 1% (um por cento) sôbre [sic] o valor oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas, destilarias anexas ou autônomas, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria;
- c) De 2% (dois por cento) sôbre [sic] o valor oficial do litro de álcool de qualquer tipo produzido nas destilarias.
- § 1º Os recursos previstos neste artigo serão aplicados diretamente pelas usinas, destilarias e fornecedores de cana, individualmente ou através das respectivas associações de classe, mediante plano de sua iniciativa, submetido à aprovação e fiscalização do I. A. A.
- § 2º Ficam as usinas obrigadas a descontar e recolher, até o dia 15 do mês seguinte, a taxa de que trata a alínea "b" dêste [sic] artigo, depositando seu produto em conta vinculada, em estabelecimento indicado pelo órgão específico da classe dos fornecedores à ordem do mesmo.
- O descumprimento desta obrigação acarretará a multa de 50% (cinquenta [sic] por cento) da importância retida, até o prazo de 30 (trinta) dias, e mais 20% (vinte por cento) sôbre [sic] aquela importância, por mês excedente.
- § 3º A falta de aplicação total ou parcial, dos recursos previstos neste artigo, sujeita o infrator à multa equivalente ao dôbro [sic] da importância que tiver deixado de aplicar.
- Art. 37º Na execução do programa de assistência social, o I. A. A. coordenará, sempre que possível, sua atividade com os órgãos da União, dos Estados e dos Municípios e de entidades privadas que sirvam aos mesmos objetivos e procurará conjugá-la com os planos de assistência de que trata o artigo anterior. (BRASIL. Lei 4.870, de 1º de dezembro de 1965).

Alguns pontos merecem ser destacados. A alínea "c" do artigo 35 trata do incentivo à criação de cooperativas de consumo por parte dos trabalhadores da agroindústria canavieira. O objetivo de uma cooperativa de consumo é garantir aos cooperados o acesso a produtos indispensáveis com custos menores do que os convencionais. Os membros de uma cooperativa de produtores rurais, por exemplo, podem tentar negociar com os fabricantes de máquinas agrícolas a venda dessas mercadorias a um preço mais acessível. Mas uma cooperativa de consumo pode ir

além desse papel e desenvolver outras atividades que estejam em consonância com os objetivos dos cooperados, tais como solicitação de crédito, facilitação da prestação de serviços, comercialização de produtos etc.

O inciso 1 do artigo 36 trata da possibilidade de os recursos previstos para a assistência social aos trabalhadores serem aplicados tanto individualmente pelas usinas quanto pelas associações de classe de que estas fazem parte. No período em que a lei foi publicada alguns sindicatos de produtores de cana, açúcar e álcool já eram bem atuantes, como é o caso do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), fundado em 1941, e do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL), fundado em 1944.

Caberia, portanto, a essas instituições – e a outras, como aquelas criadas pelos plantadores e fornecedores de cana – responsabilizar-se, no caso de os afiliados assim desejarem, pela destinação de verbas aos planos de amparo social voltados para os operários (rurais e fabris, como vimos).

Já o artigo 37 mostra, de certa forma, os rabiscos do que virá a ser a política de parcerias público-privadas em prol da ajuda aos “mais necessitados” no início dos anos 1990. Este, certamente, é um assunto para mais tarde, mas já dá para visualizar aqui um incentivo à mobilização da sociedade – particularmente das empresas privadas – para o enfrentamento da pobreza.

Em 28/02/1967 foi lançado o Decreto-lei nº 308, o qual reafirma em seu oitavo artigo o disposto nas alíneas de “a” a “c” do artigo 36 da Lei nº 4.870/1965, e o artigo 64 dessa mesma lei. Os encargos a que estes tópicos fazem menção, portanto, ficam mantidos; a saber, a aplicação de recursos em planos de assistência social e em cooperativas de créditos dos fornecedores de cana.

Com a Lei Complementar (LC) nº 11, publicada em 25/05/1971, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), o qual seria subordinado ao Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), uma entidade jurídica diretamente ligada ao Ministro do Trabalho e Previdência Social. Em linhas gerais, o PRORURAL significou a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais. Os benefícios a serem prestados pelo programa constam no artigo 2º da LC nº 11, e são os seguintes:

I – Aposentadoria por velhice;
 II – Aposentadoria por invalidez;
 III – Pensão;
 IV – Auxílio-funeral;
 V – Serviço de saúde;
 VI – Serviço de social. (BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971).

Os filhos e os cônjuges do trabalhador rural passaram a ter direito a pensão em caso de falecimento do mesmo. Há ainda cláusulas neste documento que tratam de um valor a ser pago à família do trabalhador no caso deste vir a “desaparecer”.

Art. 7º Por morte presumida do trabalhador, declarada pela autoridade judiciária competente, depois de seis meses de sua ausência, será concedida uma pensão provisória, na forma estabelecida no artigo anterior.
 Art. 8º Mediante prova hábil do desaparecimento do trabalhador, em virtude de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória referida no artigo anterior, dispensados o prazo e a declaração nele exigidos. (BRASIL. Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971).

O texto acima faz-nos pensar no quão perigosa pode ser a atividade rural em alguns setores da economia e ainda em algumas áreas do país, mas também faz-nos refletir, tomando inclusive o que foi dito há pouco sobre as tensões envolvendo trabalhadores e patrões e as perseguições de que os primeiros foram/são vítimas, sobre a violência que acomete homens e mulheres no campo. Afinal, quantos não são os casos de desaparecimento no Brasil motivados por disputas políticas e/ou judiciais?

A Constituição Federal e a legislação social canavieira pós-1988

Embora as leis surgidas antes da Constituição Federal (CF) de 1988 tenham fornecido importantes subsídios para os trabalhadores rurais e os movimentos sociais de que estes fizeram parte, foi só a partir da promulgação da Constituição que os trabalhadores do campo alcançaram de fato os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, além de terem reafirmadas algumas garantias individuais²⁴. Fica então acordado que:

²⁴ Entende-se que essas garantias individuais são aquelas constantes na Lei nº 5.899/1973.

Art. 7º São direitos *dos trabalhadores urbanos e rurais*, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- I – Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- II – Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III – Fundo de garantia do tempo de serviço;
- IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- V – Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- VI – Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- VII – Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
- VIII – Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- IX – Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- X – Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
- XI – Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- XII – Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;
- XIII – Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;
- XIV – Jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;
- XV – Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- XVI – Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta [sic] por cento à do normal;
- XVII – Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- XVIII – Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX – Licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- XX – Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- XXI – Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
- XXII – Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XXIII – Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- XXIV – Aposentadoria;
- XXV – Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;
- XXVI – Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
- XXVII – Proteção em face da automação, na forma da lei;
- XXVIII – Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;
 XXX – Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
 XXXI – Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
 XXXII – Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
 XXXIII – Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
 XXXIV – Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso (BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988).

No que diz respeito, especificamente, à legislação canavieira, dois documentos acerca da questão social que envolve os trabalhadores do setor merecem ser lembrados: a Portaria nº 304, de 2 de agosto de 1995, e a Portaria nº 199, de 6 de setembro de 1996.

A primeira reforça o artigo 36 da Lei 4.870/1965, o qual determina o percentual do lucro dos produtores de cana, açúcar e álcool a ser aplicado em planos de assistência social aos trabalhadores. Essa portaria modifica a lei de 1965 ao indicar que o percentual extraído do preço do saco de açúcar e do litro de álcool deverá ser aplicado diretamente pelas usinas e destilarias, e que o percentual derivado do preço da tonelada de cana deverá ser aplicado pelos fornecedores (SOARES, 2003).

Outra modificação notória com relação à Lei nº 4.870 diz respeito à mudança do órgão governamental que deverá fiscalizar os Programas de Assistência Social: como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) fora extinto nos anos 1990 (pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e pelo Decreto nº 99.240, de 7 de maio de 1990), a responsabilidade coube a partir de então ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT)²⁵.

Um elemento novo trazido pela Portaria nº 304 diz respeito ao fato de a mesma estabelecer que a assistência social das usinas pode contribuir com a ação do Programa Comunidade Solidária, realizando parcerias com entidades públicas para o alcance dos seus objetivos (SOARES, 2003). No próximo tópico trarei mais dados acerca do Programa Comunidade Solidária, mas por ora é importante saber, como diz Soares, que o referido programa estava afinado com uma certa

²⁵ O MICT ficou encarregado do setor sucroalcooleiro de 1995 até 1999.

perspectiva neoliberal, na qual a sociedade deveria tornar-se parceira do Estado, sobretudo as empresas privadas.

O artigo 4º da referida Portaria estabeleceu algumas prioridades na assistência aos trabalhadores da agroindústria: a assistência à saúde é tida como a mais importante, seguida da “assistência recreativa” e por último, a assistência alimentar e nutricional. Ao contrário de alguns documentos anteriores, não há uma ênfase na educação básica dos filhos dos trabalhadores.

O artigo 5º também merece ser destacado por vetar o uso dos recursos da assistência social aos trabalhadores para a instalação e manutenção de clubes profissionais. Ao que parece, isto vinha sendo uma prática corriqueira dos proprietários de usinas e destilarias e dos fornecedores de cana.

Por conta do mau uso das verbas dos PASs, foi proposta em 1989 a criação de um Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira. O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 59, de autoria do deputado paulista Geraldo Alckmin Filho, propunha alterações na Lei nº 4.870/1965. Segundo o autor do projeto:

A despeito da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965 conter dispositivos que demonstram elevado alcance social, esta tem sido inócua e completamente desvirtuada o emprego da verba: conforme sabemos, é utilizada na contratação de jogadores de futebol, para custear eleições, na construção de quadras de tênis e piscinas, na compra de aviões, etc. (*apud* HELENA, 1999).

O “conforme sabemos”, empregado pelo autor, indica ser do conhecimento não só dos políticos, mas também dos trabalhadores o destino de recursos que, segundo a legislação brasileira, deveriam ser empregados na melhoria das condições de vida de um segmento social bastante sofrido.

Tanto é verdade que representantes dos trabalhadores do campo já vinham pedindo há muito tempo uma maior fiscalização sobre os recursos dos PASs. No entender da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a criação de um conselho que tivesse a participação de setores da sociedade e, inclusive, dos próprios trabalhadores, seria um grande passo em direção à “moralização e correta utilização do PAS” (*apud* HELENA, 1999).

Mas, apesar de o PLC nº 59 ter recebido um parecer favorável da relatoria na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal em 1999 – dez anos após a sua proposição e quatro anos após receber parecer negativo do então relator senador José Alves nesta mesma comissão –, o mesmo não chegou a alterar a lei de 1965 e, portanto, o Conselho proposto pelo deputado e defendido pela classe dos trabalhadores rurais não saiu do papel.

Em 2013, o governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), aboliu os PASs por meio da revogação do artigo 36 da Lei nº 4.870, de 1965. Dessa forma, o Conselho naqueles moldes propostos pelo PLC nº 59 perdeu a sua razão de ser.

A Portaria nº 199/1996 surgiu no encalço do Acordo Interministerial do mesmo ano, o qual determinou “(...) a implementação de esforços voltados para a erradicação do trabalho infantil nas diversas áreas de atividades econômicas e a proteção ao adolescente trabalhador, inclusive sua profissionalização” (SOARES, 2003, p. 43).

Os ministérios que tomaram parte no acordo à época foram: o Ministério do Trabalho do Brasil (MTB), o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) e o Ministério da Justiça (MJ).

As ações em prol da erradicação do trabalho infantil deveriam ser realizadas em conjunto com os Estados, as Confederações Nacionais Patronais, as Centrais Sindicais, as Federações dos Trabalhadores da Agricultura, o Conselho do Programa Comunidade Solidária e as Organizações Não-Governamentais (ONGs) (SOARES, 2003).

A Portaria nº 199, sendo um dispositivo específico para o setor sucroalcooleiro, está sintonizada com os objetivos que emergiram do acordo entre os ministérios. A partir de sua publicação houve uma modificação do artigo 4º da Portaria nº 304, a qual citei há pouco. O texto anterior, que punha como prioridade dos PASs a assistência à saúde, o apoio à recreação e a assistência alimentar e nutricional ganha uma nova redação; isso ficou patente no artigo 1º da portaria de 1996:

Art. 1º Na execução de programas de assistência social de que trata esta Portaria, os aplicadores deverão observar, preferencialmente, a seguinte ordem:

I – Assistência médica, hospitalar, farmacêutica e odontológica;

II – Assistência social, visando a erradicação do trabalho infantil na lavoura canavieira;

III – Outros programas de auxílios sociais, inclusive alimentação e nutrição. (BRASIL. Portaria nº 199, de 6 de setembro de 1996).

Saiu de cena o apoio à recreação dos trabalhadores nas usinas e engenhos e passou a fazer parte do rol de obrigações sociais destas unidades produtoras o combate ao trabalho infantil em qualquer etapa da produção sucroalcooleira. Não que o apoio recreacional tivesse que ser abolido de vez dos planos de assistência, mas ao não mencioná-lo na portaria os legisladores talvez (talvez, repita-se) estivessem mandando uma “mensagem” para os que acreditavam que assistência recreativa²⁶ significava contratar jogadores de futebol, financiar eleições, construir quadras de tênis etc., como colocou o autor do PLC nº 59.

A portaria em questão ainda determina que sejam mantidos os convênios com entidades públicas que tenham como fim erradicar o trabalho de crianças nos canaviais. O trabalho conjunto com as entidades envolvidas no Programa Comunidade Solidária deve continuar, desde que as ações mirem também o fim da exploração do trabalho infantil (SOARES, 2003).

Soares (2003) argumenta que o foco das ações de combate ao trabalho infantil na agroindústria canavieira será nos trabalhadores que cortam cana – safristas ou temporários –, que tenham um rendimento de até dois salários mínimos e cujos filhos tenham até quatorze anos de idade.

Ainda segundo a autora, citando o artigo 3º da Portaria nº 199/1996, os produtores de cana, açúcar e álcool deviam fornecer uma bolsa no valor de R\$25 (vinte e cinco reais) para os filhos destes trabalhadores, na condição de estarem

²⁶ Em entrevistas que realizei no interior de Alagoas entre 2008 e 2012, por ocasião da realização da minha pesquisa para a Tese de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais e para a dissertação de mestrado em Sociologia, pude comprovar o desvirtuamento da assistência recreativa em algumas usinas locais, principalmente na Usina Seresta, localizada no município de Teotônio Vilela e pertencente à família do então governador do estado, Teotônio Vilela Filho. Apesar de a usina ter construído uma sede recreativa com espaço para jogos como tênis de mesa, pebolim e sinuca, além de manter um campo de futebol com estrutura profissional, eram pouquíssimos os trabalhadores do campo que frequentavam tais locais. Não havia o entendimento de que aquilo deveria ser desfrutado por eles e suas famílias; ao contrário, acreditavam que só os “homens” – como chamavam os executivos, os chefes e, em menor grau, os operários fabris – é que possuíam o direito de fazê-lo.

matriculados na escola e apresentarem mensalmente um atestado de frequência às aulas.

Apesar do impacto causado pelo acordo firmado entre o governo e setores da sociedade e da emissão da Portaria 199/1996, até 2008 ainda era possível encontrar crianças trabalhando em usinas de açúcar e álcool no estado de Alagoas.

A força-tarefa realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) – nomeada de “Operação Zumbi dos Palmares” – flagrou esta e outras irregularidades em algumas das usinas alagoanas em atividade naquele ano. Mesmo a operação do MPT tendo demonstrado claramente a situação degradante dos cortadores de cana, as mudanças exigidas caminham a passos lentos. E em muitos casos o setor sucroenergético conta com a leniência do próprio judiciário²⁷.

2.4 Os anos 1990 e o avanço das políticas neoliberais no Brasil

A “modernização estatal” e os ataques aos direitos sociais

Os anos 1990 trouxeram severas mudanças para o setor sucroenergético do país. A desativação do IAA e o fim do Programa Nacional do Álcool (Proálcool)²⁸, ocorridas neste período, são, segundo a literatura especializada, consequências das transformações políticas e econômicas que estavam acontecendo no Brasil e no mundo desde os anos 1970.

A extinção do IAA – que inclusive repercutiu nos Programas de Assistência Social das usinas, como veremos daqui a pouco – e a do Proálcool fizeram parte de uma série de medidas que visavam à desregulamentação do setor sucroenergético

²⁷ Cf. “Juiz dá prazo à usina Santa Clotilde enquanto trabalhador sofre maus tratos”, PRT, 19ª Região, Alagoas, 2008.

²⁸ Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. O programa tinha como objetivo incentivar a produção de álcool para fins carburantes e industriais, propondo a substituição da gasolina por álcool. Seu surgimento está relacionado às altas do preço do petróleo em 1973/1974 e à queda dos preços do açúcar no mercado internacional nessa mesma época (SOARES, 2003). Segundo Carvalho (2000), além de surgir como uma alternativa energética aos derivados do petróleo, o Proálcool representou uma “saída” para os empresários do setor canavieiro que tinham aumentado as suas unidades produtivas – estimulados pelos programas federais entre 1970/1975 – com o intuito de vender açúcar no mercado internacional. Ainda segundo o autor, o programa teve três fases bem definidas: (1) “expansão moderada” (1975-1979), (2) “expansão acelerada” (1980-1985) e (3) “desaceleração e crise” (1986-1990). O fim do Proálcool ocorreu num momento em que havia uma redução nos gastos com a importação do petróleo (CARVALHO, 2000) – por conta do aumento da produção nacional e da queda no preço internacional do produto – e uma alta repentina do preço do açúcar no mercado internacional, tornando a produção deste mais fruitiva (SOARES, 2000).

pelo Estado. Sempre caminhando à sombra deste último, o setor entrou nos anos 1990 sem as garantias que desde sempre caracterizaram a sua relação com a esfera estatal. Para usar uma expressão que estava e continua na moda nos dias de hoje, os usineiros sofreram um “choque de capitalismo”.

Tal choque é proveniente das orientações neoliberais que passaram a “nortear” as decisões de grupos políticos no Brasil e na América Latina, os quais foram tutelados pelo governo dos Estados Unidos e por instituições financeiras internacionais.

No Brasil, foi o governo José Sarney (1985-1990), mas principalmente o governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) que deu início a uma rodada de políticas que redefiniram o papel do Estado na economia e na sociedade.

As propostas de Collor de Mello visavam o estabelecimento de uma nova relação entre o Estado e a iniciativa privada, tendo como objetivo maior a modernização da máquina estatal (PORTO, 2009). Segundo Porto,

Dentre essas propostas, destacam-se: a desregulamentação da economia, que visava à abolição da regulação do Estado, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação capital-trabalho, perspectivando a plena liberdade dos mercados; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí as propostas de privatização das empresas estatais e de “Estado mínimo”, esta última direcionada no sentido da compreensão da esfera estatal respaldada num compromisso que se pautava na implementação de apenas algumas funções elementares, a exemplo da educação básica e da saúde pública, além da criação e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a liberalização do comércio exterior, em seu propósito de tornar a economia brasileira ao mesmo tempo internacionalizada e moderna, por meio do estímulo às importações. (PORTO, 2009, p. 5).

Vê-se, então, que a chamada modernização do Estado não passou, na verdade, de uma “reforma estatal” com vistas a reduzir o seu papel no direcionamento da economia e na organização da vida social. A ideia do “Estado mínimo” é advogada por teóricos e empresários que acreditam ser nociva a participação do Estado como ente produtivo em alguns setores econômicos, mas também como garantidor de alguns serviços de interesse da sociedade.

Ao determinarem que é da alçada do Estado apenas a prestação de alguns serviços essenciais como saúde e educação, e que a função daquele na economia é tão somente a de assegurar as condições para os verdadeiros *players* econômicos

(as empresas, as corporações, os grandes bancos) atuarem, os defensores do neoliberalismo estão mirando os ganhos financeiros que podem advir da expansão do mercado. Afinal, onde o Estado deixasse de atuar surgiria uma lacuna a ser preenchida por empresas que, teoricamente, se digladiariam para prestarem os melhores serviços, pagarem os melhores salários e obterem os maiores ganhos, não necessariamente nesta ordem.

Como as práticas, muitas vezes, podem radicalizar despidoradamente as ideias, o que se viu onde a cartilha neoliberal foi posta em prática foi um virulento ataque aos direitos adquiridos pelas classes subalternas em anos de luta. Ao toque do neoliberalismo direitos básicos foram transformados em mercadorias, limitando assim o seu acesso apenas aos que dispõem de recursos para pagar. O trecho abaixo, retirado de um texto escrito pela pesquisadora Meire Cristina S. Santos, trata justamente desta ofensiva neoliberal aos direitos sociais:

De acordo com o ideário neoliberal, as políticas de saúde e educação passam a ser privatizadas, tornando-se mercadoria, portanto, terão acesso a elas quem puder pagar. São voltadas para o consumidor e não para o cidadão. Já a política de assistência social, por estar voltada a segmentos da população com baixas condições de consumo, é marcada por dois processos principais: a focalização (o Estado passa a destinar sua atenção para os segmentos mais pobres da população) e a refilantropização (repassa das responsabilidades estatais para Entidades Sociais, Organizações Não-Governamentais e grupos empresariais) e dessa maneira esvazia-se a sua recente concepção de direito. (SANTOS, 2007, p. 42-43).

A estudiosa Maria Célia Porto (2009) também acredita que o ideário neoliberal foi decisivo para o desmonte das políticas sociais no Brasil. Assim como Santos (2007), ela argumenta que o projeto neoliberal brasileiro atingiu em cheio os direitos sociais recém-introduzidos na Carta Constitucional de 1988. Em suas palavras:

No que diz respeito às relações do governo Collor com as políticas sociais, essa administração deu continuidade, de maneira progressiva, ao desmonte dessa área, então iniciado no final do governo Sarney, em absoluta coerência com o ideário neoliberal ativamente em vigor. Nessa perspectiva, ocorreu o completo descumprimento das deliberações sociais consagradas na Constituição Federal de 1988, sendo contraditoriamente proposta uma *Reforma Constitucional* com indicações clarividentes de uma postura neoliberal que se caracterizava por proporcionar a anulação das garantias sociais contempladas (PORTO, 2009, p. 6). (Grifos originais).

A mercantilização dos direitos sociais no Brasil ocorreu num momento de inquietação e intenso debate sobre as possibilidades de consolidação da cidadania. A Constituição Federal de 1988 é vista como um grande passo nessa direção, mas como as autoras deixam entrever, tão logo governos neoliberais ascenderam ao poder, tratou-se de criar formas para dirimir as garantias constitucionais.

A participação cidadã tem sido obstruída por uma nova concepção do que sejam cidadania e direitos do cidadão. A cidadania, que historicamente esteve relacionada ao sentido de pertencimento a uma comunidade, onde o sujeito desfruta de direitos comuns, mas também assume responsabilidades e deveres, passa a estar atrelada ao consumo. Ser cidadão doravante é dispor das condições para consumir determinados produtos, a chamada “cidadania pelo consumo”.

Acontece que nem todos têm condições de consumirem os produtos e serviços de que necessitam para sobreviver. E por uma inversão dos valores inerentes à cidadania, inversão esta proporcionada pelo ideário neoliberal, os sujeitos incapazes de pagar pelo que é seu “de direito” são vistos como cidadãos de “segunda categoria”.

O público, que emerge como a tábua de salvação destes “cidadãos incompletos”, torna-se cada vez mais defasado. A imbricação entre os serviços públicos e a ineficiência é uma realidade, mas também é uma maneira de a propaganda neoliberal associar cada vez mais a cidadania ao fato de as pessoas poderem pagar por serviços como saúde, educação, transporte etc.

Frente a esta nova realidade, as políticas sociais, como escreveu Santos (2007), são reestruturadas de modo a focalizarem apenas os segmentos mais pobres da população (focalização) e a transferirem sempre que possível uma maior responsabilidade pelos necessitados às instituições da sociedade civil (refilantropização).

Passados os governos Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, ambos de curta duração, mas que deixaram marcas profundas na história do país, houve nos dois governos Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002) um aprofundamento das medidas tomadas pelos seus antecessores, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dado ao social.

Tendo sido Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, durante o qual implementou o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso (FHC) pautou seu governo por políticas continuístas. Apesar de seu passado de militante da esquerda, suas medidas transitaram em torno do arcabouço neoliberal, em que se destacam “(...) privatizar, reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho”. (TEIXEIRA, 1998, p. 225 *apud* PORTO, 2009, p. 6).

Porto destaca ainda a política de ajuste fiscal do governo FHC, que surtiu efeitos na economia, mas também na criação e manutenção de políticas sociais. Segundo a autora (2009, p. 7),

(...) o *ajuste fiscal* (...) incutiu a falsa ideia de que o principal problema do país se reduzia ao *déficit público*, requerendo, por sua vez, a implementação de medidas relativas ao equilíbrio orçamentário. Dessa forma, sob o pretexto de atingir o equilíbrio orçamentário, o presidente Cardoso promoveu a privatização das empresas estatais (de energia, de telefonia, entre outras), além de viabilizar a aprovação das reformas previdenciária e administrativa. Contudo, apesar da utilização desses recursos, notadamente antidemocráticos, o déficit público permaneceu elevado. (Grifos originais).

No que se refere às políticas sociais, a obsessão pela contenção dos gastos resultou na diminuição dos fundos repassados aos serviços sociais para os mais pobres. A desresponsabilização do Estado na questão social justifica-se aqui pela necessidade de tornar a máquina estatal cada vez mais enxuta.

O Programa Comunidade Solidária e a desresponsabilização do Estado

Para fins metodológicos, vou me ater, em termos de análise do equacionamento da questão social no governo Fernando Henrique Cardoso, ao Programa Comunidade Solidária (PCS), criado durante a gestão do social-democrata e que manifesta todas ou, pelo menos, boa parte das idiosincrasias da política social que foi delineada naquele período.

O PCS foi criado com o intuito de atender aos segmentos mais pobres do país. Como escreveram Margarido Neto e Suplicy (1995), sua proposta era unificar as ações sociais dos ministérios, além de mobilizar a sociedade civil para a superação da pobreza e da miséria. Buscava-se, então, uma articulação entre os

níveis federal, estadual e municipal, em parceria com ONGs, empresas e instituições interessadas em participar das atividades do programa.

De pronto é possível perceber o cariz neoliberal da iniciativa. Trata-se de uma ação focalizada: o programa mira nos mais pobres, naqueles que participam de forma precária do mundo do consumo, entendido agora como o palco da cidadania e da participação cidadã.

Também é uma ação refilantrópica: as parcerias com entidades da sociedade civil são uma forma de diminuir as responsabilidades do Estado para com a superação das mazelas sociais, ao passo que as mesmas são transferidas para quem está na esfera da produção (como é o caso das empresas) ou do auxílio social (caso das ONGs).

Paiva (2006), fazendo uma comparação entre o programa brasileiro e um similar seu no México, escreveu o seguinte:

O Programa Comunidade Solidária no Brasil e o Pronasol no México, ao longo dos anos 90, produziram um alto custo social para a sociedade, pois o reverso da moeda da participação tão exaltada era a desresponsabilização estatal e precarização dos serviços básicos, uma vez relegados à esfera da solidariedade. (p. 8).

A implantação do Programa Comunidade Solidária também tinha que lidar com um problema muito presente nas regiões mais pobres do país: o coronelismo. Esta prática punha uma dificuldade ao desenvolvimento das ações do programa, pois em muitos lugares o acesso a informações gerais sobre o mesmo, bem como sobre as formas de participação da sociedade civil nas iniciativas, dependia do capricho de políticos reacionários. De modo que se corria o risco, como dizem Margarido Neto e Suplicy (1995), de o programa ser menos eficiente justamente onde era mais necessário, a saber, naquelas cidades em que havia um maior *déficit* social e econômico.

Outro fato importante relacionado ao PCS é a diminuição dos recursos a serem alocados durante a sua vigência. Margarido Neto e Suplicy (1995), analisando a planilha com os projetos aprovados pelo conselho do programa e as suas respectivas verbas, afirmam que há uma precarização no trato do governo FHC para com os mais necessitados. Segundo eles:

Os projetos contemplados foram divididos em cinco áreas de ação: alimentação, saúde e nutrição, com recursos de R\$1,26 bilhão; serviços urbanos, com previsão inicial de R\$1,9 bilhão, alterado para R\$422 milhões devido à retirada de diversos projetos do âmbito do programa; desenvolvimento rural, com R\$237 milhões; defesa e direitos, com R\$371 milhões; geração de emprego e renda, agora restrito ao Programa de Apoio à Micro e Pequena Empresa, com R\$327 milhões, ao invés dos R\$3,9 bilhões antes alocados, devido à correta exclusão do seguro desemprego, pois trata-se de um direito do cidadão legalmente instituído.

Com estas alterações, o total de recursos destinados aos programas de interesse do conselho, reduziu-se de R\$8,4 bilhões para R\$2,6 bilhões, que, se estão mais coerentes com a realidade orçamentária e a capacidade real de intervenção do Programa Comunidade Solidária, demonstram, por outro lado, a precariedade do governo federal em sua iniciativa de amenizar a fome e a miséria no país. (NETO; SUPLICY, 1995, p. 43-44).

A focalização das políticas sociais, a refilantropização – ou privatização dos serviços públicos, como escrevem alguns autores – e a insistente redução dos gastos sociais são, segundo Gomes, Pinto e Campos (2004), claras indicações de que o equacionamento da questão social nos governos FHC seguiu sendo subordinado à política macroeconômica e determinado por esta.

Essa visão é compartilhada por José Paulo Netto (1999, p. 87), para quem

O projeto conduzido pelo primeiro governo FHC não exclui a política social – mas a situa numa ótica inteiramente diversa daquela que está inscrita na Constituição de 1988. No projeto de FHC, *a política social aparece inteiramente subordinada à orientação macroeconômica* que, por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande capital (Grifos originais).

Mas, que análise é possível fazer a partir do que foi colocado acima (reforma do Estado, focalização e refilantropização das políticas sociais, ajuste fiscal etc.), tendo como pano de fundo a relação entre a desregulamentação estatal sobre o setor canavieiro e os direitos dos trabalhadores? É o que veremos a seguir.

2.5 Direitos sociais em xeque: reforma do Estado e fortalecimento do discurso da responsabilidade social

A reestruturação produtiva chega ao canavial

Conforme dito anteriormente, os anos 1990 foram marcantes para o setor canavieiro; mas também o foram para a economia brasileira como um todo e,

consequentemente, para os setores menos favorecidos da sociedade. Apesar de economistas e cientistas políticos próximos aos governos neoliberais sustentarem que houve uma estabilização no período, o que se viu realmente foi um aumento do fosso que separava os mais ricos dos mais pobres. Em outras palavras, a economia pode ter crescido, mas seu crescimento não veio acompanhado por uma justa distribuição de renda. Como mostram Gomes, Pinto e Campos (2004, p. 5),

(...) o quadro de estabilidade não é confirmado, pois houve movimentação dentro da estrutura social e tais movimentos aprofundaram a desigualdade no país. Os dados apontam que apenas a elite sócio-ocupacional obteve aumento da participação da renda nos anos 90, os setores intermediários praticamente mantêm suas posições, os perdedores localizam-se na massa trabalhadora urbana e na massa rural.

As autoras vão ao cerne da questão quando dizem que os perdedores, os principais afetados por todas essas mudanças são os trabalhadores. No caso dos trabalhadores da agroindústria canavieira, além da intensificação das formas de exploração de sua força de trabalho – via reestruturação produtiva – há ainda o aceleração de um processo que vai desembocar na perda de importantes direitos sociais.

A reestruturação produtiva no setor canavieiro significou impactos nas formas de produzir, mas também nas formas de gerenciar os trabalhadores das usinas, tanto os da fábrica quanto os do campo. Quero dizer com isso que a reestruturação da produção não ficou circunscrita ao uso de máquinas ou de produtos químicos para aumentar a produtividade do solo. Ela foi além. Os trabalhadores passaram a ser inscritos numa lógica gerencial de controle. Leia-se, por exemplo, o excerto abaixo, retirado de um artigo do sociólogo Luciano Padrão:

Exemplo é a atividade de corte de cana, que passou a envolver uma sequência de movimentos muito além daquela diretamente relacionada ao “cortar cana”. Trata-se, por um lado, da obrigatoriedade do trabalhador de efetuar o corte segundo padrões rigidamente determinados, tais como “toco baixo” (isto é, o corte deve ser extremamente rente ao solo) e “ponteira bem tirada” (a extremidade superior da cana deve também ser cortada, e em um lugar exato, que evite tanto a incorporação da palha contida na ponteira como a perda de matéria-prima). Após estes movimentos, a cana já cortada deve ser lançada a uma distância padrão, de modo a formar esteiras (fileiras de cana já cortada) ao mesmo tempo “limpas”, isto é, sem canas à sua volta (já que estas poderiam eventualmente escapar aos guinchos das máquinas carregadeiras); “bem espaçadas”, isto é, equidistantes [sic] umas das outras (para evitar alterações de manobras nestas máquinas); e com “palha bem

afastada”, isto é, sem palhas sobre a cana cortada ou próximas a ela (para evitar que sejam recolhidas junto com a cana). *Tais exigências resultam não só em um aumento do desgaste físico do trabalhador como em uma interferência nos exercícios que conformariam um dado conhecimento e uma dada habilidade para realizar a operação ou, em outras palavras, em perdas no controle do trabalhador sobre o processo de trabalho* (PADRÃO, 1997, p. 142). (Grifos meus).

Como é possível perceber no fragmento do texto de Luciano Padrão, o “cortar cana” passou a envolver uma série de outras atividades. A partir das mudanças implantadas no decurso da reestruturação produtiva, o trabalhador foi forçado a ser polivalente, isto é, a estar preparado para a realização de serviços múltiplos.

O trecho deixa claro que o cortador deve, no mínimo, realizar quatro atividades: cortar a cana, retirar a palha, lançar a cana num local predeterminado e organizá-la de modo a facilitar o seu recolhimento pela máquina carregadeira.

Fiz questão de grifar a parte que trata dos efeitos dessas inovações no corpo dos trabalhadores. O trabalho com a cana-de-açúcar no Brasil sempre foi realizado em condições degradantes – basta atentar para o uso da força de trabalho escrava na lavoura canavieira por mais de 350 anos e a sua influência nos regimes de trabalho posteriores –, mas o que se vê a partir dos anos 1990 é uma incrementação da precariedade transvestida de inovação gerencial.

Ao lado das exigências de “como cortar”, surgiu a de “quanto cortar”. Os trabalhadores foram incentivados pelas usinas a cortarem um *quantum* diário para poderem permanecer empregados e para receberem algumas bonificações. Nas seleções de cortadores de cana os empregadores passaram a dar preferência àqueles que demonstravam uma maior capacidade produtiva, dispensando os que eram considerados “fracos”. Segundo Padrão:

(...) todo este processo se dá mediante uma drástica redução do número de trabalhadores contratados pela empresa, a partir da exclusão daqueles que são considerados “fracos de serviço”, e a incorporação, de forma estável, daqueles tidos como “mais produtivos” – procedimento que terminou por impor rígidos limites ao número de trabalhadores aliciados por agenciadores que serão efetivamente aceitos pela empresa. Assim, na medida em que um agenciador tem o número de trabalhadores de suas turmas reduzido, ele se vê forçado a contrabalançar a perda de seus rendimentos que daí decorre, optando por arregimentar apenas os “melhores” trabalhadores de sua região. (PADRÃO, 1997, p. 137).

Os agenciadores, pessoas responsáveis pela contratação da força de trabalho, tiveram seus ganhos associados à produtividade do pessoal que viesse a contratar; daí também o interesse pelos “bons de serviço”.

Com relação à quantidade de cana cortada exigida pelas usinas, isso pode variar. Uma usina pode exigir do seu trabalhador que corte quatro toneladas diariamente, já outra, cinco ou seis. Isso depende, entre outros fatores, da qualidade da cana, do solo e ainda das condições climáticas e da declividade do terreno. De certo, tem-se que a partir da imposição de uma quantidade mínima diária – trabalhadores que entrevistei por ocasião da minha pesquisa de mestrado disseram que “(...) antes não era assim, a pessoa cortava o quanto podia” – houve uma progressão do *quantum* exigido no decorrer dos anos.

A título de exemplo, a Usina Seresta, a qual já foi citada nesse texto, determinou a quantidade mínima de seis toneladas diárias na safra de 2008/2009; seis toneladas e meia nas safras de 2009/2010 e 2010/2011; sete na de 2011/2012 e sete toneladas e meia na de 2012/2013. Os trabalhadores considerados inaptos para acompanharem esse ritmo ou não foram contratados ou saíram passados os primeiros meses da safra.

Chama a atenção ainda o uso crescente de incentivos para os trabalhadores intensificarem a produção. São duas as estratégias mais conhecidas: (1) aumento progressivo do valor da tonelada de cana cortada; por exemplo, se o trabalhador corta até cinco toneladas de cana num dia, o preço da tonelada é x ; já se ele corta mais de cinco toneladas, o preço da tonelada passa a ser y , sendo y apenas um pouco maior do que x ; o trabalhador teria, portanto, interesse em aumentar a sua produtividade diária para que as toneladas valham mais, mesmo que o ganho seja somente de alguns centavos; (2) premiação dos trabalhadores mais produtivos; donde os funcionários que tiverem produzido acima da média são reconhecidos ao fim da safra com diversas premiações, que vão desde cestas básicas e eletrodomésticos a motocicletas; os “campeões da produtividade” – expressão cunhada por José Roberto Novaes (2007) – são apresentados pela gerência como exemplos a serem seguidos pelos demais cortadores.

Essas estratégias, muito usadas nas fábricas e em setores da administração das empresas, espalharam-se pelos canaviais, atingindo não apenas os cortadores de cana, mas ainda outros trabalhadores rurais, como os aplicadores de herbicida.

Esses trabalhadores têm a função de eliminar as pragas que agem sobre a cana-de-açúcar. É uma atividade de risco, pois o contato com o veneno usado pode ocasionar sérios problemas de saúde. Dores de cabeça, fraqueza, manchas amareladas pelo corpo e coceira intensa são as principais queixas daqueles que realizam esse trabalho.

Em 2012 (SANTOS, 2012) fiz uma pesquisa acerca das condições de trabalho dos aplicadores de herbicida, e além de comprovar que se trata de um serviço extremamente arriscado, também vi que o mesmo é mal remunerado. À época das entrevistas (fevereiro de 2012), o salário de um aplicador era de, em média, R\$700,00 (setecentos reais), já incluso o adicional de insalubridade. Esta quantia era devida aos trabalhadores que aplicavam, no mínimo, doze bombas (pulverizadores) de herbicida por dia de trabalho, sendo que cada bomba continha uma combinação de 1l de veneno (dosagem) e 17l de água.

Para ganhar mais do que os R\$700,00 (setecentos reais), o trabalhador era incentivado pela gerência do campo a entrar em um “esquema de produtividade”, dado que se ele aplicasse em um dia de serviço (que se iniciava às 5h e se estendia até as 10h ou 11h da manhã) apenas as 12 bombas, a remuneração seguiria o valor da diária – R\$21,00 (vinte e um reais) à época da entrevista –, mas se viesse a ultrapassar as 12 bombas receberia uma quantia por bomba a mais.

Para compensar os baixos salários, portanto, tanto os cortadores de cana quanto os aplicadores de herbicida foram forçados a intensificar a produção, o que, inexoravelmente, trouxe problemas de ordem física e psíquica e, em alguns casos, até a morte de alguns desses trabalhadores.

Desreponsabilizar o Estado, responsabilizar a sociedade (ou as empresas)

Se, de um lado, houve o aumento da exploração do trabalhador, via reestruturação produtiva, por outro, como disse acima, acelerou-se aquele processo

que culminou com a perda de direitos dos trabalhadores da agroindústria canavieira. Direitos que em muitos casos vinham sendo desrespeitados, é verdade, mas que chegariam a constituir uma importante ferramenta de transformação da vida de homens e mulheres dependentes do trabalho canavieiro, caso houvesse uma maior fiscalização por parte do poder público e da sociedade civil.

A derrocada dos direitos sociais garantidos pela Lei nº 4.870/1965 e acolhidos pela Constituição Federal de 1988 contou com a intervenção dos proprietários de usinas e destilarias e dos fornecedores de cana. Com o fim do IAA, no início dos anos 1990, estes empresários entenderam que já não haveria a necessidade de repassar recursos para os Programas de Assistência Social aos trabalhadores da agroindústria canavieira e seus familiares. Na interpretação dos mesmos, extinta a agência fiscalizadora dos planos de ação social das empresas, também estaria extinto por tabela o dever de prestar auxílio social aos seus funcionários.

Uma das principais queixas dos usineiros era a de que a determinação legal de se criar programas de auxílio social para os trabalhadores feria o princípio da isonomia. Mas no entendimento de alguns juízes, com destaque para Bruno Takahashi, a obrigatoriedade das empresas criarem os PASs justifica-se pelo alto grau de insalubridade, periculosidade e penosidade a que estão sujeitos os trabalhadores canavieiros (TAKAHASHI, 2012). Na visão de Takahashi, são essas particularidades do setor que evocam a necessidade de um tratamento diferenciado para os que nele trabalham.

Aqui é preciso deixar claro que Takahashi cita necessidades atuais para defender a continuidade de algo que surgiu no passado em um contexto específico – no qual houve a tentativa de expansão dos direitos sociais, apesar de um correspondente estrangulamento dos direitos civis e políticos.

Pode-se dizer, então, que para o autor os PASs precisavam ter a sua existência garantida porque os problemas que os referidos programas deveriam dirimir seguem afetando os trabalhadores canavieiros e seus familiares. Sua resposta aos usineiros é ao mesmo tempo legal (pois demonstra o amparo da lei à continuidade dos PASs) e social (dado que chama a atenção para as penosas

condições de vida das pessoas empregadas ou afetadas pela agroindústria canavieira no Brasil).

Ainda com relação ao descaso dos usineiros para com os PASs, alegando não haver mais imperativo legal para a sua continuidade, Takahashi deixa entrever que se trata de um grande engodo, dado que o fim do IAA não desobrigou as usinas de continuarem a investir na melhoria das condições de vida e trabalho de seus funcionários, nem o Estado de fiscalizar o cumprimento da legislação. Na visão do magistrado,

(...) a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA – pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e pelo Decreto nº 99.240, de 7 de maio de 1990, não exige a União de proceder a seu dever de fiscalização, sobretudo em relação à aprovação do plano e à sua execução pelas empresas do setor. Isso porque a extinção de determinado órgão da Administração Pública Federal não implica, por si só, a extinção da obrigação legalmente imposta. (2012, p. 11).

Takahashi afirma também que as responsabilidades antes atribuídas ao IAA foram repassadas para outros órgãos, entre as quais a de acompanhar as ações sociais das usinas e destilarias. Segundo ele:

(...) a evolução legislativa indica que as atribuições do Instituto do Açúcar e do Alcool foram transferidas para outros órgãos. Assim, é comum a alegação da União no sentido de que após a extinção do IAA, em um primeiro momento (após maio/90), coube ao então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (hoje Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior – MP 1.795/99) a fiscalização do PAS, celebrando-se Convênio (nº 01/95) com a Secretaria de Estado da Família, da Criança e do Bem-Estar Social, objetivando estabelecer ações voltadas à fiscalização do citado programa. Posteriormente, por força da Medida Provisória nº 1.191/99, a administração e a fiscalização do PAS passaram à esfera de competências do Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento. Além disso, tratando-se de norma que afeta o direito dos trabalhadores, o referido plano deverá ser encaminhado também ao Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT. Eventuais modificações nos órgãos internos deverá ser informada pela própria União às empresas objeto de fiscalização. (TAKAHASHI, 2012, p. 11).

Vê-se, então, que a evolução legislativa indicou os órgãos governamentais que deveriam acompanhar a execução dos PASs nos estados. Os usineiros, porém, fizeram “ouvidos de mercador” tanto para as leis quanto para as necessidades dos trabalhadores canavieiros, que ainda hoje seguem engrossando as fileiras da pobreza nas regiões onde a produção sucroenergética está assentada.

É importante salientar que, apesar de rejeitarem a continuidade dos PASs, os usineiros elegeram a responsabilidade para com o social como umas das principais justificativas para o Estado auxiliar as usinas em momentos de crise. A questão social, portanto, ganha um destaque maior apenas quando as usinas, prestes a fecharem as suas portas, recorrem a subsídios e apoio governamentais.

O discurso do medo da desordem social causada pelo fim dos empregos renasce a cada crise enfrentada pelo setor, que durante os “tempos de bonança” parece não ter olhos para a relação que há entre a pobreza e a qualidade dos empregos que oferta.

Surge, portanto, algo que poderíamos chamar de dilema da questão social canavieira. A desregulamentação do setor, a reforma do Estado e a reestruturação produtiva – entre outras medidas que ganharam força nos anos 1990 – foram, do meu ponto de vista, os propulsores das investidas contra os direitos dos trabalhadores canavieiros.

Mas, além disso, as mudanças político-econômicas ocorridas no período fortaleceram os discursos e as práticas relacionadas ao que se convencionou chamar de “responsabilidade social” das empresas.

O quadro, pois, é digno de uma pintura de Pablo Picasso: (1) aumenta-se a exploração do trabalhador através das medidas de intensificação da produtividade; (2) os direitos sociais garantidos pela Lei nº 4.870/1965 e reafirmados pela Constituição Federal de 1988 são desrespeitados; e, finalmente, (3) diminui-se a responsabilidade do Estado para com a questão social em prol do fortalecimento da responsabilidade social do setor privado.

Já tratei minimamente aqui do aumento da exploração proporcionado pela intensificação da produtividade, bem como dos ataques do empresariado canavieiro aos PASs. Cabe agora tecer alguns breves comentários sobre o tema da responsabilidade social e como o mesmo suplantou a ideia de direitos sociais dos trabalhadores da cana.

Soares (2003, p. 71) escreve que

(...) o conceito de Responsabilidade Social está relacionado aos principais vetores que direcionam o processo de gestão, que consiste na decisão da empresa em apoiar o desenvolvimento da comunidade onde atua, preservar o meio ambiente, investir no bem-estar de seus funcionários e dependentes,

promover comunicações transparentes, dar retorno aos acionistas, assegurar sinergia entre os parceiros e garantir a satisfação dos clientes e/ou consumidores. Portanto, a empresa deverá estar atenta às necessidades de todos aqueles que contribuem para seu sucesso: acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente.

No pacote da reestruturação produtiva veio a compreensão de que as empresas, para se tornarem mais competitivas no mercado, deveriam assumir uma nova postura frente aos seus funcionários, clientes e ainda à comunidade. Ser uma empresa socialmente responsável, portanto, implica assumir compromissos internos: para com os acionistas, trabalhadores e fornecedores; e externos: para com os clientes, a comunidade na qual está inserida e as instituições governamentais.

A responsabilidade social pode ser considerada o carro-chefe do que ficou conhecido como “capitalismo social” ou “capitalismo humanista”. Trata-se de uma ação estratégica, pois ao intervir em uma área aparentemente estranha a sua, que é a área social, com programas, oficinas, transferências de recursos etc., a empresa garante para si uma parcela de consumidores interessada em uma produção baseada na sustentabilidade social e ambiental e ainda envia um “sinal” a países importadores que poderiam impor restrições alfandegárias a seus produtos.

A empresa capitalista, que até pouco tempo acreditava-se ter como único compromisso social gerar empregos – o que só aconteceria com o aumento de seu lucro –, e, portanto, ajudar no desenvolvimento da comunidade por meio da dotação monetária individual, essa empresa é agora incitada pelo próprio mercado a praticar a solidariedade, sob o risco de, não o fazendo, perder espaço para as suas concorrentes adeptas das práticas sustentáveis.

Um exemplo cabal dessa nova faceta do capitalismo pode ser encontrado no próprio setor sucroenergético. As denúncias de que muitas usinas mantêm trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão vêm sendo feitas há anos por acadêmicos, religiosos e militantes de movimentos sociais. Esses clamores, ao que parece, chegaram até importantes centros consumidores do açúcar e do etanol produzidos no Brasil, como a Europa e os Estados Unidos, que passaram a comprar tais produtos somente de empresas que evitam práticas abusivas contra os seus trabalhadores e contra a comunidade ou que pelo menos afirmam evitar em suas sofisticadas ações de *marketing*.

Entretanto, até que ponto essa busca pela responsabilidade social pode ser eficiente no combate às mazelas de que são vítimas os trabalhadores e comunidades empobrecidas?

A pergunta vem a calhar se olharmos ainda mais uma vez para o setor sucroenergético, que a despeito da pressão nacional e internacional, segue nas páginas dos jornais como um dos que mais deixam a desejar no cumprimento dos compromissos com os seus funcionários (sobretudo os do campo).

É aqui que chegamos em um ponto fundamental desse tópico. Com o fortalecimento do discurso da responsabilidade social, algumas usinas passaram a investir em projetos que lhes trariam o reconhecimento da sociedade como empresas socialmente e ambientalmente comprometidas.

Durante a pesquisa de campo para a confecção do meu TCC e da minha dissertação de mestrado eu pude notar alguns desses projetos nas cidades que visitei. Entre as iniciativas havia aquelas mais recentes e outras já de longa data; iniciativas de cunho social e outras que se debruçavam sobre a defesa do meio ambiente.

Uma dessas iniciativas foi o “Projeto Barriga Cheia”, criado pela Usina Seresta na cidade de Teotônio Vilela/AL no início dos anos 2000. A iniciativa consistia em a usina disponibilizar parte das suas terras na época da entressafra da cana para que famílias de agricultores locais plantassem feijão e milho.

Todo o trabalho era feito em parceria, e além da usina, também faziam parte da coordenação do projeto a prefeitura e representantes de movimentos sociais. Afora as terras, a equipe coordenadora ainda disponibilizava as sementes, o transporte para os trabalhadores e as máquinas agrícolas.

Em 2010 o projeto foi ampliado e passou a contar com a participação do governo do Estado, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), dos municípios e de 15 usinas de açúcar e álcool.

Naquele ano os destaques foram para as usinas Coruripe, Roçadinho e Porto Rico, que disponibilizaram respectivamente 550, 302 e 200 hectares para a iniciativa; a Cooperativa Pindorama, que pôs a disposição 100 hectares, e a

Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas (ASPLANA), que disponibilizou 500 hectares.

Segundo os idealizadores do programa, além de ser de interesse social – dado que no período da entressafra o desemprego é generalizado na zona canavieira, sendo o Barriga Cheia uma maneira de garantir alimento e renda para os trabalhadores desempregados –, o mesmo ainda traz benefícios para a usina, pois o plantio de feijão e milho faz com que a terra capte nutrientes que serão aproveitados pela cana plantada depois (BARROS, 2010).



Figura 2: Trabalhadoras e trabalhadores do Projeto Barriga Cheia em Teotônio Vilela/AL.

Fonte: FETAG-AL²⁹.

Outro exemplo que envolve a Usina Seresta é a doação de terrenos para a construção de conjuntos populares e centros esportivos no município de Teotônio Vilela/AL. O site³⁰ da empresa traz informações detalhadas sobre todas as doações que a mesma realizou em nome de seu compromisso em ser “parceira da comunidade”.

²⁹ Disponível em <http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto.asp?id=200>.

³⁰ Cf.: “Usina Seresta é parceira da comunidade”, em <http://www.usinaseresta.com.br/acoes-sociais/usina-seresta-e-parceira-da-comunidade>.

Ainda em Teotônio Vilela/AL foi possível encontrar algumas escolas que foram “adotadas” por usinas da região, como é o caso da Escola Municipal de 1º Grau Graciliano Ramos, apadrinhada pela Usina Guaxuma³¹³². Na fachada da escola há o símbolo da prefeitura, o da “usina madrinha” e ainda o selo de Empresa Amiga da Criança, conferido à usina pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

A propósito, em lista³³ divulgada pela Fundação Abrinq com as empresas amigas da criança no Nordeste há 31 usinas – de um total de 88 empresas de vários ramos –, sendo que a maior parte delas está localizada nos estados de Alagoas (16) e Pernambuco (9). As outras unidades estão presentes na Bahia (1), no Maranhão (1) e na Paraíba (4).

Outros projetos que envolvem a responsabilidade socioambiental das usinas são o combate à extinção de animais (como a do Jacaré-de-papo-amarelo), a preservação de áreas de Mata Atlântica (ameaçadas pelas próprias usinas em seu processo de expansão) e a conservação de áreas de nascentes (também ameaçadas pela poluição causada pelo processo de produção do açúcar e do etanol).

Mas o que chama a atenção nessa guinada das empresas do setor sucroenergético para o capitalismo social é o olvidamento de que as medidas ou parte das medidas associadas a sua política de responsabilidade social já eram indicadas pela legislação social, a mesma que muitos usineiros insistiam em atacar.

Essa é a conclusão a que também chegou a pesquisadora Rita de Cássia M. R. Soares quando analisou as ações sociais da Usina Coruripe, situada no litoral sul do estado de Alagoas e considerada a maior produtora de açúcar e álcool do Norte-Nordeste. Segundo a autora:

³¹ A referida usina, pertencente à massa falida da Lágina Agroindustrial, de propriedade do usineiro João Lyra, foi arrendada por um consórcio formado pela Usina Coruripe e pela Granbio. Com o arrendamento, que durará, a princípio, por dez anos, a Usina Guaxuma voltará a moer cana.

³² É lícito frisar que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu do Ministério do Trabalho uma denúncia contra o proprietário da Lágina Agroindustrial, o empresário e político João Lyra (PSD/AL), que passou a ser réu em ação penal, acusado de manter cerca de 50 cortadores de cana em condições de trabalho análogas às da escravidão no município de União dos Palmares/AL. A pena prevista para este crime é de dois a oito anos de prisão (SCOPINHO; SANTOS, 2014).

³³ Disponível em: <http://www3.fundabrinq.org.br/portal/como-atuamos/programas-e-projetos/programa-empresa-amiga-da-crianca/empresas/nordeste.aspx>.

Se formos em busca da legislação sucroalcooleira, especificamente no que diz respeito ao Plano de Assistência Social (PAS), iremos perceber que várias ações que a usina admite ser de responsabilidade social interna já estavam previstas na legislação, desde 1941, com o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), que garantia, entre outros, o direito à moradia, à assistência médica e hospitalar e ensino primário gratuito às crianças. O Decreto-lei nº 6.969, de 19/10/44, complementa o ELC, na medida em que institui, entre outras diretrizes, a assistência dentária, bolsas de estudo e manutenção de instituições de recreação. Ainda com relação ao Decreto-lei nº 6.969, destaca-se a concessão de terras ao trabalhador rural destinadas à plantação e criação necessárias à subsistência, o que não vem sendo feito, pois nos últimos anos várias casas de trabalhadores rurais na área da usina foram destruídas, acabando assim com o direito à terra e à moradia. (SOARES, 2003, p. 80).

Vê-se, portanto, que a responsabilidade social, a despeito dos impactos positivos que possa causar em uma determinada comunidade, está atrelada à busca de destaque no mercado, logo, à busca de lucro. Interessa encobrir o caráter de direito dos trabalhadores e suas famílias em nome de uma solidariedade empresarial. Solidariedade esta que é extremamente benéfica para a empresa em termos financeiros, pois como vimos, “fazer o social” é parte da atual estratégia do capitalismo para expandir-se.

Os trabalhadores contemplados pelas iniciativas das usinas são levados a acreditar que o que recebem não é um direito, mas sim um favor que as empresas estão prestando. E por serem entendidas como um favor, com essas iniciativas as usinas ainda conseguem abocanhar a lealdade e a presteza dos funcionários, já que no imaginário destes os benefícios recebidos são devidos à benevolência de uma empresa ou conjunto de empresas em particular. A ponto de os trabalhadores revelarem em muitas entrevistas as usinas “boas” e as “ruins” para se trabalhar.

O dilema da questão social canavieira revela-se: ao passo que os usineiros negaram a necessidade de investir recursos na criação e manutenção de Programas de Assistência Social para os trabalhadores e seus familiares, e o governo federal tornou-se leniente na fiscalização das ações sociais das usinas, houve uma crescente preocupação por parte dos empresários em apresentar os seus negócios como socialmente e ambientalmente responsáveis, o que é devido em grande medida ao dogma neoliberal da desresponsabilização do Estado e responsabilização da sociedade no enfrentamento da questão social e a tentativa de garantir os mercados internacionais abertos aos seus produtos.

Deixadas a seu bel-prazer, as usinas passaram a atuar no meio social de forma descontínua e isolada, isto é, foram executados projetos pontuais, uns mais duradouros que outros, e sem a participação de outras unidades produtoras – com a exceção de programas sociais mais recentes, como o próprio Projeto Barriga Cheia, que envolve várias empresas do setor.

Esse quadro só seria alterado nos anos 2000 com a emergência dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e seu Programa de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), o Programa Bolsa Família (PBF). Mas isso é assunto para o próximo subcapítulo.

2.6 O fim dos PASs e o equacionamento da questão social canavieira via Bolsa Família: o Partido dos Trabalhadores no poder

Alguns comentários sobre o Programa Bolsa Família

O petista Luís Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002 com os compromissos de manter as conquistas econômicas do governo de seu antecessor e reduzir as desigualdades sociais. A sua “Carta ao povo brasileiro” serviu para “desarmar” os que temiam a ascensão de um ex-líder sindical à presidência da república.

A eleição de Lula foi vista por parcela significativa da população do país como o “retorno da esperança”, dado que um operário, um “homem do povo” chegara ao posto mais alto da política nacional, e lá, governaria com uma atenção especial para os mais pobres. Nas palavras do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho,

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002, após três tentativas fracassadas, representou um orgasmo cívico-nacional. A resistência ao candidato nas três eleições anteriores, vinda de setores conservadores e liberais e do grande negócio nacional e internacional, foi habilmente neutralizada pela Carta aos Brasileiros, em que o candidato se comprometeu a respeitar as instituições, os tratados internacionais e a política econômica vigente. (CARVALHO, 2014, p. 231).

Como presidente, Lula destacou-se por sua atuação no combate à fome e na geração de empregos. Uma das marcas de seus dois governos foi a expansão dos programas de inclusão social. Programas sociais que já existiam na gestão de FHC

foram ampliados e diversificados, alcançando um grande número de pessoas. O principal programa social do seu governo – que viria a ter continuidade no governo da sua sucessora, a também petista Dilma Rousseff –, o Programa Bolsa Família (PBF), surgiu em 2004 a partir da fusão de quatro programas já existentes: o Auxílio Gás, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação.

O PBF caracteriza-se por ser um programa focalizado. Sua meta é a transferência de renda para os brasileiros que vivem em situação de pobreza. Podem participar do mesmo as famílias pobres, cuja renda mensal *per capita* é de até R\$170,00 (cento e setenta reais), e que tenham crianças e adolescentes de até 17 anos, gestantes e/ou nutrizes; e as famílias extremamente pobres, as quais possuem uma renda mensal de até R\$85,00 (oitenta e cinco reais) por pessoa, mesmo não tendo crianças, adolescentes ou jovens³⁴.

O benefício repassado às famílias extremamente pobres é o chamado benefício básico, no valor de R\$85,00 (oitenta e cinco reais). Às famílias pobres é concedido o benefício variável, no valor de R\$39,00 (trinta e nove reais), sendo que cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, isto é, até R\$195,00 (cento e noventa e cinco reais).

As famílias consideradas extremamente pobres podem acumular o benefício básico e mais cinco benefícios variáveis, isto é, podem receber até R\$280,00 (duzentos e oitenta reais).

Ainda segundo Carvalho (2014, p. 238), em 2006, dois anos após a sua criação, o PBF

(...) cobria 11 milhões de famílias, num total aproximado de 45 milhões de pessoas. Em 2013, as famílias somavam 13,8 milhões, ou cerca de 50 milhões de pessoas, 26% da população do país. As críticas têm girado em torno do afrouxamento das condicionalidades, sobretudo da obrigação de colocar os filhos na escola, das fraudes, da falta de política clara de saída do programa, do caráter paternalista. (...) A crítica mais radical é que o programa é um paliativo, e não a solução; ajuda as pessoas, mas não as capacita a se autoajudarem, não cria mecanismos de saída, gera vínculos permanentes de dependência de número cada vez maior de pessoas.

O próprio autor argumenta que alguns dos problemas apontados vinham sendo enfrentados pelo governo federal nos últimos anos, como as fraudes e o

³⁴ Os valores indicados são os mais recentes. Antes de julho de 2016, porém, o benefício básico era R\$77,00 (setenta e sete reais), e o variável R\$35,00 (trinta e cinco reais).

descumprimento das condicionalidades. Ele acredita ainda que não há evidências claras de que o PBF crie dependência. E sem se aprofundar no assunto, diz que é preciso reconhecer os reais benefícios trazidos pelo programa a milhões de famílias pobres e miseráveis que passaram a ter uma alimentação melhor, a morar melhor e a ter uma assistência médica melhor (CARVALHO, 2014). A tabela abaixo traz dados sobre o acompanhamento da condicionalidade no que se refere a educação. Além desta, há as condicionalidades de saúde e de assistência social.

Estados	Total de Alunos Beneficiários	Alunos acompanhados*		Cumpriram condicionalidade**	
		Quant.	%	Quant.	%
Distrito Federal	130.103	111.461	85,7%	107.951	96,9%
Goiás	462.776	426.807	92,2%	413.095	96,8%
Mato Grosso	249.640	224.945	90,1%	217.630	96,7%
Mato Grosso do Sul	187.107	167.944	89,8%	157.865	94,0%
Centro-Oeste	1.029.626	931.157	90,4%	896.541	96,3%
Acre	132.168	110.720	83,8%	108.902	98,4%
Amapá	96.848	82.678	85,4%	81.831	99,0%
Amazonas	567.112	513.161	90,5%	499.209	97,3%
Pará	1.249.949	1.174.545	94,0%	1.147.857	97,7%
Rondônia	158.876	148.648	93,6%	145.815	98,1%
Roraima	71.132	68.066	95,7%	65.818	96,7%
Tocantins	181.796	170.816	94,0%	167.024	97,8%
Norte	2.457.881	2.268.634	92,3%	2.216.456	97,7%
Paraná	543.341	509.937	93,9%	472.749	92,7%
Rio Grande do Sul	569.551	534.307	93,8%	494.909	92,6%
Santa Catarina	207.463	187.953	90,6%	180.726	96,2%
Sul	1.320.355	1.232.197	93,3%	1.148.384	93,2%
Alagoas	534.270	491.799	92,1%	482.598	98,1%
Bahia	2.005.134	1.788.975	89,2%	1.740.774	97,3%
Ceará	1.244.965	1.170.070	94,0%	1.132.271	96,8%
Maranhão	1.251.154	1.169.066	93,4%	1.153.001	98,6%
Paraíba	547.124	503.152	92,0%	490.743	97,5%
Pernambuco	1.280.108	1.174.575	91,8%	1.142.421	97,3%
Piauí	503.693	470.208	93,4%	462.970	98,5%
Rio Grande do Norte	407.409	388.894	95,5%	377.810	97,1%
Sergipe	311.203	288.858	92,8%	276.809	95,8%
Nordeste	8.085.060	7.445.597	92,1%	7.259.397	97,5%
Espírito Santo	255.968	241.378	94,3%	227.816	94,4%
Minas Gerais	1.505.446	1.375.968	91,4%	1.308.868	95,1%
Rio de Janeiro	1.051.567	947.329	90,1%	895.847	94,6%
São Paulo	1.741.114	1.642.900	94,4%	1.467.654	89,3%
Sudeste	4.554.095	4.207.575	92,4%	3.900.185	92,7%
Brasil	17.447.017	16.085.160	92,2%	15.420.963	95,9%

* Quantidade de alunos que tiveram informações de frequência cadastradas no Sistema Presença
 ** Quantidade de alunos que cumpriram frequência entre os que tiveram informações cadastradas no Sistema Presença

Tabela 1: Acompanhamento de Condicionalidade – Educação (out./nov. 2013).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014).

Vê-se que o tema é polêmico. Há quem afirme, inclusive, que o PBF deveria passar de um programa de governo para um programa de Estado, o que impediria o seu uso com fins eleitoreiros, como tem acontecido em alguns rincões do país. Como plano de um governo específico, tem ocorrido até casos esquisitos de

adversários históricos do Partido dos Trabalhadores se beneficiarem politicamente do PBF em suas glebas eleitorais.

A região Nordeste do Brasil vem sendo nos últimos anos a região com o maior número de famílias beneficiadas pelo programa. Dados de 2011 mostram que 51,1% do total disposto pelo PBF foram para o Nordeste (ver figura 3). Naquele ano o Bolsa Família distribuiu R\$1,6 bilhão em todo o país. Entre os estados nordestinos que mais receberam benefícios no referido ano estavam a Bahia (com 1.753 milhão de benefícios), Pernambuco (com 1.116 milhão) e Ceará (com 1.077 milhão). (IPEA, 2012).

No Brasil, os três estados que mais receberam benefícios nesse mesmo período foram a Bahia (cujos dados já constam acima), São Paulo (com 1.210 milhão de benefícios distribuídos) e Minas Gerais (com 1.159 milhão). (IPEA, 2012).

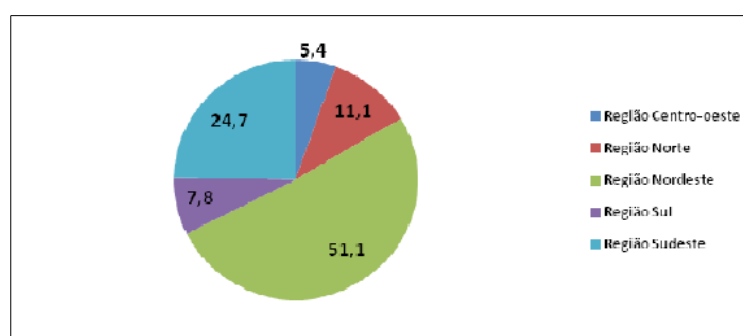


Figura 3: PBF: Número de benefícios (%) por região (dez. 2011).

Fonte: Ipeadata *apud* IPEA (2012).

A folha de pagamento de maio de 2013 mostra que o Nordeste recebeu a maior parcela do montante de dinheiro repassado aos beneficiários naquele mês. Foram mais de R\$1 bilhão, distribuídos para as quase 7 milhões (6.919.534) de famílias inscritas no Programa. Em segundo lugar ficou a região Sudeste, com mais de R\$486 milhões repassados para 3.492.026 famílias inscritas (MDS, 2013). O valor médio, em reais, dos benefícios pagos foram R\$156,27 (cento e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos) no Nordeste, e R\$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos) para o Sudeste.

Diferentemente do que ocorria com um programa como o Comunidade Solidária, em que os produtos destinados às famílias pobres vinham de Brasília, o Bolsa Família garante ao beneficiário que ele, tendo o dinheiro em mãos, compre os

produtos (alimentos, material escolar das crianças, roupas etc.) em sua própria comunidade. Isso dá autonomia de escolha às famílias (que podem comprar o que necessitam onde está mais em conta), mas também aquece as economias locais. Esse é o “efeito multiplicador” do programa, como diria o insigne economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Não só ganha nova dinâmica o comércio local, mas ainda vêem abrir-se um “sertão de oportunidades” as grandes redes varejistas, de lojas e supermercados. Nos últimos quatorze anos o Nordeste viu-se tomado por estas; reflexo do aumento das oportunidades de emprego (muitas delas no setor de comércio e serviços), mas também da importância dos programas sociais do governo federal na região.

Para se ter uma ideia da importância do PBF na economia nordestina, basta atentar para o caso de Alagoas, que segundo Andrade *et al.* (2010), foi o estado brasileiro que mais aumentou o volume de vendas no comércio varejista entre 2004 e 2009, isso apesar de a indústria local não apresentar um crescimento expressivo ou qualquer crescimento. Segundo eles,

(...) se a indústria local não cresce na mesma magnitude ou mesmo não cresce, como explicar a expansão do comércio varejista local? Tal indagação encontra sua resposta no vazamento líquido dos recursos transferidos para os alagoanos. A população alagoana utiliza os recursos provenientes do Programa Bolsa Família para comprar os produtos necessários para sua sobrevivência. Como a indústria local não consegue suprir esta demanda, os canais escoadores da produção – supermercados, mercadinhos, mercearias, padarias, farmácias, etc. – compram os produtos demandados pela população em outros Estados brasileiros ou em outros países. (ANDRADE *et al.*, 2010, p. 9).

O Bolsa Família, inclusive, já seria capaz de movimentar mais dinheiro na economia alagoana do que o próprio setor sucroenergético do estado – chamado por Andrade *et al.* (2010) de “a principal locomotiva industrial” da economia local –, que atualmente enfrenta uma grave crise, tendo várias usinas fechado as suas portas e milhares de trabalhadores perdido os seus empregos.

Ainda com relação ao PBF, é mister dizer que o referido Programa foi considerado pelo Banco Mundial um exemplo de inovação na área social, já que na concepção dos seus técnicos, trata-se de uma iniciativa capaz de promover certo alívio para setores historicamente desfavorecidos e marginalizados, e ainda

dinamizar a economia, dado que o dinheiro repassado às famílias é gasto na compra de alimentos, material escolar, roupas, remédios etc.

O Banco Mundial chegou a fornecer apoio técnico e financeiro ao PBF (BANCO MUNDIAL, 2010), fato este que não deve passar incólume, visto que o Programa brasileiro estaria sintonizado com um conjunto de práticas apontadas por aquela instituição financeira como medidas eficazes para lidar com a pobreza e a desigualdade.

O PBF seria capaz, por exemplo, de ajudar os pobres na aquisição de “capacidades”, que na visão do economista indiano Amartya Sen, teórico bastante influente nas formulações do Banco Mundial, são os meios utilizados pelos sujeitos para ter acesso a certos bens ou condições de vida (OLIVEIRA, 2008; SEN, 2010), como comprar um automóvel, adquirir uma casa, desfrutar de uma vida longa e saudável, frequentar boas escolas e universidades etc.

As capacidades estariam relacionadas, portanto, a uma boa formação escolar – o que permitiria o acesso a um bom trabalho e ao aumento da renda –, ao acesso a um serviço de saúde de qualidade, a condições de moradia dignas e a um serviço de transporte eficiente, só para ficar em alguns exemplos. Em suma, as capacidades seriam aquelas precondições necessárias a toda e qualquer pessoa para aproveitar as “oportunidades” e assim poder usufruir de uma vida melhor.

Frente a isso, o Bolsa Família seria um programa de destaque por ajudar as famílias com as despesas domésticas e por colocar em evidência, via condicionalidades, a importância de serviços como a educação, a saúde e a assistência social para o desenvolvimento das chamadas capacidades.

Esse interesse do Banco Mundial pelo Bolsa Família, por conseguinte, tem a ver com uma certa visão de qual seria o papel do Estado no enfrentamento da pobreza e da desigualdade. As transferências monetárias seriam capazes de ajudar na aquisição ou alcance de certas capacidades, com as quais os sujeitos estariam aptos a buscarem uma vida melhor.

É fácil perceber que tanta ênfase em um programa focalizado e de repasses mínimos pode sugerir uma delimitação do papel do Estado frente a questão social. O dever do Estado seria garantir os mínimos sociais para setores que “ainda” não lograram obter sucesso no mercado. Isso dá margem para o afastamento do Estado

de áreas associadas a uma “política social clássica”, de cariz universal, como saúde, educação, acesso à terra e ao trabalho digno etc.

Ao garantir apenas o mínimo, o Estado ainda se adequa às rígidas determinações fiscais do referido banco, apresentadas como condições quando da solicitação de apoio financeiro.

Sai o PAS, fica o PBF

Mas em que todas as informações acima nos ajudam a pensar sobre os canavieiros e seus direitos? Bem, se na década de 1990 a ofensiva neoliberal começou a esvaziar a noção de direitos dos trabalhadores e a pôr em evidência a responsabilidade social das empresas capitalistas, o que se vê nos anos 2000 é uma radicalização do desmonte de conquistas importantes, como foi o caso do desmonte dos PASs.

Dois exemplos ilustram bem essa tendência e ainda o peso do agronegócio nas decisões políticas referentes aos temas associados àquilo que chamamos de questão social canavieira. Vamos a eles.

Em primeiro lugar, apesar de terem sido feitas operações do Ministério do Trabalho em várias partes do Brasil para conter o avanço do trabalho em condições análogas à escravidão no campo, as modificações necessárias caminham a passos lentos, sendo que muitas vezes os patrões (políticos ou empresários que possuem fortes apadrinhados políticos) contam com a leniência da justiça para seguirem cometendo atos irregulares.

No caso dos canavieiros, mudanças pontuais foram feitas, como a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a distribuição de água gelada durante o expediente e a montagem de barracas no canavial para os momentos das refeições; mas pautas espinhosas como o fim do pagamento por produção – sistema de remuneração que leva o trabalhador a arcar com o ônus dos baixos salários pagos nos canaviais (ALVES, 2008), causando enfermidades diversas e até a morte por exaustão – e a redução da jornada de trabalho, dentre outras, nem foram aventadas.

E em segundo, o fim das cobranças do PAS, por meio da Lei nº 12.865, de 09/10/2013, revela o quanto o agronegócio foi influente no governo do PT. É aí, então, que novamente entra em cena o Programa Bolsa Família. O governo, sob a forte influência do agronegócio canavieiro, aboliu as cobranças para os PASs e assumiu o compromisso de resolver a secular questão social canavieira fazendo uso do supracitado benefício.

O Bolsa Família talvez seja hoje o único ou o principal programa de sustentação social e econômica nas regiões canavieiras do Nordeste do país. O referido programa é para muitas famílias a única tábua de salvação no mar agitado da pobreza e da miséria causadas pelo latifúndio, desemprego e precariedade dos serviços públicos.

O PBF, como foi visto nas entrevistas realizadas para esse trabalho, ajuda a reparar as necessidades imediatas, mas ainda parece ser insuficiente para reparar o que anos de injustiça social causou em uma das regiões mais pobres do Brasil. Em um contexto em que a educação é deficitária, os serviços de saúde não cumprem nem o básico em termos de atendimento e há cada vez menos oportunidades de emprego em condições dignas, o PBF ajuda, mas certamente precisaria ser acompanhado por políticas que incentivem o desenvolvimento em todas as suas dimensões: social, econômica, política e cultural.

A longa jornada dos canavieiros pela busca de direitos segue. Quebraram-se as correntes da escravidão, mas a tão esperada plenitude da liberdade ainda precisa ser conquistada.

É preciso superar uma concepção de cidadania calcada no consumo e fincar de vez as bases de uma cidadania plena, em que os sujeitos se sintam de fato membros da comunidade. E isso passa, inexoravelmente, pela posse dos direitos políticos, civis e sociais, para não citarmos os outros que daí brotaram.

CAPÍTULO 3

O meia sola como imagem do trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira Alagoana

3.1 A formalidade precária: - Me quebrei!

Fichado, mas pesado

Foi possível perceber durante as entrevistas que os trabalhadores canavieiros viam o emprego na usina como “o trabalho”, ao passo que as outras atividades laborais que realizavam na cidade ou no campo eram identificadas como bicos. Isto tem uma explicação. A baixa qualificação que os tornava elegíveis para o trabalho nas usinas não os habilitava para conseguirem os empregos disponíveis na cidade.

Para ser frentista, caixa de supermercado, vendedor, auxiliar de serviços gerais ou porteiro – todas estas profissões desejadas pelos canavieiros –, é necessário ter concluído, quando menos, o ensino fundamental e boa parte dos trabalhadores da cana nem aí chegou.

Estamos falando de homens e mulheres que, ou não frequentaram os bancos escolares ou ali permaneceram durante pouquíssimo tempo – até a 3ª ou a 4ª série do ensino fundamental, por exemplo.

A identificação do emprego na usina como o trabalho está relacionada à situação formal do mesmo. Trata-se de um emprego que “ficha a carteira”, e isso parecia ter uma grande importância para os trabalhadores. Nas palavras de Seu Lêdo³⁵: “Porque quando a gente tem um emprego, de carteira assinada, a gente pode se considerar como um homem rico” (Informação verbal).

No entanto, apesar da formalidade, os próprios trabalhadores reconheciam o caráter precário do trabalho rural nas usinas. Feitas as devidas ressalvas, pode-se dizer com o sociólogo Ricardo Visser (2012), o qual realizou um importante estudo sobre os operadores de telemarketing no Brasil, que se trata de uma “formalidade precária”.

Logo, o trabalho na usina está envolto numa lógica bem particular: se, por um lado, é o trabalho de fato, pois o trabalhador tem a carteira assinada e pode contar

³⁵ Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

com benefícios como o seguro-desemprego, por exemplo, por outro, é visto como um “serviço pesado”, que estrofia e até mata quem o realiza.

Além disso, os trabalhadores da cana deram a entender que a sua inserção na usina era mais consequência de uma veemente necessidade de colocar o “pão na mesa de casa” do que pura escolha. Se pudessem escolher, como me referi há alguns parágrafos atrás, eles prefeririam trabalhar em um supermercado, em uma repartição pública, em um posto de gasolina etc.

“Trabalho matador, uma derrota”

A história de José Neno³⁶ nos ajuda a pensar no caráter matador do trabalho na cana. Faz-nos pensar, ainda, sobre a força sobre-humana que é exigida dos homens e mulheres que a cada safra entram em ônibus velhos e desconfortáveis que os transportam até os canaviais da Zona da Mata.

José Neno, que na época da entrevista tinha 48 anos, vivia em união estável e tinha cinco filhos, começou a trabalhar muito cedo. Aos doze anos de idade já estava nos canaviais da Usina Laginha, ajudando o seu pai. Segundo ele, o pai não o obrigou a tomar o facão nas mãos e partir para o corte de cana. Foi antes uma decisão sua, conforme disse, pois a família era grande (“Meu pai tinha filho que dava para fazer uma escadinha”) e ele, como o filho mais velho, sentia que deveria ajudar a “tocar o barco para a frente” e garantir o sustento da casa.

A carteira assinada só veio em 1984, quando ele completou os dezoito anos de idade. Neste ano deixou a Usina Laginha para trabalhar na Usina Utinga Leão, uma das mais antigas do estado de Alagoas e situada na cidade de Rio Largo. Na trajetória laboral de José Neno estavam estas duas usinas e mais outras duas: a Usina São Simeão, situada em Murici e hoje desativada, e a Usina Serra Grande, localizada no município de São José da Laje.

A experiência em outros trabalhos foi, segundo ele, bem limitada. Trabalhou durante um tempo na construção civil no interior de Pernambuco – voltou para Alagoas quando o serviço para o qual havia sido contratado foi concluído – e também como vigilante em uma obra de grande porte em União dos Palmares. Fora isso, “só nas usinas”, como ele me disse peremptoriamente.

³⁶ Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

Os vários anos passados na usina deixaram-lhes marcas profundas. O trabalho de sol a sol – seja em terreno bom, seja em “terreno acidentado” –, a imposição de ter que cortar uma determinada quantidade de toneladas de cana para ganhar um “salário melhorzinho”, o “desgosto” na relação com os cabos e os chefes e o desprezo nos momentos de maior necessidade são apenas alguns dos pontos que podem auxiliar-nos a entender a trajetória de vida deste canavieiro, hoje “encostado” por conta de problemas de saúde.

José Neno não fez como outros canavieiros que, envergonhados, evitaram falar sobre o nexos entre as suas condições de saúde e o trabalho na cana. Para ele estava muito claro que algumas de suas enfermidades surgiram ou foram agravadas no eito³⁷. O relato abaixo dá uma ideia desta sua percepção:

Rapaz, a pessoa que trabalha no campo, você sabe, é cada um mais pesado e tudo isso ocasionou problema, não é? Uma, para matar o homem no serviço basta um negócio de embolar cana nas ladeiras no cacete, você não viu já pelos vídeos? Assim ao vivo? Eu acho que você tem conhecimento, não tem? Pronto. Aquilo ali é uma derrota! No pingão do meio dia, um sol quente e o cara nas ladeiras, fazendo aquele esforço que é cada meio mundo de cana, não é? E a gente para sobreviver, para ganhar um dinheirinho tinha que botar essa mola. E também na época da moagem, trabalhava os dias de domingo. Que teve dia de domingo que eu (...), é por isso que eu (...), Deus me perdoe, mas eu tenho raiva de trabalhar dia de domingo. Assim, principalmente para quem trabalha no campo. Eu não queria, aí o administrador: “Vai, vai!”. Ali naquela Usina Serra Grande, a pessoa é mesmo que uma Escrava Isaura. Aí eu fui, mas quando eu cortei assim, umas dez varas, avançando, quando eu pego o molho de cana aqui que eu vou cortar, o talo de cana “pein”, dentro do olho! Eu fui para o Hospital São Vicente. Quando eu voltei para trás já foi com um tampão no olho, olha. (Informação verbal).

Na época da entrevista, além de ter hipertensão, José Neno apresentava alguns problemas cardíacos e sofria constantemente com dores na coluna e em uma das pernas, lesionada durante o trabalho no corte de cana. Mas, mesmo reconhecendo o caráter destrutivo do trabalho que realizou durante décadas, ele lamentava não ter mais forças para trabalhar no “pesado”, como se trabalhar nesse tipo de atividade fosse algum destino:

Porque no caso assim, a gente vê um saco cheio, mas não sabe o que tem dentro. O cara olha para mim e diz: “Um cara desse, novo, forte e não tem condições de trabalhar?”. Mas cada um sabe o que sente, não é? Porque eu acho que quando eu comecei a trabalhar de novinho, dos doze anos para

³⁷ Forma com que os trabalhadores canavieiros se referiam ao local de trabalho.

cá, foi somente rojão pesado! Aí quando a gente vai aumentando a idade o negócio começa a aparecer, não é? Dói de um lado, dói do outro e tal, e eu não posso dar um pulo de mau jeito, que se eu der um pulo de mau jeito eu já penso: “Me quebrei!”. Mas vontade eu tinha de ser um cara para trabalhar no pesado do jeito que eu era, a minha vontade, aliás, a minha coragem, graças a Deus, nunca faltou não. Sempre eu tenho coragem de trabalhar, agora é coisa que a gente não pode. Não posso nem falar muito: “Bêi, bêi, bêi!”, que eu fico logo cansado. (Informação verbal).

Os relatos de José Neno são representativos dos impactos do trabalho canavieiro no corpo e na mente dos sujeitos. Mas, durante a minha pesquisa de campo em Branquinha e União dos Palmares pude conversar com diversos trabalhadores que também relataram o quão degradante e debilitante é a atividade agrícola nas usinas. Uma das entrevistas que mais chamaram a minha atenção foi realizada com um trabalhador canavieiro que estava participando de uma ocupação de terras em União: Aurélio, 59 anos, casado e pai de cinco filhos.

Conforme Aurélio³⁸ me contou, os anos em que trabalhou para um importante fornecedor de cana local foram marcados por um severo desgaste físico e mental. A princípio foi contratado para trabalhar como vigilante noturno em uma das propriedades daquele fazendeiro. Com o desenrolar do tempo, porém, Aurélio teve a sua jornada de trabalho ampliada, pois o administrador da fazenda – figura muitas vezes lembrada como autoritária durante as entrevistas pelos trabalhadores que foram moradores – passou a exigir que ele retornasse durante o dia para ajudar os trabalhadores responsáveis pela irrigação das canas.

Segundo meu informante, data desse período o início das crises de insônia e do paulatino processo que o levou a uma profunda depressão. Aurélio, ao retornar para casa pela manhã, não conseguia descansar e nem se alimentar direito. E era nessas condições que retornava à fazenda para exercer a sua “polivalência”.

O resultado disso, como é possível depreender, foi o seu esgotamento e posterior afastamento do trabalho. Aurélio, demonstrando um esforço enorme para não deixar cair nenhuma lágrima dos olhos, falou que vivia “sustentado pelos remédios”, e que não conseguia dormir sem tomar os medicamentos prescritos pelos especialistas do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que o acompanhavam.

³⁸ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

Em um dado momento da entrevista ele fez com que eu visse e fotografasse todos os remédios que precisava tomar para conseguir pregar os olhos e enfrentar as enfermidades que, no seu entendimento, eram resultados de anos e mais anos de imolação nas usinas e fazendas de cana-de-açúcar da Zona da Mata Alagoana.



Figura 4: Os medicamentos de Aurélio (2015).

Crédito: Charles dos Santos.

Ainda no que tange à saúde dos trabalhadores canavieiros, foi visto durante a pesquisa que as usinas, na visão das pessoas entrevistadas, deixavam muito a desejar no acompanhamento e tratamento daqueles que apresentavam algum tipo de mazela relacionada ao esforço despendido no trabalho. O grosso dos trabalhadores com os quais conversei, inclusive, afirmou nunca ter ouvido falar dos PASs, mesmo aqueles que, como José Neno e Aurélio, trabalharam durante décadas na parte rural das usinas.

O relato de Sebastião³⁹ – 46 anos, casado e dois filhos – sobre o assunto é comovente, pois confirma a tese de que alguns trabalhadores são vistos pelo capitalista como “corpos sem alma”, força bruta a ser usada até o seu limite, quando será descartada sem nenhum constrangimento. Disse ele:

³⁹ Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

(...) Assistência médica nunca teve. Em todas as usinas em que eu trabalhei aqui no estado de Alagoas, nenhuma tinha assistência médica. O camarada ia trabalhar, e quando ele adoecia, ou levava um comprimido dentro da bolsa para ele tomar até chegar em casa ou senão lá no serviço mesmo ele morria. **Como no caso já aconteceu muito com uns conhecidos meus. De adoecer no serviço, não ter assistência médica nem nada e morrer lá. E quando pensa que não ia o IML [Instituto Médico Legal] lá buscar.** Mas aqui no estado de Alagoas nunca ouvi dizer. (Informação verbal).

O excerto acima, além de comprovar que as mortes no canavial são uma realidade, e não mera especulação, como os intelectuais orgânicos do setor sucroenergético querem fazer crer, aponta para outro problema que vem sendo estudado pelos sociólogos do trabalho e da saúde há algum tempo, que é a automedicação dos trabalhadores.

Com dores físicas dilacerantes e sem um apoio médico eficaz, seja na usina ou na cidade, muitos canavieiros optavam por tomarem remédios por conta própria, tendo como base as experiências anteriores de adoecimento. “Levar um comprimido dentro da bolsa”, mais do que indicar uma estratégia do trabalhador para amainar as dores, indicava a interiorização de um infeliz ponto de vista: o de que para a usina não interessava se o seu corpo era saudável ou não, mas tão somente a sua capacidade de produzir.

Os acenos dos novos tempos: mecanização e contratos atípicos no setor canavieiro

Essa formalidade precária de que venho tratando combinava a superexploração⁴⁰ da força de trabalho com outras medidas ditas inovadoras e/ou

⁴⁰ O termo superexploração, como o leitor ou a leitora poderá confirmar, vai aparecer diversas vezes ao longo desse texto. Apresento-o aqui com o mesmo sentido empregado pelo cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini, responsável pela sua sistematização e aplicação na análise das condições de trabalho em economias dependentes, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina. Para Marini (2000), a superexploração da força de trabalho resulta da situação de dependência das economias periféricas em relação às economias do centro do capitalismo, em que faz-se necessária uma maior produção de excedentes em países como Bolívia, Brasil, México, entre outros, para compensar as transferências de valores para os países mais ricos. Sendo assim, a superexploração pode ocorrer por três vias, e inclusive de forma combinada: 1ª) Pela intensificação do trabalho, em que o trabalhador deve produzir mais em um tempo menor; 2ª) Pelo prolongamento da jornada de trabalho, quando o tempo de trabalho excedente é ampliado; e 3ª) Pelo pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, o que vem a prejudicar o fundo de consumo do trabalhador e sua família. Com relação ao último desses pontos, o economista Elizeu S. de Araújo (2015) escreveu que o pagamento de um salário inferior ao valor da força de trabalho é, justamente, o elemento que define a superexploração. Apesar desse estudo não trazer uma discussão sobre outros aspectos da obra de Marini, pode-se dizer que há uma clara relação entre o seu conceito de superexploração e as características do trabalho no canavial.

flexíveis, as quais estão em sintonia com um “novo espírito do capitalismo”, voltado para a acumulação flexível.

Algumas destas medidas já foram citadas em páginas anteriores deste trabalho, como a imposição de uma cota diária de cana a ser cortada pelos trabalhadores, o aumento progressivo do valor da tonelada de cana cortada (o valor da tonelada de cana cortada é vinculado à produtividade do trabalhador) e a premiação dos trabalhadores mais produtivos. As outras duas que merecem ser destacadas aqui são: a crescente automatização da produção e a experimentação de novos tipos de contrato.

Durante as entrevistas os trabalhadores demonstraram uma grande preocupação com a paulatina substituição de homens por máquinas nos canaviais da Zona da Mata. Alguns estudos – como o de Borba, Santos e Bertoldo (2012) – indicam que uma única máquina pode realizar o trabalho de até 100 cortadores de cana, mesmo que para aquela não sejam feitas as mesmas determinações de “cortar a cana rente ao solo” ou “não deixar os tocos na terra”, feitas a estes últimos.

Em Alagoas “a máquina já está por todo canto”, mas ao que parece o seu uso era maior na Zona da Mata Sul. Isso porque boa parte da cana daquela região estava plantada em terrenos pouco acidentados, o que, segundo os administradores das usinas, facilitava a troca de homens por máquinas colheitadeiras.

No norte do estado, onde a pesquisa de campo foi realizada, a situação era um pouco diferente. A máquina também estava presente ali, mas havia uma estratégica combinação do “trabalho morto” com o “trabalho vivo”. Foi visto que a máquina vinha sendo usada nos melhores terrenos e, conseqüentemente, tinha colhido as melhores canas; já as “canas de encosta”, isto é, as canas localizadas em terrenos acidentados e de difícil acesso, estas ficavam por conta do trabalho humano.

É importante esclarecer que esta combinação não era livre de tensões, pois ao passo que o homem trabalhava ao lado da máquina, ele também competia – deslealmente, está claro – com ela. Apenas os trabalhadores tidos como os mais produtivos permaneciam nas usinas e podiam atuar onde o equipamento ainda não estava presente. E sempre havia o receio de que novas tecnologias tornassem o seu trabalho desnecessário.

Ironicamente, os canavieiros argumentaram que era extremamente difícil apresentarem uma alta produtividade trabalhando em terrenos de encosta e cortando uma cana “deitada”. A situação piorava em dias de chuva ou quando a cana a ser cortada não tinha passado pelo obsoleto processo da queima, devendo ser retirada “crua” e, portanto, dificultando mais ainda o trabalho dos cortadores.

Mas, seja nos canaviais planos da Zona da Mata Sul ou nos ladeirosos da Zona da Mata Norte, a máquina era usada pelos administradores das usinas como *ameaça* e como *desculpa*.

Ameaça, pois os trabalhadores eram lembrados o tempo todo de que a qualquer momento podiam perder seus empregos, e que estes não eram seus por direito, mas sim resultado da “boa vontade” do usineiro, que “poderia há tempos ter mecanizado o corte de cana, mas não o fez por conta de sua incontestável responsabilidade social” (*vide* discurso do Grupo Tércio Wanderley a respeito do assunto⁴¹); o objetivo disso, como é possível de pronto notar, é gerar uma “força de trabalho dócil” (FOUCAULT, 2008).

E *desculpa*, posto que a “irrefreável” mecanização das atividades rurais é a justificativa que os capitalistas do setor sucroenergético utilizavam para cobrar do Estado um papel de tutela sobre os trabalhadores estropiados e empobrecidos que tinham ficado sem emprego. Os empresários do setor agiam, assim, em duas frentes: em uma garantiam a reprodução da histórica superexploração da força de trabalho canavieira; e em outra se desresponsabilizavam pelos efeitos nefastos dessa mesma superexploração na vida de milhares de famílias.

A experimentação de novas formas contratuais mostrou que os capitalistas do setor sucroenergético têm procurado manter-se em sintonia com as mudanças ocorridas nos últimos anos ao redor do globo, sobretudo, no que diz respeito à busca intransigente pela flexibilização em todas as áreas produtivas.

Tradicionalmente, isto é, desde longa data, os trabalhadores do setor sucroenergético nordestino são contratados a cada safra da cana por tempo indeterminado. Neste tipo de contrato os canavieiros trabalham durante os seis ou sete meses da moagem e podem ou não continuar a fazer parte do quadro de funcionários das usinas ao fim deste período. Os fatos demonstram, contudo, que

⁴¹ Conferir texto escrito por Luciana Franco para a Revista Globo Rural, disponível em <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT208562-18283.00.html>.

havia uma redução drástica no número de funcionários quando chegavam os meses de março e abril – data que marcava o encerramento da moagem em muitas usinas do Nordeste. Eram poucos os trabalhadores que seguiam nas empresas, onde passavam a realizar qualquer tipo de serviço relacionado ao campo e/ou de manutenção na parte fabril.

Os trabalhadores dispensados – a maioria – esperavam contar com as verbas rescisórias e mais o benefício do seguro-desemprego para manterem-se durante a entressafra, quando também realizavam pequenos bicos para complementar a renda familiar. A pesquisa empírica mostrou que a migração para os estados do Centro-Sul nessa época dependia, entre outras coisas, do fato de o trabalhador haver recebido ou não o seguro-desemprego, visto que ao fichar a sua carteira em outro lugar o pagamento do benefício era interrompido.

É importante mencionar que, sabendo que o desemprego os aguardava ao fim da safra, os trabalhadores procuravam intensificar a sua produção a fim de ganharem dinheiro tanto para manterem-se durante os meses da moagem quanto para guardarem para os meses difíceis da entressafra, já que as verbas rescisórias não eram altas, o seguro-desemprego não era concedido todos os anos e os trabalhos informais eram mal remunerados. Esta prática foi chamada pelos trabalhadores de “deixar um courinho”. Tem-se aí, portanto, mais um exemplo do que é a superexploração da força de trabalho nos canaviais, em que a incerteza do futuro funciona como um propulsor do aumento da produtividade e, logo, dos lucros do capitalista do setor sucroenergético.

Em 2010 o setor sucroenergético resolveu “inovar”. Das 24 usinas de açúcar e álcool existentes em Alagoas à época, 16 decidiram firmar contratos por tempo determinado com os trabalhadores canavieiros, o chamado contrato safrista.

Como o próprio nome já indica, os trabalhadores entravam na usina sabendo de antemão que teriam trabalho apenas durante o período da safra. E como o risco de serem demitidos sem justa causa era reduzido – pois as datas do início e do fim da prestação de serviço estavam mais ou menos claras – havia uma perda significativa no recebimento das verbas rescisórias.

As usinas estavam, assim, buscando novas estratégias para garantir a acumulação de capital sem o empecilho de terem que arcar com maiores custos na

reprodução dos trabalhadores. Para as usinas, portanto, enxugamento e redução dos gastos com a força de trabalho; para os trabalhadores, a perda das condições mínimas de pensar a vida no futuro próximo.

Previendo o pior, os trabalhadores organizaram greves e manifestações nas principais cidades canavieiras de Alagoas, o que fez com que os usineiros recuassem e não implantassem o contrato safrista nas próximas moagens. Os canavieiros que atuaram como líderes do movimento, porém, foram inscritos em “listas negras”, o que implicou em seu afastamento das usinas e a promessa de não mais encontrarem emprego ali.

Apesar de conseguirem barrar a iniciativa na maior parte das usinas do estado, os trabalhadores puderam perceber que os “tempos estavam mudando” e que os anos vindouros seriam marcados pelo desemprego, pela perda de direitos trabalhistas e pela necessidade cada vez maior de auxílios estatais para complementarem a renda doméstica.

Algumas comparações

Com base nesses dados, como é possível distinguir a formalidade precária do telemarketing, apresentada por Visser (2012), daquela do trabalho canavieiro? O primeiro aspecto a ser destacado é o da gênese dos dois tipos de atividade.

A atividade canavieira, como fiz questão de destacar no segundo capítulo desta tese, data dos primeiros anos da colonização do Brasil. Deste modo, pode-se dizer que o trabalho canavieiro – com certas adaptações – “sobreviveu” aos vários tipos de capitalismo até chegar ao capitalismo financeiro, o qual caracteriza a atual fase de acumulação de riqueza.

A atividade do telemarketing, por seu turno, é justamente uma criação desse novo tipo de capitalismo, em que as inovações tecnológicas no setor das telecomunicações propiciaram o surgimento de novas tarefas e ocupações.

No que diz respeito às condições de trabalho dos sujeitos do telemarketing, Visser aponta o seguinte:

O fato de não ser um trabalho considerado “sujo”, “degradante”, isto é, ter que lidar com insalubridade e sujeira, de não ter que carregar peso e de ser

considerado um emprego de escritório não quer, necessariamente, dizer que a ocupação do telemarketing seja puramente intelectual ou “virtual”. (2012, p. 68).

O autor, com este trecho, ajuda-nos a compreender a atividade que estudou, mas também aquela que venho discutindo nesse capítulo. Visser chama a atenção para os baixos salários, as péssimas condições de trabalho – mesmo que se trate de um “trabalho de escritório” – e os efeitos da inserção nesse serviço na “desorganização da vida como um todo” (2012, p. 71).

Mas mesmo que não “pegue no pesado”, como um trabalhador canavieiro diria, o trabalhador do telemarketing está sujeito a vários problemas físicos e mentais, o que contraria a afirmação de Visser (2012) de que não se trata de um trabalho degradante e insalubre. Os casos de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e de depressão, por exemplo, apontam para o potencial de desgaste do trabalho nesse setor.

O trabalho canavieiro, por sua vez, foi descrito pelos trabalhadores como sendo justamente sujo, degradante e pesado. Os exemplos citados no início do capítulo, os casos de José Neno, Aurélio e o relatado por Sebastião, atestam isto. O trabalho no canavial, apesar da sua formalidade, faz adoecer e até mata.

Mas, assim como a atividade estudada por Visser (2012), o trabalho canavieiro é um grande “desorganizador da vida”. Algumas das pessoas entrevistadas afirmaram já não saberem fazer outra coisa a não ser o trabalho com a cana. Seja devido ao “sequestro” da economia regional pela cana-de-açúcar (problema denunciado desde os anos 1950 e 1960, na esteira dos estudos cepalinos) ou aos entraves, de várias ordens, colocados à qualificação dos trabalhadores, o fato é que muitos canavieiros tornaram-se verdadeiros cativos do setor sucroenergético.

É necessário olhar para os sujeitos que realizam as duas atividades para compreender melhor a especificidade da formalidade precária que se apresenta em uma e em outra. Visser argumenta que o trabalho nos *call centers* não é um trabalho desqualificado. Os jovens que ali estão possuem uma escolaridade média; alguns deles até possuem curso superior, como é o caso dos que acabam ascendendo à posição de supervisores. Ou seja, mesmo que se trate de um serviço exaustivo, desgastante e mal remunerado, os trabalhadores precisam usar algumas das

habilidades desenvolvidas na escola ou em outras instituições formais de ensino. Trata-se, portanto, de um trabalho precário, porém qualificado.

No universo do trabalho canavieiro esse conceito – precário, mas qualificado – não se aplica. Como citei já no primeiro parágrafo desta seção, os sujeitos que realizavam o trabalho canavieiro na Zona da Mata Nordestina possuíam uma escolaridade baixíssima. Muitos dos sujeitos que entrevistei em Branquinha e em União dos Palmares, ou não frequentaram a escola ou ali estiveram durante um período muito curto. É comum encontrar trabalhadores que afirmam saber apenas assinar o próprio nome. A necessidade de ajudar a família levou-os a trocar logo cedo a sala de aula e suas promessas pelo sol causticante que paira sobre o canavial.

Para cortar cana, trabalhar na irrigação ou no plantio não era necessário possuir alguma qualificação. Apesar de ter ouvido durante a pesquisa de campo que uma usina do norte de Alagoas estava exigindo certo grau de escolarização para contratar os trabalhadores rurais, esta prática não era generalizada. Os saberes exigidos no canavial podiam ser apreendidos durante o próprio trabalho – os chamados “macetes” ou “manhas”. De modo geral, era um trabalho que exigia, sobretudo, força física e disciplina. Parafraseando Jessé Souza (2009), estes trabalhadores são vistos como corpos sem alma, carne e músculos a serviço da acumulação de capital pelo usineiro.

O trabalho canavieiro, portanto, como trabalho formal, porém precário, caracterizava-se pelos baixos salários pagos aos trabalhadores – estes eram forçados a entrar em um “esquema de produtividade”, caso quisessem ganhar mais –, pelas pesadas “cargas laborais” (SCOPINHO *et al.*, 1999) que incidiam sobre os mesmos, fazendo-os adoecer e em casos extremos até virem a óbito, e ainda pela baixíssima formação escolar dos que ali estavam.

O crescente uso de máquinas nos canaviais e a experimentação de novas formas de contrato – bem como a recente crise do setor, que abordarei mais adiante – apontam para um novo estágio na relação entre o capital sucroenergético e a classe trabalhadora.

O desemprego, seja por conta da automatização da produção, seja por conta do fechamento de grandes usinas locais, tem levado as famílias a dependerem,

cada vez mais, de Programas de Transferência Condicionada de Renda e de bicos nas áreas rurais e urbanas das cidades canavieiras – isto se focarmos naquelas famílias que decidiram permanecer no Nordeste e não tentar a sorte no Centro-Sul do país.

3.2 Os homens do areado: informalidade em tempos de crise do setor canavieiro

“O inverno é muito ruim para emprego”

Durante as entrevistas ficou claro que muitos trabalhadores canavieiros acabavam realizando trabalhos informais na época da entressafra da cana para se manterem.

Os trabalhadores dispensados das usinas e que não receberam o benefício do seguro-desemprego pareciam ter dois destinos: (1) migrar para os estados do Centro-Sul, em busca de trabalho nas usinas, fazendas ou empreiteiras; ou (2) permanecer nas cidades da Zona da Mata, realizando pequenos serviços na área urbana ou rural e contando com a renda proveniente do Programa Bolsa Família e a ajuda de parentes, amigos e associações de bairro.

Com relação a (1), foi visto que a decisão de viajar para determinado estado do Centro-Sul dependia, em grande medida, das redes pré-configuradas de apoio a que o trabalhador tinha acesso.

Essas redes podiam ser formadas por parentes, amigos ou até colegas de trabalho das usinas. Na Comunidade do Muquém, por exemplo, foi visto que um destino comum dos trabalhadores era o estado do Espírito Santo. Já em outras áreas de União dos Palmares, era o Mato Grosso do Sul que despontava como um dos lugares mais procurados. Os trabalhadores já empregados ali, seja em usinas de açúcar e álcool, seja em grandes obras ou fazendas de laranja e café, ajudavam os que estavam para chegar.

A pesquisa revelou que destinos tradicionais, como os estados de Minas Gerais e São Paulo, seguiam chamando a atenção dos canavieiros, mas o surgimento de novas rotas de desenvolvimento tinha feito com que os trabalhadores buscassem cada vez mais os estados do Centro-Oeste – Goiás, Mato Grosso e

Mato Grosso do Sul – e o outrora pouco visado estado do Espírito Santo, no Sudeste.

No que diz respeito a (2), era possível ainda que os trabalhadores passassem a conciliar a vida nas cidades da Zona da Mata com o trabalho temporário em cidades do litoral alagoano – com destaque para a capital Maceió – ou de outros estados, como Pernambuco e Sergipe.

Estes trabalhos podiam ser formais ou informais, e os trabalhadores passavam parte da semana (ou toda a semana) fora de casa e a outra parte (ou o fim de semana) junto com os seus. Segundo os relatos que colhi em União, muitos alagoanos iam trabalhar em usinas, fazendas ou obras da construção civil. Por conta da maior proximidade, os trabalhadores da Zona da Mata Norte acabavam seguindo para o estado de Pernambuco, ao passo que os da Zona da Mata Sul seguiam para o estado de Sergipe.

Dito isto, pretendo abordar neste tópico a situação daqueles trabalhadores que por uma razão ou outra não migraram e sobreviviam na época da entressafra – chamada por muitos genericamente de “inverno” – realizando pequenos trabalhos; trabalhadores que, apesar da precariedade do trabalho canavieiro, alimentavam o desejo de serem readmitidos nas usinas da Zona da Mata Alagoana.

Um desses trabalhadores era Marlon⁴², morador do Conjunto Newton Pereira, em União dos Palmares. Marlon tinha 36 anos, era casado e pai de duas crianças. Encontrei-o perto de sua casa rodeado por alguns pedaços de madeira, arame e ferramentas. Estava levantando uma cerca para um de seus vizinhos, um dos serviços que lhe conferiam um pouco de dinheiro para ir “se segurando” até arranjar algo melhor ou ser empregado novamente na usina.

Fazer cercas, limpar mato nas fazendas da região e servir como ajudante de pedreiro eram alguns dos trabalhos de Marlon no período da entressafra da cana. Ele contou que já passou uma temporada no Espírito Santo, onde trabalhou em uma fazenda de café. Não gostou da experiência, pois ganhava pouco e não era fichado. Era preciso trabalhar para se manter e para mandar uma “assistência” para a família em Alagoas, mas o valor da diária era baixo, o que se tornou um grande problema. Após três meses longe de casa, decidiu retornar.

⁴² Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

Seu estudo, em suas próprias palavras, “foi o cabo da enxada”. Começou a trabalhar no campo logo cedo e chegou a “fazer de um tudo no serviço rural das usinas”, isto é, já cortou cana, limpou mato, retirou entulhos de valas, fez a irrigação das canas, aplicou herbicida etc. Seu último emprego formal foi o de aplicador de herbicida para uma usina local. Marlon fez até um curso nesta área, o que lhe rendeu um certificado e a sensação de que o mesmo poderá ser-lhe útil no momento das contratações:

Na usina, foi agora no final de 2013 para começo de 2014. (...) Trabalhei de herbicida, olhe o meu certificado de herbicida aqui. [Mostra o certificado]. Tenho um certificado comprovando que eu tenho condições de trabalhar com produto tóxico. É um certificado que a usina dá, que é, o cabra diz: “Não, eu já trabalhei em outro canto”, não é? Então, trabalhou vamos fazer o teste. Se tem isso aqui, não carece nem fazer o teste; isso aqui se comprova como se tivesse um diploma, não é? Vamos supor. (Informação verbal).

Meu interlocutor também orgulhava-se de ter em sua carteira de trabalho um registro como “ajudante prático de carpinteiro”, mas, ao mesmo tempo, ressentia-se por não encontrar espaço para trabalhar nesta área em sua cidade. O certificado de aplicador de herbicida só tinha “serventia” na hora de se candidatar a uma vaga na usina. Já o registro na carteira poderia ajudar, ele reconhece, no caso de vir a morar em outro município, o que, naquele momento, não estava nos seus planos.

Segundo os cálculos de Marlon, a renda mensal da sua família na época da entrevista era de, aproximadamente, R\$370,00 (trezentos e setenta reais), sendo que R\$220,00 (duzentos e vinte reais) viriam do Programa Bolsa Família. O restante seria proveniente dos pequenos trabalhos que encontrava, seja na cidade, como construir cercas, seja no campo, como limpar mato nas fazendas de cana-de-açúcar.

Não é preciso muita dificuldade para perceber que apenas a renda proveniente do PBF podia ser considerada estável, isto é, a família de Marlon sabia que poderia contar com os R\$220,00 (duzentos e vinte reais) do Programa, os quais seriam usados para a compra de alimentos, material escolar e ainda ajudar a pagar as despesas domésticas. Não sabia, contudo, o quanto viria do trabalho de Marlon, que como tantas outras pessoas que entrevistei, afirmaram ser o inverno “muito ruim para emprego”.

De modo que é possível ensaiar um raciocínio interessante: para muitas famílias da Zona da Mata Canavieira, o benefício do PBF, de complementar no período da safra da cana, quando era possível encontrar trabalho nas usinas, passava a ser a renda principal na época da entressafra, marcada pelo desemprego e a ansiedade. Isto, é preciso repetir, no caso daquelas famílias em que os trabalhadores canavieiros, por uma razão ou outra, não seguiram o caminho do Sul (GARCIA JR., 1990) e não contavam com o benefício do seguro-desemprego.

Mas, apesar de reconhecer a importância do PBF, Marlon estava convencido de que não era possível sobreviver no período da entressafra apenas com a renda do benefício:

Dá não! Dá não! Aí não tem como. (...) Não dá não! Tem que correr, tem que batalhar. Porque só esse dinheiro aí não dá. Porque eu vou lhe mostrar um papel de energia aqui, para você não dizer que eu estou mentindo. [Mostra as faturas]. Tem de água, tem de energia. Olhe, de energia eu pago R\$60,00 [sessenta reais], e esse é barato! Ainda tem mais caro por aí. Esse aqui é de água, esse aqui, olhe [mostra a fatura], já vai 30 com 60, olhe, já vai 90 contos; 90 e poucos contos, quase 100 contos já tem aqui. Aí se eu for dizer: não, eu vou viver só do Programa Bolsa Família, aí não tem como, não tem condições. (Informação verbal).

Era preciso, portanto, “batalhar”, fazer o que aparecesse, pois tanto as urgências das despesas domésticas quanto uma espécie de sólida ética do trabalho não lhe permitiam viver “escorado”, isto é, recebendo um auxílio de terceiros sem se esforçar para garantir o sustento da família.

Os relatos de outro entrevistado, Dirceu⁴³, também ajudam a entender um pouco melhor as condições de vida dos trabalhadores canavieiros e suas famílias na época da entressafra.

Dirceu tinha 35 anos, era casado e com três filhos. A entrevista aconteceu no centro cultural da Comunidade do Muquém, quando o meu entrevistado retornava de um dia de trabalho em seu roçado. Dirceu ainda estava usando botas; portava uma enxada em uma das mãos e uma sacola com alimentos na outra. Assim que sentamos para conversar, várias pessoas da comunidade aproximaram-se e puseram-se a escutar, atentamente, a sua história e, de vez em quando, até a intervir para complementar alguma informação.

⁴³ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.



Figura 5: Centro cultural da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Muquém, em U. dos Palmares/AL (2015).
Crédito: Charles dos Santos.

Diferentemente de Marlon, Dirceu ainda chegou a frequentar a escola; estudou até a 4ª série do ensino fundamental, quando teve que sair por conta da primeira gravidez da sua companheira. À época os dois ainda eram adolescentes, e precisaram reorganizar as suas vidas, o que implicou em deixar os estudos em *stand by*. Tanto ele quanto ela voltaram para a escola a partir de 2013. Dirceu estava cursando o 3º ciclo (5ª e 6ª séries) na Escola de Jovens e Adultos (EJA), e sua mulher o 9º ano na rede de ensino regular. Ambos afirmaram ter muitas dificuldades, pois passaram muito tempo longe das salas de aula. No entanto, falaram que não pensavam em desistir, pois acreditavam que estudando poderiam ter acesso a melhores oportunidades na vida.

Na época da entressafra Dirceu dedicava-se à sua plantação, onde cultivava milho, feijão, batata e macaxeira, e ainda à atividade de vendedor de produtos cosméticos⁴⁴ (das marcas Natura e Avon), esta última em parceria com a sua mulher.

Segundo ele, os alimentos que cultivava eram para consumo próprio e, só de vez em quando, é que era possível comercializar algum excedente na feira do

⁴⁴ Vem chamando a atenção o aumento no número de homens que se dedicam à venda direta de produtos, como é o caso de Dirceu. Muitos enxergam na venda direta uma forma de garantir renda em períodos de desemprego ou de complementar os rendimentos provenientes da realização de outras atividades. Alguns números demonstram essa tendência: 42% dos revendedores da fabricante Herbalife são homens; na Hinode, empresa que atua principalmente no ramo da perfumaria, os homens compunham 60% dos aproximadamente 65 mil novos consultores cadastrados mensalmente no ano de 2016. (CHIARA, 2016).

município ou na própria comunidade. “Quando plantou e a chuva deu bem, tem uma colheita boa e não dá para consumir tudo, aí a gente vai e vende para não estragar”, disse ele. Com relação à venda de cosméticos, afirmou que conseguia apenas uma quantia que complementava o valor recebido através do Programa Bolsa Família, que era de R\$184,00 (cento e oitenta e quatro reais).

Assim como Marlon, Dirceu acreditava que não dava para viver apenas com o benefício do PBF, e apresentou as seguintes razões:

Muito difícil mesmo. Porque o valor varia também. E eu já ouvi dizer que tem pessoa que recebe até R\$600,00 [seiscentos reais], mas não sei se é verdade. Mas também tem pessoa que recebe só R\$74,00 [setenta e quatro reais], R\$84,00 [oitenta e quatro reais]. Aí como a gente pode dizer que dá para viver? Não tem condições. Já imaginou uma família com cinco pessoas recebendo R\$84,00 [oitenta e quatro reais] do Bolsa Família? Como vai passar um mês? Se brincar não dá para passar uma semana. (Informação verbal).

Diante disso, portanto, meu interlocutor afirmou que não bastava esperar pelo PBF, era preciso “mexer com uma coisa, mexer com outra” até que as usinas voltassem a contratar os trabalhadores. Mas, novamente, ficou evidente que no período da entressafra da cana, o dinheiro do benefício era o único “certo”, isto é, o único que possibilitava às famílias saberem que poderiam comprar itens básicos ou pagar as dívidas, apesar de ser uma quantia mínima na maioria dos casos.

Ralando na areia

A outra entrevista que gostaria de mencionar nesta seção foi a que realizei com Hermeto⁴⁵, também no centro cultural do Muquém. Hermeto aproximou-se quando eu estava conversando com Dirceu e, de imediato, prontificou-se a colaborar com a pesquisa. Ele tinha 29 anos, era casado e pai de uma alegre menina, a qual permaneceu com ele durante toda a entrevista.

A história de Hermeto confunde-se com a dos outros trabalhadores que já foram citados neste texto. De família pobre, largou os estudos logo cedo e foi fazer “o que dava dinheiro”: “trabalhar em usina e tirar areia do rio”. Diferentemente de Marlon e Dirceu (este último tendo revelado que já trabalhou no Espírito Santo e no

⁴⁵ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

Mato Grosso do Sul), Hermeto nunca saiu da Zona da Mata Alagoana. Na época da safra da cana, portanto, empregava-se na usina; e na entressafra, tal qual os seus companheiros de sina, “batalhava” e “mexia com uma coisa e com outra” para garantir o seu sustento e o de seus parentes.

A expressão que mais chamou a minha atenção durante a nossa conversa foi “ralando na areia”. Hermeto disse que na época da entressafra da cana, quando não aparecia outra coisa para fazer, juntava-se a alguns amigos e ia retirar areia no Rio Mundaú, que nasce na cidade pernambucana de Garanhuns, corta o município de União dos Palmares e segue para a Lagoa Mundaú, em Maceió.

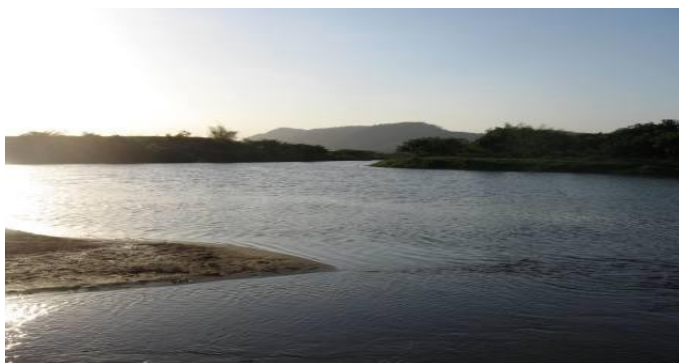


Figura 6: Rio Mundaú, com a Serra da Barriga ao fundo.

Fonte: Genizete de Lucena Sarmiento (2009).

O Rio Mundaú tinha um papel muito importante na história dos homens e mulheres que entrevistei. A sua cheia em 2010 provocou o alagamento das ruas e a destruição de casas em Branquinha e em União. As pessoas com quem conversei no Conjunto Newton Pereira, como o próprio Marlon, tiveram a experiência de “passar pelas águas” (no dizer de José Neno), isto é, tiveram suas casas e seus pertences destruídos, e foram obrigados a refazer as suas vidas.

Mas o rio também era o lugar da pescaria, dos banhos, e era, como a entrevista com Hermeto trouxe à tona, o lugar para onde os canavieiros afluíam quando, na necessidade de alguma renda durante a entressafra, estavam dispostos a “se ralarem” em sua areia.

Hermeto descreve o ofício:

É uma boia, um pneu de trator com uma câmara de ar; aí coloca uma tábua em cima. Vai tirando de pazada em pazada e colocando em cima da boia e depois leva para o ponto. É para sobreviver, não é? O pão de cada dia é

sofrido. Coloca uma boia, depois umas tábuas, como daqui para ali [mostra a distância], aí coloca em cima e vai tirando de pazada, de areia e areia com a pá, aí vai colocando em cima da boia e vai levando para o ponto, para depois revender, não é? (Informação verbal).

O trabalho era pesado, mas Hermeto disse que não tinha escolha, pois era preciso arrumar os meios para sobreviver. E não bastasse ser pesado – e ainda altamente insalubre, devido à constante poluição do rio –, tratava-se de uma atividade que rendia pouco dinheiro. “Barato demais”, afirmou meu interlocutor, “apenas R\$110,00 (cento e dez reais) o caminhão”, o qual era vendido às lojas de construção das cidades da Zona da Mata ou diretamente às empreiteiras.

(...) Não tira nem um salário, porque o rio de repente enche. A gente fica dois ou três dias parados. Quando vai trabalhar na semana, aí é R\$70,00 (setenta reais), R\$80,00 (oitenta reais), R\$100,00 (cem reais). A gente chega a tirar no máximo uns R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). É pouca de mais a renda do areado. (Informação verbal).

As chuvas, portanto, não só assustavam os que moravam na proximidade do rio como também impediam o trabalho dos “homens do areado”, que ficavam incapacitados de entrarem no Mundaú com os seus equipamentos improvisados e o seu desejo de ter, pelo menos, alguns trocados para as compras da semana.

A família de Hermeto também era beneficiária do PBF. Todo mês eles recebiam R\$102,00 (cento e dois reais), os quais eram usados principalmente para a compra de alimentos e material escolar para a criança. “E ali e acolá, quando sobra, a gente compra alguma coisa para dentro de casa”, afirmou Hermeto.

Algo que despertou a atenção na fala destes três sujeitos foi a compreensão de que a renda proveniente do PBF tinha um “endereço certo”, isto é, mesmo que a família como um todo fosse a beneficiária, havia o entendimento de que o dinheiro devia atender em primeiro lugar as necessidades das crianças, e só depois, em caso de sobrar – o que, como vimos, pode ser bem difícil –, poderia ser utilizado para outros fins.

Talvez fosse essa uma das razões pelas quais eles não se sentissem, digamos, confortáveis para “se escorarem” no benefício, e buscassem formas alternativas de ampliarem a renda doméstica. Outra razão, esta sim mais materialista, seria o baixíssimo valor da transferência monetária, que como já foi

expresso aqui, pode nem chegar a suprir as necessidades de uma única semana. De qualquer forma, não devemos deixar de considerar o poder de constrangimento do discurso oficial sobre o programa, que além de frisar a importância de se obedecer às condicionalidades, pede – direta ou indiretamente – um “uso responsável” do dinheiro repassado.

Claro que fazer cercas, vender produtos cosméticos, trabalhar no roçado e no areado não eram as únicas atividades informais acessadas pelos canavieiros durante a entressafra. As entrevistas que realizei nas duas cidades mostram que há várias outras, tendo eu destacado as acima citadas por razões metodológicas. De modo que alguns trabalhadores eram catadores de material reciclável, empregados temporários em pedreiras, vigilantes, feirantes etc.

É importante destacar ainda o papel das mulheres que, seja na época da safra ou da entressafra, cumpriam uma dupla jornada para ajudar na complementação da renda familiar. Dentre as atividades desempenhadas pelas mulheres que entrevistei estavam: vender produtos cosméticos – assim como a companheira de Dirceu –, “trabalhar em casa de família” (como domésticas, cozinheiras, lavadeiras), vender produtos na feira – como a mulher de Sebastião, que comprava feijão de produtores do Sertão de Alagoas para vender em União dos Palmares – e atuar em equipes de limpeza em repartições públicas.

O “longo inverno”

Foi visto durante as entrevistas que a mais recente crise do setor canavieiro causou profundos impactos na vida dos trabalhadores e seus familiares. Eu tomei a liberdade de chamar esse momento de “longo inverno”, pois muitas famílias estavam passando durante todo o ano por situações que eram mais “comuns” no “inverno”, isto é, nos meses da entressafra da cana.

O desemprego, a drástica redução do poder de consumo, o endividamento e a migração forçada foram alguns dos problemas que pude notar durante a pesquisa de campo nos anos de 2014 e 2015 em Branquinha e União.

A crise do setor canavieiro arrastava-se desde 2008, quando estourou a crise econômica mundial. Muitas usinas fizeram empréstimos para subsidiar a sua produção e acabaram sem condições de quitá-los.

Além do endividamento, os especialistas acreditam que problemas climáticos também prejudicaram a produtividade do setor, assim como a baixa competitividade do etanol frente a gasolina e a queda do preço internacional do açúcar. O resultado disso foi o fechamento de usinas ou, quando não, a incorporação de usinas menores por grupos empresariais mais robustos. Foram perdidos 60 mil empregos somente em 2013 e 2014, tanto no Centro-Sul do país, que tem alguns dos maiores produtores nacionais de açúcar e etanol, como São Paulo, Minas Gerais e Paraná, quanto no Nordeste.

A crise em Alagoas ganhou contornos dramáticos, pois, diferentemente dos estados do Centro-Sul que possuem uma economia dinâmica e diversificada, a economia alagoana parece ser ainda muito dependente do setor sucroenergético. Com isso, o fechamento das usinas lançou milhares de trabalhadores ao desemprego e/ou ao emprego informal, que também pode ser mal remunerado e insalubre (*vide* o relato de Hermeto).

O fechamento da Usina Laginha, pertencente ao Grupo João Lyra – que também trancou as portas de mais duas usinas no estado – foi retratado pelos meus entrevistados como um grande golpe na região da Mata Norte, e mais do que isso, um grande golpe em suas vidas. Apesar dos “pesares” – a precariedade, os baixos salários, a insalubridade etc. –, os empregos ofertados pela usina ajudavam as famílias a se reproduzirem e também movimentavam o comércio local, que perdeu muito da sua pujança, como pude comprovar.

Com o fim das atividades da Laginha, os trabalhadores de Branquinha e União, assim como de outros municípios próximos, passaram a depender dos cada vez mais escassos empregos ofertados pela Usina Serra Grande, em São José da Laje, também na Mata Norte, e outras usinas situadas na parte sul do estado.

O longo inverno tem a ver com esse contexto. Há casos de trabalhadores que ficaram “parados” – sem trabalho – durante vários meses, pois a chegada do “verão” não trouxe consigo os empregos que eram tão aguardados. Os trabalhadores que

não migraram ficaram na mesma situação que já experimentaram mesmo quando as usinas estavam funcionando, só que agora de forma mais duradoura.

Pode-se dizer, então, que a crise do setor canavieiro empurrou os trabalhadores para uma informalidade muito mais longa, onde o único dinheiro certo era, novamente, o que o Estado repassava através dos programas sociais. E mais uma prova de que este repasse, apesar de ser muito bem-vindo, não bastava, é que muitas famílias foram obrigadas – logo nos primeiros anos da crise – a se desfazerem de móveis e eletrodomésticos adquiridos com muito esforço a fim de levantarem dinheiro para comprar bens mais necessários – como alimentos – e pagar as dívidas acumuladas.

Um trecho do artigo de Ricardo Visser pode ajudar a compreender o que representa a informalidade para os trabalhadores da Zona da Mata Canavieira. Segundo o autor:

A oposição entre formal e informal também não ajuda a perceber que a formalidade tem um lado de extrema exploração e que alguém na informalidade pode estar, em alguns casos, em uma situação geral melhor (ou seja, com melhores salários e sendo dono do próprio negócio informal) do que a de um trabalhador formal empregado. (2012, p. 79).

De fato, tanto no caso estudado por Visser (o dos trabalhadores do telemarketing) quanto o que eu apresento aqui (o dos trabalhadores canavieiros), o vínculo formal encobre uma série de práticas deletérias. Não é porque está fichado que o sujeito está a salvo de condições de trabalho degradantes, que atentam contra a sua saúde física e mental. Penso que isto foi minimamente evidenciado nas páginas anteriores.

A questão que se coloca agora é com relação ao tipo de trabalho informal que as pessoas estão em condições de realizar, mormente pessoas como os canavieiros, que têm vivenciado uma “trajetória laboral pendular”, quer dizer, têm passado um tempo em um trabalho formal, porém precário, e outro em situação de desemprego ou em um trabalho informal que lembra muito do trabalho com carteira assinada nas usinas.

A análise dos dados mostra que a maior parte dos trabalhadores da cana realizava atividades igualmente pesadas e mal remuneradas quando não estava fazendo parte do mercado formal de trabalho.

Visser pode ter razão ao apontar que em alguns casos a situação de trabalhadores informais pode ser até melhor do que a de seus colegas do mercado formal. Os ganhos financeiros podem ser maiores e haver uma indescritível sensação de “liberdade”, que se manifesta na expressão “dono (a) do próprio negócio”. Tal análise, porém, não se aplica aos trabalhadores informais localizados na “periferia da periferia” (FREITAS, 2007).

Os ganhos adquiridos pelos canavieiros nas atividades acima descritas (fazer cercas, limpar mato, colher material reciclável, retirar areia no rio etc.) eram muito baixos, e as mesmas, pude notar, não eram capazes de dar aos sujeitos aquele sentimento de realização pessoal que era compartilhado pelos “trabalhadores-empresendedores”. Os canavieiros afirmaram que só realizam certos trabalhos “porque é o jeito”, “porque é para sobreviver”, porque não encontram outra coisa etc.

Outro aspecto importante diz respeito ainda à ideia de “empresendedorismo” entre os trabalhadores canavieiros. São poucos os casos de trabalhadores que se tornaram “pequenos empresendedores”. Trabalhadores que montaram vendas, mercadinhos, pequenas lojas de roupas ou bares. No geral, o termo “empresendedorismo” soa estranho, pois não há recursos financeiros e conhecimentos técnicos suficientes para que iniciativas relacionadas a este “conceito” ganhem vida.

Uma das questões da minha pesquisa de campo procurava, justamente, descobrir se havia algum vínculo entre a participação no PBF e a prática do “empresendedorismo” entre os trabalhadores da cana e seus familiares. Em apenas uma entrevista foi dito que o dinheiro do PBF ajudava de forma indireta no negócio (uma barraca de roupas na feira de U. dos Palmares) que a beneficiária mantinha. Segundo Ana⁴⁶ – filha de um trabalhador canavieiro, a qual residia com os pais –, a renda proveniente do programa permitia que ela investisse o dinheiro ganho com a venda de roupas no seu próprio negócio e também gastasse com as despesas domésticas (contas de água, luz etc.), já que o recurso do PBF ajudava na compra de alimentos e material escolar para o seu filho⁴⁷.

⁴⁶ Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

⁴⁷ Ana era casada. Na época da entrevista o seu companheiro estava tentando arrumar trabalho no estado de São Paulo.

Mas de modo geral, o que se viu em campo é que é vão incutir nos sujeitos a ideia de que podem ser seus “próprios patrões” ou de que precisam se acostumar com a noção de autoemprego se lhes faltam as condições mínimas – em termos econômicos, técnicos e até legais – para se tornarem “independentes”.

É necessário compreender também que o projeto de libertação de alguns sujeitos depara-se com problemas sociais históricos, como é o caso da concentração de terras, que, no Brasil, é alarmante. Jacinto⁴⁸, que tinha 39 anos, vivia em união estável e era pai de três crianças, falou o seguinte a respeito de seu projeto pessoal:

Se eu tivesse condições e pudesse, queria trabalhar só para mim. (...) Na agricultura mesmo. Se eu tivesse condições a minha vontade era essa. Trabalhar para mim mesmo; mas como eu não tenho e não posso, não é? Eu vivo no canavial. Fica difícil, não é? Só com uma ajuda do governo, porque se for só por mim mesmo não tenho condições não. Porque eu não tenho assim um dinheirinho para comprar um pedacinho de terra só para mim. Não tenho. Por isso eu vivo rodando pelo mundo. Quando aqui não tem trabalho eu parto lá para fora. Nesse ano mesmo eu quero viajar. Estou só esperando o resultado da Usina Serra Grande, para ver se vão me encaixar. (Informação verbal).

O projeto de autonomia de Jacinto, que era de uma família beneficiária do PBF na Comunidade do Muquém, esbarrava na dificuldade de acesso à terra na região onde vivia. O visitante que chega a Branquinha, União dos Palmares e outras cidades vizinhas vai se deparar com uma imensidão de terras. Boa parte delas está coberta pela cana – a “vocação local”, diriam os intelectuais orgânicos do agronegócio; e outra serve de pastagem ou está simplesmente ali, sem nenhum uso. Seus proprietários são os usineiros ou as tradicionais famílias que há décadas se revezam no poder ao longo da Zona da Mata.

O caso de Jacinto, que também é o caso de muitos outros trabalhadores e beneficiários de programas sociais, mostra que a ideia de “empreendedorismo” não surte o mesmo efeito em todas as realidades. O projeto de realização pessoal dos sujeitos – não há dúvidas de que Jacinto poderia comercializar o excedente de sua produção, montar um pequeno negócio, contratar uns poucos empregados etc. – pode encontrar uma série de estorvos, que vão desde a necessidade de recursos financeiros e conhecimento técnico, como já disse repetidas vezes, até a ausência

⁴⁸ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

de um projeto de reforma agrária que de fato democratize o acesso à terra e aos meios para cultivá-la.

Sem as necessárias condições para empreender, portanto, os sujeitos da minha pesquisa seguiam conciliando trabalho formal (mas precário) com trabalho informal (e precário). Ou, quando não, “rodando pelo mundo” à procura de trabalho nos períodos de entressafra da cana. O Bolsa Família ajudava, mas ainda parecia ser uma ação tímida diante da vida precária desses brasileiros.

3.3 Do canavial, de casa e da luta: trabalho e gênero no universo canavieiro

As mulheres no serviço agrícola das usinas

É visível a redução no número de mulheres canavieiras no Nordeste brasileiro e, em especial, no estado de Alagoas. As entrevistas realizadas para esse estudo e para outros já concluídos revelaram que há uma série de fatores a serem levados em consideração se quisermos compreender o paulatino afastamento das mulheres do serviço pesado dos canaviais.

Luciano Padrão (1997), observando os efeitos da reestruturação produtiva em uma usina do sul de Alagoas no final dos anos 1990, notou que a drástica redução no número de mulheres contratadas estava relacionada a uma “lógica complexa”, que articulava elementos ideológicos sobre a questão de gênero com uma certa ideologia administrativa.

Segundo o autor, a gerência administrativa passou a relacionar a contratação de mulheres a encargos sociais, ao mesmo tempo em que difundiu-se a ideia de que “(...) as mulheres teriam sido excluídas de diversas etapas do processo produtivo em função de um nível de produtividade tido como comparativamente inferior ao trabalho masculino” (PADRÃO, 1997, p. 139). Ainda segundo ele:

Esta lógica produtivista – que atinge outros segmentos de trabalhadores além daqueles que não se encontram no auge de sua força física, como é o caso dos idosos – se associa a uma ênfase nos papéis de esposa e de mãe, nas funções reprodutivas das mulheres. Isto irá reforçar, segundo as narrativas da gerência, sua exclusão do processo de trabalho, não como supostas competências do gênero feminino em torno de uma maior ou menor produtividade no trabalho, mas como uma estratégia administrativa de livrar a empresa dos encargos sociais correspondentes à procriação. Em

outras palavras, mulheres casadas encontram-se hoje sumariamente excluídas do acesso ao trabalho rural na empresa. (PADRÃO, 1997, p. 139).

A combinação de uma abordagem conservadora da questão de gênero com uma prática administrativa voltada para a redução de custos fez com que surgissem nichos específicos para o trabalho feminino nas plantações de cana-de-açúcar das usinas e destilarias. Diz Padrão:

Com efeito, do conjunto de atividades que compõem o processo produtivo da cana-de-açúcar, a adubação manual constitui-se na única tarefa em que a empresa admite a incorporação do trabalho feminino. No entanto, se no passado a adubação manual era realizada por trabalhadores de ambos os sexos, hoje é uma atividade exclusivamente reservada às mulheres. (1997, p. 139).

Novamente a gerência usa a lógica produtivista para reforçar uma certa visão de gênero, dado que caberia às mulheres realizar apenas trabalhos que exigem um “tratamento diferenciado”, um “toque feminino”, como é o caso da adubação, citada por Padrão, mas também o plantio e a coleta de canas deixadas por máquinas carregadeiras, como eu vim a descobrir durante o trabalho de campo.

O estudo de Luciano Padrão traz informações muito relevantes acerca da visão predominante nos círculos administrativos das usinas e destilarias sobre o trabalho feminino e sobre a própria mulher. O que proponho agora é uma análise das narrativas de mulheres que são ou já foram trabalhadoras rurais nas usinas do interior de Alagoas. Veremos, por exemplo, que as expressões de machismo na região estudada podem surgir tanto de forma desbragada e reconhecidamente violenta, quanto de forma velada e supostamente inofensiva, e isso tanto no ambiente de trabalho como fora dele.

Como eu disse acima, o trabalho realizado pelas mulheres nos canaviais acabou ocupando nichos bem específicos. As poucas mulheres contratadas pelas usinas hoje em dia vão para a adubação, para o plantio de cana e ainda para o que convencionou-se chamar regionalmente de bituca, que é a coleta das canas deixadas pelas máquinas carregadeiras no momento de encher os caminhões transportadores.

Com base nas entrevistas feitas em Branquinha e em União, foi possível comprovar que havia duas principais justificativas dadas pelas mulheres para

procurarem o trabalho canavieiro como meio de garantir o sustento familiar. Uma delas era ajudar com as despesas domésticas, dado que apenas o salário dos seus companheiros era insuficiente para quitar as dívidas de energia, água e gás; e para comprar alimentos, roupas, remédios etc. Era o caso de Clemilda⁴⁹, 31 anos, que começou a trabalhar no campo em 2010 “pelas dificuldades em casa; para ajudar o marido também” (Informação verbal).

Até então Clemilda trabalhava em casa, realizando serviços domésticos; e a renda familiar provinha do salário do seu companheiro (ela viria a divorciar-se alguns anos depois), também ele trabalhador canavieiro, e do benefício mensal do PBF – aproximadamente R\$150,00 (cento e cinquenta reais), cortados após o divórcio.

A outra justificativa encontrada nos relatos foi a necessidade de cuidar dos filhos sem a ajuda do pai destes e muitas vezes sem a ajuda dos próprios parentes. Esse era o caso de Valéria⁵⁰, 45 anos, uma das trabalhadoras que entrevistei no município de Branquinha, em uma visita que fiz ao sindicato local de trabalhadores rurais.

As histórias de Clemilda e Valéria são representativas da situação de mulheres que conciliam o trabalho doméstico com o trabalho em um setor fortemente masculinizado, como é o canavieiro.

Vejamos o caso de Clemilda. Como apontado acima, ela ingressou em 2010 em um daqueles trabalhos em que as usinas ainda consentiam a presença feminina, a bituca. Diferentemente da adubação, a qual era realizada exclusivamente por mulheres, na bituca havia mulheres e homens. Na realidade, estes últimos eram maioria; e mais, a maior parte era formada por jovens que estavam em seus primeiros trabalhos com carteira assinada. A bituca, para muitos, servia como porta de entrada para outros serviços, tanto aqueles de baixo prestígio na estrutura social local – corte de cana, irrigação, aplicação de herbicida, limpeza de valas etc. – quanto os que eram dotados de uma maior força valorativa – tratorista, operador de máquinas pesadas, apontador, auxiliar de laboratório e assistente administrativo.

Além de ser extremamente mal remunerada e de ter que realizar um serviço que gerava um conjunto de cargas laborais (SCOPINHO *et al.*, 1999), isto é, fatores ligados ao modo de se organizar e se realizar o trabalho que podem trazer sérios

⁴⁹ Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

⁵⁰ Entrevista realizada em agosto de 2015, em Branquinha/AL.

danos à saúde física e psíquica dos trabalhadores, Clemilda contou ter sido vítima de machismo.

Segundo ela, foi por diversas vezes chamada de quenga⁵¹ tanto por homens quanto por mulheres pelo simples fato de estar em um serviço majoritariamente ocupado por pessoas do sexo masculino. Esse tipo de ataque parece ser uma reação conservadora a comportamentos que rompem com um certo *corpus* de atitudes atribuídas pela sociedade às mulheres⁵². É como se quisessem dizer a Clemilda que uma mulher de “bons modos” não se submeteria a tal condição, mesmo que as motivações da minha entrevistada para se tornar bituqueira fossem as mais nobres: ajudar o companheiro a pagar as despesas domésticas e garantir o sustento das crianças que viviam com eles.

Enquanto Clemilda tinha entrado no trabalho sofrido da bituca há apenas poucos anos, Valéria trabalhou no campo por trinta, e segundo ela em uma única usina, a Laginha, pertencente ao Grupo João Lyra. Se o contato precoce com o trabalho canavieiro estava relacionado ao fato de a sua família ter sido moradora de uma fazenda da referida usina, a sua permanência neste tipo de atividade por tanto tempo pode ser explicada pelas responsabilidades que teve de assumir após ser deixada pelo marido.

Valéria criou os dois filhos com o mirrado salário que conseguia em trabalhos como o plantio de cana, a adubação e a bituca, entre outros. Nesse trecho da entrevista ela contou como os trabalhos estavam organizados no verão e no inverno; o primeiro correspondente a safra e o segundo a entressafra da cana:

O trabalho da usina é assim, é semear cana, no tempo de inverno, não é? Período do inverno é semear cana, adubar e cobrir cana. E período do verão, semear, colocar adubo na soca, arrancar o capim e juntar a cana, não é? (...) Que a carregadeira vai na frente, e a gente vai atrás catando a cana; e a outra máquina atrás colhendo a cana. Aí pronto, quando terminava tudo, aí a gente voltava só para arrancação de capim. (Informação verbal).

⁵¹ O termo, considerado um tabuismo, refere-se a mulheres que exercem a prostituição.

⁵² Reação parecida com a de alguns homens (a exemplo de Dirceu) que acham que o Programa Bolsa Família “tem o seu papel” no aumento das separações, já que em sua concepção, ao receber um dinheiro do governo as mulheres passam a “se achar” e já não ligam mais para os maridos, procurando, cada vez mais, o fim dos relacionamentos. É preciso ressaltar que muitos desses relacionamentos são abusivos, tanto para a mulher quanto para os filhos.

Segundo Valéria, apenas uma vez ela foi levada pelos administradores do trabalho rural a cortar cana; experiência que, pelo seu relato, marcou-lhe profundamente, sobretudo pelo caráter matador desse tipo de serviço. Disse ela:

Cheguei a cortar cana. Eles me botaram na diária, que eu não fazia tonelada. Eu sei que eu não sabia nem abrir o eito da cana, aí o cabo foi lá, abriu, fez lá para eu começar, eu comecei, mas foi muito ruim, cortar cana é o serviço mais triste do mundo que eu achei na minha vida, foi no fecha-fecha da Laginha; aí o povo, os empregadores, não é? O administrador me obrigou a ir cortar cana como fez com todas as mulheres; que nunca tinham ido cortar cana; aí a gente foi cortar cana, ainda cortei cana uns três dias; aí cheguei desesperada aqui no sindicato, chorando, "Severo, pelo amor de Deus faz alguma coisa que eu não aguento cortar cana"! Se eu fosse adaptada no corte de cana, assim que tivessem me fichado tivessem me dado um facão para ir cortar cana, eu era uma fina cortadeira de cana, mas eu fui o quê, fui arrancar capim e adubar; o que me deram foi um balde para eu adubar e uma enxada para eu arrancar capim, limpar mato, não é? Esse tipo de serviço, mas cortar cana mesmo eu nunca tinha cortado. Mas ainda cortei três dias cana. Foi, no primeiro dia cortei três toneladas, no segundo dia cortei quatro, no derradeiro, no terceiro dia cortei só duas, que eu não aguentava mais com a mão de calo e a coluna doendo. Aí pronto; aí foi no outro dia tiraram; eu fui embolar cana, aí pronto, foi isso. (Informação verbal).

Tal experiência se deu no "fecha-fecha" da Usina Laginha, isto é, no período em que a usina começou a ter problemas no fechamento das contas e a não honrar os salários dos trabalhadores.

Vários pontos citados por Valéria chamaram a atenção: a ausência de um saber prático necessário para o corte de cana, a representação desse tipo de trabalho como "o serviço mais triste do mundo" e ainda a visão que os trabalhadores tinham do papel do sindicato local – dado que Severo, para quem Valéria pediu ajuda, era o nome (fictício) de um conhecido líder sindical da cidade. É interessante notar que a dificuldade de Valéria para lidar com o corte de cana é explicada por ela pela falta de uma socialização prévia nessa atividade e não em decorrência de prenoções a respeito dos papéis de gênero.

No final do excerto, Valéria referiu-se a outro tipo de trabalho igualmente pesado, que era o embolamento da cana. A atividade consiste em trazer as canas cortadas em terrenos acidentados para um local mais plano em que a máquina carregadeira possa coletá-las. Como foi colocado algumas páginas atrás, muitos canaviais da Zona da Mata Norte estão em terrenos íngremes, em que torna-se difícil o uso do maquinário tanto para o corte quanto para a coleta das canas. Sendo

assim, aonde a máquina não chegava eram os trabalhadores os responsáveis por cortar e trazer as canas até as partes mais planas do eito. Também nesse trabalho era possível observar a presença de mulheres, como fica evidente na fala de Valéria:

Embolar a cana (...), é embolar a cana na ladeira, nos cantos em que a Bell⁵³ não vai. Esses cantos acidentados, não é? Que nem vai a Bell nem vai a carregadeira, e só vão assim quatro, cinco mulheres ou dois, três homens; aí vão lá e botam dois espeques de pareia; aí fica embolando, embolando, pode ser de quatro a cinco toneladas numa fiada só, para chegar de cima de uma estrada a outra, para a carregadeira pegar. (...) A Bell é uma máquina que pega a cana nos cantos acidentados; aí ela vai lá e pega a cana, mas quando o canto é acidentado de mais que só dá ladeira, que ela não tem como se segurar no freio dela, aí quem ia lá era a gente, as mulheres que iam lá e embolavam a cana para ela pegar. (...) A gente colocava espeque; são os paus; a gente cortava, aí fazia o pé de pau e enfiava assim embaixo da fiada, que é a esteira, não é? (...) Que é esteira, aí aqui eu vinha com um pau e enfiava aqui debaixo e ficava virando a cana, virando, virando até quando ela chegava embaixo na estrada. (Informação verbal).

A descrição feita por Valéria do embolamento da cana dá a dimensão da dificuldade que é realizar esse tipo de serviço. José Neno, no relato citado logo no início do terceiro capítulo da tese, já descrevia o trabalho como “uma derrota”, um serviço “para matar o homem”; e como a fala de Valéria demonstra, as mulheres também.



Figura 7: Embolamento da cana no município de Ibateguara/AL.
Fonte: Silva, Verçoza e Bueno (2013).

⁵³ O nome Bell faz referência ao modelo da máquina que é usada na coleta de cana em encostas.

As trajetórias de Clemilda e Valéria ajudam a revelar o cotidiano de mulheres ainda pouco conhecidas nos ambientes acadêmico, jornalístico e até político. Mulheres que têm as suas vidas perpassadas pela opressão de gênero, classe e raça, como fica bem claro no caso das trabalhadoras canavieiras. No que diz respeito ao último desses marcadores sociais – a raça –, chama a atenção o fato de a maioria das mulheres que seguem para o trabalho no eito ser formada por negras.

Chama a atenção ainda, como se dá também no caso dos homens, a baixa escolaridade das que ali estão para desempenhar os serviços “reservados” às mulheres. Para se ter uma ideia, Valéria nunca chegou a frequentar os bancos escolares – “(...) também estudar não estudei, nunca estudei na minha vida” (Informação verbal).

Nem é necessário dizer que as duas trabalhadoras citadas acima precisavam cumprir outras jornadas para além da jornada de trabalho estafante dos canaviais. As tarefas relacionadas à reprodução, como a educação dos filhos e o cuidado com a casa ainda são vistas como atribuições eminentemente femininas, resultado de uma divisão sexual do trabalho que projeta os homens para o trabalho externo e com características provedoras e as mulheres para o trabalho interno e com características cuidativas.

O exemplo de Clemilda é emblemático: além de trabalhar no “pesado”, no canavial, onde recebeu xingamentos machistas, e em casa, nos afazeres domésticos, ela ainda cuidava dos seus quatro filhos e de mais um sobrinho. Ou seja, além de trabalhar “para fora”, Clemilda, assim como tantas outras mulheres da área estudada, ainda tinha que dar conta do exigente trabalho doméstico.

Outros trabalhos “para fora”

É mister esclarecer que esse trabalho para fora estava muito presente na trajetória de mulheres companheiras de trabalhadores do setor canavieiro. Durante a pesquisa de campo em Branquinha e União foi possível ver que elas eram auxiliares de serviços gerais em repartições públicas, prestavam serviços domésticos em “casas de família”, eram babás, faziam comidas para vender na porta de casa ou em frente a escolas e postos de saúde, vendiam produtos cosméticos (Natura e Avon,

principalmente) em seus bairros e também eram feirantes (montavam banca na feira para revender roupas compradas em Caruaru/PE ou feijão-verde vindo do Sertão Alagoano, por exemplo).

Chamou a atenção o caso de algumas mulheres que trabalhavam cuidando dos filhos de outras pessoas e/ou realizando serviços domésticos para famílias mais abastadas.

Em primeiro lugar tem-se que para cuidar dos filhos de outrem muitas vezes é necessário repassar o cuidado dos próprios filhos para terceiros, como parentes e amigas⁵⁴; e em segundo, foi visto que a remuneração para tais trabalhos na área estudada pode ser baixíssima, além de em muitos casos não haver nem vínculo formal.

Dandara⁵⁵, 24 anos, contou que recebia R\$300,00 (trezentos reais) mensais em uma “casa de família” em União dos Palmares. À época da entrevista, a renda mensal da família (Dandara, seu companheiro – que ainda fazia 18 anos – e sua filha) era composta por esse dinheiro mais os R\$144,00 (cento e quarenta e quatro reais) provenientes do PBF. Seu companheiro, que até pouco tempo estava trabalhando no areado, encontrava-se desempregado e à espera de uma oportunidade para migrar para o Centro-Sul ou para trabalhar em uma das usinas de Alagoas.

Onde classe, raça e gênero se encontram

Outro aspecto que merece ser destacado quando observamos a questão de gênero na área estudada é a ativa participação das mulheres nas ocupações de terra. A própria Valéria estava participando de uma ocupação à época da entrevista. Ao ser dispensada da usina em que trabalhava sem ter acesso a nada, ela viu na ocupação de “um pedaço de terra” uma saída diante dos problemas financeiros que lhe acometeram. Nas terras da usina ela plantava feijão, milho e macaxeira, principalmente para o consumo de sua família.

É curioso notar que, segundo Valéria, as terras ocupadas pelos trabalhadores foram no passado as mesmas terras trabalhadas pelos moradores de

⁵⁴ O filme “Que horas ela volta?” (2015), da diretora Anna Muylaert, aborda essa questão.

⁵⁵ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

uma fazenda pertencente à Usina Laginha. Durante o processo de expansão da cana-de-açúcar os moradores, como foi visto no segundo capítulo da tese, foram expulsos das fazendas e empurrados para as franjas das cidades da Zona da Mata. Esse foi o caso da família de Valéria e de tantas outras famílias. De modo que as ocupações também podiam significar para muitos uma tentativa de reaver as terras “perdidas” outrora para a monocultura da cana-de-açúcar.

Também tive a oportunidade de conversar com uma senhora que estava participando de uma ocupação de terra às margens da estrada que corta a cidade de União dos Palmares: Flora⁵⁶, de 44 anos. Pernambucana, foi para o estado de Alagoas com o marido, que estava à procura de trabalho nas usinas.

Estabeleceram-se em União dos Palmares, onde tiveram dois filhos. Com o tempo Flora acabou se separando do companheiro, mas em vez de retornar para Pernambuco continuou em União. Ali vivia com o benefício do PBF, R\$112,00 (cento e doze reais) à época da entrevista, mais os ganhos do seu filho (os quais não foram especificados) de 20 anos e provavelmente alguma contribuição em forma de pensão.

Assim como Valéria, Flora não vivia em casa própria. Valéria vivia com os dois filhos na casa da sua irmã, que tinha uma filha. Não pagava aluguel, portanto, mas a casa não era sua. Flora, sim, pagava aluguel, e foi este um dos fatores que levaram-na a juntar-se aos trabalhadores demitidos da Usina Laginha e demais trabalhadores sem-terra na luta por um pedaço de chão. A ocupação representava a possibilidade de ter um lugar para plantar e colher, mas também para morar, livrando-se, assim, do aluguel, que já estava “pesando” em seu bolso. Passava o dia no “Acampamento Canabrava” – onde já havia plantado milho e macaxeira – e à noite voltava para a casa alugada na cidade, para ajudar a filha mais nova nos cuidados domésticos.

⁵⁶ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.



Figura 8: Imagem parcial do Acampamento Canabrava, em U. dos Palmares/AL (2015).
Crédito: Charles dos Santos.

Flora compartilhava da mesma opinião de Valéria sobre o trabalho no canavial. Achava-o pesado e “sem futuro”. Seu ex-companheiro, assim como pessoas da sua própria família, haviam se estropiado por muitos anos nas plantações de cana-de-açúcar de Alagoas e Pernambuco. Na entrevista ela revelou que não queria esse destino para seus filhos e por isso lhes dizia constantemente para estudar, vendo na qualificação a possibilidade de terem um trabalho melhor no futuro.



Figura 9: Plantação de macaxeira no Acampamento Canabrava, em U. dos Palmares/AL (2015).
Crédito: Charles dos Santos.

Há muitos pontos em comum na trajetória das três mulheres citadas aqui. Todas possuíam uma formação escolar deficitária – sendo que Valéria nem chegou a frequentar os bancos escolares; todas vinham de famílias que experimentaram as consequências do fim do sistema de moradia, quando os trabalhadores foram obrigados a deixar a zona rural para viverem nas periferias das cidades; todas eram marcadamente negras; e por último, mas não menos importante, todas eram beneficiárias do Programa Bolsa Família à época das entrevistas.

Além de serem responsáveis por grande parte do trabalho da reprodução (educação e cuidado com os filhos, serviços domésticos etc.), muitas entre as mulheres entrevistadas ainda trabalhavam para fora, realizando bicos e, como muitos homens que foram entrevistados, desempenhando atividades pesadas que nem todo mundo quer fazer – a exemplo do embolamento de cana nas encostas.

Na verdade, a expressão “trabalhar para fora” revela-nos algo muito importante. Ao dizer que trabalha para fora a discursante já deixa entrever que há um “trabalho para dentro” – o trabalho doméstico, a lida cotidiana em casa. De modo que, o que muitos julgam ser apenas “cuidado doméstico”, é trabalho e trabalho pesado, o qual ainda é visto, devido a uma antiquada divisão do trabalho, como “coisa de mulher”.

Isto fica patente, inclusive, quando observamos a “divisão” das responsabilidades no cumprimento das condicionalidades do PBF. Por se tratarem de responsabilidades cuidativas – garantir que as crianças tenham material escolar, que se alimentem bem, que não falem à escola e que estejam com a vacinação em dia –, as condicionalidades acabam sendo uma ocupação das mulheres.

Alguns homens entrevistados se referiam ao dinheiro do PBF como “o dinheiro da mulher e dos meninos”; logo, era responsabilidade “da mulher e dos meninos” prestar atenção aos condicionantes do programa. Mesmo sendo um benefício para a família – daí o seu nome –, o fato de o cartão está no nome das mulheres e de as crianças serem o foco das condicionalidades – junto às próprias mulheres – faz com que muitos homens, equivocadamente, sintam-se alheios às responsabilidades cuidativas.

Pode-se dizer, então, que tanto os homens quanto as mulheres que aqui chamo genericamente de trabalhadores/as canavieiros/as – os/as quais, na verdade,

devido às mudanças econômicas, tecnológicas e sociais dos últimos anos, têm a atividade agrícola no setor canavieiro como apenas uma das atividades acessadas para garantir renda – são marcados pela incerteza frente ao futuro e compõem aquela parcela da força de trabalho que é usada pela elite para a realização de serviços sujos, pesados, sazonais e remunerados abaixo das necessidades de consumo familiares.

Essa fração da classe trabalhadora brasileira tem uma cor: é negra; é ainda desqualificada, no sentido de muitos não terem nem concluído o que hoje é conhecido por ensino fundamental. É atendida por programas sociais federais como o PBF e a Tarifa Social de Energia Elétrica, e estaduais e/ou municipais, como aqueles que garantem uma bolsa⁵⁷ aos trabalhadores desempregados pelo agronegócio ou que distribuem leite e outros alimentos às famílias de baixa renda. As mulheres dessa fração de classe, como foi visto neste tópico, atuam tanto no serviço pesado “do lar” quanto em serviços informais ou formais extremamente precários.

3.4 Como, então, reconhecer o meia sola?

O que não é esmolar, mas está longe de ser classe média

O título do terceiro capítulo da tese traz uma expressão curiosa: meia sola. Mas o que seria o meia sola? Algumas pistas já foram fornecidas nas seções anteriores, quando apresentei alguns dados sobre a situação de vida e trabalho de homens e mulheres ligados ao trabalho canavieiro na Zona da Mata Norte do estado de Alagoas. Procurarei nesse tópico explicitar as razões pelas quais acredito ser possível identificar os sujeitos da minha pesquisa como pessoas que carregam consigo uma condição de meia sola.

⁵⁷ Como o Programa Amigo Trabalhador (PAT), criado pelo governo do estado de Alagoas em 2013. O objetivo do programa é garantir uma bolsa para os trabalhadores canavieiros no período da entressafra da cana, quando muitos são dispensados pelas usinas. Em 2015, o valor mensal da bolsa era R\$130,00 (cento e trinta reais). Como contrapartida, os beneficiários devem participar de cursos de alfabetização e de qualificação para o mercado de trabalho. Ainda em 2015 foi anunciado que o programa deveria passar por uma reestruturação, em que os trabalhadores desempregados seriam incentivados a participar de cooperativas de produção e ingressarem nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de suas regiões. Vale a pena mencionar que o PAT foi inspirado em programas semelhantes já existentes nos estados de Pernambuco e Sergipe., o Chapéu de Palha e o Mão Amiga, respectivamente.

Apesar de já conhecer a expressão, foi só quando a ouvi durante a conversa com um trabalhador em União dos Palmares que atentei para a relação que há entre os seus vários significados e o modo de vida de milhares de trabalhadores no Brasil contemporâneo. O nome meia sola tem a ver com meio termo, metade do caminho, situação de indefinição ou ainda arranjo temporário. O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) explica o termo da seguinte maneira: 1. Remendo que substitui a metade anterior da sola de um calçado; e 2. (Sentido figurado) Qualquer conserto improvisado e precário.

Um “serviço de meia sola”, portanto, pode fazer menção tanto à troca de apenas metade da sola de um calçado (posto que o indivíduo não teria condições financeiras de adquirir outro calçado ou de pagar pela troca de toda a sola danificada) quanto a qualquer outra atividade feita de forma improvisada e imperfeita.

O termo ganhou destaque na cultura popular – assim como tantos outros, tão mal estudados por nossos especialistas – e passou a descrever também situações e/ou as condições de algo ou alguém. De modo que ao se referir a si como um meia sola, Sebastião me fez enxergar a expressão como uma chave para uma compreensão diferente dos dramas e dilemas de uma fração da classe trabalhadora brasileira.

Foi após pedir a Sebastião que me revelasse a representação que ele fazia da sua condição social que ouvi a seguinte resposta:

Nem sou tão humilde nem sou tão classe média, eu sou um meia sola. Não vou dizer assim: “Eu sou um pobre, eu sou um esmoler”. Não. **Nem sou humilde de mais nem sou classe média, eu sou um meia sola.** O negócio que eu sei dizer é esse. (Informação verbal).

Nem “humilde de mais” nem “classe média”, é assim que Sebastião, um trabalhador canavieiro da região da Zona da Mata Norte de Alagoas define a si mesmo.

Aqui é preciso atentar para o fato de que meu interlocutor usou a expressão “humilde” no lugar de termos mais estigmatizantes, como por exemplo, miserável e indigente – a referência às palavras “pobre” e “esmoler” confirma isto. De modo que ele estaria entre os que nada têm e, portanto, dependem em alto grau de caridades

e das ajudas emergenciais do Estado, e os que, no imaginário popular, vivem com certo conforto, apesar de não possuírem a riqueza material da classe alta.

O meia sola, portanto, tomando como pressuposto que a condição de vida de Sebastião não é exclusividade dele, mas uma experiência compartilhada por toda uma fração de classe, é o trabalhador precário, o sujeito que precisa realizar serviços sujos, pesados, sazonais e que são remunerados abaixo das necessidades de consumo de sua família. Trabalhadores manuais, em grande medida; e que, como colocou Jessé Souza (2009), são vistos pelos que estão acima na escala social como pura força física, carnes e músculos a serem “moídos” na realização de atividades que quase ninguém quer fazer.

Algo que caracteriza esse trabalhador precário que chamo aqui de meia sola é a constante e necessária combinação de meios que garantam a sua subsistência e a dos seus familiares. O trabalhador canavieiro da Zona da Mata Norte de Alagoas apresenta justamente esse perfil. Ele combina o trabalho formal, porém precário – como é possível afirmar com base em Visser (2012) – com o trabalho em atividades informais igualmente precárias e, mais ainda – ponto importante –, o recebimento de bolsas e outros benefícios garantidos pelo Estado.

De modo que é possível encontrar na área estudada trabalhadores/as que no intervalo de um ano realizam trabalhos com carteira assinada nas usinas de açúcar e álcool – corte de cana, irrigação, aplicação de herbicida, bituca etc. –, trabalham de forma clandestina em pedreiras, construções, fazendas de cana ou ainda na exploração de areia – como foi visto no tópico sobre os “homens do areado” – e recebem pequenas quantias mensais de dinheiro devido à participação em um programa como o Bolsa Família. Isso além daquelas pessoas que praticam a agricultura de subsistência – em terras da família ou arrendadas – ou que trabalham “para si próprias”, em pequenos negócios.

Abaixo apresento um diagrama com informações mais detalhadas sobre como os sujeitos entrevistados ganham a vida:

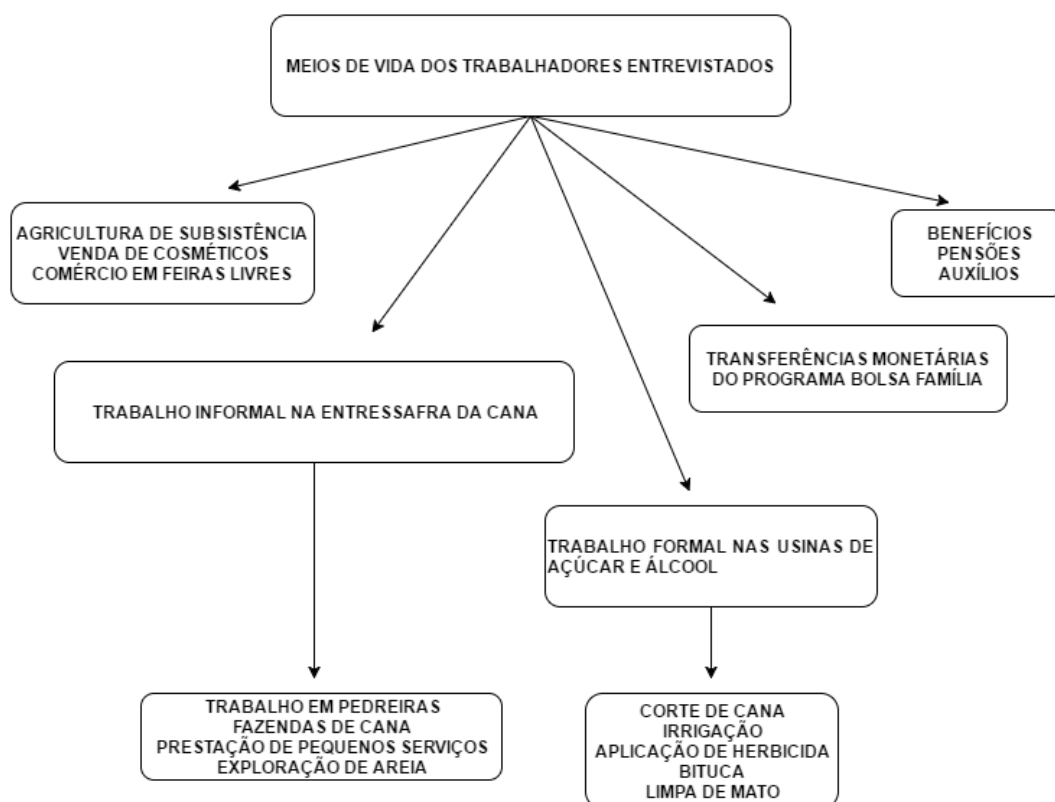


Figura 10: Como os sujeitos entrevistados ganham a vida.

Crédito: Charles dos Santos (2017). Construído a partir da pesquisa de campo, 2014-2015.

Para usar uma outra expressão bastante conhecida no espaço onde foram colhidos os relatos, o meia sola é aquele trabalhador ou aquela trabalhadora que precisa “se virar”. Apesar da formalidade, o trabalho na usina é um trabalho precário, e com isto quero dizer, como coloca Bayón (2009), que trata-se de uma atividade realizada em condições extremamente desfavoráveis para o trabalhador; ou ainda, como afirma Scopinho *et al.* (1999), que gera um conjunto de cargas laborais, isto é, fatores ligados ao modo de se organizar e se realizar o trabalho que podem trazer sérios danos à saúde física e psíquica dos trabalhadores.

Além disso, o trabalho na usina é sazonal, o que garante emprego apenas durante uma parte do ano⁵⁸. Isso faz com que os trabalhadores e as trabalhadoras procurem outras formas de ganhar a vida nos períodos “descobertos” pelo emprego

⁵⁸ Durante a pesquisa de campo, que foi realizada justamente em um período de crise do setor sucroenergético no Brasil, deu para perceber o encolhimento do tempo da safra de algumas usinas alagoanas. Alguns trabalhadores, inclusive, queixavam-se de terem trabalhado apenas três ou quatro meses nas usinas, sendo que no passado chegavam a trabalhar de seis a sete. Fatores econômicos, mas também climáticos são apontados pelos empresários como os principais responsáveis desse recuo na produção.

do setor canavieiro. E como foi mostrado na figura acima, os meios acessados são os mais diversos.

Outro aspecto importante com relação a essa fração da classe trabalhadora é a formação escolar deficitária, ou até mesmo inexistente em muitos casos. A falta de uma formação “mais competitiva” faz com que o leque de oportunidades torne-se bastante reduzido e esses homens e mulheres acabem sendo “aproveitados” em serviços pesados e mal remunerados.

Mas em vez de dizer que a culpa pelo ingresso precário no mercado de trabalho é dos próprios trabalhadores, que não investiram “tempo e dinheiro” em sua formação, a fim de se tornarem competitivos e requisitados, é mais justo atentarmos para as experiências vividas por esses trabalhadores como membros de famílias pobres da classe trabalhadora. Aí veremos que muitos tiveram que começar a trabalhar logo cedo – aos nove, oito anos até – e a escola acabou tornando-se um projeto confuso e distante.

Foi possível perceber nas entrevistas que havia um conflito entre as necessidades do presente e a proposta de um futuro melhor oferecida pela escola. Apesar de quase todos reconhecerem a importância de uma boa formação, havia, como justificativa para o abandono escolar, a necessidade de ajudar a família a garantir o seu sustento.

Daí que não é honesto dizer que a inserção precária no mercado de trabalho é fruto das “más escolhas” dos pobres, como sugere certo moralismo neomalthusiano, já que em muitos casos nem é dado às crianças e aos jovens a oportunidade de escolher o que realmente querem para as suas vidas; eles simplesmente são empurrados para um destino semelhante ao de seus pais.

Portanto, ao dizer que não é “tão classe média”, Sebastião diz também que essa fração de classe a qual pertence não dispõe do mesmo tempo e das mesmas condições objetivas para investir na formação de “capital cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 2014) que tem a classe média, a qual, segundo Jessé Souza (2011), é por definição a classe que tipicamente garante boas posições sociais graças à formação cultural – cursos superiores, cursos de línguas, intercâmbios em outros países etc. – dos seus membros.

Bem, foi visto que esse trabalhador meia sola não possui, por assim dizer, uma “carreira fixa”, isto é, dificilmente chega a passar três anos em um emprego com carteira assinada de forma ininterrupta – isso se formos bem otimistas, dado que é possível diminuir esse tempo para dois ou até um ano –, sendo mais comum encontrá-lo “se virando” para garantir o sustento familiar, ora no mercado de trabalho formal em empregos temporários, ora trabalhando por conta própria em uma terra arrendada ou realizando pequenos serviços na região onde mora.

Nem todos os trabalhadores que vivem nessas condições são beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, mas, pelo menos, nas duas cidades em que foi feita a pesquisa empírica é bastante comum encontrar homens e mulheres com esse perfil que eram beneficiários.

Vimos também que esse trabalhador possui uma formação escolar deficitária, o que pode dificultar o acesso a oportunidades de trabalho melhores. Por exemplo, alguns cortadores de cana revelaram que os trabalhos que realmente gostariam de fazer seriam aqueles “mais maneiros”, como o de caixa de supermercado, repositor de mercadorias também em supermercado, tratorista e condutor de máquinas pesadas, mas a falta de uma formação escolar adequada constitui um sério problema, já que no mínimo é solicitado o ensino fundamental completo para empregar-se nessas atividades, algo que muitos não têm.

Diante do que fora exposto, é plausível dizer que o trabalhador meia sola faz parte daquele conjunto de trabalhadores que Guy Standing e Ruy Braga têm chamado nos últimos anos de “preariado”. Sendo assim, por que uso a expressão meia sola em vez de partir imediatamente para o uso de termos já consagrados pela literatura sociológica – como é o caso do próprio preariado?

A resposta é simples: vejo no uso do meia sola uma possibilidade de intersecção entre as representações que os trabalhadores têm da sua própria condição social e as conceituações criadas pelos acadêmicos para entender os fenômenos sociais, econômicos e políticos em que estes trabalhadores estão imersos.

Trata-se de dotar uma expressão ordinária, mas de significados evidentes para os trabalhadores, de certo potencial analítico e explicativo; caminho oposto ao que muitas vezes é seguido na academia, quando conceitos e categorias acabam

silenciando as vozes dos sujeitos da pesquisa, tidos, não raro, por meros “objetos de análise”.

O precariado segundo Guy Standing

Guy Standing afirma que estamos assistindo ao surgimento de uma “nova classe”, o precariado, “que se caracteriza por incerteza e insegurança crônicas” (2014, p. 9). Para melhor apresentar essa “classe-em-construção”, Standing agrupa as classes sociais existentes a partir de seus rendimentos médios, sem antes deixar de reconhecer que as mesmas não se definem apenas pela renda.

De acordo com ele, no topo da estrutura estão os plutocratas, um grupo de “super-cidadãos” com riquezas a perder de vista e com imenso poder de influência ao redor do globo. Nas palavras de Standing, estes privilegiados

Vivem desvinculados do Estado-nação, muitas vezes com passaportes de conveniência de vários países. Muito do poder que detêm é um poder de manipulação, seja através de agentes, do financiamento de políticos e de partidos ou da ameaça de tirar o seu dinheiro do país caso os governos não lhes façam a vontade. (STANDING, 2014, p. 10).

Abaixo dos plutocratas estão os ricos que possuem nacionalidade definida. Estes têm muito em comum com os primeiros, e juntos funcionam como “classe dominante efetiva”. Essa elite dá corpo ao Estado neoliberal e atua para manipular políticos e meios de comunicação – isso quando eles mesmos não ocupam cargos públicos e são proprietários de jornais, emissoras de TV, sites de notícia etc. –, enquanto que as agências financeiras são solícitas em garantir que as regras mantenham-se favoráveis aos seus negócios.

Logo em seguida vem o “salariedade”, o qual diz respeito a um “(...) grupo com segurança de emprego a longo prazo, salários elevados e amplas regalias ao nível da relação empresarial. Os seus membros ocupam as burocracias do Estado e os escalões mais elevados das grandes companhias (STANDING, 2014).

Segundo o economista britânico, com a privatização do setor público e a terceirização do emprego, o salariado tem diminuído bastante, e muitos trabalhadores desse segmento temem entrar no precariado. No entanto, Standing acredita que apesar do decréscimo do salariado na maioria dos países, ele

continuará a existir e poderá constituir uma “espécie de classe média”. Alguns poderão até transitar para o próximo grupo, o dos *proficians*.

Guy Standing chama de *proficians* aquelas pessoas que ganham a vida prestando consultoria, como empresários independentes e/ou realizando atividades afins. Além de estarem crescendo em número, tem crescido também a sua influência no discurso político e no imaginário popular.

O autor afirma que seria insensato dizer que eles “(...) integram uma classe trabalhadora una, uma vez que são, fundamentalmente, empresários que a si mesmos se vendem, ou seja, constituem uma força de trabalho verdadeiramente mercadorizada” (2014, p. 11). A título de exemplo, no contexto brasileiro é possível visualizar como *proficians* consultores políticos, de moda, de “imagem”; consultores de economia em empresas nacionais e estrangeiras, entre outros.

Abaixo dos *proficians*, em termos de rendimento médio, estão os trabalhadores que formam o que Standing chama de “núcleo do velho proletariado”, segmento esse que, na sua visão, está em retração em todo o mundo. O autor sustenta que os Estados-providência e os regimes dos direitos laborais foram criados para estes trabalhadores, mas não para aqueles que estão situados mais abaixo na estrutura de classes.

Standing também não acredita que o “velho proletariado” possa assustar o capital com as suas reivindicações, dado que seus interesses foram cimentados – por líderes trabalhistas e sindicalistas – no interior do próprio capitalismo. Ele cita, inclusive, o caso dos fundos de pensão, os quais fazem com que parte do rendimento do proletariado consista em ganhos de capital não salariais.

Finalmente chegamos ao precariado, a classe que, a meu ver, contem em si os trabalhadores meia sola da Zona da Mata Canavieira de Alagoas. É possível compreender o precariado a partir do modo com que os sujeitos nessa condição participam do mundo do trabalho. Diz Standing:

O trabalho desempenhado pelo precariado é, de sua natureza, frágil e instável, andando associado à casualização, à informalização, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego e a esse novo fenômeno de massas chamado *crowd-sourcing* (...). (STANDING, 2014, p. 12).

Standing afirma ainda que os sujeitos do precariado nunca dispõem de um rendimento seguro; eles estão sempre às voltas com a insegurança e o futuro é uma grande incógnita. Na visão do autor, o capital global atualmente quer fazer com que essa classe de trabalhadores se acostume a um trabalho e a uma vida de instabilidade, algo bem diferente do passado, quando o capital industrial nacional procurava habituar o proletariado a estabilidade em ambas as esferas.



Quadro 3: Classes por ordem decrescente de rendimento médio, de acordo com Standing.

Crédito: Charles dos Santos (2017), com base em Standing (2014).

Também é possível definir o precariado a partir da sua relação com o Estado, sendo que, de acordo com o autor, esta é a classe com menos direitos entre as demais. Escreve Standing:

De facto, o precariado caracteriza-se por uma fundamental *insegurança no que toca a direitos*. (...) Esta é a primeira vez na história em que o Estado retira sistematicamente direitos aos seus próprios cidadãos. Há cada vez mais pessoas – não apenas migrantes – a ser transformadas em “denegadas”, limitadas no alcance e no aprofundamento dos respetivos direitos cívicos, culturais, sociais, políticos e económicos. É-lhes, cada vez mais, negado aquilo a que Hannah Arendt chamou “o direito a ter direitos”, e que constitui a essência da verdadeira cidadania.

Este aspeto é crucial para se entender o precariado. A sua característica essencial é ser mendigo, pedinte, obrigado a depender de dádivas discricionárias e condicionais vindas não só do Estado, como também das agências e demais instituições de caridade privadas que operam em seu nome. (2014, p. 13). (Grifos originais).

Algo que faz os meia sola da Zona da Mata Canavieira se aproximarem mais ainda da noção de precariado é a visão que, segundo Standing, os trabalhadores dessa classe têm do trabalho. Este é tido como algo instrumental, e não como aquilo que pode determinar toda uma vida. Como já foi aventado nesse texto, há trabalhos que são feitos por conta da urgente necessidade de se garantir uma renda, e não porque proporcionam satisfação pessoal e reconhecimento comunitário.

Para Standing, não apenas há na sociedade contemporânea mais classes do que aquelas tradicionais apresentadas pela teoria marxiana, como também é possível enxergar certas subdivisões no interior de tais agrupamentos, sobretudo no precariado, que conforme o autor, pode ser dividido em três tipos a partir das formas de privação relativa que lhe caracterizam.

De acordo com ele, o primeiro tipo de precariado

(...) é constituído por aqueles que acabam por se ver afastados das velhas comunidades e famílias da classe trabalhadora; na sua maioria sem instrução, são propensos a associar o seu sentimento de privação e frustração a um *passado* perdido, seja ele real ou imaginado. (STANDING, 2014, p. 14).

No plano político, sempre segundo Standing, estes trabalhadores seriam suscetíveis às vozes populistas e reacionárias da extrema-direita. Tal aproximação das forças reacionárias seria explicada em parte pela ausência de um projeto progressista voltado para este segmento. Standing os chama de “atávicos”, e explica que os trabalhadores do primeiro tipo tendem a deixar-se levar pelo carisma de líderes políticos.

O segundo tipo é constituído pelos migrantes e pelas minorias, sujeitos que em muitos casos nem dispõem de um lugar para chamar de seu, e portanto, são tomados por um forte sentimento de privação. Standing os chama de “nostálgicos”, e afirma que politicamente tendem a ser relativamente passivos e desprendidos, a exceção de alguns momentos, quando algo que surge como ameaça faz com que haja uma explosão de fúria coletiva. O autor cita como exemplos os casos das revoltas ocorridas nos “bairros de lata” de Estocolmo no início de 2013 e em Tottenham em 2011. Pode-se acrescentar ainda as revoltas ocorridas na França no ano de 2005.

O terceiro e último tipo

(...) é formado pelos instruídos, que, por força do trabalho inconstante e da falta de oportunidade para impor uma narrativa às suas vidas, experimentam um sentimento de privação relativa e de frustração quanto ao respetivo *status*, uma vez que lhes falta um sentido de futuro. Vamos designá-los por boémios. No entanto, porque se trata da parte potencialmente transformadora do precariado, que o mesmo é dizer da nova vanguarda, abre-se a possibilidade de serem apelidados de *progressistas*. (STANDING, 2014, p. 15).

Fica evidente que para Standing há uma dificuldade das forças políticas existentes para dialogar e apresentar projetos para estes três tipos de precariado. Escrevendo tendo à frente o cenário europeu, ele afirma que o neoliberalismo é considerado anátema por esses sujeitos, e a social-democracia e o laborismo não lhe agradam. Dessa forma, o precariado é a nova “classe perigosa”, apesar de que ainda é necessário que a mesma supere a fase da rebelião e torne-se uma classe-para-si, quer dizer, consciente do seu papel transformador na sociedade.

E qual seria, então, a tarefa do precariado como classe-para-si? Standing apresenta algumas bandeiras que poderiam ser levantadas pela nova classe perigosa, sobretudo tendo em vista o domínio do capitalismo financeiro e o que ele significa para os trabalhadores no mundo todo. Diz ele que

(...) a luta do precariado deverá centrar-se no desenvolvimento de mecanismos com vista a fazer com que o rendimento que atualmente vai para a plutocracia, a elite e oariado passe a ser canalizado para o resto da população, incluindo o lumpen-precariado, mas sobretudo o precariado, que é efetivamente uma classe, a mais baixa e mais ativa. (STANDING, 2014, p. 18).

O autor argumenta ainda que devem fazer parte do quadro de reivindicações do precariado a luta pela segurança socioeconômica, pelo controle sobre o tempo, por espaços de qualidade e mais ainda pelo conhecimento, saber financeiro e capital financeiro. Ele nota que a desigualdade na distribuição da segurança socioeconômica é enorme, dado que enquanto a elite tem tudo planejado para o futuro, os mais pobres se agoniam em uma vida de incertezas.

O precariado na visão de Ruy Braga

Se Guy Standing acredita que estamos assistindo ao surgimento de uma nova classe, o sociólogo brasileiro Ruy Braga argumenta, por seu turno, que a precariedade é constitutiva da relação salarial imposta pelo capitalismo.

Desse modo, enquanto Standing e outros estudiosos defendem que o precariado é resultado da perda de direitos alcançados sobretudo durante os “anos gloriosos do capitalismo” – que vão do pós-guerra até os primeiros anos da década de 1970 –, Braga sustenta que o mesmo já vem de longa data, apesar de se ter notabilizado a partir dos anos 1990 por conta do neoliberalismo e da “(...) crescente deterioração da proteção aos assalariados” (2012, p. 16).

O autor brasileiro identifica o precariado como aquela “(...) fração de classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica” (2012, p. 16).

Mirando os argumentos de Guy Standing e Robert Castel, para quem a precariedade corresponderia a uma condição extrínseca à relação salarial, Ruy Braga escreve o seguinte:

(...) Entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. Consequentemente, o precariado não deve ser interpretado como o antípoda do salariado, seu “outro” bastardo ou recalçado. Na realidade, ele é a própria condição de existência do salariado: tanto na Europa ocidental quanto nos Estados Unidos, o compromisso fordista mostrou-se bastante eficiente em proteger a fração profissional branca, masculina, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora, à custa da reprodução da fração proletária não qualificada ou semiquificada, feminina, negra, jovem e migrante. (BRAGA, 2012, p. 17).

Ora, percebe-se claramente o interesse do autor em se contrapor a uma visão do precariado como uma novidade e, mais, como uma classe que tem no salariado o seu outro mais bem-sucedido e estável. Braga “põe o dedo na ferida” ao mostrar que nem todos os membros da classe trabalhadora foram entendidos como “sujeitos de direito” durante o período em que o salariado se consolidou. Muitos ficaram pelas beiradas da sociedade salarial.

Ruy Braga recorre a Karl Marx para mostrar que o precariado tem as suas raízes na própria dinâmica de acumulação do sistema capitalista de produção, a qual cria despoticamente uma população trabalhadora excedente e necessária aos interesses das empresas. Escreve ele que Marx

(...) argumentou ser próprio da acumulação capitalista produzir despoticamente – sob a forma do desemprego ou do trabalho precário – uma população trabalhadora excedente e necessária ao modo de produção capitalista aglutinada em torno de quatro frações distintas, porém mutuamente permeáveis. (2012, p. 17).

As quatro frações seriam, portanto, a “população flutuante”, composta por trabalhadores ora atraídos, ora repelidos pelas empresas; a “população latente”, formada, por sua vez, por jovens e trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para abandonar setores tradicionais, notadamente os do campo; a “população estagnada”, que mesmo sendo parte da força de trabalho ocuparia funções “tão deterioradas e mal pagas que sua condição de vida cairia para níveis subnormais de existência” (2012, p. 17); e a “população pauperizada”, formada pelos doentes, pelos indigentes e por aquelas pessoas incapacitadas para o trabalho devido a sua idade.

É com base no autor alemão, portanto, que Braga afirma ser “(...) o precariado, isto é, o proletariado precarizado, (...) formado por aquilo que, excluídos tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’” (BRAGA, 2012, p. 18).

Note-se que temos aqui mais uma evidência da aproximação do meia sola da Zona da Mata Canavieira da noção de precariado, pois Sebastião deixou bem claro que o meia sola não é um esmoler, logo, mesmo que viva em risco constante de passar a uma condição miserável, própria do lumpemproletariado, ele ainda integra a superpopulação relativa.



Figura 11: O precariado como a superpopulação relativa (população flutuante, população latente e população estagnada).

Crédito: Charles dos Santos (2017), com base em Braga (2012).

Novamente mirando as ponderações de Guy Standing e Robert Castel a respeito do precariado, o sociólogo brasileiro argumenta que a sua definição desse segmento de classe – a qual é fortemente influenciada pelas formulações marxianas a respeito da existência de uma superpopulação relativa nas engrenagens do capitalismo – parece mais acertada, o que ele justifica da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, ela permite-nos localizar o precariado “no coração do próprio modo de produção capitalista” e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como “parte integrante da classe trabalhadora”, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho. Ademais, devemos diferenciar analiticamente o pauperismo (e o lumpemproletariado) do precariado, pois entendemos que os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica (...). (BRAGA, 2012, p. 18).

Vê-se, portanto, que Braga é categórico ao mostrar que a precariedade é própria do processo de mercantilização do trabalho. Sendo assim, o precariado é parte da classe trabalhadora e não uma classe diferente que se formou – ou vem se formando, na visão de Standing – nos últimos anos.

São emblemáticas também as últimas linhas do excerto acima, em que o sociólogo reforça a ideia de que o precariado está em “permanente trânsito” entre os riscos de exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica. Isso, a meu ver, revela mais uma vez o caráter precário do meia sola, que mesmo empregado com carteira assinada não está seguro, já que o trabalho que realiza

geralmente é mal pago, com pesadas cargas laborais (SCOPINHO *et al.*, 1999) e temporário. O outro lado da moeda, o do trabalho informal, é igualmente pesado e desestruturador da vida.

Ainda em seu esforço de definir o precariado, Ruy Braga oferece-nos um retrato bastante esclarecedor desse segmento de classe. Escreve ele:

(...) Identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico.

Se a precariedade parece estar se transformando em um “registro ‘regular’ da organização do trabalho” (Castel), ameaçando décadas de institucionalização de direitos sociais nos países capitalistas avançados, a verdade é que ela nunca deixou de ser a regra na periferia do sistema. (BRAGA, 2012, p. 19).

Ao identificar o precariado como a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, Braga novamente direciona os refletores para esse trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira, que aqui eu chamo de meia sola. Como está evidente no diagrama da figura 10, esse trabalhador realiza atividades mal remuneradas tanto na área rural quanto na área urbana, dado o caráter temporário do emprego nas usinas e fazendas e ainda a sua baixa qualificação, que o impede de realocar-se em outros serviços – alguns até igualmente precários, mas, mesmo assim, ainda desejados, como é o caso do emprego de caixa de supermercado.

Também é muito plausível o comentário do autor de que a precariedade sempre foi a regra na periferia do capitalismo. O segundo capítulo desse trabalho mostrou que apesar de haver uma vasta legislação referente à questão social canavieira, muitos direitos que tinham os trabalhadores canavieiros e seus familiares como destinatários nem sequer saíram do papel. Isso sem falar que os trabalhadores foram impedidos de participar de forma ampla e ativa dos debates a respeito de tais direitos, tanto na primeira quanto na segunda metade do século passado. Quadro bem diferente daquele observado nos países capitalistas centrais – notadamente os da Europa –, em que os sindicatos desempenharam um importante papel na conformação do Estado de bem-estar social.

É importante frisar que Ruy Braga não apenas buscou diferenciar a sua noção de precariado daquela presente nas obras de autores como o britânico Guy Standing e o espanhol Robert Castel, como procurou ainda distingui-la de algumas noções em voga na sociologia brasileira contemporânea, como a de “subproletariado”, resgatada pelo pesquisador André Singer do economista e sociólogo Paul Singer, e a de “batalhadores”, sugerida pelo sociólogo Jessé Souza.

O conceito de subproletariado remonta ao período conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1968-1974), quando Paul Singer notou que um importante contingente de trabalhadores oriundos do exército industrial de reserva foi absorvido pelo exército industrial ativo e passou a fazer parte do proletariado. De acordo com Braga:

No caso da estrutura ocupacional brasileira analisada por Paul Singer nos anos 1970, as ocupações subproletárias urbanas agregavam tipicamente formas não qualificadas, semiqualficadas, inconfessáveis e subalternas de trabalho, tendendo a se concentrar na indústria da construção civil (os “peões”) e no setor de serviços pessoais (empregadas domésticas, ascensoristas, porteiros, vigias etc.). (BRAGA, 2012, p. 25).

Braga argumenta que Paul Singer complementou essa definição do subproletariado com um recorte de renda específico, dado que os subproletários e as subproletárias seriam aquelas “(...) pessoas com renda inferior a 1 salário mínimo e metade das que tinham renda de 1 a 2 salários mínimos” (SINGER *apud* BRAGA, 2012, p. 25). O autor mostra ainda que, na visão de Paul Singer, devido à precariedade dos vínculos que prendem os subproletários da classe trabalhadora à produção capitalista, estes não teriam as condições econômicas nem sociais mínimas para se engajar em reivindicações, em lutas sindicais ou partidárias.

André Singer, por sua vez, notou que ao satisfazer os desejos de consumo destes trabalhadores, os dois governos Lula da Silva (2003-2010) conseguiram contentar o subproletariado, o que implicaria na constituição de uma nova força social, com certo potencial progressista.

Braga é crítico dessa visão, pois, segundo ele, a mesma mostra que o subproletariado brasileiro estaria satisfeito com os alívios em suas condições materiais de existência trazidos por Lula da Silva, o que teria granjeado o apoio eleitoral dessa população estagnada e pauperizada ao ex-sindicalista.

Diante do exposto, Braga apresenta da seguinte forma as diferenças entre as noções de precariado e subproletariado:

(...) Nossa noção de precariado distingue-se da noção de subproletariado por duas razões: em termos sociocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada – assim como o lumpemproletariado, ou seja, as tais ocupações “inconfessáveis” –; em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletivas. (Aos nossos olhos, mesmo a população pauperizada e o lumpemproletariado podem se mobilizar coletivamente). (BRAGA, 2012, p. 26).

Sou levado a concordar com Braga ao notar que essa parcela do precariado brasileiro a que chamo de meia sola tem buscado cada vez mais o caminho das manifestações e reivindicações por direitos. O que se tem percebido nos últimos anos entre os trabalhadores canavieiros é a implosão espontânea de manifestações contra o atraso no pagamento de salários das usinas, contra a celebração de contratos safristas – os quais dificultam o acesso a certos direitos trabalhistas – e ainda contra as imprecisões na medição e na pesagem das canas.

Ao dizer que tais manifestações são espontâneas, quero me referir ao fato de que muitas vezes as iniciativas partem dos próprios trabalhadores, e não de tradicionais lideranças ligadas aos sindicatos, vistos, não raro, com descrédito pelos “indignados”. Como retaliação por suas ações, vários trabalhadores foram dispensados e tido seus nomes anotados em listas de *personae non gratae* nas usinas da região.



Figura 12: Trabalhadores da Usina Guaxuma bloqueiam estrada em Teotônio Vilela/AL em protesto contra atrasos no pagamento de salários.

Fonte: GazetaWeb (2014).

A crítica de Ruy Braga a Jessé Souza gira em torno do modo como este último apresenta as disposições sociais de uma classe chamada por ele de batalhadores. Braga argumenta que, segundo Souza,

(...) ao fazer com que amplos setores de trabalhadores e de microempresários incorporassem as necessidades próprias à acumulação financeira, o pós-fordismo teria produzido uma massa disposta a submeter-se a toda sorte de superexploração do trabalho para “ascender a novos patamares de consumo”. (BRAGA, 2012. p. 27).

De fato, os batalhadores brasileiros são apresentados como sujeitos que enfrentam longas jornadas de trabalho, que muitas vezes sacrificam os fins de semana de descanso para realizarem algum serviço e que possuem uma forte crença na importância do “trabalho duro” para se crescer na vida.

Braga nota que os relatos dos batalhadores apresentados por Souza dão um grande destaque às políticas públicas do governo federal, o que o faz pensar que “quem realmente garante a unidade dessa ‘nova classe trabalhadora’ não é a exploração capitalista mundializada, mas, sim, a hegemonia lulista” (BRAGA, 2012, p. 27). Ao tentar mostrar o lulismo como um processo de “esclarecimento popular” – as massas não estariam completamente alheias aos rumos político, econômico e social do país, dado que, reunidas em “esferas públicas não burguesas do mundo da vida”, como bares e feiras livres, as pessoas puseram-se a perceber e comentar as realizações do governo –, Souza acaba reduzindo a participação política desses

trabalhadores ao sufrágio do “profeta exemplar”, como Braga aponta Lula da Silva. A crítica a seguir é contundente:

Aos nossos olhos, o principal problema dessa abordagem não é repercutir a opinião positiva do precariado brasileiro em relação às políticas públicas federais, mas aprisioná-lo na participação política eleitoral. Afinal, ao assumir que o capitalismo financeiro reina absoluto e que “a condição de precariedade é algo contra a qual não se pode lutar”, que opção o proletariado precarizado teria a não ser aderir ao lulismo na esperança de que este consiga mitigar a desigualdade social? Para Souza, o precariado não seria “totalmente passivo”. Apenas “parcialmente”. O curioso dessa tese é que ela silencia por completo a história dos incontáveis esforços auto-organizativos – sindicatos, associações de bairro, partidos... – das classes subalternas brasileiras. (BRAGA, 2012, p. 28).

Tem-se, então, que, ao passo que a noção de precariado afasta-se da de subproletariado por não abarcar a população pauperizada e o lumpemproletariado – lembremos que para Braga o precariado é constituído pela superpopulação relativa (população flutuante, população latente e população estagnada) – e por não endossar a ideia de que o proletariado precarizado não é capaz de envolver-se em lutas reivindicatórias, ela se distancia da de batalhadores por não concordar com a avaliação souziana de que caberia aos trabalhadores em situação de precariedade apenas garantir a sustentação eleitoral do lulismo.

Ademais, enquanto Ruy Braga insiste em definir o precariado como sendo formado notadamente por aqueles sujeitos que compõem a superpopulação relativa descrita por Karl Marx, Jessé Souza insere na sua definição de batalhadores, além destes, os microempresários e os trabalhadores profissionais.

Em termos de rendimentos, tanto o precariado quanto o subproletariado enfatizam aqueles sujeitos que recebem entre um e dois salários, dado que constituem a fração mais mal paga da classe trabalhadora. Imagina-se que pela definição dada por Souza, os rendimentos dos batalhadores podem sofrer variações, já que há ali tanto “donos do seu próprio negócio” quanto quem trabalha para fora em condições precárias⁵⁹.

⁵⁹ Ruy Braga é bastante assertivo em sua crítica à noção de batalhadores, no entanto, a meu ver, faltou-lhe atentar para outra noção souziana, a de “ralé”, presente em estudo publicado pelo sociólogo potiguar em 2009. Enquanto os batalhadores são apresentados por Souza como sujeitos que têm a oferecer uma força de trabalho valorizada, resultado da posse de certas habilidades reconhecidas pelo mercado, a ralé é formada por trabalhadores sem qualificação ou semiqualeificados, que comumente realizam trabalhos manuais pesados e mal remunerados – atividades que quase ninguém quer realizar, na acepção de Souza (2009). De modo que é preciso ter cuidado para não definir como batalhadores aquilo que, no *corpus* analítico de Jessé Souza, é apresentado como ralé.

Insegurança, a palavra-chave

Percebe-se claramente que apesar das diferenças de abordagem, tanto o economista britânico Guy Standing quanto o sociólogo brasileiro Ruy Braga apontam o precariado como aquela parcela da classe trabalhadora que vive às voltas com a insegurança e com a necessidade de ter que realizar trabalhos instrumentalizados, isto é, serviços que não proporcionam satisfação pessoal e nem a possibilidade de se “construir uma carreira”.

Ao passo que Standing ajuda-nos a entender o meia sola – não uma nova classe, mas o nome que dou a uma fração do proletariado precarizado brasileiro – como aquele trabalhador que, afastado de antigas comunidades e formas de vida tradicionais, passa a integrar uma força de trabalho precária, Braga chama a atenção para a inerência da superpopulação relativa à reprodução do sistema capitalista de produção, o que faz-nos perceber o precariado brasileiro não como uma construção recente, mas como um segmento de classe que sempre esteve às margens das garantias associadas ao trabalhador homem, branco, nacional e sindicalizado.

O meia sola da Zona da Mata Canavieira, tal como posto no segundo capítulo da tese, tem seu passado ligado à vida na morada, esse sistema tradicional que combinava trabalho e moradia em uma grande propriedade e estava fundado na figura do senhor. Foi a expansão da cultura da cana que determinou a expulsão dos moradores das fazendas e a sua conversão em um proletariado precário a ser explorado pelas usinas de açúcar e álcool.

A saída da morada é percebida por muitos como uma perda, já que, apesar das dificuldades, as famílias tinham acesso a um pedaço de terra para cultivar. Atirados nas franjas das cidades canavieiras, os trabalhadores ficaram sem terra e à espera de vagas de trabalho em um setor marcado pela sazonalidade, como é o sucroenergético.

De modo que Ruy Braga tem razão ao se referir ao precariado como essa massa em que as populações flutuante, latente e estagnada se misturam. Os sujeitos entrevistados para essa pesquisa revelaram sofrer com os revezes do

trabalho temporário: trabalhavam com carteira assinada durante a safra da cana, para logo em seguida voltarem para a “reserva”, em que, para sobreviver, muitos se engajavam em atividades informais e precárias até surgir algo “mais certo”.

O meia sola, portanto, é marcado por essa relação de incerteza frente aos meios de asseguramento da sua subsistência. Ora está no canavial, trabalhando com carteira assinada – a despeito das pesadas cargas laborais (SCOPINHO *et al.*, 1999) e de uma remuneração bem abaixo das necessidades de consumo de sua família –, ora está nas pedreiras, nos canteiros de obras, na exploração de areia etc., a trabalhar clandestinamente e em condições extremamente desfavoráveis.

Já partindo para o encerramento desse capítulo, é indispensável antes dizer que a reprodução desse trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira está associada à reprodução de um modelo de desenvolvimento assentado no agronegócio e na exportação de produtos primários.

O trabalhador que segue todos os anos para o ambiente insalubre do canavial não o faz simplesmente porque quer, mas porque há uma concepção de desenvolvimento que toma o agronegócio como uma espécie de “joia da coroa” da economia nacional, a qual cria uma demanda por cérebros e braços ao mesmo tempo em que obstaculiza a realização de outros projetos, tanto individuais quanto coletivos. Ora, Jacinto deixou bem claro na citação da página 133 o que faria se tivesse um pedaço de terra: não viveria mais “rodando pelo mundo”, de canavial em canavial, a realizar os mais pesados e mal pagos tipos de serviço. A concentração fundiária e o acachapante uso da terra para a cultura da cana, porém, tornam o seu e o sonho de muitos trabalhadores algo mais difícil.



Figura 13: Mapa da Cana no estado de Alagoas.

Fonte: Sindaçúcar-AL (s.d).

De modo que não basta ao capital agroindustrial canavieiro transformar os seus trabalhadores em uma massa sem terra – mediante o fim do sistema de moradia, a expansão da cana para áreas tradicionalmente voltadas para a policultura e a perseguição a movimentos de luta pela terra –, é preciso garantir a reprodução dessa força de trabalho com baixos salários, serviços desgastantes e desengajadores⁶⁰ e uma forte atuação política em prol dos interesses do setor, o que lhe garante inúmeros privilégios⁶¹.

Depois de deixá-lo sem terra e de estropiá-lo em jornadas exaustivas de trabalho, comprometendo a sua saúde física e psíquica, o capital agroindustrial canavieiro planeja agora substituir paulatinamente o trabalhador agrícola por

⁶⁰ Explico com um exemplo: ao decidir ir trabalhar na usina, o jovem que ainda está estudando terá que largar a escola, dado que durante seis ou sete meses trabalhará uma semana pelo dia e outra pela noite – nem todas as escolas estão preparadas para lidar com isso – ou chegará ao fim da tarde tão “moído” do serviço no canavial que só terá condições de tomar um banho, jantar e ver um pouco de TV antes de ir dormir. Esse exemplo também pode ser adaptado para o caso de adultos dos quais se diz que deveriam buscar qualificação profissional.

⁶¹ Pode-se citar como exemplo as constantes reduções nas cobranças do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das usinas. Segundo matéria publicada no Jornal Gazeta de Alagoas em 2012, durante o governo de Teotônio Vilela Filho – ele próprio um usineiro – a queda na arrecadação do setor sucroenergético foi marcante. Em 2007, o ICMS arrecadado somou 60,3 milhões de reais; em 2011, o montante arrecadado baixou para 44,6 milhões de reais. Caiu também a representatividade do ICMS do setor na economia do estado: se em 2007 ele integrava 3,43% de todo o ICMS recolhido, em 2011 a sua participação baixou para 1,96%. O economista e pesquisador Cícero Péricles de Carvalho chamou a atenção, nessa mesma matéria, para o fato de outros setores da economia não receberem tratamento igual por parte do bloco no poder. (SERQUEIRA, 2012).

potentes máquinas, capazes de realizar, no corte da cana, o trabalho de 100 trabalhadores.

Alguns entrevistados disseram com angústia que em várias usinas os cortadores de cana só trabalham naqueles terrenos íngremes em que as máquinas ainda não chegam. Se esta for a lógica por trás da mecanização da produção no canavial, pode ser que as usinas do Sul de Alagoas substituam o trabalho vivo pelo trabalho morto mais rapidamente do que as do Norte, dada a topografia mais plana dos terrenos onde se encontram as suas plantações. De qualquer forma, apesar de a mecanização estar se tornando uma realidade cada vez mais conhecida em Alagoas, homens e máquinas, ao que parece, terão que conviver lado a lado por mais um tempo.

É inoxidável, porém, que o número de empregos têm diminuído bastante nos últimos anos, e muitos deles por conta dessa mudança de estratégia por parte das usinas – mas não somente, cabendo à crise do setor, iniciada no final da década passada, o seu quinhão de responsabilidade.

De modo que a falta de emprego no setor sucroenergético, um dos mais tradicionais contratadores da economia da Zona da Mata, tem feito com que a informalidade se torne um destino mais duradouro para muito mais pessoas. Isto é, trabalhadores já devidamente apresentados à informalidade no período da entressafra da cana agora estão tendo que lidar com períodos mais prolongados de incertezas e de uma estressante busca por fontes de rendimentos. *É aí, então, que um programa como o Bolsa Família tem o papel de dar a sustentação necessária para que essa parcela do precariado brasileiro não sucumba de vez ao que o sociólogo Ruy Braga chama de exclusão socioeconômica.*

Não se pode entender a situação de vida desses trabalhadores hoje em dia sem que se atente para o modo como interagem com o referido benefício. Defendo, portanto, o ponto de vista de que, se o precariado é esse segmento de classe espremido entre (1) a permanente ameaça da exclusão social e (2) o incremento da exploração econômica, como assevera Braga, o Bolsa Família, dado o seu alcance e a sua importância para os setores mais pobres da sociedade, funciona como uma espécie de proteção precária contra o primeiro desses riscos, a qual, porém, não livra os sujeitos e nem sequer ameniza os males causados pelo segundo.

Sim, há uma infinidade de dados quantitativos e qualitativos que atestam a capacidade do programa de livrar as famílias das garras da pobreza absoluta, que é quando não se tem nem o básico para se viver. *A tese que defendo não vai de encontro a essa, mas sim a complementa de forma crítica, já que sugiro que o PBF aparta os sujeitos dos riscos da completa exclusão socioeconômica, mas não os livra da necessidade imperiosa de ter que realizar serviços sujos, pesados, sazonais e remunerados bem abaixo das necessidades de consumo de suas famílias. De modo que o meia sola tem uma dupla identidade social: é trabalhador, mas também é beneficiário, logo, trabalhador-beneficiário. Ao passo que o Estado alivia de um lado, setores tradicionais da economia (como o agronegócio e a construção civil) exploram de outro, com baixos salários, superexploração da força de trabalho e desproteção social.*

Para concluir, vimos como essa fração de classe se formou (segundo capítulo) e ainda como a mesma vive e trabalha nos dias de hoje (terceiro capítulo); resta agora saber como ela representa e interage com o Programa Bolsa Família, visto que, de acordo com Standing (2014), o precariado também pode ser caracterizado pela dependência que seus membros têm de dádivas discricionárias e condicionais vindas do Estado e de outras instituições. Esse será o *leitmotiv* do último capítulo da tese.

CAPÍTULO 4

O que significa ser beneficiário? O PBF e a permanência na vida precária

4.1 O trabalhador-beneficiário frente aos direitos: contexto e representações

Para que serve o dinheiro do PBF?

Foi possível perceber em diversas entrevistas – tanto com mulheres quanto com homens – que o Programa Bolsa Família é objeto de várias significações por parte dos trabalhadores e dos que lidam com o público receptor das transferências monetárias, como é o caso das/os assistentes sociais e das/os técnicas/os das secretarias de assistência social dos municípios.

É quase impossível apreender toda a rede de sentidos oferecidos pelas pessoas a um programa social como o referido acima, no entanto procurarei apresentar aqui aquelas representações que mais se fizeram presentes durante as entrevistas nas cidades de Branquinha e União dos Palmares.

Esse exercício de compreensão de um programa social a partir de baixo, isto é, a partir dos discursos dos trabalhadores, é de uma profunda relevância, visto que é possível perceber os ecos do discurso oficial sobre o programa – a saber, o discurso do governo que o mantém, ratificado, não raro, por intelectuais, jornalistas e demais formadores de opinião – na fala dos entrevistados, mas também rupturas e discrepâncias, as quais acabam revelando uma série de demandas não atendidas e por diversas vezes silenciadas por este mesmo discurso oficial.

Para que servem, então, os repasses do Programa Bolsa Família? É a pergunta com a qual podemos iniciar. Ficou evidente nas entrevistas que o dinheiro do programa era usado, sobretudo, para a compra de alimentos, de material escolar para as crianças e, quando era possível, para ajudar a pagar uma despesa doméstica – como as contas de água, gás e energia elétrica – ou uma compra para “dentro de casa” – um sofá, uma TV, um guarda-roupas, entre outras coisas.

Um dos ecos do discurso oficial sobre a participação no programa é a ênfase – pelo menos durante os primeiros momentos das entrevistas – dos informantes no uso do dinheiro para a compra de material escolar das crianças. É bem verdade que

a aquisição de cadernos, canetas, fardamentos etc., compromete boa parte do valor do benefício, mas como foi possível perceber, isto se dá em períodos específicos do ano, com gastos esporádicos nos meses restantes. De modo que o Bolsa Família é de fato um subsídio para toda a família, e não apenas um subsídio escolar. Vejamos, por exemplo, o que diz Tereza⁶² sobre o uso do dinheiro do BF – R\$128,00 (cento e vinte e oito reais) mensais à época da entrevista:

Eu compro na faixa de R\$60,00 (sessenta reais); feijão, arroz, macarrão, óleo, açúcar, café, biscoito; assim, para esses meninos a mistura é dois quilos de galinha, sabe? Porque sempre eu tenho que pagar a outras pessoas. Eu também faço compra de cesta básica. (...) Aí eu compro minhas coisas; agora é como se diz, o que tem aqui já está se acabando. (Informação verbal).

É importante esclarecer que a entrevista com Tereza foi realizada em uma ocupação de terra na cidade de Branquinha. Dividiam o mesmo barraco ela, seus três filhos – uma menina com cinco anos, um menino com quatro e outra menina com dois anos –, seu pai e sua mãe. Tereza estava grávida, e pretendia morar em breve com o seu companheiro, um rapaz que também fazia parte da ocupação.

Apenas a filha mais velha estava frequentando a escola, e a família andava às voltas para achar vaga para o menino de quatro anos. Nem a mãe de Tereza nem o seu pai, os quais tinham 51 e 57 anos de idade, respectivamente, recebiam algum tipo de benefício; sendo, portanto, os R\$128,00 (cento e vinte e oito reais) do BF o principal arrimo familiar.

Esse valor era complementado vez ou outra com o dinheiro proveniente da realização de alguns bicos por parte do pai de Tereza ou quando algum amigo ou parente ajudava. A mãe de Tereza, que digamos chamar-se Luzia⁶³, explicou da seguinte forma como conseguiu um dos colchões do barracão:

Colchão? O único dinheiro que peguei foi quando meu velhinho foi trabalhar em uma casa de assentamento; foi quando ele ganhou R\$200,00 (duzentos reais); aí eu fiz a minha feirinha de R\$100,00 (cem reais) para dentro de casa e comprei esse colchão; pelo valor sabe de quanto? Isso aqui era para ser R\$600,00 (seiscentos reais), e ele deu de graça para mim; foi R\$50,00 (cinquenta reais), que foi o dinheiro do combustível do carro do rapaz, que é crente. (Informação verbal).

⁶² Entrevista realizada em agosto de 2015, em Branquinha/AL.

⁶³ Entrevista realizada em agosto de 2015, em Branquinha/AL.

Não era sempre, porém, que surgia um trabalho remunerado, e a família das minhas entrevistadas precisava contar com a ajuda de terceiros, como eu disse acima. As cestas básicas⁶⁴ para os trabalhadores não estavam chegando, e os mesmos estavam tendo problemas para cultivar a terra do acampamento devido a um conflito com o proprietário das terras vizinhas, que criava animais soltos.



Figura 14: Alimentos na despensa improvisada da barraca de Tereza e seus parentes (2015).

Crédito: Charles dos Santos.

Diante de uma situação dessa, a ajuda governamental, por pequena que fosse, acabava tendo uma grande importância. As condições de vida dessas pessoas, que têm muito em comum com a de milhares de outros brasileiros, não permitiam que a “ajuda do governo” fosse gasta com outras coisas que não os bens mais essenciais para a manutenção da vida.

Nota-se, porém, que apesar do recebimento do subsídio – tido por muitos beneficiários como extremamente baixo, por sinal – o acesso àqueles bens e serviços de primeira ordem continua bem precário. E isso diz respeito tanto a alimentação quanto a moradia, saúde e educação, dentre outros direitos.

Com relação ao primeiro desses elementos, a nutricionista e pesquisadora Carla Caroline Silva Santos mostrou em estudo conduzido em 2008 que a

⁶⁴ O órgão responsável pela entrega das cestas básicas às famílias acampadas é a CONAB. Os trabalhadores entrevistados se queixaram de não estarem recebendo os alimentos e também de não obterem informações precisas das pessoas responsáveis pelo cadastramento das famílias a serem beneficiadas.

alimentação dos trabalhadores canavieiros alagoanos e seus familiares possuía deficiência de vários nutrientes, tais como proteínas, vitaminas e sais minerais. A autora notou também que em diversos casos os pais diminuíam o próprio consumo de alimentos para garantir uma melhor alimentação para os seus filhos.

É importante frisar que na pesquisa feita por Santos (2008) ficou evidente que muitos entre os entrevistados pertenciam a famílias beneficiárias do PBF, logo, apesar do recebimento do auxílio, ainda era difícil garantir uma alimentação que fornecesse todos os nutrientes necessários a uma vida saudável.

No que diz respeito à moradia, a pesquisa de campo em Branquinha e União revelou duas questões emblemáticas. A primeira delas diz respeito ao fato de que ainda havia muitos trabalhadores que não possuíam casa própria e precisavam pagar aluguel ou se não “morar de favor” na casa de algum parente⁶⁵.

O estudo mostrou, inclusive, que uma das motivações para a ocupação de terras no interior de Alagoas era a busca por um pedaço de chão em que se pudesse plantar e levantar uma casa. Havia trabalhadores e trabalhadoras que pagavam aluguel na cidade, mas almejavam terem uma casa própria junto ao campo ou à zona rural, onde fosse possível combinar a residência e o cultivo de alimentos.

Daí que “sair do aluguel” continua sendo uma demanda estridente da classe trabalhadora – mormente do seu segmento mais pobre, o precariado –, isso apesar de um vultoso programa governamental de apoio à moradia – o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)⁶⁶– ter proporcionado o acesso de setores mais pobres à casa própria.

A segunda questão está, de certo modo, relacionada ao programa citado no parágrafo anterior, mas apresenta outros elementos para a reflexão sobre pobreza,

⁶⁵ Isto vai ao encontro do que revelou uma pesquisa da Fundação João Pinheiro feita em parceria com o Ministério das Cidades, a qual, com base no Censo de 2010, revelou que havia no Brasil um déficit de quase 7 milhões de unidades, com 85% desse total concentrado na área urbana. Segundo os responsáveis pelo estudo, o déficit não significa falta de casa, e sim más condições de moradia, o que incluiria desde residências precárias até alugueis altos de mais. Os quatro fatores levados em consideração pelos pesquisadores para a mensuração do déficit habitacional foram: domicílios precários (aqueles improvisados e rústicos); coabitação familiar (quando há mais de uma família por domicílio); ônus excessivo com aluguel urbano (quando aquelas famílias com renda de até três salários mínimos gastam 30% ou mais com o valor do aluguel); e o adensamento excessivo dos domicílios alugados (quando há mais de três moradores por dormitório). Cf. “Segundo estudo, todos os municípios brasileiros têm déficit habitacional”, de Carolina Benevides (2014), no Jornal O Globo, disponível nesse link: <http://oglobo.globo.com/brasil/segundo-estudo-todos-os-municípios-brasileiros-tem-deficit-habitacional-11827890>.

⁶⁶ O programa foi criado em 2009, no 2º governo de Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

isolamento urbano e políticas públicas. Constatou-se que a maior parte dos moradores do Conjunto Newton Pereira, situado às margens da rodovia que corta o município de União dos Palmares, era proveniente de áreas de risco naquele município. Essas pessoas tiveram as suas casas destruídas durante a enchente de 2010, a qual ganhou repercussão nacional⁶⁷.

De acordo com o professor e pesquisador Franco Maciel⁶⁸, que havia realizado em anos anteriores entrevistas com os moradores das áreas que seriam afetadas em 2010, muitos se encaixavam no seguinte perfil: vinham da zona rural de União dos Palmares ou de cidades do interior de Alagoas e Pernambuco; retiravam o seu sustento do trabalho agrícola ou fabril nas usinas de União e adjacências; e eram beneficiários do Programa Bolsa Família.

Logo, pode-se dizer que o grosso dos habitantes do Conjunto Newton Pereira mantinha relações com o setor canavieiro – como trabalhadores – e com os programas sociais do governo federal – como beneficiários. O acesso às “casas novas” foi possibilitado pelo PMCMV, em que teve forte atuação, ainda, o governo do estado.

Dois pontos merecem a nossa atenção: 1º) Não há como não atentar para a relação que há entre pobreza e moradia em áreas de risco no caso estudado⁶⁹; os mais afetados pela enchente foram aquelas pessoas que, devido a escassez de recursos, eram obrigadas a viver em lugares sem nenhuma infraestrutura e sujeitos a deslizamentos ou inundações; estamos tratando, ainda, de trabalhadores precários e – parte considerável – recebedores de benefícios governamentais; 2º) em que pese o fato de terem saído das encostas, das áreas suscetíveis a inundações etc., os moradores das regiões afetadas receberam casas em regiões distantes do centro da cidade e igualmente carentes de infraestrutura, de modo que, se de um lado havia o alívio de se deixar o aluguel – vários casos – e sair de áreas perigosas, de outro havia o problema da segregação socioespacial e o de ter que viver em lugares em que os serviços públicos estavam ausentes ou eram precários. A figura 15 é

⁶⁷ Em Alagoas foram 19 municípios atingidos, entre eles Branquinha e União dos Palmares. Dados do ano de 2014 indicam que 70 mil pessoas ficaram desabrigadas e mais de 30 perderam suas vidas. Para mais informações a respeito dessa catástrofe, ver o texto disponível aqui: <http://www.labiun.com.br/materias/materia-30-11-14-paula-raissa-enchente.html>.

⁶⁸ Entrevista realizada em agosto de 2014, em União dos Palmares/AL.

⁶⁹ Como escreveu a socióloga Selene Herculano (2006), há uma estratificação social que se deixa revelar pela ocupação do solo.

representativa: nela se vê uma rua do Conjunto Newton Pereira tomada pelas águas em um dia de forte chuva. A falta de estrutura era um grande problema para os moradores.



Figura 15: Rua alagada no Conjunto Newton Pereira, em U. dos Palmares/AL.
Fonte: Bol Notícias⁷⁰ (2013).

Ora, no que diz respeito a direitos sociais como saúde e educação, ficou claro que a máxima de inspiração neoliberal “quem quer um serviço melhor tem que pagar” era frequente no dia a dia dos trabalhadores. Isso quer dizer que a prestação pública dos serviços ligados a esses direitos é vista pelos sujeitos como bastante precária, o que os leva, muitas vezes, a terem que se endividar para ter acesso aos serviços prestados pelo setor privado. Vejamos alguns fatos referentes a essa questão que emergiram durante as entrevistas.

Seu Caetano⁷¹ – um ex-trabalhador do setor canavieiro aposentado, de 61 anos – falou o seguinte a respeito do serviço de saúde em União dos Palmares:

(...) É uma miséria essa cidade. Eu já fui umas quinze vezes na secretaria. Todo dia me acordando três horas da manhã para marcar um exame de sangue e não consegui. Quinze vezes. Os postos não têm médicos, não têm remédio. Está com mais de três meses que não tem um remédio para os doentes. A situação daqui é bem essa. (Informação verbal).

Seu Lêdo⁷², ex-trabalhador canavieiro que se tornou líder comunitário, complementou a informação acima ao dizer que em uma das idas ao posto médico do seu bairro, decidiu fotografar⁷³ o bebedouro do local. Segundo ele, não apenas o

⁷⁰ Foto de Dagoberto Silva. Disponível em <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2013/07/03/vitimas-de-enchente-de-2010-tem-casas-novas-inundadas-em-al.htm>.

⁷¹ Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

⁷² O entrevistado tinha 65 anos de idade, era casado e com dois filhos.

⁷³ Seu Lêdo afirmou que, como líder comunitário, estava sempre atento aos problemas da cidade e de seu bairro. Devido a isso, procurava levar em suas andanças uma câmera digital para registrar esses problemas e posteriormente expor as fotos no *blog* que mantinha na internet.

aparelho estava quebrado como também a água servida tinha uma cor amarelada, o que indicava sujeira.

Ao meu ver, Seu Lêdo queria expressar, com isso, o estado de calamidade em que se encontrava o serviço público de saúde em sua cidade. O retrato do bebedouro seria na verdade o retrato do abandono em que se encontrava um serviço tão importante para a vida humana como é o da saúde.

Sobre o segundo direito mencionado acima – educação –, ficou evidente a mesma dificuldade dos trabalhadores para acessarem serviços públicos de qualidade. Ora, em pleno período da pesquisa de campo em 2014, tive conhecimento de uma greve dos trabalhadores da educação do município de União dos Palmares. Professores e demais funcionários reclamavam da estrutura precária, da falta de pessoal e dos salários defasados. Por aí é possível divisar o tipo de educação ofertada aos mais pobres do município, aos que não tinham condições de matricular os filhos em escolas particulares ou enviar para estudar em cidades maiores, como Maceió.

É importante, ainda, mostrar que Alagoas tem apresentado resultados preocupantes no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB. Em 2015, a nota para os anos iniciais do ensino fundamental foi 4,7; e apesar de ter superado a meta prevista – de 3,9 –, o estado teve a 5ª pior nota no país.

No mesmo período, a nota para os anos finais do ensino fundamental ficou em 3,5, um pouco abaixo da meta estabelecida, que era de 3,7, o que fez o estado ter a pior colocação no *ranking* nacional.

O resultado foi insatisfatório também no ensino médio. A meta a ser atingida era uma pontuação de 3,9, mas a alcançada pelo estado foi 3,1, colocando-o novamente no último lugar no país, empatado com a Bahia e o Pará. Os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP, mostram que apenas em 2009 o estado de Alagoas conseguiu atingir a meta projetada para o ensino médio⁷⁴.

O IDEB é calculado levando-se em conta o índice de aprovação dos estudantes, o qual pode ser obtido a partir do Censo Escolar, e as médias

⁷⁴ Como os resultados são bianuais, as informações que constam na página do INEP são as seguintes (as metas projetadas estão entre parênteses): 2007: 2,9 (3,0); **2009: 3,1 (3,1)**; 2011: 2,9 (3,3); 2013: 3,0 (3,6); 2015: 3,1 (3,9). Estes dados podem ser encontrados no seguinte endereço: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=5202209>.

alcançadas na Prova Brasil (para escolas e municípios) e no Sistema de Avaliação da Educação Básica, o SAEB (para estados e o país) (MEC, s.d.). Trata-se de uma ferramenta que vem sendo utilizada por técnicos, professores e políticos para atuarem sobre a educação, já que ela aponta “dados concretos” sobre o estado da arte do processo de ensino e aprendizagem nas escolas do país.

Ocorre, porém, que testes como o IDEB abordam apenas parte dos vários aspectos que dizem respeito à educação, senão vejamos o que diz a pesquisadora Maria Abádia da Silva:

É preciso levar em conta que, às questões que envolvem domínio de conhecimentos, códigos, linguagens e raciocínio lógico, próprios da natureza da formação escolar, somam-se outras, como vida familiar, ambiência cultural, condições de transporte, de alimentação, acessibilidade a livros diversos, hábitos de leitura, acesso a equipamentos tecnológicos, que, juntos, constituem a amplitude da formação. Por opção política, esses últimos elementos não são considerados nos critérios de avaliação. (2009, p. 220).

Logo, os testes revelam somente certas facetas da formação escolar, as quais, indubitavelmente, apresentam relações de afinidade com as questões apresentadas por Silva (2009). Há problemas como a má remuneração dos professores e demais funcionários da educação, falta de laboratórios bem equipados e bibliotecas com vasto acervo, ausência de quadras e material para esportes etc.

Já quando olhamos para o ambiente que circunda o aluno e a escola, o que se nota: pais e mães de famílias desempregados ou a realizar trabalhos precários em troca de salários abaixo das suas necessidades de consumo; adolescentes e jovens que precisam ajudar a “pôr o pão dentro de casa” e acabam se descuidando das atividades escolares; ausência de espaços adequados⁷⁵ – em casa, mas também na própria escola – para o estudo e a pesquisa, entre outros problemas.

É sintomático um trecho da entrevista com o professor e pesquisador Franco Maciel, no qual ele abordou de forma bem direta aquilo que em sociologia podemos chamar de construção social do destino. Disse ele:

(...) Infelizmente nós torcemos para que a usina volte a moer; eu falo infelizmente porque sou contra essa dependência, pois tem outras formas

⁷⁵ Lembremos aqui do problema do adensamento excessivo dos domicílios – quando há mais de três pessoas dividindo um único cômodo –, descrito pelos pesquisadores da Fundação João Pinheiro como um dos fatores que caracterizam a moradia precária.

de emprego. Por exemplo, eu sou professor e vejo as crianças dizendo: “Eu quero trabalhar igual meu pai no corte de cana”. Porque a imagem que eles têm em casa é: “Meu pai traz dinheiro para casa e eu quero trabalhar cortando cana”. (Informação verbal).

Ora, o sociólogo Ricardo Visser (2012) define o trabalho precário como um trabalho desorganizador da vida. Um dos significados possíveis desta expressão é o de que não só o sujeito que sofre o trabalho precário enfrenta as suas consequências; a sua família também é atingida, já que o “exemplo” passado para as crianças é o do adulto que trabalha de doze a quatorze horas por dia e que não tem tempo – e/ou disposição física e mental, dado o imenso cansaço – para ler um jornal, um livro ou conversar sobre equações matemáticas com os filhos. Bem diferente é a realidade das crianças da classe média, cujos pais tendem a apostar no sucesso pela aquisição de capital cultural.

De modo que alguns alunos do professor Franco Maciel, entre os quais beneficiários do PBF, poderão enfrentar durante a trajetória escolar dificuldades materiais – como em realidade já acontecia, apesar do subsídio – e também um certo ímpeto que só existe por conta das condições materiais desfavoráveis de suas famílias, que é o de largar a escola para trabalhar logo cedo ou colocá-la em segundo plano, em nome de trabalhos temporários e mal remunerados, alguns deles de meio período.

Penso que já temos elementos suficientes para responder à pergunta do início desse tópico. Para que servem os repasses do Programa Bolsa Família? Bem, servem em primeiro lugar para a compra de alimentos e material escolar, e em seguida para o pagamento de despesas e compras de móveis e eletrodomésticos para dentro de casa.

Vimos, porém, que apesar do recebimento do subsídio, muitos beneficiários viviam em contextos marcados pela precariedade do acesso aos direitos mais básicos do ser humano. Podemos dizer, então, que os repasses servem para amenizar as condições precárias de vida de amplos setores da população, que ainda enfrentam problemas como alimentação deficitária, aluguel caro ou moradia em ambientes desassistidos e serviços de saúde e educação caracterizados pela ineficácia, o que pode ser visto, ainda, como uma estratégia para rebaixar o setor público e encaminhar os sujeitos para o privado, operando-se, assim, uma distinção

entre cidadãos de primeira – que podem pagar – e cidadãos de segunda – que não podem e, portanto, continuam a depender dos órgãos públicos.

Para quem é o dinheiro do PBF?

A próxima pergunta que eu proponho é: a quem se destina o dinheiro do Programa Bolsa Família? Aparentemente essa é uma questão desnecessária, já que todos sabemos ou pelo menos parecemos saber quem são os destinatários do benefício: as famílias pobres e extremamente pobres dos mais diversos rincões do país. No entanto, a pesquisa de campo revelou alguns pontos de vista que, penso eu, merecem o nosso escrutínio.

O desenho do PBF prever que as mulheres é que tenham a preferência na família para serem as titulares do cartão do programa. De fato, no ano de 2014, 93% dos cartões estavam no nome das mulheres (GOVERNO FEDERAL, 2014). O estudo de Walquíria Leão Rego e Alessandro Pizzani (2013) revelou que graças ao benefício muitas mulheres passaram a ter um domínio maior sobre as suas próprias vidas. Mulheres que nunca tiveram acesso a uma renda, passaram a ter, o que possibilitou, em vários casos, desvencilharem-se de relacionamentos abusivos e violentos.

Também em minha pesquisa no interior de Alagoas pude comprovar essa mudança, algo a que os falantes da língua inglesa costumam se referir como *empowerment*⁷⁶. No caso, foram os homens – como na fala de Dirceu⁷⁷ – que revelaram insatisfação diante de uma mudança proporcionada pelo acesso das mulheres a uma renda. Ao perceberem que as mulheres de seu meio já não exitavam tanto em buscarem a separação e se livrarem de relacionamentos opressivos, os homens disseram que o PBF faz com que aquelas “se achem”, e todos nós sabemos do caráter pejorativo da expressão “se achar” ou “está se achando”.

O benefício é familiar, e o fato de o cartão está, na maior parte das famílias, no nome das mulheres indica uma opção política por conferir maior protagonismo e

⁷⁶ Ao pé da letra o termo significa autorização, outorga de poder. No contexto das lutas contra o machismo, o racismo e a homofobia, pode significar o aumento da força política ou do protagonismo de grupos ou indivíduos discriminados.

⁷⁷ Conferir a nota de rodapé 52 desse texto.

visibilidade às mesmas. É interessante perceber, então, como certas narrativas e redes de significados se formam a partir desta opção.

Duas narrativas sobre quais seriam os destinatários do dinheiro se destacaram durante as entrevistas. É importante conhecê-las, pois como fora colocado em páginas anteriores, isso nos ajuda a perceber como o referido programa é visto a partir de baixo, a partir da perspectiva dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Na primeira delas, mulheres e homens disseram que o dinheiro do PBF é da mulher e das crianças. O substrato disso pode ser simplesmente a ênfase do programa nas mulheres e crianças, mas também uma espécie de “trabalho de justificação” de pessoas que estavam vendo o mito do homem como o ente provedor da família ser posto em xeque.

Ao dizer que o dinheiro é da mulher e dos filhos, o homem, por exemplo, pode querer dizer que não está desobrigado do trabalho de “pôr o pão em cima da mesa”, já que apenas por extensão ele seria, também, um beneficiário. Nas palavras de Marlon: “Antes era mais ruim porque ninguém tinha esse dinheiro, não é? Aí agora melhorou 100%. Antes ninguém tinha. **A mulher só tinha direito a cuidar na casa e pronto**”. (Informação verbal).

A mulher, que na visão do entrevistado só tinha o “direito” de cuidar da casa, agora tem acesso a uma renda, como se o benefício governamental fosse algum tipo de remuneração pelos trabalhos domésticos e o cuidado com os filhos, atividades que, apesar de estarem no cerne da reprodução social, muitas vezes nem são vistas como trabalho.

Marcelo⁷⁸, 24 anos, casado e pai de duas crianças, foi outro que forneceu pistas sobre esse discurso de que o dinheiro é da mulher e dos seus filhos; disse ele:

Antes eu vivia com a minha mãe, mas ela também recebia. Em 2003, por aí. Na época ela recebia R\$62,00 (sessenta e dois reais) e um quebradinho. Mas na época ela não tinha esse benefício do governo. Ela já ajudava muito a gente; já comprava uma roupa para a gente. Estudava eu e um irmão mais velho do que eu. Ela comprava roupa, um caderno, uma coisa. (Informação verbal).

⁷⁸ Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

A ênfase no papel da mãe como “guardiã” do benefício é evidente. Ela que recebia. Ela que comprava o que os filhos precisavam. Ela que ajudava. Note-se que a mãe de Marcelo já recebia aqueles benefícios anteriores ao Programa Bolsa Família, sendo que este último foi criado pelo governo Lula da Silva em 2004. Ou seja, a família de Marcelo foi beneficiária dos programas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso e posteriormente daqueles do governo petista.

Não pretendo me desviar do foco desse tópico, mas é importante esclarecer que Marcelo vinha de uma família beneficiária de programas de transferência monetária, e ao sair de casa para compor a sua família – ele era casado e pai de duas crianças (um menino com quatro anos de idade e uma menina com sete) à época da entrevista – continuou a contar com os mesmos benefícios sociais e, como seus parentes, continuou também a depender da realização de trabalhos sujos, pesados, sazonais e remunerados abaixo das suas necessidades de consumo, como é o caso do corte de cana e da “aplicação de veneno” no canavial.

Não se trata aqui de averiguar que Marcelo é um dos “filhos do Bolsa Família”, como a mídia conservadora às vezes se refere, pejorativamente, aos beneficiários de longa data do programa. Mas de notar que a melhora das condições de vida dos sujeitos passa por medidas que podem acolher e inclusive aperfeiçoar a transferência de renda, mas que vão além desta, como a realização da reforma agrária, uma maior qualificação profissional, a superação da necessidade de realização de trabalhos precários etc.

Dito isto, tanto Marlon quanto Marcelo mostraram em suas falas o que, na pesquisa de campo, pareceu ser uma narrativa que diz que é da mulher e das crianças o dinheiro que mensalmente o governo envia. Está claro que não apenas as mulheres e as crianças se beneficiam do valor repassado, mas esta ênfase justamente naqueles sujeitos diretamente atingidos pelas condicionalidades – de saúde, educação e assistência social – alimenta as representações a respeito da tutela e do uso do subsídio.

Duas questões importantes estão relacionadas, no meu entendimento, a essa primeira narrativa. Uma delas eu já expus anteriormente⁷⁹, que é a combinação entre responsabilidades cuidativas e condicionalidades. Ora, se o dinheiro é da

⁷⁹ Ver o subcapítulo “Do canavial, de casa e da luta: trabalho e gênero no universo canavieiro”, no terceiro capítulo da tese.

mulher e das crianças, como muitos homens pensavam, cabe à mulher e às crianças prestarem contas ao governo do dinheiro recebido. Carloto e Mariano (2012), analisando o tema, escreveram que

(...) a imposição de condicionalidades nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social pode gerar, para as mulheres em situação de extrema pobreza, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social, impactando o tempo e o trabalho das mulheres, além de reforçar papéis tradicionais na esfera dos cuidados. (p. 259).

Há muito o que se pensar sobre as condicionalidades, pois além desses aspectos que as autoras apresentaram, existe o questionamento sobre a redução da luta pelo fim da pobreza a “rituais” que devem ser praticados pelos trabalhadores. Primeiro os sujeitos precisam provar que são pobres – e não apenas “de boca”, mas por meio dos recursos reconhecidos pelo Estado – e em seguida seguirem à risca uma série de regras para não serem punidos com a suspensão ou o corte dos repasses.

A outra questão é iluminada por Pierre Bourdieu, quando o autor critica o que ele chama de “programa de destruição metódica dos coletivos”, posto em movimento pelos propagandistas do neoliberalismo. Diz o eminente sociólogo francês:

Em nome desse programa científico de conhecimento convertido em programa político de ação, cumpre-se um imenso *trabalho político* (renegado, pois aparentemente puramente negativo) que visa criar as condições de realização e de funcionamento da “teoria”; um *programa de destruição metódica dos coletivos* (a economia neoclássica querendo lidar apenas com indivíduos, mesmo quando se trata de empresas, sindicatos ou famílias). (BOURDIEU, 1998, p. 137).

Não seria essa ênfase em indivíduos específicos no seio da família uma variação do programa descrito por Bourdieu? Afinal, segundo alguns ideólogos, não seria “nocivo” para a manutenção da economia que todos os entes de uma família de trabalhadores se sentissem seguros com relação à satisfação de suas necessidades? Não seria o “garantir para alguns” o complemento do “garantir apenas o mínimo” que está na base dos programas de transferência monetária? São perguntas que, ao meu ver, merecem ser colocadas em discussão.

A outra narrativa em destaque nas entrevistas é mais abrangente, apesar de manter certa afinidade com essa que acabei de expor. Ela diz que o dinheiro do PBF é para os desempregados, para as pessoas que não encontram oportunidades de trabalho onde moram. Nesse sentido, o subsídio funcionaria como uma espécie de salvaguarda para aquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho formal e, portanto, sem acesso às garantias sociais associadas a este. Vejamos o que diz José Neno:

Rapaz, o Programa Bolsa Família é (...). Na época que a gente já passou mais por dificuldade, nós chegamos a pagar aluguel de casa ainda. Na época estudavam ainda os três meninos de dentro de casa, o dinheiro era mais certinho; e essa fase, agora, que a gente está desempregado e tal, sem adquirir verba, a importância é porque isso aí é para pagar uma energia, um bujão, está entendendo? Comprar a roupinha da escola da menina, que frequenta ainda. E é assim, isso aí é que é assim (...). Para o cara fazer uma feira é mentira, não é rapaz? É só para quem tem muito, não é? (Informação verbal).

E Nise⁸⁰, de 29 anos, uma dona de casa casada com um trabalhador canavieiro⁸¹:

Há muitas mães que necessitam desse Bolsa Família. Há muitos que não trabalham e necessitam desse Bolsa Família. Eu vejo uma barbaridade assim, porque eles cortam, e o motivo eu não sei. Porque tem muitos pais de família que não têm condições. Só de ver assim. E precisa daquele dinheiro ali, está entendendo? E eles vão lá e cortam; é uma coisa, é outra. Ninguém sabe por que. E quando a pessoa vai lá resolver, eles botam logo o nome da prefeita: “Ah, foi ela quem tirou, foi isso, foi aquilo”. Aí ninguém entende. Todo mundo precisa desse Bolsa Família. É necessário e todo mundo precisa. Eu acho assim, que nunca deveria cortar. Porque eu vejo muitas pessoas que sofrem. Que não têm o pão de cada dia na mesa. Que ficam contando com aquele dinheiro ali. Ficam até alegres, e quando vão receber (...). Eu conheço várias pessoas, que às vezes sofrem. Por causa de idade. Porque só faz se completar aquela idade. Não existe não. A pessoa ver assim, que precisa. Se precisar então faça, está entendendo? (Informação verbal).

E ainda Valéria:

(...) Todas as mães têm um direito de receber esse dinheiro, não é? Todas as mães têm um filho na escola, todas as mães. E do jeito que está o

⁸⁰ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

⁸¹ Além disso, Nise tinha uma filha de cinco anos de idade, e recebia, à época da entrevista, R\$112,00 (cento e doze reais) do Programa Bolsa Família. Esse dinheiro complementava o que o seu companheiro ganhava por realizar pequenos serviços na cidade, já que havia saído da usina em que trabalhava.

desemprego no mundo, nem todo mundo tem um trabalho para trabalhar; período de inverno não tem serviço para ninguém aqui; agora pegou um bocado de gente na Usina Serra Grande, pegou um monte de homem para trabalhar, mas só trabalha com homem, não trabalha com mulher. A mulher fica parada, não tem onde trabalhar. Aí a maioria das mães de família depende desse salário, do Bolsa Família; tem quatro, cinco filhos, e vai depender desse dinheiro. (Informação verbal).

Outra entrevistada que aventou essa relação entre o Programa Bolsa Família e o desemprego foi Dandara. Disse ela: “A Bolsa Família ajuda a muitas pessoas. Tem gente que depende do Bolsa Família. Quem não trabalha e vive do Bolsa Família. É uma coisa muito boa”. (Informação verbal).

O PBF desponta, então, como um auxílio para aqueles sujeitos que se encontram desempregados. Talvez pelo fato de os entrevistados conhecerem bem essa realidade do meia sola, em que se passa um tempo em um trabalho com carteira assinada, outro a realizar bicos ou ainda em autoempregos, sendo que o único dinheiro “mais certo” é o do programa, talvez por isso eles associem o benefício ao desemprego.

Contribuem ainda para isso os cortes de benefícios quando há o cruzamento de dados por parte das instituições governamentais e verifica-se que algumas famílias já não se encaixam no perfil oficial de pobreza e extrema pobreza, o que pode ocorrer devido ao aumento da renda trazido por um novo emprego.

Abaixo reproduzo o trecho de uma nota que o Ministério do Desenvolvimento Social publicou em setembro de 2015 em resposta a uma matéria veiculada em revista de circulação nacional, a qual noticiava que 800 mil famílias tinham deixado de receber o benefício do governo federal. Diz o texto:

Neste ano, foram cancelados cerca de 800 mil benefícios de famílias identificadas em cruzamento de bases de dados de salários e aposentadorias (INSS, RAIS e CAGED)⁸² com renda acima do que

⁸² O Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS, é o responsável pelo pagamento da aposentadoria e outros benefícios aos trabalhadores brasileiros, exceto os servidores públicos. Uma lista completa dos benefícios do INSS pode ser conferida nesse endereço eletrônico: <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/beneficios-do-inss/>. A Relação Anual de Informações Sociais, a RAIS, é um relatório com informações socioeconômicas solicitado aos empregadores de todo o país. Constitui uma importante ferramenta para a obtenção de dados sobre o mercado de trabalho e os trabalhadores. Os principais usos dos dados da RAIS podem ser vistos aqui: <http://trabalho.gov.br/rais>. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, na sigla CAGED, é um sistema que monitora a contratação e dispensa de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mais informações podem ser encontradas aqui: <http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged.html>.

estabelece a lei. No mesmo período, número equivalente de novas famílias passaram a receber o bolsa. Esse movimento é semelhante ao registrado no ano passado, ano eleitoral. (MDS, 2015).

A nota afirma ainda que esse “pente fino” era uma prática de controle bem sucedida, a qual visava garantir que os recursos públicos fossem bem utilizados e que apenas os cidadãos que mais necessitassem ganhassem o subsídio (MDS, 2015). O que nos interessa aqui é perceber que, dentro do escopo do programa, algumas famílias podem ter o recebimento do benefício interrompido por conta do acesso a outro patamar de renda.

Ora, pode-se supor, então, que a representação das pessoas entrevistadas era uma resposta ao *modus operandi* do programa, que deixa de beneficiar aquelas pessoas que arrumaram um novo trabalho, tornaram-se “donas do próprio negócio” ou incrementaram a sua renda por quaisquer outros meios.

É importante notar, porém, que esses cortes de benefícios – mesmo que supostamente os subsídios funcionem como uma espécie de seguro-desemprego – não deixam de causar estranhamento a alguns beneficiários, como é o caso de Nise. A indignação da entrevistada com os cortes – “Eu acho assim, que nunca deveria cortar” – oferece-nos algumas pistas sobre o que se passa atrás dos números que orientam as decisões do governo a respeito de quem permanece e quem deixa o programa.

Isso porque na realidade analisada, como já fora dito, muitas pessoas transitam entre o emprego formal, o informal – bicos – e o trabalho para si próprio ou autoemprego. Quer dizer, aquele trabalhador que cortou cana fichado durante seis meses e ao ser demitido pela usina não teve direito ao seguro-desemprego, passará o restante do ano vivendo com o dinheiro de pequenos trabalhos, caso apareçam, e o que conseguiu juntar no período da safra – o que muitos trabalhadores canavieiros chamam de “deixar um courinho”. Caso a sua família seja beneficiária do PBF, poderá contar ainda com o repasse monetário do mesmo, o que constitui uma grande ajuda, nas palavras dos próprios entrevistados.

De modo que é preciso atentar para esta situação de insegurança em que muitos trabalhadores-beneficiários vivem. O acesso a uma maior renda pode ser algo temporário, consequência de um trabalho sazonal e em vários casos até em localidades distantes do local de residência da família. É a situação, por exemplo,

daqueles trabalhadores que, findo o período da safra da cana em Alagoas, rumam para o Centro-Sul do país em busca de emprego nas plantações de cana, laranja e café, nas usinas ou nas obras da construção civil.

Foi visto na pesquisa de campo que uma das maiores dificuldades encontradas pelos mesmos é, recebendo um salário bem abaixo das suas necessidades de subsistência, conseguirem se manter na nova cidade – onde o custo de vida geralmente é maior do que o da sua cidade de origem – e mandarem dinheiro para os que ficaram no Nordeste. Nessas condições, muitos acabam retornando após uns poucos meses.

O corte do benefício, portanto, pode ocorrer por conta de situações como a descrita acima, em que o aumento da renda, além de não ser sustentável nem sequer a médio prazo, vem acompanhado de uma série de sacrifícios.

Não podemos nos esquecer, ainda, que muitas das atividades que habilitam o trabalhador precário a sair do foco de um programa social como o Bolsa Família são serviços sujos, pesados, sazonais e remunerados abaixo das necessidades de consumo de sua família. Ou seja, atividades em que a superexploração da força de trabalho faz-se sentir de forma inclemente e que ajudam a reproduzir o ciclo da pobreza. Isto é preocupante, haja vista que, segundo dados apresentados pela socióloga Laís Abramo (2016), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), uma de cada cinco pessoas que estão trabalhando na região é pobre.

Antes de passar para o final desse tópico e seguir para a próxima pergunta catalisadora, vale a pena transcrever trechos do relato de uma técnica do PBF que trabalhava em Branquinha. A sua fala lança luz sobre alguns pontos destacados nos parágrafos anteriores. Disse Simone⁸³:

(...) Essa questão do pessoal que trabalha com a cana-de-açúcar; nós temos um problema seríssimo no Bolsa Família: benefício cancelado. O trabalhador trabalha seis meses; vai daqui para o Espírito Santo, que é mais comum o pessoal daqui ir para o Espírito Santo e Minas Gerais; São Paulo, alguns. Essas famílias trabalham seis meses e seis meses ficam paradas. Mas durante os seis meses que eles estão fichados lá na usina, ganhando mil e tantos reais, o governo, quando vai fazer cruzamento de informações para ver se a família tem renda ou não, aí cancela esse benefício. Aí daqui para essa família voltar a receber (...). Raramente consegue reverter a

⁸³ Entrevista realizada em julho de 2015, em Branquinha/AL.

situação. (...) Eles fazem cruzamento com o INSS, para ver BPC⁸⁴, pensão; fazem cruzamento com a RAIS, não é? Para esse trabalhador de usina eles fazem com a RAIS. Aí faz o levantamento. E quem tem benefício, BPC, eles fazem com o INSS. Há cruzamento de informações. Com a prefeitura também dá para saber se o funcionário é fichado, concursado, o que é que faz; há cruzamento de informações. Aí há o corte do benefício. Aí o benefício volta, não é? Fica seis meses no município parado, sem trabalhar; vivendo do que ganhou lá fora nesses seis meses. Aí volta para o Bolsa Família. Aí vão tentar reverter o benefício. Aí muitas das vezes não consegue e é mais um problema para o município. (Informação verbal).

Mesmo a par desse “movimento oscilante” que marca a realidade de muitos trabalhadores, os técnicos e demais funcionários do PBF que lidam diretamente com as famílias mais necessitadas precisam seguir à risca a racionalidade do programa, aquilo que, na fala de Simone, “eles” determinaram como regras. O drama de ter que contar para os que ficaram novamente desempregados e que tiveram os seus benefícios cortados que eles apenas seguem ordens vindas “de cima” constitui uma mina de estresse para os agentes que atuam na ponta do Programa Bolsa Família.

A quem se destina o dinheiro do Programa Bolsa Família, então? Bem, com base no foco das condicionalidades e na racionalização operada de modo a beneficiar somente os que mais precisam, na lógica dos seus idealizadores, as mulheres e os homens das famílias beneficiárias associam o PBF às mulheres e às crianças – em que o subsídio funcionaria até como um “salário”⁸⁵ pelos serviços realizados pelas mulheres em casa – e ainda a uma situação de desemprego ou de exclusão do mercado de trabalho formal. A fala de Valéria, inclusive, aproxima esses dois pontos ao pôr em destaque a importância da transferência monetária do governo para as mulheres e mães que se encontram fora do mercado formal de trabalho.

Tais representações, é mister dizer, podem até não corresponder aos pressupostos teóricos e políticos do programa, mas certamente emanam, como já foi sugerido, da experiência cotidiana dos trabalhadores, os quais são intimados a cumprir condicionalidades que se confundem com responsabilidades cuidativas – associadas, não raro, à mulher – e têm o seu “seguro” cortado quando alcançam um

⁸⁴ Trata-se do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), constituído por um salário mínimo pago aos idosos com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência de qualquer idade. O benefício não é vitalício e é intrasferível, e para recebê-lo o cidadão precisa comprovar que não pode se sustentar e nem ser sustentado pelos seus familiares. Para mais informações sobre o BPC ver a página: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>.

⁸⁵ Prestar especial atenção às falas de Marlon e Valéria, citadas nesse tópico.

patamar de renda ligeiramente maior, muitas das vezes como consequência da realização de trabalhos estacionais, mal remunerados e penosos.

E se o benefício fosse cortado?

A última pergunta que gostaria de discutir aqui foi feita a alguns dos entrevistados⁸⁶. “E o que aconteceria se o seu benefício do PBF fosse cortado?”⁸⁷, foi a questão. As respostas a essa provocação metodológica nos ajudam a conhecer melhor não apenas o impacto do subsídio sobre as condições de vida dos beneficiários como também as suas percepções a respeito de uma subvenção que não está diretamente ligada ao trabalho produtivo. Vejamos alguns casos.

José Neno:

Aí ia pesar mais no meu custo de sobrevivência. Da sobrevivência, não é? Da família em casa. Ia pesar. De mais. Porque eu ia ficar sem o dinheiro do bujão [de gás], ou sem o dinheiro da energia. Ou o dinheiro da água. Aí o negócio ia complicar mais. (Informação verbal).

Dulce⁸⁸:

Rapaz, seria ruim porque é o dinheiro das crianças, não é? Porque é uma ajuda para as crianças; é uma ajuda muito grande. Principalmente para trabalho de escola; vem farda, vem caderno; e tem escola que não dá. A gente vai sentir uma falta daquela. Iria ser pior. Ave Maria! Uma vez eles cortaram o benefício por causa do cadastro e me fez muita falta, muita falta mesmo. Quando foi cortado eu corri atrás. Eu corri atrás e consegui de novo. Eu fui lá, conversei com a mulher; ela pediu todos os documentos de novo; aí quando foi no outro mês eu recebi normal. (Informação verbal).

Dulce estava com 49 anos anos na época da entrevista. Era casada e tinha quatro filhos. Apresentava-se como dona de casa, mas até pouco tempo tinha trabalhado como auxiliar de serviços gerais em um órgão da prefeitura de União dos Palmares. O seu companheiro sempre trabalhou no serviço rural das usinas, principalmente no corte de cana – “Seis meses trabalhando e seis meses em casa” (Informação verbal) –, mas no momento encontrava-se desempregado e “tentando

⁸⁶ O fato de nem todos os entrevistados serem beneficiários do PBF no período da pesquisa de campo foi um dos fatores que não permitiram que mais pessoas fossem interrogadas a respeito.

⁸⁷ Antes de fazer a pergunta procurei deixar bem claro aos entrevistados que se tratava tão somente de uma questão hipotética; que a pesquisa não era ligada a órgãos governamentais responsáveis pelo pagamento ou fiscalização do PBF; e que as suas identidades seriam preservadas.

⁸⁸ Entrevista realizada em agosto de 2014, em União dos Palmares/AL.

alguma coisa”. A renda doméstica, portanto, era constituída pelo dinheiro do PBF e o adquirido pela realização de pequenos serviços.

Marlon:

“Assim, ia ficar pior, não é? Bastante pior, não é? A gente já recebe; é bom que a gente recebe. É pouquinho, mas serve; o pouco serve bastante. E se for cortar, vai ter nada mais. Aí é brincadeira, não é?” (Informação verbal).

Natividade⁸⁹:

“Rapaz, ia ser muito difícil. Quer dizer, ia ser e não ia ser. Porque R\$217,00 (duzentos e dezessete reais) para mim é uma ajuda muito boa. Se um dia cortarem mesmo, é um lado que vão está tirando de mim.” (Informação verbal).

Natividade estava com 38 anos no período da entrevista. Era casada e tinha três filhos. O seu companheiro trabalhou durante vários anos no serviço rural das usinas da região de União dos Palmares, mas naquele momento era empregado de uma empresa de extração de granito também nessa região. A renda da casa, segundo ela, era formada pelo salário do marido – R\$724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) em 2014 – mais o que recebia do PBF, no valor de R\$217,00 (duzentos e dezessete reais).

Dandara:

“Iria ser ruim, não é? Porque é mais uma ajuda esse dinheiro do Programa Bolsa Família”. (Informação verbal).

Hermeto:

“Por uma parte seria ruim, não é? Porque a gente sobrevive desse dinheiro e com o que eu tiro lá retirando areia.” (Informação verbal).

Geane⁹⁰:

“Eu iria chorar! Porque ajuda muito dentro de casa. Não tem esse que diga que não ajuda. Ajuda sim. Para mim ajuda muito.” (Informação verbal).

Geane estava com 25 anos e tinha quatro filhos. Viviam em união estável com um cortador de cana que no período da entrevista encontrava-se sem trabalho. “Ele trabalha, mas agora ele está parado porque a usina parou agora há pouco. Ele corta cana na Usina Serra Grande, mas ele está para se fichar de novo. (...) Fica parado. O rio enche e não dá para retirar areia. No inverno é ruim de mais aqui.” (Informação

⁸⁹ Entrevista realizada em agosto de 2014, em União dos Palmares/AL.

⁹⁰ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

verbal). A entrevistada argumentou que no período da safra a renda doméstica era a soma do salário de cortador de cana do marido – R\$788,00 (setessentos e oitenta e oito reais) para o ano de 2015 – mais os R\$217,00 (duzentos e dezessete reais) do PBF. Já na entressafra, era o dinheiro do programa mais o que se ganhava “fazendo qualquer coisa” o que garantia o sustento da família.

Diva⁹¹:

“Iria fazer falta, não é? Se fosse cortado. Iria fazer falta em muita coisa. É pouquinho, mas ajuda muito.” (Informação verbal).

A entrevistada estava com 41 anos na época da entrevista. Dona de casa, até pouco tempo trabalhava no corte de cana, serviço que conheceu logo cedo: “Oxe, minha escola foi cortar cana! Nunca fui na escola; só trabalhar mesmo.” Era casada e tinha filhos. O seu companheiro também trabalhava no serviço agrícola das usinas da região. (Informação verbal).

Luana⁹²:

“Eu não poderia fazer nada, não é? Teria que me conformar. Porque foi uma coisa que botaram para os nossos filhos. Aí se está lá a gente vai buscar. No dia que não tiver a gente tem que se conformar”. (Informação verbal).

Luana tinha 31 anos e era companheira de Jacinto, já referido nesse trabalho, com quem tinha três filhos. Como tantos outros citados ao longo do texto, largou a escola sem ao menos completar o ensino fundamental – “Eu só estudei até os dezesseis anos. Só até a terceira série” (Informação verbal) – e teve que trabalhar desde cedo na agricultura para ajudar a família. Recebia R\$182,00 (cento e oitenta e dois reais) do Programa Bolsa Família, o que era de grande ajuda no momento, visto que Jacinto estava desempregado e sem receber o seguro-desemprego.

Nise:

A gente ia sobreviver só com o dinheiro dele mesmo, de bico. A gente ia passar por muita dificuldade, não é? Porque com esse dinheirinho que veio eu dou graças a Deus; porque já ajuda, não é? É pouco, mas ajuda em alguma coisinha. Se cortasse, ia ter que passar sem mesmo. Ia fazer o que? (Informação verbal).

Marcelo:

⁹¹ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

⁹² Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

“Realmente, não seria bom para ninguém, não é? Porque hoje tem muito pai de família desempregado. E se não for o Bolsa Família e os bicozinhos que a gente faz através dos dias, a gente ia passar por muita dificuldade”. (Informação verbal).

Valéria:

(...) Está vindo até agora; ainda está vindo, não é? Não sei se esse outro mês ainda recebo ou não, que sempre estão cortando. (...) Diz que é por causa da renda; diz que é porque aposentado não pode receber; quem está beneficiado não pode receber; e assim eu não sei. Acho que um salário mínimo não é isso tudo para ninguém. R\$112,00 (cento e doze reais) eu acho que (...), não sei. Do jeito que está a inflação, aumentando todos os dias; eu acho que não é isso tudo. Mas também se cortar a gente não pode fazer nada; eu mesmo não posso fazer nada; nem vou brigar, nem vou arengar, nem vou futricar⁹³ com ninguém. (Informação verbal).

Edilene⁹⁴:

Ave Maria, ia fazer muita falta. Que o Bolsa Família paga o meu bujão [de gás]. Assim, não é muito, mas ajuda muito para a pessoa comprar alguma coisa para dentro de casa ou para as filhas mesmo, quando precisa. Um caderno, um lápis, essas coisas. Ia fazer muita falta se tirasse o Bolsa Família. Muita falta mesmo. (Informação verbal).

Edilene tinha 44 anos de idade no período da entrevista. Era viúva e mãe de duas adolescentes. A mais nova estava concluindo o ensino médio e a mais velha estava em um curso de preparação para os exames vestibulares. O último trabalho do marido de Edilene foi o de mototaxista, sendo que União dos Palmares, assim como outras cidades do interior de Alagoas, possui muitos desses trabalhadores. Segundo a entrevistada, a renda doméstica era composta por R\$360,00 (trezentos e sessenta reais) da pensão por morte do companheiro mais R\$112,00 (cento e doze reais) provenientes do PBF. Edilene contou que o valor da pensão era dividido, já que em vida o parceiro teve outra mulher. Ela disse ainda que nas horas mais difíceis era preciso recorrer ao empréstimo: “Mas é desse tipo de ajuda mesmo assim; um dinheiro emprestado para comprar uma coisinha aqui. Às vezes o dinheiro do Bolsa Família não dá para comprar, aí pede ajuda a alguém para pagar depois.” (Informação verbal).

Sônia⁹⁵:

Ave Maria, iria fazer muita falta. Ave Maria! Meu Deus do céu! Ia fazer muita falta mesmo, porque ia diminuir muitas coisas. Os R\$500,00 (quinhentos

⁹³ Aqui a expressão pode significar “agitar”, “criar alvoroço”, “fazer confusão”.

⁹⁴ Entrevista realizada em setembro de 2014, em União dos Palmares/AL.

⁹⁵ Entrevista realizada em maio de 2015, em União dos Palmares/AL.

reais) que eu ganho não iam dar para comprar tudo de bom para o meu filho. Ia fazer muita falta. E pronto. Ia fazer muita falta. (Informação verbal).

A entrevistada estava com 31 anos na época da nossa conversa. Sônia tinha três filhos: dois frequentavam a escola e o outro era um recém-nascido. Só estudara até a quinta série do ensino fundamental. Como muitos já citados nesse estudo, precisou trocar logo cedo a escola pelo trabalho. A renda doméstica era constituída por R\$500,00 (quinhentos reais) que ela recebia de auxílio-reclusão, dado que o pai do seu primeiro filho encontrava-se preso – “Eu divido com a mãe dele; aí eu dou duzentos à mãe dele e fico com quinhentos. Aí eu faço mais compra, pago as contas, e com isso a gente se mantém” (Informação verbal) –, e os R\$217,00 (duzentos e dezessete reais) do PBF. Sônia argumentou que o recurso proveniente do programa governamental possibilitou-lhe deixar de trabalhar em “casas de família” para poder cuidar dos filhos. Ela, inclusive, em um dado momento da entrevista, ofereceu uma visão de como era a relação de trabalho nos tempos de trabalhadora doméstica: “(...) Como era que ia estudar? A patroa não queria que eu estudasse e trabalhasse, aí era melhor trabalhar para ter o dinheiro para comprar as coisas e para manter e ajudar as minhas outras irmãs que estavam aqui.” (Informação verbal).

Ora, buscou-se com essa situação hipotética justamente desvendar a realidade por trás do Programa Bolsa Família na Zona da Mata Canavieira Alagoana. Retirando-se do sujeito esse invólucro de “beneficiário do PBF”, o que fica? Temos a resposta: o trabalho estacional e penoso nos canaviais, no rio, na exploração de granito; os serviços extenuantes e mal remunerados em casas de famílias da classe média; os autoempregos diversos; os trabalhos incertos e carregados de interesses eleiçoeiros em prefeituras (...).

Vimos que as condições de vida de muitos trabalhadores-beneficiários são tão precárias, em se tratando da satisfação de suas necessidades mais básicas, que mesmo um repasse mínimo como o do Bolsa Família causa um impacto considerável nas estratégias de sobrevivência das famílias.

Foi visto também que esse suposto “não há muito o que fazer”, de alguns entrevistados diante de um hipotético fim do benefício, sugere uma compreensão do

mesmo como algo que pode ser passageiro (uma ajuda), e não duradouro (o que poderia configurar um direito).

Ao que parece, por se tratar de um ganho que não está associado diretamente ao trabalho – o sujeito não precisou vender a sua força de trabalho durante certo período de tempo para ter acesso a uma determinada quantia em dinheiro –, muitos ainda o tomam como benesse, ou para usar uma expressão outrora empregada por Pierre Bourdieu (1997), por uma “caridade de Estado”. Resquício daquele processo de “cidadania regulada”, descrito pelo sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos (1998), em que a condição de cidadão está atrelada à ocupação de um posto na esfera produtiva? A socióloga Sarah Maillieux Sant’Ana, autora de um interessante estudo sobre o Programa Bolsa Família como estratégia de superação da pobreza, escreveu o seguinte a partir de dados de sua pesquisa de campo:

Quando perguntados diretamente se o Bolsa Família era um direito ou uma ajuda, apenas nove (9) pessoas acreditavam ser um direito. Quarenta e uma (41) pessoas acreditavam ser uma ajuda, mas trinta e duas (32) dentre elas afirmaram que deveria ser um direito. Apenas duas pessoas achavam que não deveria ser um direito, elas alegavam que “Ninguém tem a obrigação de nos ajudar com nossos filhos. São nossos filhos, a gente que teve, a gente que cuide. A gente passa dificuldade, ainda bem que tem a ajuda. Mas se virar direito vai ter gente que vai se aproveitar. Tamos felizes com a ajuda, mas é melhor que não seja direito” (A., Pernambuco). (SANT’ANA, 2007, p. 14).

Olhando a pesquisa de Sant’Ana e a minha, em que além do que já fora colocado nos parágrafos anteriores, também foi possível ouvir de algumas entrevistadas algo como “eu estou satisfeita com o valor, pois eu nunca botei nada lá (no banco)”, sou levado a pensar que ainda há uma compreensão do benefício em evidência como sendo puramente um plano de determinado governo e não um mecanismo que visa garantir um direito já expresso na lei.

Sant’Ana argumenta que quando realizou a sua pesquisa o PBF era, de fato, apresentado (por quem?) como um benefício e não um direito. A autora belgo-brasileira afirma que em 2006 foi promulgada a Lei nº 11.346, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que “(...) consolida uma concepção de renda mínima como um direito do cidadão e rompe com a associação deste direito às iniciativas de um partido ou governo” (2007, p. 16). Ocorre que quase dois anos

antes da promulgação da LOSAN foi publicada a Lei nº 10.835, anterior até à lei que instituiu o PBF (de nº 10.836), sendo que a primeira é de 8 de janeiro de 2004, e a segunda, de 9 de janeiro daquele ano. A Lei nº 10.835, portanto, garante que todos os brasileiros residentes no Brasil e estrangeiros residentes em território nacional há pelo menos cinco anos, independentemente da sua condição socioeconômica, tenham direito a um benefício monetário, que é a renda básica de cidadania. O segundo parágrafo do artigo de número um, inclusive, afirma que o valor do benefício deverá ser igual para todos, e suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde, levando-se em conta o desenvolvimento do país e as condições do orçamento. A lei também aponta que no processo de implantação da renda básica as camadas mais necessitadas devem ser priorizadas.

Depreende-se, então, que todo cidadão tem, por lei, o direito a uma renda básica garantida pelo Estado. O PBF pode ser lido como uma resposta a este imperativo legal. Na base do programa está um direito, o qual, como se percebe pelos dados aqui apresentados, ainda precisa ser mais conhecido. O filósofo alemão Friederich Nietzsche certa feita escreveu que dar direitos é compartilhar poder. A quem interessaria, portanto, o encobrimento da noção de direito em nome da noção de ajuda?

4.2 As redes de amparo ao trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira de Alagoas: uma gestão da precariedade?

A clientela da assistência social pública

Se prestarmos atenção ao diagrama da figura 10, veremos que os benefícios, pensões e auxílios constituem uma importante forma de garantia de sustento acessada pelos trabalhadores precários da Zona da Mata Canavieira de Alagoas. Vimos em páginas anteriores, inclusive, que algumas famílias recebiam benefícios como pensão por morte e auxílio-reclusão, os quais, junto ao dinheiro proveniente do PBF, eram fundamentais para a sua reprodução.

O que procurarei fazer nessa e nas próximas seções é mostrar a configuração das redes de assistência aos sujeitos em situação de pobreza nos dois municípios foco da pesquisa de campo. Isto além de discutir alguns aspectos relacionados às representações dos trabalhadores da assistência social sobre o PBF e sobre os beneficiários do mesmo.

Para mim ficou bem visível que dessa rede fazem parte tanto o Estado, com as suas instituições, quanto as associações comunitárias, os sindicatos e as igrejas, além, é claro, dos núcleos informais de apoio formados por amigos e parentes.

No que diz respeito ao Estado, as entrevistas com três funcionários ligados às secretarias de assistência social e à coordenação local do PBF de Branquinha e União dos Palmares revelaram aspectos bastante emblemáticos da pobreza e do combate à mesma nos dois municípios.

Foi possível descobrir, por exemplo, que apesar da ampla cobertura do PBF nas duas cidades⁹⁶, as secretarias de assistência social ainda eram muito procuradas pelos cidadãos mais pobres, que iam em busca, sobretudo, de cestas básicas, já que ou ainda não tinham sido contemplados com a transferência monetária do governo federal ou, se tinham, a renda doméstica não era suficiente para garantir o seu sustento.

O sistema público de assistência social nas duas cidades tinha como “clientes” pessoas com um perfil bem característico. Entre as quais, segundo os relatos colhidos em campo e também com base nas visitas feitas a alguns prédios públicos, estavam aquelas que poderiam ser identificadas como integrantes da população pauperizada e do lupemproletariado, na acepção marxiana retomada por Ruy Braga (2012). Estavam também trabalhadoras e trabalhadores precários, os meia sola, sujeitos que, para recobrar o sentido expresso por Sebastião no terceiro

⁹⁶ Em 2014, segundo dados fornecidos pela equipe do PBF em U. dos Palmares, o benefício do programa era pago a 10.115 famílias da referida cidade; União, segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2016, contava com 66.255 habitantes. Em 2015, de acordo com os dados adquiridos junto à equipe do PBF de Branquinha, o referido benefício era pago a 1.800 famílias da cidade; Branquinha, conforme a estimativa do IBGE para 2016, contava com uma população de 10.709 habitantes. Como me foi dito por um entrevistado, o PBF é o “maior cliente” do Cadastro Único nas duas cidades. Isso quer dizer que grande parte dos que estão registrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal recebe o benefício do Bolsa Família ou está na fila de espera para recebê-lo. De fato, como vim a saber, há nas duas cidades famílias que se encaixam no perfil de pobreza e extrema pobreza, mas ainda não tiveram acesso à transferência monetária.

capítulo desta tese, nem se enquadravam no perfil de esmoladores – apesar de necessitarem das ajudas do Estado – nem pertenciam aos quadros da classe média.

Eram, portanto, trabalhadores agrícolas desempregados, donas de casa e trabalhadores que fazem “de um tudo”, isto é, homens e mulheres sem trabalho fixo que viviam a procura do próximo serviço (limpeza de ruas, exploração de granito, coleta de material reciclável, venda de produtos na feira ou em casa etc.).

Também podemos incluir entre o público atendido pela assistência social dos dois municípios os aposentados e os pensionistas, inclusive aquelas pessoas que precisavam de apoio para se deslocarem de carro até cidades maiores, onde faziam tratamentos e realizavam consultas médicas.

Como foi dito há pouco, muitos procuravam a assistência social em busca de cestas básicas, o que no entendimento dos profissionais com quem conversei indica uma permanência na precariedade, isto apesar de parte considerável da população ser beneficiária do PBF.

Outro fato que ajuda a visualizar melhor o perfil dos que recorriam aos assistentes sociais é a marcante procura de apoio para a compra de passagens de ônibus com destino a estados do Centro-Sul do país.

Isso ocorria, sobretudo, nos períodos de entressafra da cana, quando os empregos com carteira assinada eram drasticamente reduzidos. Com a crise do setor canavieiro e o fechamento de algumas usinas, como é o caso da Laginha, em União dos Palmares, mais pessoas passaram a apostar na migração como alternativa à falta de trabalho em suas cidades.

Não deixa, portanto, de chamar a atenção que mesmo a compra de um bilhete de ônibus esteja acima das condições financeiras de algumas famílias e estas precisem recorrer à ajuda do Estado.

As cestas básicas, os bilhetes de ônibus e a liberação de vans para pequenas viagens eram apenas alguns dos serviços prestados aos que dependiam da assistência social nas cidades visitadas. Talvez possamos nos referir a dois tipos de serviços: o primeiro tem um caráter emergencial, e contempla serviços que são voltados para as necessidades prementes das pessoas; a entrega de cestas básicas é um exemplo; o segundo tipo de serviços requer um maior engajamento dos assistidos e dos assistentes, e são realizados em locais e momentos específicos.

Por já ter aventado alguns dos serviços do primeiro tipo, aqueles emergenciais, passarei de pronto aos do segundo, aos que requerem um maior engajamento de parte a parte⁹⁷.

Ambas as cidades dispunham de equipamentos públicos de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. Nas entrevistas os meus interlocutores destacaram as ações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Falaram ainda de iniciativas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)⁹⁸ e de programas menores voltados para a qualificação profissional dos assistidos.

O CRAS é uma unidade pública que presta assistência a famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. Trata-se de uma “porta de entrada” para a proteção social, já que as famílias acompanhadas são orientadas sobre direitos básicos e encaminhadas aos mecanismos de proteção existentes, seja os mantidos pelas esferas municipal e estadual, seja os assegurados pela esfera federal.

A existência do CRAS está vinculada ao funcionamento do Programa de Atenção Integrada à Família (PAIF). Na página do Ministério do Desenvolvimento Social na internet é possível encontrar a seguinte definição do PAIF:

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS⁹⁹. (MDS, 2015)¹⁰⁰.

⁹⁷ Sendo os emergenciais os que visam o atendimento de necessidades imediatas, identifiquei os serviços de maior engajamento como aqueles prestados pelos programas mantidos pelos CRASs e pelos CREAS, em que as famílias são acompanhadas por profissionais não só da área do serviço social, mas também por advogados, psicólogos e pedagogos, entre outros. Estes serviços demandam uma maior convivência entre assistidos e assistentes, logo, um maior engajamento.

⁹⁸ O referido programa foi criado no ano de 1996. Seu objetivo é livrar crianças e adolescentes de qualquer forma de trabalho e garantir que frequentem a escola e participem de atividades socioeducativas. É repassado mensalmente um valor em dinheiro para as famílias que assumem os compromissos de retirar todas as crianças de atividades laborais e garantir que as mesmas tenham uma frequência mínima de 85% na escola e nas atividades socioeducativas e de convivência promovidas pelo programa. Mais informações nesse endereço: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/peti/Paginas/default.aspx>.

O CRAS, portanto, deve manter em primeiro lugar o PAIF, sem prejuízo de que sejam ofertados outros programas que tenham a ver com a sua proposta de acompanhar e orientar as famílias em situação de vulnerabilidade.

No período em que foi feita a pesquisa de campo, Branquinha possuía uma unidade do CRAS, e União duas. Conforme as informações repassadas nas entrevistas, para uma cidade de pequeno porte como Branquinha e uma de médio porte como União dos Palmares, o governo federal financiava apenas um e dois CRASs, respectivamente. O município, porém, a depender das suas condições orçamentárias, poderia criar outras unidades. O quadro abaixo traz informações mais detalhadas a respeito do assunto.

Porte do município	Nº. Habitantes	Nº. mínimo de CRAS	Famílias referenciadas	Capacidade de Atendimento Anual
Pequeno Porte I	Até 20 mil habitantes	1 CRAS	2.500	500 famílias
Pequeno Porte II	De 20 a 50 mil habitantes	1 CRAS	3.500	750 famílias
Médio Porte	De 50 a 100 mil habitantes	2 CRAS	5.000	1.000 famílias
Grande Porte	De 100 a 900 mil habitantes	4 CRAS	5.000	1.000 famílias
Metrópole	Mais de 900 mil habitantes	8 CRAS	5.000	1.000 famílias

Quadro 4: Número mínimo de CRAS por município segundo número de habitantes.

Fonte: DataCras¹⁰¹.

O CREAS, por sua vez, é uma unidade pública que presta assistência àquelas famílias que já se encontram em situação de risco social ou tiveram os seus direitos violados (MDS, 2015)¹⁰². Se é obrigatório que os CRASs garantam o PAIF, os CREASs devem assegurar, também obrigatoriamente, o funcionamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, o PAEFI.

⁹⁹ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado no ano de 2005, no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – a Lei nº 8.742, de 1993. Trata-se de um sistema descentralizado, em que os três entes federativos atuam de forma articulada para garantir o direito à proteção social às famílias. O SUAS desenvolve ações de Proteção Social Básica (com programas, projetos e serviços voltados para famílias em situação de vulnerabilidade) e de Proteção Social Especial (com medidas direcionadas às famílias que já se encontram em situação de risco). Mais informações aqui: http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema.

¹⁰⁰ Disponível aqui: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>.

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.datacras.com/sobre-nos2/>.

¹⁰² Informações disponíveis aqui: <https://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>.

Assim como no caso dos CRASs, essas unidades também podem desenvolver outros programas que estejam sintonizados com os seus objetivos. O CREAS é co-financiado pelos municípios, os estados e a União.

Porte do Município	Número de habitantes	Parâmetros de referência
Pequeno Porte I	Até 20.000	Cobertura de atendimento em CREAS Regional; ou Implantação de 01 CREAS, quando a demanda local justificar.
Pequeno Porte II	De 20.001 a 50.000	Implantação de pelo menos 01 CREAS.
Médio Porte	De 50.001 a 100.000	Implantação de pelo menos 01 CREAS.
Grande Porte, Metrópoles e DF	A partir de 100.001.	Implantação de 01 CREAS a cada 200.000 habitantes.

Quadro 5: Número mínimo de CREAS por município segundo número de habitantes.
Fonte: MDS (2011)¹⁰³.

Mesmo que estes dois equipamentos públicos não estejam voltados especificamente para os trabalhadores precários da agroindústria canavieira, visto que, como foi dito acima, a sua clientela transcende essa categoria, ficou claro nas entrevistas que os técnicos e as técnicas da assistência social dispunham de um amplo repertório de experiências com as famílias de trabalhadores e trabalhadoras das usinas. Uma delas, inclusive, a qual podemos chamar de Margarete¹⁰⁴, fez a seguinte análise da relação entre o fechamento da Usina Laginha e a procura por serviços na secretaria de assistência social:

(...) O fechamento da usina foi assim, foi drástico, não é? Porque a quantidade de famílias que dependiam exclusivamente da renda das pessoas que trabalhavam lá (...). A secretaria de assistência percebeu esse impacto; na questão da demanda dos usuários que nos procuram para receber uma cesta básica, segunda via de registro. Os benefícios que a secretaria de assistência atende. Foi uma demanda maior; mais problemas sociais aconteceram depois que houve o fechamento da usina; porque aí essas famílias ficaram desprotegidas. Eu digo desproteção nesse sentido de ter uma renda, porque são acostumados os chefes de família, trabalharem e terem essa renda. Quando aconteceu esse fechamento a quantidade de pessoa que começou a vir aqui na secretaria de assistência social aumentou; em busca desses benefícios, que são as cestas básicas, os auxílios; tudo que a gente atende; é certidão de nascimento e outras questões. A gente começou a atender na secretaria; a gente sofreu um impacto maior e percebeu que a demanda aumentou. (Informação verbal).

¹⁰³ Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/porta1web/hp/8/docs/guia_de_orientacao_creas.pdf.

¹⁰⁴ Entrevista realizada em julho de 2015, em União dos Palmares/AL.

Em outro momento da entrevista, essa mesma técnica relacionou o agravamento de problemas como a violência e o aumento do consumo de álcool ao desemprego causado pelo fechamento da Usina Laginha, o que também teria trazido certas demandas para a assistência social: “(...) Tem a questão do álcool, das drogas e outros problemas, o que termina acarretando para a assistência. Aí vem o atendimento e outras questões”. (Informação verbal).

Depreende-se, portanto, que entre os que procuram os serviços emergenciais da assistência social e os que são acompanhados por técnicos dos CRASs e dos CREASs estão aqueles trabalhadores dos quais sabemos serem mal remunerados, dependentes de trabalhos precários e estacionais, beneficiários de programas sociais tanto municipais e estaduais quanto federais – com destaque para o PBF – e que vêm sendo empurrados cada vez mais para a informalidade. Pode-se dizer, ainda, que em tempos de desemprego e de crise, mais trabalhadores com esse perfil passaram a buscar a assistência social pública.

A ajuda comunitária ao meia sola

A outra frente de ajuda aos trabalhadores precários e suas famílias que consegui identificar na pesquisa de campo era formada por associações de bairro, sindicatos e ainda pelas igrejas.

Foi visto, por exemplo, que o convênio de algumas associações com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) permitia que as mesmas recebessem frutas, grãos, mel e outros tipos de alimento, os quais eram distribuídos para os associados – entre eles muitos trabalhadores estacionais do setor canavieiro – e também para as famílias mais pobres dos bairros, independentemente de serem sócias ou não.

Chamou a atenção o fato de que as lideranças das duas associações com que tive contato em União dos Palmares já haviam sido trabalhadores agrícolas nas usinas da Zona da Mata Norte de Alagoas, de modo que enxergavam o trabalho das entidades que coordenavam como uma forma de ajudar a quem dependia do trabalho precário e sazonal na cana e outros sujeitos em situação de pobreza.

Marlon, o trabalhador-beneficiário do terceiro capítulo, era um dos que recebiam a ajuda em alimentos que uma das associações providenciava. Segundo ele, o único benefício que recebia no período em que não tinha emprego formal, além do dinheiro do PBF, era o da associação de moradores de seu bairro. De acordo com Marlon:

Para dizer que não recebo também, eu estou mentindo. Tem um velhinho aí que é presidente aí da associação, e de mês em mês aí chega uma banana, um mel, uma laranja, uma coisa qualquer. Aí o benefício que eu tenho é esse". (Informação verbal).

De fato, no período da entressafra ou naquele em que ocorreu a pesquisa de campo, quando o setor canavieiro estava enfrentando uma crise, muitos trabalhadores só podiam contar com a ajuda das três frentes de assistência que eu cito nesse tópico.

Um outro agente importante dessa segunda frente é o sindicato. Foi visto na pesquisa de campo que muitos trabalhadores rurais recorrem a esta entidade com o intuito de obterem os mais variados tipos de auxílio. Pode-se citar como exemplo os casos de Valéria e Jane¹⁰⁵, ambas entrevistadas justamente no momento em que tinham ido solicitar a ajuda do sindicato dos trabalhadores rurais de Branquinha.

Como a própria Valéria disse, nos momentos de maior agonia ela havia buscado o socorro do "pessoal do sindicato". E com base nas informações colhidas na entrevista, a ajuda dispensada não era apenas material; era imaterial também, dado que a entrevistada relatou na nossa conversa que quando percebeu que não tinha as "disposições" necessárias para continuar no corte de cana, pediu que o sindicato – nesse caso, a pessoa que respondia pelo sindicato à época – intercedesse por ela junto aos empregadores.

Jane, por sua vez, explicitou que naquela tarde em particular tinha ido pedir dinheiro emprestado à liderança do sindicato para comprar uma válvula para o botijão de gás. Em suas próprias palavras:

(...) Eu vim aqui no sindicato (...) para ver se ele me arruma a válvula do meu bujão, não é? Que o bujão a válvula deu problema; ela pocolu embaixo. Aí só que (...); que a (...); eu não estou com o dinheiro agora; sem ter como

¹⁰⁵ Entrevista realizada em agosto de 2015, em Branquinha/AL.

comprar. Por isso eu vim aqui para ver se ele me emprestava (Informação verbal).

A propósito, Jane estava com 44 anos, vivia em uma união estável e tinha quatro filhos. Era beneficiária do PBF, do qual recebia R\$180,00 (cento e oitenta reais) mensais, e à época da entrevista, tanto ela quanto o seu companheiro estavam sem trabalho e sobrevivendo com o dinheiro do referido programa social, dos pagamentos de pequenos trabalhos que conseguiam encontrar e das ajudas. Ela é mais uma, entre as pessoas entrevistadas, que acreditavam ser a transferência monetária do governo federal uma boa ajuda “(...) para muita gente que não tem um salário, que não tem um emprego certo (...)”. (Informação verbal)

Pelo visto, a prática de procurar o sindicato nos momentos de dificuldade não era tão recente, pois tanto Valéria quanto Jane deram a entender em suas falas que desde a época em que o líder sindical era o irmão do sindicalista que as atendeu naquele dia elas viam a instituição como um centro de apoio.

Mas a atuação do sindicato também contemplava outras práticas, e foi possível perceber que naquele contexto de ocupações de terras que se seguiu ao fechamento de importantes usinas em Alagoas, os sindicalistas de Branquinha atuavam de modo a garantir que os trabalhadores beneficiários do PBF tivessem preferência nos acampamentos. Nas palavras de um sindicalista do supracitado município, a quem daremos o nome de Erivaldo¹⁰⁶:

(...) Até tem um entendimento aqui que diz, não é? Parece que é NIS¹⁰⁷, que eles estão exigindo, na verdade; que só está querendo cadastrar pessoal para o INCRA¹⁰⁸ quem estiver ligado ao Bolsa; alguma coisa mais ligado ao Bolsa; porque sabe que esses são os precisados mesmo. Que antes abria a porta de um acampamento e dizia: “Pode vir todo mundo”. Aí as vezes até abria e ganhava a terra quem não era uma pessoa carente, não era rural. (...) Nós também estamos orientando isso aqui; nós do sindicato; que quem deve ir para esses cadastros de acampamento é do Bolsa, é o necessitado mesmo; o que tiver a qualidade rural; qualidade rural (...); está desempregado, está sem renda, é que deve ir. Essa turma que está cadastrada, mas não está recebendo ainda; está com benefício, vamos encaixar isso aí, que dá para fazer um cadastro no INCRA, na CONAB; para vir uma cesta básica, alguma coisa assim, alimentação (...). (Informação verbal).

¹⁰⁶ Entrevista realizada em agosto de 2015, em Branquinha/AL.

¹⁰⁷ Sigla para Número de Identificação Social, o qual é atribuído àqueles que estão em condições de participar de programas sociais, como o PBF, a Tarifa Social de Energia, o PMCMV etc.

¹⁰⁸ Sigla para Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Esse órgão foi criado em 1970 tendo como um dos seus propósitos prioritários realizar a reforma agrária no país. Mais informações sobre o INCRA podem ser encontradas nesse *link*: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura.

Logo, agindo dessa forma, os sindicalistas demonstravam estarem afinados com o discurso da focalização da ajuda social, em que o público-alvo dos programas sociais é formado pelos mais necessitados da população.

Algo que reforça a tese aqui sugerida de que o sindicato é um dos elementos importantes dessa segunda frente de assistência é o papel ativo que o mesmo tinha em conselhos gestores das chamadas pastas sociais. O sindicalista citado acima, por sinal, contou ser membro dos conselhos da saúde, da educação e da assistência social da cidade de Branquinha, e falou com orgulho das propostas que havia apresentado em reuniões, como, por exemplo, a de se aproveitar a cultura das bandas fanfarras para ajudar os jovens e adolescentes de baixa renda a se profissionalizarem.

A outra instituição protagonista dessa segunda frente é a igreja, ou, melhor dizendo, as igrejas. Foi possível perceber nas visitas às duas cidades alagoanas que a assistência social dos grupos religiosos vai desde a doação de material para a reforma e/ou construção de casas até a manutenção de abrigos para crianças e adolescentes em situação de risco e para idosos, como foi bastante comum ouvir durante as entrevistas.

Várias instituições coordenadas por grupos ligados à religião contavam com repasses do setor público, os quais acabavam sendo fundamentais para a sua existência, na fala de uma das técnicas da assistência social entrevistada. De modo que é possível perceber aí o que muitos pesquisadores da área do serviço social chamam de refilantropização, caracterizado como um processo de repasse das responsabilidades estatais para terceiros, como ONGs e empresas.

Note-se que um dos hospitais mais tradicionais de União dos Palmares, o Hospital São Vicente de Paulo (onde também funciona a Maternidade Santa Catarina), é uma instituição de caráter filantrópico dirigida por uma agremiação ligada à igreja católica, conhecida como Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), presente em vários estados do Brasil. O referido hospital sobrevive graças aos convênios mantidos com os governos municipal, estadual e federal e às contribuições de setores da sociedade.

O supradito hospital, que vive às voltas com dificuldades financeiras e outros problemas, como a precariedade no atendimento, é bastante procurado pela

população pobre de União dos Palmares e outros municípios da região, como Branquinha, São José da Laje e Santana do Mundaú. Entre os atendidos, muitos são trabalhadores estacionais das usinas, particularmente do setor agrícola. José Neno, inclusive, o trabalhador canavieiro citado no terceiro capítulo, faz referência ao São Vicente em uma de suas falas.



Figura 16: Imagem do Hospital S. Vicente de Paulo/Maternidade S. Catarina em U. dos Palmares/AL.

Fonte: Antonio Aragão (2012)¹⁰⁹.

O que vimos até aqui é que as entidades que atuavam nessa segunda frente de auxílio social, assim chamada por mim, possuíam uma relação de dependência ou mutualidade com o Estado. Senão vejamos. (1) Um dos carros-chefes das associações de moradores era a distribuição de alimentos adquiridos a partir de convênios com a CONAB, que é uma empresa pública ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). (2) O sindicato, por sua vez, procurava atuar – no caso analisado – dentro das possibilidades criadas pelo ente estatal, orientando os trabalhadores quanto aos seus direitos e aos caminhos burocráticos a serem percorridos. Por outro lado, o sindicato também pode despontar como uma extensão do sistema público de assistência social, com sindicalistas tendo forte atuação nos conselhos das pastas sociais. (3) E, finalmente, as instituições ligadas às igrejas e à religião, de modo geral, contavam com fundos públicos para a sua manutenção, o que acabava sendo fundamental para a

¹⁰⁹ Imagem disponível em: <http://www.tribunauniao.com.br/noticias/ver/21888/Tv+Tribuna+Uni%C3%A3o+-+A+realidade+do+Hospital+S%C3%A3o+Vicente+de+Paulo+em+Uni%C3%A3o>

continuidade dos serviços prestados, seja os de amparo a crianças, adolescentes e idosos sem lar, seja os de saúde – como os que são concedidos pelo Hospital São Vicente de Paulo, em União dos Palmares.

“A gente pela gente”

A terceira frente de ajuda social era composta pelo que eu chamo de núcleos informais de apoio, formados por amigos e parentes das pessoas em situação de vulnerabilidade. Neste segmento a ingerência do Estado pode ser menos sentida, mas não está ausente, como se poderia supor, já que no círculo de amizades de alguns sujeitos pode haver pessoas ligadas àquelas associações contempladas com a ajuda estatal, como foi possível perceber na pesquisa de campo.

Aqui a ajuda pode ser tanto na forma de alimentos como na de dinheiro – emprestado ou doado. Sebastião revelou que recorria a sua comadre nos momentos de maior necessidade:

Eu tenho a minha comadre ali; é uma amiga que eu tenho na rua. (...) É quem me empresta R\$50,00 (cinquenta reais), R\$100,00 (cem reais) quando chega no fim do mês e eu estou liso, entendeu? Sempre é a vizinhança por aqui. “Me empresta R\$50,00 (cinquenta reais)”; ela: “tome”. “Me empresta R\$30,00 (trinta reais)”; ela dá. E quando eu receber eu pago. Quem disser que é assalariado e junta dinheiro é mentira, porque é um dinheiro contado. Aí pronto; aí eu tomo dinheiro emprestado para ajudar. E assim eu vou levando. (Informação verbal).

Edilene contou que também pedia dinheiro emprestado a uma amiga, o que fazia com certo embaraço: “É, às vezes eu peço a ela, só peço a ela mesmo; quando tenho alguma coisa para comprar. Às vezes eu nem peço, porque eu tenho vergonha; sou meio acanhada para pedir. Aí eu faço como Deus quer mesmo”. (Informação verbal).

Já Marcelo disse que era o sogro quem o ajudava nos momentos de maior dificuldade financeira:

Quando ele vem de Maceió ele deixa alguma coisa. Não é muito dinheiro, mas ajuda. Deixa R\$50,00 (cinquenta reais), R\$60,00 (sessenta reais), R\$70,00 (setenta reais). Se eu estou aqui e estou precisando, e você me dá R\$1,00 (um real), você já me ajudou. É a mesma coisa que ele. Quando ele vem, sempre ele dá um dinheiro. (Informação verbal).

O conhecimento dessas três frentes de ajuda nos revela por outro ângulo aspectos das formas de vida dos sujeitos da pesquisa. Pode-se dizer que o trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira e seus familiares só não estão em total insegurança por conta do auxílio estatal e das redes formais ou informais de apoio.

Novamente é reforçada a identidade do meia sola, que, longe de caber em conceitos genéricos como o de “nova classe média”, está a poucos passos da exclusão socioeconômica, da qual está separado por uma fina camada de proteção social, representada por benefícios como o PBF e o BPC e os serviços e ajudas descritos nas páginas anteriores. Parece bastante óbvio, mas os sujeitos dessa pesquisa se distinguem por precisarem o tempo todo de vários meios para inteirarem a renda doméstica, o que, novamente, pode ser visto no diagrama da figura 10.

As representações dos agentes da assistência social

Já que fiz menção, nesse subcapítulo, ao trabalho das e dos assistentes sociais, permito-me aqui colocar em evidência as representações de alguns técnicos da assistência social – assistentes sociais e membros de equipes do PBF – dos dois municípios visitados sobre o referido programa de transferência monetária e o contexto socioeconômico em que atuavam.

Antes que isso possa causar qualquer tipo de estranhamento, é importante levar em consideração que trata-se das impressões de sujeitos que trabalham na “ponta do Estado” em cidades com uma forte presença do PBF, as quais apresentam grandes demandas sociais e possuem uma relação de dependência com o agronegócio canavieiro.

Para fins metodológicos, é possível identificar nos discursos três grupos de representações, cada um ligado a um dos entrevistados. São pontos de vista que se aproximam e que se repelem; que se complementam, mas que também podem ser o inverso do outro. Esta tensão é sintomática, pois revela a pujança do debate

existente na academia e fora dela sobre a importância e o alcance da política social posta em prática no Brasil nos últimos anos.

Na primeiro grupo (A) encontramos uma crítica à condução da política social e ao papel de “lenitivo para as massas” que caberia a um programa como o Bolsa Família. Aqui, o PBF é apontado como uma alavanca para o consumo de famílias pobres, o que estaria em conformidade com um projeto político e econômico que visa incentivar a produção capitalista a partir da dotação monetária de amplos setores da população.

O PBF é visto como um meio de se garantir o acesso a bens básicos e a bens que outrora eram associados às classes possuidoras de maior capital econômico – classes média e alta. Algumas casas de beneficiários, segundo informações coletadas nas entrevistas, tinham TV com tela plana, antenas parabólicas e tanquinhos¹¹⁰. Esses bens possivelmente foram adquiridos com o uso do cartão de crédito – próprios ou tomados de empréstimo a parentes, amigos ou até patrões/patroas –, mas a “confiança para comprar” viria do recebimento do benefício.

O maior incentivo ao consumo, segundo essa concepção, não veio acompanhado por uma ampliação e melhora dos serviços ligados à saúde e à educação públicas. De modo que os mais pobres do país continuam a acessar serviços precários, isso apesar dos repasses mínimos e do controle governamental sobre o cumprimento das condicionalidades. Nas palavras da técnica¹¹¹ entrevistada:

(...) O que está sendo beneficiada na verdade é a sociedade capitalista, é o consumismo. Agora em benefícios e serviços, que a gente dar em políticas públicas, está deixando a desejar e muito, não é? Você procura um posto de saúde para atendimento e não tem. Você procura escola de qualidade, não tem. Então cada vez piora mais o serviço público. O Bolsa Família é paliativo (...). (Informação verbal).

Como foi dito acima, há ainda nessa esfera de pensamento uma crítica ao modo como a política social está estruturada, a qual seria baseada na focalização e na refilantropização. A política social é tida no ideário neoliberal como uma forma de dar auxílio apenas aos que “ainda” não lograram alcançar sucesso na esfera produtiva. Dessa forma, compreende-se que o “trabalho social” do Estado é garantir

¹¹⁰ Um tipo de lavadora de baixo custo e com menos funções do que as lavadoras mais caras.

¹¹¹ Aquela a quem chamamos de Margarete.

mínimos sociais para os setores menos favorecidos, o que daria margem para o seu afastamento de áreas essenciais, como saúde, educação, moradia e transporte, entre outras.

Há uma afinidade entre esse pensamento e o que fora expresso por Mário Theodoro e Guilherme Delgado em artigo publicado em 2003, para quem a política social não deve ser reduzida a compensações pelo fracasso no mercado de trabalho, mas sim um conjunto de práticas que promovam a redução das gritantes desigualdades sociais existentes no país.

Esse afastamento do Estado de áreas essenciais reflete-se em uma “(...) hipertrofiação da política de assistência social, assentada nos programas de transferência de renda” (SILVA *et al.*, 2010, p. 185). Um exemplo disso é que, ao passo que a reforma agrária na região estudada está praticamente estagnada, a necessidade dos benefícios emergenciais da assistência social por parte das famílias propende a aumentar, tendo em vista os efeitos da crise do setor canavieiro, já referida neste trabalho.

No segundo grupo (B) há um entendimento de que faltam meios – seja econômicos ou políticos – que auxiliem o PBF a se tornar mais efetivo. O programa aqui não é visto como um lenitivo para as massas; trata-se de uma medida importante que impede que as famílias mais pobres padeçam com a fome e com outras formas de privação. Por outro lado, as famílias beneficiadas têm dificuldade “para sair do perfil de vulnerabilidade” porque faltam empregos com bons salários – os da cana remuneram mal e são intermitentes – ou, mais do que isso, faltam as condições para o desenvolvimento de uma outra dinâmica econômica, a qual não seja dependente de um único setor. Nas palavras de uma técnica¹¹² de Branquinha:

Hoje, nós podemos dizer que o Bolsa Família é o carro-chefe de transferência de renda do município. Porque Branquinha hoje depende praticamente da prefeitura, não é? É a única renda que nós temos no município. Porque nós dependíamos da Usina Laginha, que era a usina daqui de União dos Palmares. Quando, na verdade, era a única renda além da prefeitura que nós tínhamos no município. Então, com o fechamento da usina, nós ficamos basicamente com a prefeitura, e a única transferência de renda para essa classe menos favorecida, vamos dizendo, é o Bolsa Família aqui no nosso município, que atende a 1.800 famílias (...). (Informação verbal).

¹¹² Simone, mencionada algumas páginas atrás.

Essa mesma interlocutora falou em outro momento da entrevista que, devido ao fechamento da referida usina, muitos trabalhadores puseram-se a ocupar terras em Branquinha. O município passou também a ser o destino de famílias de outras cidades alagoanas e até de outros estados, as quais vinham em busca do sonho de adquirir um pedaço de terra. Com isso, a hipertrofiação da assistência social também pôde ser vista ali, já que os homens e mulheres sem terra e sem trabalho passaram a reivindicar um lugar nos cadastros do PBF e nos serviços emergenciais da assistência do município.

Algo importante presente nesse segundo grupo de representações – e que não está presente no primeiro, mas voltará a aparecer no último – é um posicionamento ante a organização técnico-burocrática do PBF. Aqui encontramos uma crítica à “falta de tato” do governo federal para fazer as pessoas entenderem por que algumas famílias pobres estão aptas a receber o benefício e outras não. Os agentes que lidam cotidianamente com o público da assistência social é que precisam explicar ao cidadão necessitado as razões pelas quais outro cidadão necessitado pode receber a transferência monetária em determinado momento e ele não.

Este trabalho de justificar o que muitas vezes parece injustificável é uma fonte de estresse para as trabalhadoras e os trabalhadores da assistência social pública, já que a “ordem vem de cima”, mas são eles que estão em contato com os sujeitos de carne e osso, os quais lhes mostram suas necessidades, sonhos e desesperanças no dia a dia.

Ora, este é um dos problemas causados pela focalização, afirmam os críticos dessa abordagem. É estabelecida uma clivagem entre os cidadãos que podem e os que não podem receber o aporte monetário do governo, mesmo que na realidade, como diz o economista britânico Guy Standing, “sejam demasiadas as armadilhas para se cair na pobreza” (2014, p. 19), mormente em uma realidade como a da Zona da Mata Canavieira de Alagoas, com seus tantos desafios econômicos, políticos e sociais.

O terceiro e último grupo (C) de representações, o que me parece o mais otimista dos três, coloca em destaque – como um ponto positivo – o fato de o PBF injetar dinheiro na economia dos municípios, o que garante o acesso a bens de

consumo por parte das famílias de baixa renda e ajuda a movimentar o comércio. O que diferencia essa visão daquela do primeiro grupo é que ali há uma crítica à conformação entre programa social e reprodução capitalista, ao passo que aqui não se repara nesse tipo de encadeamento, apenas se verifica o papel de “dinamizador econômico” que o PBF tem.

Outros dois pontos que merecem destaque são a percepção de mudanças reais nas condições de vida dos beneficiários e a valoração positiva dos aspectos técnico-burocráticos do PBF.

Com relação ao primeiro quesito, foi defendido que o benefício não apenas ameniza os efeitos de uma condição de vida precária, como também é capaz de ir além, ao proporcionar aos beneficiários e seus familiares meios para saírem da pobreza, o que seria comprovado pela devolução dos cartões na coordenação do programa. Senão vejamos o que disse esse técnico do PBF de União dos Palmares, a quem daremos o nome de Fernando¹¹³:

O Bolsa Família, em alguns casos, nós detectamos, principalmente nesse trabalho que a gente faz nas comunidades, que as famílias realmente mudaram de vida; um pouco, porque esse é um processo gradativo, não é? Não é instantâneo. O Bolsa tem dez anos, mas os benefícios a gente está vendo agora; famílias que melhoraram de vida. Inclusive, famílias que tanto melhoraram de vida que vieram entregar o cartão. Nós temos alguns casos aqui em nosso município em que as pessoas vieram entregar o cartão. “Olha, eu não preciso mais; eu já tenho um emprego, minha família já tem estabilidade” e tal. Dessas comunidades aqui específicas que têm a atividade canavieira, nós também vamos lá na casa da pessoa, e a pessoa já tem um móvel, a pessoa já tem uma estrutura diferente. (Informação verbal).

A saída do programa, portanto, não apenas denotaria a eficiência da transferência monetária em dar condições para os sujeitos passarem a “caminhar com as próprias pernas”, segundo consta no ideário neoliberal, como ainda colocaria em destaque a generosidade dos “que não precisam mais”, os quais decidem abrir espaço para outros em vez de continuar a receber os benefícios mensais com uma condição de vida melhor.

Note-se que, como foi apontado há pouco, as armadilhas para se cair na pobreza são muitas, e seria preciso um estudo rigoroso das condições de vida dos beneficiários que entregaram o cartão, já que muitos entre os beneficiários –

¹¹³ Entrevista realizada em março de 2014, em União dos Palmares/AL.

provavelmente a maior parte – estão sujeitos ao desemprego e ao trabalho intermitente, pesado e mal remunerado. Esse é o caso dos trabalhadores da cana, que o próprio informante cita em sua entrevista.

Já com relação ao segundo ponto, encontramos nesse grupo o que podemos identificar como uma satisfação com os mecanismos de fiscalização e controle do cumprimento das condicionalidades. Não vem ao caso uma reflexão sobre a subsunção da luta por justiça social à política econômica e à frieza dos números, como alguém identificado com o pensamento do primeiro grupo poderia propor. Aqui coloca-se em destaque os programas (*softwares*), os aplicativos, os sistemas e tudo o que eles são capazes de fazer para ajudar na organização dos dados relacionados aos beneficiários, com ênfase no acompanhamento das condicionalidades.

A tecnologia é vista como uma aliada, pois através do seu uso, o trabalho das equipes do PBF e também da saúde e da educação de cada município alimenta com informações as bases de dados criadas pelos *experts* em informática do governo, as quais orientam decisões de burocratas e políticos.

E se lá no segundo grupo há uma inquietação frente a necessidade de se manter a frieza e apenas fazer o que está no *script*, aqui não há crises e o entrevistado vai direto ao ponto:

Desde a sua criação (...) até o dia de hoje nós trabalhamos aqui no município somente com manutenção cadastral. O papel do município é fazer cadastro. Então toda a questão de concessão e administração do benefício é feita pelo MDS; pelo MDS em Brasília. É ele que faz essa concessão. O que nós fazemos aqui é cadastrar as famílias, fazer uma busca ativa daqueles que não têm cadastro, que por alguma situação nunca fez; incluímos no programa e deixá-los em condições de receber os benefícios. (Informação verbal).

A tarefa do município é fazer cadastro, disse o entrevistado, como se procurasse reafirmar para si que, para as coisas funcionarem bem é necessário que ele e o resto da equipe cumpra apenas o seu papel, e deixe que os números e a interpretação que os burocratas do Estado fazem a respeito destes apontem quem deve e quem não deve ser beneficiado.

As ideias presentes nesse último grupo dão embasamento a duas teses: a primeira, presente na obra de Pierre Bourdieu, é a de que o Estado caracteriza-se, dentre outros aspectos, pela concentração do capital de informações, sendo que

para isso – ou por isso – há os recenseamentos, a contabilidade do fisco, a criação e manutenção de arquivos, a unificação de códigos (jurídicos, linguísticos e métrico) e a padronização de estruturas burocráticas, escolares, do direito e ainda dos rituais sociais (DI BENEDETTO, 1996; BOURDIEU, 2014). Vejamos o que escreve Bourdieu:

Os historiadores dizem que o Estado começa com o aparecimento dos recenseamentos, das pesquisas sobre os bens, na lógica do imposto, pois para fazer a tributação é preciso saber o que as pessoas possuem. Eles partem da relação entre o recenseamento – *census* – e o *ensor* que constrói os princípios de divisão legítimos, princípios de divisão tão evidentes que não são objeto de discussões. Pode-se discutir a divisão em classes sociais, mas não se discute a ideia de que há divisões. As categorias profissionais do Insee¹¹⁴, por exemplo, são tipicamente um produto do Estado. Não se trata simplesmente de um instrumento que permite medir, que permite aos que governam conhecer os governados. São também categorias legítimas, um *nomos*, um princípio de divisão universalmente reconhecido nos limites de uma sociedade, a propósito do qual não há que se discutir; é algo que se põe na carteira de identidade, na folha de pagamento: “terceiro nível, índice tal...”. Portanto, somos quantificados, codificados pelo Estado; temos uma identidade de Estado. (2014, p. 38).

A relação entre o excerto acima e o que escrevi há pouco é evidente. Os beneficiários de programas sociais são cadastrados, recadastrados, quantificados, codificados; e tudo isso acaba por gerar dados que serão usados em momentos de criação, alteração ou supressão de políticas públicas. Aqui vale a pena perceber o *link* entre este raciocínio e a passagem nas páginas 183 e 184 onde cito nota do MDS que procura explicar o cancelamento de 800 mil benefícios do Programa Bolsa Família no ano de 2015.

A segunda tese, defendida por Mark Beeson e Ann Firth (1998), é a de que o neoliberalismo deve ser visto como um tipo específico de racionalidade política, a qual destaca como valor inestimável a busca pela eficiência econômica nos vários setores da vida social, o que engloba, inclusive, as políticas públicas. Segundo os autores,

Em uma racionalidade política neoliberal, a sociedade e o Estado devem ser transformados para que contribuam com o desenvolvimento da eficiência econômica. O resultado é uma pressão crescente para fazer com que as relações baseadas em normas burocráticas ou ideias do bem comum atendam aos padrões de eficiência que se acredita caracterizarem as forças

¹¹⁴ Esta é a sigla para *Institut National de la Statistique et des Études Économiques*, que é o instituto de estatísticas oficial da França, conforme nota explicativa em Bourdieu (2014, p. 38).

impessoais da oferta e da demanda. A imagem do mercado torna-se, portanto, o ideal ao qual a educação, os serviços de saúde, os serviços de bem-estar e as agências do Estado que prestam esses serviços são encorajados a se adequar para garantir a sobrevivência da economia nacional¹¹⁵. (BEESON; FIRTH, 1998, p. 6, tradução minha).

O “espírito do mercado” passa a influenciar, portanto, a política, e em particular, a prestação dos serviços públicos. A racionalização da política, nesse caso, passa pela busca da eficiência que seria típica do mercado, isso segundo os defensores do neoliberalismo. Logo, mesmo um programa social precisa buscar a sua eficiência econômica, o que é feito pela delimitação do público que será atendido, da quantidade de benefícios que será concedida; pela afixação de critérios para a continuidade ou corte dos subsídios e ainda pela vigilância atenta desses mesmos critérios.

Os críticos da agenda neoliberal não apenas censuram essa influência da lógica do mercado na governança pública como vão além e mostram o quão perverso é um modelo de gestão que trata a questão social – a qual deveria ter prioridade – como um apêndice da política econômica, que é desenhada, comumente, levando-se em consideração de modo prioritário os “palpites” de banqueiros, empresários, *proficians* e técnicos de órgãos financeiros internacionais.

E para concluir, o quadro abaixo sintetiza as representações associadas a cada um dos três grupos:

¹¹⁵ “In a neoliberal political rationality, society and the state must be transformed to make them contribute to the drive for economic efficiency. The result is increasing pressure to make relationships based on bureaucratic norms or ideas of the common good meet the standards of efficiency that are believed to characterise the impersonal forces of supply and demand. The image of the market thus becomes the ideal to which schooling, education, health services, welfare and the agencies of the state which provide these services are encouraged to conform in order to ensure national economic survival.”

GRUPOS	VISÃO GERAL SOBRE O PBF	VISÃO ESPECÍFICA SOBRE ASPECTOS TÉCNICO-BUROCRÁTICOS
A	<ul style="list-style-type: none"> • O PBF é um paliativo; • A transferência monetária ajuda a produção capitalista; • Maior acesso ao consumo, sem, no entanto, melhoria dos serviços públicos 	-
B	<ul style="list-style-type: none"> • Importante medida contra a fome e outras formas de privação; • O PBF por si só não resolve os complexos problemas sociais da região 	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas ainda têm dificuldade para entender a abordagem focalizada do PBF; • As decisões vêm de Brasília, e cabe aos “agentes da ponta do Estado” explicar os critérios do programa (fonte de estresse)
C	<ul style="list-style-type: none"> • Programa eficiente, apesar do seu pouco tempo de existência; • Injeta dinheiro nos municípios, o que dinamiza a economia; • Torna possível o acesso a bens de consumo antes restrito às classes abastadas 	<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho do município é fazer cadastro; • Tudo passa pelo uso da tecnologia: aplicativos, programas, redes (o que facilita as atividades);

Quadro 6: As ideias mais marcantes de cada grupo de representações.

Crédito: Charles dos Santos (2017). Construído a partir da pesquisa de campo, 2014-2015.

E como dito logo no início deste tópico, as representações apresentadas aqui são as de pessoas que convivem no seu dia a dia com homens e mulheres cativos de uma vida precária, a qual é aliviada – mas não superada – graças às ajudas oficiais e também as de redes informais de amparo.

Vê-se, então, que faz todo sentido a afirmação de Standing (2014) de que entre as características do precariado está a de ser composto por sujeitos que dependem em grande medida das ajudas do Estado e de outras instituições. É por isso que defino o trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira Alagoana, o meia sola, como trabalhador-beneficiário. Entender as representações dos agentes da ponta do Estado sobre a sua realidade e sobre um programa como o PBF, é tão somente olhar o drama desse trabalhador-beneficiário de um outro ângulo.

Considerações finais

Nos quatro capítulos dessa obra eu procurei dar ao leitor uma visão do trabalhador canavieiro na contemporaneidade e dos meios utilizados pelo mesmo para garantir o sustento familiar. Um dos aspectos que diferenciam essa pesquisa das demais sobre o trabalhador da cana é a sua tentativa de ir “mais a fundo” em questões que escapam à esfera da produção ou pelo menos do trabalho formal nas usinas. De modo que aqui há uma ênfase no trabalho formal – porém precário, como foi dito repetidas vezes –, no trabalho informal – e, inclusive, precário – e ainda no papel das transferências monetárias do Estado na reprodução da classe trabalhadora.

Foi visto, portanto, que o trabalhador canavieiro da Zona da Mata de Alagoas oscila entre o trabalho formal e o trabalho informal. Nas duas esferas ele é levado a realizar serviços que caracterizamos como precários. Do ponto de vista das condições de trabalho, são penosos, insalubres e perigosos e, assim, afetam sobremaneira a saúde, podendo levar, inclusive, a óbito. Além disso são também realizados sem a garantia de direitos sociais mínimos.

Além de distinguir-se por essa indefinição frente ao trabalho – um tempo a trabalhar com carteira assinada, outro a fazer bicos e ainda outro a amargar pura e simplesmente a falta de qualquer trabalho –, o trabalhador da cana é facilmente encontrado na lista dos que recebem benefícios como os do Programa Bolsa Família. Digo, a família desse trabalhador está “habilitada” a receber as transferências monetárias por conta de suas condições de vida precárias.

O quadro, por conseguinte, não pode ser mais emblemático. Tem-se então que trabalhadores pouco qualificados que realizam serviços pesados e mal remunerados recebem benefícios em dinheiro que lhes ajudam com a compra de comida, material escolar, gás, medicamentos, roupas etc.

Do ponto de vista dos sujeitos que recebem os benefícios, trata-se de um dinheiro providencial, pois complementa os rendimentos irrisórios do trabalho formal ou informal ou se não alivia o sofrimento daqueles períodos em que não aparece nada, quando até explorar areia nos rios é impossível – como é o caso na época das chuvas nas cidades visitadas.

Mas do ponto de vista do filósofo social André Gorz, por exemplo, uma renda de subsistência baixa de mais funciona na verdade como uma subvenção aos empregadores. Entende-se no mundo da economia, notadamente no da economia neoliberal, que empregos de baixa qualificação não são rentáveis quando pagos normalmente. Seria preciso, então, subvencioná-los, fazendo com que uma renda social básica insuficiente se some a uma renda do trabalho também insuficiente (GORZ, 2004).

Daí que nesta pesquisa foi possível encontrar trabalhadores que afirmaram de forma peremptória ser impossível deixar de trabalhar e viver apenas com o dinheiro do PBF. Mesmo recebendo o benefício, é preciso arrumar qualquer coisa para fazer, estar à disposição de um patronato que vibra com uma força de trabalho barata, já que isso aumenta a sua margem de lucro.

Mas, a pesquisa também mostrou que pode acontecer de a família deste trabalhador-beneficiário vir a perder o seu benefício por conta de um aumento esporádico da renda doméstica. Ocorre que esse aumento pode estar relacionado a empregos não duradouros e penosos, os quais além de não oferecerem segurança para o trabalhador, ainda atentam contra a sua saúde. Como foi visto na tese, isso tem sido comum no caso dos canavieiros.

A subvenção ao patronato, portanto, no caso brasileiro, cuidaria também de ensinar aos pobres trabalhadores que “qualquer emprego é melhor do que nenhum”¹¹⁶, e isso através da transferência de valores mínimos – e não valores necessários, note-se bem – e do corte desses mesmos repasses mínimos quando o rendimento familiar tem uma leve alta, algo como o vôo de uma galinha.

Esse trabalhador precário da Zona da Mata Canavieira foi chamado na tese de meia sola. Como expliquei em determinada passagem do texto, posso enxergar afinidades entre essa “expressão nativa” e a definição sociológica de precariado, mormente aquela encontrada nas obras de Guy Standing e Ruy Braga. Não tenho a pretensão de dizer que o meia sola constitui uma nova fração de classe. Seria um grande erro. Digo apenas que se trata de um precariado com característica bem específicas, pois se localiza na “periferia da periferia” (FREITAS, 2007), em um espaço sociogeográfico específico que é a Zona da Mata Canavieira do estado de Alagoas.

¹¹⁶ Frase atribuída ao ex-presidente estadunidense Bill Clinton (GRUPO KRISIS, 2009, p. 22).

E foi para entender melhor esses sujeitos e a relação dos mesmos com o espaço em que habitam que recorri à história. Dos primeiros anos da nefasta escravidão até o desmanche do sistema de morada. Das primeiras leis sobre a assistência social aos trabalhadores agrícolas do setor canavieiro até a criação do PBF, que passou a atender milhares de famílias pobres do Nordeste, entre elas muitas de trabalhadores da cana.

E como não se pode lidar com o tema do trabalho no setor canavieiro sem que se lance um olhar, mesmo que seja de longe, para o Estado, procurei traçar o percurso desta instituição no campo da questão social canavieira. O ponto alto desse itinerário é a supressão das cobranças para a criação de Programas de Assistência Social voltados para os trabalhadores das usinas nove anos após a criação do Programa Bolsa Família, que como já foi dito, tem entre os seus milhares de beneficiários uns tantos milhares de trabalhadores da cana.

Tem-se, portanto, a troca de uma medida de auxílio social ineficaz por outra efetiva? Ou, para pensar com Gorz, a troca de uma medida ineficaz, vista ainda pelos usineiros e grandes proprietários de terras como um peso, uma punição, por uma subvenção a um patronato que explora uma força de trabalho pouco qualificada e barata, como é o caso dos próprios usineiros?

O fato é que no atual momento o PBF atua para evitar que milhares de trabalhadores e trabalhadoras pobres sofram os reveses de uma total exclusão socioeconômica. Esses trabalhadores e essas trabalhadoras, contudo, não estão a salvo da incrementação da exploração da sua força de trabalho. Essa, mais uma vez, é a situação de precariedade, indefinição e incompletude que caracteriza a vida do meia sola.

Se na esfera política um controverso processo de *impeachment* alçou ao poder um governo com uma agenda pesada de austeridade, com cortes de gastos públicos que, segundo especialistas de variadas vertentes, podem levar o país a um retrocesso social, na esfera econômica, especificamente na Zona da Mata Canavieira, o fechamento de usinas e a paulatina mecanização do trabalho agrícola têm empurrado milhares de trabalhadores para o desemprego e a informalidade, o que também faz aumentar a demanda por benefícios da assistência social.

Ora, não é difícil imaginar as consequências dessa combinação. Se no decorrer da tese foi dito que o que aparta o proletariado precarizado da exclusão socioeconômica é uma fina camada de proteção social, um ataque aos direitos sociais em nome de um suposto reajuste das contas públicas constitui uma sentença de morte para milhares de famílias pobres.

E para concluir, penso que ao se observar o processo de construção social do meia sola, vê-se claramente a necessidade de implantar reformas revolucionárias na estrutura da sociedade brasileira. Reformas cujo principal objetivo seja a promoção de justiça social e de igualdade. Ficarei muito satisfeito se esse trabalho suscitar a mesma impressão em quem o ler.

Referências

ABRAMO, Laís. **Desenvolvimento social inclusivo na América Latina e a dimensão territorial**. 2016. Conferência no Seminário Desenvolvimento e Governança Regional: Diagnósticos e Perspectivas a partir da RMSP, em São Bernardo do Campo. Disponível em http://www.consorcioabc.sp.gov.br/imagens/noticia/Apresentacao%20Lais_Seminario%20PDR%20ABC.pdf. Acesso em 28/11/2016.

ANDRADE, Jarpa Aramis Ventura de. *et al.* **A Influência das Transferências de Renda no Estado de Alagoas: um link entre os principais Programas Socioeconômicos vigentes**. 2010. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/AInfluenciadasTransferenciasdeRendanoEstadodeAlagoas.pdf>. Acesso em: 13/03/2013.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Escravidão e trabalho livre no Nordeste açucareiro**. Recife: Ed. ASA Pernambuco, 1985.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

ALVES, Francisco. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente (InterfacEHS)**, São Paulo (SP), v. 3, nº 2, artigo 2, abr./ago. 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art2-2008-2.pdf>. Acesso em: 17/11/2015.

ALVES, Antônio F. de Castro. **O navio negreiro e Vozes d'África**. Brasília: Câmara dos Deputados, Ed. Câmara, 2013.

ARAGÃO, Antônio. A realidade do Hospital São Vicente de Paulo em União. **TV Tribuna União**. 2012. Disponível em <http://www.tribunauniao.com.br/noticias/ver/21888/Tv+Tribuna+Uni%C3%A3o+-+A+realidade+do+Hospital+S%C3%A3o+Vicente+de+Paulo+em+Uni%C3%A3o>. Acesso em 17/11/2016.

ARAÚJO, Elizeu S. Os mecanismos da superexploração da força de trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís (MA), v. 19, nº 2, p. 587-598, jul./dez. 2015. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4338/2399>. Acesso em 28/03/2017.

BANCO MUNDIAL. **Bolsa Família: Uma revolução silenciosa**. 2010. Disponível em <http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2010/05/27/br-bolsa-familia>. Acesso em 22/03/2017.

BARROS, Bruno. **Agricultores inseridos no Projeto Barriga Cheia já colhem feijão**. 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2010/agricultores-inseridos-no-projeto-barriga-cheia-ja-colhem-feijao-1>. Acesso em: 08/09/2012.

BAYÓN, Maria Cristina. *Oportunidades desiguales, desventajas heredadas: las dimensiones subjetivas de la privación en México*. **Espiral: estudios sobre Estado y Sociedad**, Guadalajara (México), v. 15, nº 44, p. 163-198, enero/abril, 2009. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/pdf/esprial/v15n44/v15n44a5.pdf>. Acesso em 12/12/2015.

BEESON, Mark; FIRTH, Ann. *Neoliberalism as a Political Rationality: Australian Public Policy Since the 1980s*. **Journal of Sociology**, Austrália, v. 34, nº 3 p. 215-231, 1998. Disponível em <http://espace.library.uq.edu.au/view/UQ:10966/mb-jsoc-98.pdf>. Acesso em 15/09/2016.

BENEVIDES, Carla. Segundo estudo, todos os municípios brasileiros têm déficit habitacional. 2014. **O Globo**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/segundo-estudo-todos-os-municipios-brasileiros-tem-deficit-habitacional-11827890>. Acesso em 21/09/2016.

BORBA, Fernanda V. do Nascimento; SANTOS, Ângela Maria dos; BERTOLDO, Edna. O precário mundo do trabalho dos cortadores de cana e sua relação com a escolaridade. **Revista Lugares da Educação**, Bananeiras (PB), v. 2, nº 2, p. 65-77, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/view/13634/0>. Acesso em: 17/11/2015.

BOURDIEU, Pierre. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 22.789**, de 1º de junho de 1933.

_____. **Decreto-lei nº 3.855**, de 21 de novembro de 1941.

_____. **Decreto-lei nº 6.969**, de 19 de outubro de 1944.

_____. **Lei nº 4.214**, de 2 de março de 1963.

_____. **Decreto nº 57.020**, de 11 de outubro de 1965.

_____. **Lei nº 4.870**, de 1º de dezembro de 1965.

_____. **Decreto-lei nº 308**, de 28 de fevereiro de 1967.

_____. **Lei Complementar nº 11**, de 25 de maio de 1971.

_____. **Lei nº 5.889**, de 8 de junho de 1973.

_____. **Decreto nº 76.593**, de 14 de novembro de 1975

_____. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº 8.029**, de 12 de abril de 1990.

_____. **Decreto nº 99.240**, de 7 de maio de 1990.

_____. **Portaria nº 304**, de 2 de agosto de 1995.

_____. **Portaria nº 199**, de 6 de setembro de 1996.

_____. **Lei nº 10.835**, de 8 de janeiro de 2004.

_____. **Lei nº 10.836**, de 9 de janeiro de 2004.

_____. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006.

_____. **Lei nº 12.865**, de 9 de outubro de 2013.

CABRA Mercado para Morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Eduardo Coutinho Produções Cinematográficas; Produções Cinematográficas Mapa. 1964/84. 119 min. PB.

CAIXA. **Programas Sociais: PETI**. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/peti/Paginas/default.aspx>. Acesso em 19/01/2017.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Textos & Contextos**, Porto Alegre (RS), v. 11, nº 2, p. 258-272, ago./dez. 2012. Disponível em

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12337/8636>.

Acesso em 27/10/2015.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2000.

CHEDIEK, Jorge *et. al.* **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

CHIARA, Márcia de. Venda direta é opção ao desemprego no Brasil. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 9 e 10 jul. 2016. Caderno de economia, p. 20.

DATA CRAS. **Tudo sobre CRAS**. Disponível em <http://www.datacras.com/sobre-nos2/>. Acesso em 12/08/2016.

DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo: verso e reverso. (Col. Tudo é História)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DI BENEDETTO, Roberto. Reflexões primeiras sobre: A Teoria do Espaço Social e da Gênese do Estado em Pierre Bourdieu. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba (PR), ano 29, nº 29, p. 259-264, 1996. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/9397>. Acesso em 19/11/2016.

DIÉGUES JR., Manuel. **O Bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: EDUFAL, 2006.

FETAG. **FETAG/AL participa de assinatura da implementação do projeto “Barriga Cheia”**. 2010. Disponível em <http://www.fetagal.org.br/noticiasTexto.asp?id=200>. Acesso em 27/09/2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

FRANCO, Luciana. Gestão familiar. **Globo Rural**, ano 26, nº 304, fev. 2011. Versão *on line*. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT208562-18283.00.html>. Acesso em 28/12/2015.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. A periferia da periferia: mídias alternativas e cultura de minorias em ambientes não-metropolitanos. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, Ilhéus (BA), v. 10, nº 17, p. 191-212, jan./jun. 2007. Disponível em

http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed17/ricardo_oliveira.pdf. Acesso em 17/11/2015.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Programa Empresa Amiga da Criança. Disponível em <http://www3.fundabrinq.org.br/portal/como-atuamos/programas-e-projetos/programa-empresa-amiga-da-crianca/empresas/nordeste.aspx>. Acesso em 20/10/2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1986.

GAMA, Aliny. Vítimas de enchente de 2010 têm casas novas inundadas em AL. **Bol Notícias**. 2013. Disponível em <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2013/07/03/vitimas-de-enchente-de-2010-tem-casas-novas-inundadas-em-al.htm>.

GARCIA JR., Afrânio. Sujeitos e Libertos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo (SP), v. 3, nº 7, p. 5-41, 1988.

_____. **O Sul – caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora da UnB, MCT – CNPq, 1990.

GAZETAWEB. **Trabalhadores de Usina Guaxuma bloqueiam rodovia**. 2014. Disponível em <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=359930&e=14>. Acesso em 18/09/2015.

GOMES, Darcilene Cláudio; PINTO, Giovana Carolina de Resende; CAMPOS, Luciane dos Santos Moraes Dellova. **Desigualdade, pobreza e políticas sociais: discutindo a focalização das políticas sociais no Brasil**. 2004. Disponível em <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/1002gomesetal.pdf>. Acesso em 12/06/2014.

GOMES E SILVA, Felipe Luiz. Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá (PR), ano V, nº 56, jan. 2006. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/056/56silva.htm>. Acesso em 17/11/2015.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

GOVERNO FEDERAL. Mulheres representam 93% da titularidade do Bolsa Família. **Portal Brasil**. 2014. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/mulheres-representam-93-da-titularidade-do-bolsa-familia>. Acesso em 23/08/2015.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Compostela, Portugal: Estaleiro Editora, 2009.

HELENA, Heloísa. **Parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 59, de autoria do Deputado Federal Geraldo Alckmin Filho (1989)**. Senado Federal: 1999. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=29679>. Acesso em: 16/09/2014.

HERCULANO, Selene. **Em busca da boa sociedade**. Niterói, RJ: EdUFF, 2006.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

IBGE. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED**. Disponível em <http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/cadastro-geral-de-empregados-e-desempregados-caged.html>. Acesso em 11/10/2016.

_____. **IBGE Cidades – Branquinha**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270110&search=alagoas|branquinha>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **IBGE Cidades – União dos Palmares**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=270930&search=alagoas|uniao-dos-palmares>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Mapa do estado de Alagoas**. Disponível em http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=al. Acesso em 27/12/2016.

INCRA. **O Incra**. Disponível em http://www.incra.gov.br/institucional_abertura. Acesso em 15/09/2016.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=5202209>. Acesso em 22/11/2016.

IPEA. **Comunicados do IPEA – Nº 129: presença do Estado no Brasil**. Brasília (DF): IPEA, 2012.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LIMA, Araken Alves de. **A agroindústria canavieira alagoana: da criação do IAA à desregulamentação na década de 1990**. Dissertação de Mestrado em

Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

MARGARIDO NETO, Bazileu Alves; SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Políticas sociais: o Programa Comunidade Solidária e o Programa de Garantia de Renda Mínima. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília (DF), nº 12, p. 39-63, jun./dez. 1995. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/140/142>. Acesso em 17/11/2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Sala de imprensa**. 2013. Disponível em http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/maio/20052013-bf-%20maio2013.jpg/image_view_fullscreen. Acesso em 18/10/2014.

_____. **Acompanhamento de Condicionalidade – Educação (out./nov. 2013)**. 2014. Disponível em <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/janeiro/BF-acompEducacao-OUT-NOV-2013.jpg/view>. Acesso em 18/10/2014.

_____. **Benefício de Prestação Continuada**. 2015. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>. Acesso em 21/06/2016.

_____. **O Bolsa Família não sofreu corte no Orçamento, está integralmente preservado**. 2015. Disponível em <https://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/setembro/o-bolsa-familia-nao-sofreu-corte-no-orcamento-esta-integralmente-preservado>. Acesso em 21/06/2016.

_____. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. 2015. Disponível em <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em 08/07/2016.

_____. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. 2015. Disponível em <https://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>. Acesso em 11/07/2016.

_____. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: Guia de Orientação nº 1**. 2011. Disponível em http://www.mp.go.gov.br/portaWeb/hp/8/docs/guia_de_orientacao_creas.pdf. Acesso em 11/07/2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2015. Disponível em <http://trabalho.gov.br/rais>. Acesso em 21/12/2016.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. *In*: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados/USP**, São Paulo (SP), v. 21, nº 59, p. 167-177, 2007. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10213/11817>. Acesso em 17/11/2015.

NUNES, Paula; MELO, Raissa. **Quatro anos após enchente, população ainda sofre com a tragédia**. 2014. Disponível em <http://www.labium.com.br/materias/materia-30-11-14-paula-raissa-enchente.html>. Acesso em 19/11/2016.

OLIVEIRA, Tatiana. **Bolsa Família e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: integração entre plano interno e externo para a difusão de boas práticas**. 2008. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/36P.pdf>. Acesso em 22/03/2017.

PADRÃO, Luciano Nunes. O trabalho na cana-de-açúcar: reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo (SP), v. 11, nº 1, 1997. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf. Acesso em 17/11/2015.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano 27, nº 87 p. 05-24, set. 2006.

PORTO, Maria Célia da Silva. **Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais**. 2009. Trabalho apresentado na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís (MA), 2009. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf. Acesso em 12/10/2014.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Benefícios do INSS**. 2016. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/beneficios-do-inss/>. Acesso em 18/12/2016.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO/PRT, 19ª Região, AL. **Juiz dá prazo à Usina Santa Clotilde enquanto trabalhador sofre maus tratos**. 03/03/2008.

Texto disponível em http://www.prt19.mpt.gov.br/informativo/2008/mar/juiz_prazo_usina.htm. Acesso em 15/08/2008.

QUEDA, Oriowaldo. **A intervenção do Estado e a agro-indústria açucareira paulista**. Tese de Doutorado. Piracicaba (SP): ESALQ/USP, 1972.

REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SANT'ANA, Sarah Maillieux. **Bolsa Família e a tripla perspectiva sobre justiça social como redistribuição**. 2007. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/26P.pdf>. Acesso em 12/08/2016.

SANTOS, Carla Caroline Silva. **Condições de (in)segurança alimentar de famílias de trabalhadores canavieiros de usinas alagoanas**. Trabalho de Conclusão do Curso de Nutrição. Maceió: UFAL, 2008.

SANTOS, Charles dos. Trabalho e adoecimento nos canaviais alagoanos: o caso dos irrigantes e operadores de herbicida. *In*: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza *et al.* (Orgs.). **Saúde do trabalhador: desafios para a Seguridade Social e o Movimento Sindical**. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica: Editora UNESP, 2012.

SANTOS, Meire Cristina de S. **Açúcar amargo: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela Política Pública de Assistência Social no município de Pitangueiras – SP**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Franca (SP): UNESP, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARMENTO, Genizete de Lucena. Visita à nascente do Rio Mundaú (fotos). **O Relâmpago**. 2009. Disponível em http://orelampago.zip.net/arch2009-01-01_2009-01-31.html. Acesso em 21/06/2015.

SCOPINHO, Rosemeire *et. al.* Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro (RJ), v. 15, nº 1, p. 147-161, jan./mar. 1999. Disponível em https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/0044_000fxgca7n702wyiv80soht9hnl7j39f.pdf. Acesso em 22/04/2015.

_____; SANTOS, Charles dos. “Batismo de fogo” e “Gravador desligado”: notas sobre os embaraços da pesquisa de campo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo (SP), v. 17, nº 2, p. 266-280, 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000300009. Acesso em 12/06/2016.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Disponível em http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema. Acesso em 13/11/2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERQUEIRA, Carla. Em crise, usinas buscam influência. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 12 dez. 2012. Caderno de política, p. 9.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos CEDES**, Campinas (SP), v. 29, nº 78, p. 216-226, mai./ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a05.pdf>. Acesso em 18/10/2016.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo (SP), v. 3, nº 2, artigo 1, abr./ago. 2008. Disponível em <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art1-2008-2.pdf>. Acesso em 17/11/2015.

_____; VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de; BUENO, Juliana Dourado. A imagem do etanol como “desenvolvimento sustentável” e a (nova) morfologia do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador (BA), v. 26, nº 68, p. 253-271, mai./ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n68/a04v26n68.pdf>. Acesso em 25/06/2015.

SILVA, Sheyla Suely de Souza *et al.* Reestruturação produtiva e hipertrofiação da assistência social: a ofensiva do capital no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 10, nº 20, p. 167-196, jul./dez. 2010. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3452>. Acesso em 26/11/2016.

SINDAÇÚCAR-AL. **Área canavieira do estado de Alagoas**. Disponível em <http://www.sindacucar-al.com.br/area-canavieira/>. Acesso em 09/04/2013.

SOARES, Rita de Cássia Murta Rocha. **A particularidade da responsabilidade social no setor sucroalcooleiro de Alagoas**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2003.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. A parte de baixo da sociedade brasileira. **Revista Interesse Nacional**, ano 4, v. 14, p. 33-41, jul./set. 2011. Disponível em <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/a-parte-de-baixo-da-sociedade-brasileira/>. Acesso em 17/11/2015.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 103, mai. 2014. Disponível em <https://rccs.revues.org/5521>. Acesso em 21/05/2016.

TAKAHASHI, Bruno. A natureza jurídica da contribuição ao Programa de Assistência Social aos trabalhadores da agroindústria canavieira: direito do trabalhador ou crédito tributário? **Revista de Doutrina da 4ª Região**, nº 49, ago. 2012. Disponível em http://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao049/bruno_takahashi.html. Acesso em 17/11/2015.

THEODORO, Mário; DELGADO, Guilherme. Política social: universalização ou focalização – subsídios para o debate. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília (DF), nº 7, p. 122-126, ago. 2003. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio3_Mario7.pdf. Acesso em: 24/02/2016.

USINA SERESTA. **Usina Seresta é parceira da comunidade**. Disponível em <http://www.usinaseresta.com.br/acoes-sociais/usina-seresta-e-parceira-da-comunidade>. Acesso em 24/11/2014.

VISSER, Ricardo. A formalidade precária: os batalhadores do telemarketing. *In*: SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.